

Política e espaço em crise

Tamara Tania Cohen Egler
Beatriz Alencar d' Araújo Couto
(organização)



CONSELHO EDITORIAL
SÉRIE LETRA CAPITAL ACADÊMICA

Beatriz Anselmo Olinto (Unicentro-PR)
Carlos Roberto dos Anjos Candeiro (UFTM)
Claudio Cezar Henriques (UERJ)
João Medeiros Filho (UCL)
Leonardo Santana da Silva (UFRJ)
Luciana Marino do Nascimento (UFRJ)
Maria Luiza Bustamante Pereira de Sá (UERJ)
Michela Rosa di Candia (UFRJ)
Olavo Luppi Silva (UFABC)
Orlando Alves dos Santos Junior (UFRJ)
Pierre Alves Costa (Unicentro-PR)
Rafael Soares Gonçalves (PUC-RIO)
Robert Segal (UFRJ)
Roberto Acízelo Quelhas de Souza (UERJ)
Sandro Ornellas (UFBA)
Sergio Azevedo (UENF)
Sérgio Tadeu Gonçalves Muniz (UTFPR)

Tamara Tania Cohen Egler
Beatriz Alencar d'Araújo Couto
Organizadora

POLÍTICA E ESPAÇO EM CRISE

LETRCAPITAL

Copyright © Tamara Tania Cohen Egler e
Beatriz Alencar d'Araújo Couto (org.), 2018

*Todos os direitos reservados e protegidos pela Lei nº 9.610, de 19/02/1998.
Nenhuma parte deste livro pode ser reproduzida ou transmitida, sejam quais forem os
meios empregados, sem a autorização prévia e expressa do autor.*

EDITORES Tamara Tania Cohen Egler
João Baptista Pinto

CAPA Aldenilson Costa

PROJETO GRÁFICO E EDITORAÇÃO Luiz Guimarães

REVISÃO Rita Luppi

CIP-BRASIL. CATALOGAÇÃO NA PUBLICAÇÃO
SINDICATO NACIONAL DOS EDITORES DE LIVROS, RJ

P824

Política e espaço em crise / organização Tamara Tania Cohen Egler, Beatriz Alencar d'Araújo
Couto. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Letra Capital, 2018.

262 p. : il.; 15,5x23cm.

Inclui bibliografia
ISBN 978-85-7785-602-2

1. Ciências sociais. 2. Política pública. 3. Integração social. I. Egler, Tamara Tania Cohen.
II. Couto, Beatriz Alencar d'Araújo.

18-49869

CDD: 320

CDU: 32

Leandra Felix da Cruz - Bibliotecária - CRB-7/6135

LETRA CAPITAL EDITORA
Telefax: (21) 3553-2236/2215-3781
letracapital@letracapital.com.br

Sumário

Política e espaço em crise	7
<i>Tamara Tania Cohen Egler</i>	
<i>Beatriz Alencar d´Araújo Couto</i>	
Eixo 1 - Política, técnica e comunicação na crise da democracia	23
A rede do golpe na democracia.....	25
<i>Tamara Egler, Rafael Barbosa, Fabíola Neves e Luiz Roberto Vasconcelos</i>	
Longe não é fora daqui – uma aventura contemporânea dos homens-dispositivo	53
<i>Dr. Reginaldo Luiz Cardoso</i>	
Produção da cidade e trabalho intelectual produtivo no capitalismo digital: a revolução nas relações sociais de produção intelectual nas profissões da forma urbana no século XX.....	76
<i>Beatriz Couto</i>	
Eixo 2 - Capital e crise no território	91
O movimento das frações do capital e a constituição dos circuitos espaciais do petróleo	93
<i>Roberto Moraes Pessanha</i>	
As crises do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, relações econômicas e políticas	122
<i>Heitor Ney Mathias da Silva e Carlos Eduardo da Rosa Martins</i>	
Território, desenvolvimento e meio ambiente: reflexões sobre o oeste metropolitano do Rio de Janeiro	140
<i>Leandro Dias de Oliveira</i>	

Eixo 3 - Resistência e cultura no espaço em crise	151
A crise e impasse democrático: pesquisas recentes.....	153
<i>Hernán Armando Mamani</i>	
Cidade: o território da crise.....	168
<i>Dr. Elson Manoel Pereira</i>	
Arte nos muros da cidade: resistência e experiência no espaço urbano.....	183
<i>Elis de Araújo Miranda</i>	
 Eixo 4 - Ética e política na cidade em crise	 195
O déficit ético territorial no Rio de Janeiro: a ontologia política da favela em foco	197
<i>Prof. Dr. Ivaldo Lima</i>	
Favela é cidade: a emergência imagética da cidade periférica	206
<i>Adair Rocha</i>	
Programa de Urbanização de Favelas em Osasco – SP (2005-2016)	
Ajustes da política pública para atuação frente à crise	213
<i>Prof.^a Dr.^a Viviane Manzione Rubio</i>	
<i>Prof.^a Dr.^a Angélica Tanus Benatti Alvim</i>	
A formação e as transformações da metrópole: o Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, SP	227
<i>Afonso C. Castro, Ivana Ap. Bedendo e Angélica A. Benatti</i>	
Crise, o que a favela ensina? Território, comunicação e educação no morro Babilônia – Rio de Janeiro	245
<i>Natalia Andrea Urbina Castellón</i>	

Política e espaço em crise

TAMARA TANIA COHEN EGLER
BEATRIZ ALENCAR D'ARAÚJO COUTO

Os efeitos da crise ética, política, econômica e seus resultados sobre o espaço e as condições de existência no Brasil são o ponto de partida para a concepção deste livro. O avanço do capital, a tecnologia de informação e comunicação, o desmonte da política pública de inclusão social suscitam questões que exigem uma investigação da conjuntura para fazer a análise dos seus resultados sobre o território. Esse é o desafio proposto: refletir a respeito do golpe na democracia e da crise decorrente, e apresentar os retrocessos nas condições de vida e de trabalho dos brasileiros.

A Rede de Políticas Públicas (RPP), grupo de pesquisa atuando de forma coordenada desde 2010, tem por objetivo permanente examinar os resultados espaciais da implantação de políticas públicas no Brasil. Em especial, esse é o resultado do *Seminário Internacional: política, técnica e território da crise*, que nos reuniu na Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) no final de 2017, quando tivemos a oportunidade enriquecedora de discutir o tema e caminhos possíveis de sua análise em face da complexa crise que vivemos. Tomamos, em decorrência, a decisão de levar a público os ensaios que resultaram do debate. Ressalte-se que a realização desse seminário foi possibilitada pela interação entre Institutos Nacionais de Ciência e Tecnologia (INCT), Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) Universidade do Brasil (UFRJ), Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR) com o apoio da Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (FAPERJ) e da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

A RPP visa integrar pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento direcionados para desenvolver análises interdisciplinares que resultem em pesquisas com forte preocupação com projetos de

inclusão social. Visa também conceber, para além dos estudos teóricos, projetos de políticas públicas direcionados para a necessária transformação do território com inclusão social e, assim, participar do debate político e contribuir para guiar o desenvolvimento nesse sentido. Para isso a RPP conta com a participação de pesquisadores originários de diferentes disciplinas como Geografia, Arquitetura, Urbanismo, Economia, Sociologia, Comunicação e Artes Plásticas. A proposta é, portanto, ir além da dimensão física, material, relativa à produção econômica para inquirir sobre a complexidade relacional entre pessoas e grupos sociais de forma associada à ação política. O território entendido como produto de ações complexas de produção contínua exige, para sua análise, compreender as atuações pública e privada nas suas interações de ordem material e imaterial, tangível e intangível, vital e virtual conforme manifestas nas condições sociais de existência no espaço.

O ponto de partida epistemológico estrutura a apresentação dos resultados que requerem a análise do território para permitir o percurso e interação conceituais, acionando categorias e conceitos interdisciplinares afeitos à discussão proposta para o enfrentamento da análise do golpe e sua marca no território.

Quatro eixos organizam a apresentação e discussão do tema:

- política e técnica na crise da democracia;
- crise do capital no território;
- resistência e cultura no espaço em crise;
- crise nas cidades.

Cabe aqui, portanto, uma apresentação dos trabalhos que desenvolvem cada um desses eixos.

Eixo 1 – Política, técnica e comunicação na crise da democracia

O artigo “As funções da rede do golpe do Brasil”, de Tamar Egler, Rafael Barbosa, Fabíola Neves, Luiz Vasconcelos, tem por objetivo analisar o golpe contra a democracia do Brasil. Para fazer essa análise o ensaio foi estruturado para examinar o papel das

tecnologias de informação e comunicação no âmbito de estratégia nunca antes imaginada de dominação e acumulação. A hipótese está associada à análise que considera novas institucionalidades políticas em redes sociotécnicas que transformam os modos da ação política, do discurso mediático e da acumulação de capital para alcançar o desígnio de analisar os efeitos da tecnologia sobre as relações de poder. Ela faz a mediação entre os atores que associam diferentes instâncias governamentais – Executivo, o Legislativo e o Judiciário – a corporações nacionais e internacionais, mídias hegemônicas e contra-hegemônicas, movimentos sociais, redes sociais. Fere os princípios da nossa Constituição, impondo um poder político que reúne os atores enredados no golpe, em defesa de seus interesses privados e da destruição dos públicos. Para fazer a análise da rede de atores do golpe no Brasil, a pesquisa foca em dois fatos/etapas importantes: o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e o julgamento/condenação do ex-presidente Luiz Ignácio Lula da Silva. A metodologia usada no primeiro passo representa os gráficos das diferentes funções e identifica os atores associados à rede, na qual se associam atores dos campos político, econômico e cultural.

Para examinar práticas urbanas de manipulação do sentido, Reginaldo Luiz Cardoso delimita no seu ensaio “Longe não é fora daqui” uma aventura contemporânea dos homens-dispositivo, quando examina um condomínio-*resort* como lugar que contém um sentido de refúgio, um lugar confortável, seguro e com opções de lazer para a família na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH). Atento às escalas utilizadas nos novos projetos urbanos, cada um mais espetacular que o outro, ele analisa como as empresas se transformam em centros produtores de discurso e prometem a *chave do paraíso*. Seu objetivo foi identificar de que forma atores políticos, empresas nacionais e internacionais se associam e mobilizam parceiros locais e regionais para exercer o controle do território. Faz a análise do discurso do empreendimento que foram publicadas em textos verbais e imagéticos em importantes meios de comunicação. Além do apoio da imprensa, o lançamento imobiliário contou com o apoio de órgãos do governo estadual e financiamento da Caixa Econômica Federal. Localizado a 50 quilômetros de Belo Horizonte, o megaempreendimento, quase uma cidade pequena com toda a

infraestrutura necessária ao bem viver, foi vendido para 1.800 compradores. Na sua contribuição ao livro, Reginaldo descreve como esse *sonho acabou*, quando os compradores dos lotes *no paraíso* perceberam que havia algo errado com a obra de infraestrutura que nunca começava de fato. Entrementes, o empresário que lançou o *resort* no mercado foi preso ao aplicar golpe imobiliário de R\$ 94 milhões na Bahia. Sua análise revela como se mobiliza o medo, o afeto e se explica o abraçar voluntário dos homens-dispositivo, em uma representação de cunho exclusivamente simbólico, sem referente na realidade. Isso permite analisar como o medo exerce sua hegemonia no circuito dos afetos e produz um ambiente fácil para a aplicação do golpe imobiliário que atingiu, no caso, 1.800 compradores. A nova subjetividade estabelece como fundamento o homem-dispositivo e a cidade se apresenta como um ideal a ser alcançado, surgindo como um espaço de diferentes escalas de consumo, algo capaz de fazer com que a maioria absoluta de outros homens-dispositivo aceitem consensualmente as condições dadas. A estratégia política de fazer *golpe* pode ser então analisada em diferentes escalas, quando encontramos semelhanças que nos autorizam a dela dizer tanto no Brasil quanto no empreendimento imobiliário do *paraíso*.

Ao aceitar o desafio proposto, Beatriz Couto enfrenta o tema com o título “Produção da cidade e trabalho intelectual produtivo no capitalismo digital: a revolução nas relações sociais de produção intelectual nas profissões da forma urbana no século XX”. A produção da cidade industrial capitalista se contrapõe àquela que identifica como promovida pelo empresário intelectual para a economia cognitiva que o capitalismo digital instaurou. Observa, para tanto, as alterações estruturais impostas ao exercício das profissões da forma urbana, quais sejam, arquitetura, urbanismo, planejamento urbano e paisagismo. A mudança observada e bastante estudada da cidade industrial capitalista exigiu a concomitante superação do intelectual clássico, figura tradicional nos ateliers de projeto, e a constituição correlata do trabalho coletivizado em burocracias intelectuais, questão que a literatura internacional não identifica. A subsunção formal do trabalho intelectual exigida pelo capital pode ser observada em seus primórdios nos Estados Unidos no final do século XIX com a divisão do trabalho promovida no

escritório de Daniel Burnham. A subsunção real foi iniciada por Le Corbusier e atinge a maturidade com os escritórios globalizados dos *starchitects*, a partir dos anos 1980. O caso de Zara Hadid Architects permite acompanhar a reorganização do trabalho decorrente da computação gráfica em rápido processo de integração com o canteiro de obras. Completa-se aí o processo histórico da transformação da obra em produto. A expropriação de mais valia simbólica legítima e permite que o capitalismo digital ponha-se sobre os próprios pés também no que diz respeito ao controle do produto do trabalho intelectual. Seus impactos na cidade capitalista se notabilizam desde os primórdios do século XX.

Eixo 2 – Crise do capital no território

Para revelar o avanço capitalista no Brasil, Roberto Moraes Pesanha foca e expande o conceito de Circuitos Espaciais de Produção para interpretar os movimentos das frações do capital associados ao petróleo e logística sobre o litoral fluminense entre 2007 e 2016. Sua pesquisa tem por objetivo identificar formas de construção do território e de formação da rede urbana através de infraestruturas, equipamentos, tecnologia e serviços como produtoras de novas territorialidades e regionalidades. A compreensão da totalidade desse processo reprodutivo do capital em articulação com o poder político (Estado) exige interpretação sistêmica, transescalar e multidimensional da relação petróleo/porto. Tal perspectiva evidencia as articulações das corporações com os poderes políticos e com o Estado, como se estabelecem as disputas intercapitalistas setoriais e como as corporações internacionais atuam sobre o território durante o ciclo de reprodução social em circuitos espaciais de acumulação regionais. A ampla base documental permitiu identificar formas regionalizadas de construção e interligação do território que conformam a rede urbana de acordo com os interesses corporativos. A investigação explicita movimentos intersetoriais de frações do capital que compõem o Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties* (CEPR-RJ) referente ao círculo de cooperação petróleo/porto/indústria naval (PPI) que se instala e desenvolve em ampla área do território fluminense. Revela ainda uma urbanização regional pós-metropolitana

com características contraditórias, a um só tempo difusa, dispersa, integrada e coesa. O artigo contribui ao debate porque revela as articulações entre o Estado e o capital, apresenta as origens do golpe e das formas particulares de estruturação do território.

Heitor Ney Mathias da Silva e Carlos Eduardo da Rosa Martins analisam “As crises do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, relações econômicas e políticas”. Eles propõem considerar o entendimento médio do “homem da rua”, partindo do senso comum para atingir o esclarecimento e fazer avançar a prática política. Para tanto, apresentam os fatores determinantes para a crise fiscal do Estado do Rio de Janeiro; seus reflexos nas políticas públicas e na renda dos servidores públicos estaduais; os erros em termos do dimensionamento dos gastos do estado e as relações entre esses erros e a corrupção no governo estadual. Com relação à crise nacional, discutem ao processo de desgaste e descrédito dos agentes que ocupam as instituições políticas que levaram ao golpe de Estado de 2016, mostrando sua origem e evolução, dissecando atores e interesses de protagonistas econômicos, financeiros, midiáticos, governamentais nos níveis nacional e local. Concluem apontando as inter-relações das crises nos âmbitos nacional e estadual e sugerem algumas perspectivas de atuação. Essa participação revela a origem da crise e como o Estado do Rio de Janeiro, entre todos o que mais sofre com os resultados do golpe, contém em si o principal dos procedimentos que plasmam o golpe na democracia e a crise econômica no estado.

Com foco no Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro como um polo logístico-industrial de grande importância que viveu um processo de requalificação urbana, combinando a constituição de áreas revitalizadas para a nova classe média com a manutenção dos problemas sociais, Leandro Dias de Oliveira analisa as especificidades da “acumulação flexível à brasileira” no texto “Território, desenvolvimento e meio ambiente: reflexões sobre o Oeste Metropolitano do Rio de Janeiro”. A migração das empresas para as fronteiras da metrópole se organiza em torno da infraestrutura rodoferroviária nova ou renovada que interliga a região Sudeste do país, mas se implementa na forma de verdadeiros *bunkers* industriais fortificados e de proteção integral que se asso-

ciam em condomínios residenciais voltados para os altos extratos da classe média. A hegemonia do neoliberalismo econômico e as exigências da sustentabilidade combinam controle de qualidade, *tryouts* e certificações ambientais de mercadorias com uma força de trabalho disciplinarizada em moldes fordistas e submetida a um só tempo à vigilância e multifunção, associando portanto o arcaico e o moderno.

Eixo 3 – Resistência e cultura no espaço em crise

Hernán Armando Mamani explora no artigo “A crise e impasse democrático: pesquisas recentes” a própria polissemia da noção de crise, sugerindo que seu sentido se encontra em disputa, o que exige que se explicitem os limites dos quadros teóricos hegemônicos e o posicionamento relativo a uma conjuntura de contornos imprecisos. Considera corretas, mas vagas, as referências à crise da modernidade, do capitalismo, da civilização ocidental pensadas como esgotamento institucional e das crenças coletivas. Tratar da crise exige, nesse sentido, enfrentar a pluralidade de questões que o termo evoca, reconhecendo que faltam dados e fatos que permitam compreender sua natureza e como impacta nossa capacidade de produção de conhecimento e explicação de fenômenos e fatos. Sugere contornar os obstáculos que se apresentam à análise recorrendo à contextualização e à presentificação para produzir leituras capazes de confrontar os sentidos hegemônicos da ação. Apoiar-se para tanto no acompanhamento de debate publicizado pela grande imprensa sobre temas da agenda urbana em seu potencial esclarecedor da ação, do agenciamento e do processo de hegemonização. Isso lhe permite ler as mudanças com um recorte interacional no qual se valorizam situações, atores e os quadros disputados e hegemônicos. Examinando os casos das jornadas de 2013, dos ambulantes do Centro do Rio de Janeiro e do desenvolvimento regional em Itaperuna (RJ), acompanha a disputa política que se manifesta, explorando os conceitos relevantes para sua interpretação teórica. Conclui pela identificação comum de uma ofensiva antidemocrática, contínua e coerente, por atores e grupos que resistiram às lutas democráticas dos anos 1980.

Contrapondo a cidade formal à cidade ilegal, a cidade-mercado à cidade-direito, Elson Manoel Pereira retoma em “Cidade: o território da crise” as discussões teóricas e a trajetória e os legados institucionais, legais e políticos do Movimento Nacional pela Reforma Urbana a partir da década de 1960 no Brasil. Esses legados são identificados no Ministério das Cidades, nos Conselhos da Cidade e de Gestão do Fundo da Habitação de Interesse Social e nas cinco Conferências das Cidades. As formulações do pensamento crítico urbanístico internacional e brasileiro identificam os termos da disputa territorial nas cidades que viabilizam o direito da população de participar do processo de tomada de decisão sobre seu espaço de vida. Isso leva o autor a retomar as vicissitudes da luta política pela implantação do Estatuto da Cidade e a recuperar o caso de Florianópolis, reconhecendo os limites em que esbarrou o programa Minha Casa Minha Vida na implementação de políticas reformistas frente à conjuntura financeira internacional e à desconstrução de direitos a que assistimos no Brasil.

A relação entre a arte urbana, o questionamento político e o desafio às leis para demarcar os lugares de conflito e as vivências identitárias pela via da ação direta dos sujeitos que vivem nas periferias das cidades: esse é o tema enfrentado por Elis de Araújo Miranda no artigo “Arte nos muros das cidades: ação e resistências e experiências no espaço urbano”. Retomando a visão histórica e contemporânea da contestação política através da arte, a autora acompanhou a criação dos grafiteiros durante o Festival de *Graffiti* de Campos dos Goytacazes (RJ) em setembro de 2016. A temática proposta pelos organizadores, “Paz e História”, proscovia temas polêmicos como política, religião e gênero. Tais limites foram tratados e testados pelos grafiteiros em trabalhos que, junto a representações do amor da população pelo futebol e de patrimônios arquitetônicos da cidade, questionaram não obstante as limitações da temática oficial, introduzindo representações da mulher negra, do índio, das dinâmicas e desigualdades econômicas da região. Examina dessa maneira as singularidades dos campos e sua capacidade de ação política pela arte, para unir numa mesma totalidade, resistência política e cultura.

Eixo 4 – Ética e política na cidade em crise

Ivaldo Lima problematiza no seu texto “O déficit ético territorial no Rio de Janeiro: a ontologia política da favela em foco” a própria noção de território na geografia política contemporânea, propondo esclarecer as definições e implicações de ontologia política e de território. Sua perspectiva evita a uni-dimensionalidade ontológica da relação entre território e poder, reconhecendo o fractívoro em sua natureza conflituosa com suas resistências e resiliências, híbridos e fractais. Identifica olhares e práticas sociais múltiplos e suas legitimidades possíveis, apontando a relação entre as práticas distintas e a criação de autoridade delas oriunda, que tensionam aquilo que deve ser incluído ou excluído. Advoga o reconhecimento dos lugares e de suas práticas genéticas que se expressam nas favelas como espaços políticos da ordem; da guerra e da legitimidade. Observa esses espaços geopolíticos para o caso da favela no Complexo da Maré (RJ), ocupada por UPP. Configuram-se, dessa forma, os espaços políticos coimplicados da ordem, capitaneado por agentes do estado; da guerra, configurado pelo embate entre narcotraficantes, milicianos e forças policiais; e da legitimidade, almejado pelos moradores comuns. A intensa injustiça territorial com os moradores que prezam por uma vida decente se evidencia em seu comportamento assustado, amedrontado e desconfiado durante seus deslocamentos cotidianos. Propondo entender-se por sociedade decente aquela na qual os atores sociais não passam por humilhações, identifica no déficit ético o déficit de decência pela ausência de território legítimo, justo e decente.

A contraposição da imagem reflexa de bairros e favelas tradicionais na cidade do Rio de Janeiro possibilita a Adair Rocha o ponto de partida para o reconhecimento das contradições, conflitos e potências da cidade. O autor ilumina em “Favela é cidade: a emergência imagética da cidade periférica” as expressões de festa, samba, religião, política e futebol que atravessam a avenida, a rua, a praça. O espetáculo é pensado como aquilo que explicita o debate político e exhibe a favela como protagonista da cidade. As políticas públicas vocacionadas para o fortalecimento da diversidade cultural partem do pressuposto de que quem faz cultura é a população, em

sua expressão diversa, plural, étnica, religiosa, política e de classe. O reconhecimento e apoio às variadas manifestações culturais dos grupos que organizam festas populares tradicionais se configuram como possibilidade de implementação de políticas públicas que pretendem romper com a normalidade da desigualdade que rege a sociedade. Define, portanto, o papel do Estado e dos governos como o de proporcionar e garantir as possibilidades de autorrepresentação cultural dos grupos empobrecidos, urbanos e rurais. Na condição de participante e formulador de políticas públicas assim entendidas, apresenta o Projeto Comunicar, do Núcleo de Comunicação Comunitária da PUC-Rio, o Programa Cultura Viva e os Pontos de Cultura, do Ministério da Cultura presidido por Gilberto Gil, que apoiam e qualificam manifestações seculares urbanas e rurais, concluindo que a criação e a produção na área de cultura interferem na perspectiva política e cidadã dos processos de natureza democrática.

Viviane Manzione Rubio e Angélica Tanus Benatti Alvim participam do debate com o ensaio “Programa de urbanização de favelas em Osasco – SP (2005-2016). Ajustes da política pública para atuação frente à crise” ao qual associam o direito à habitação como o princípio constitucional de 1988. Com o Estatuto da Cidade de 2001, novos instrumentos de regulação do uso e ocupação do solo são institucionalizados e, para possibilitar programas de urbanização de favelas, reconhecem e possibilitam a consolidação do lugar de moradia da população pobre. Observam como a favela vem sendo a solução encontrada ao redor do mundo, quando a crise econômica de 2008 produziu um amplo movimento de migração da população dentro e fora dos países, levando refugiados para diferentes cidades do mundo. A crise no Brasil produziu 14 milhões de desempregados na luta pelo trabalho e, conseqüentemente, pela moradia. No Rio de Janeiro já se observa um contingente de pessoas em situação de rua, uma vez que não conseguem mais pagar os aluguéis nem mesmo nas favelas. Viviane e Angélica apresentam a política de urbanização de Osasco como uma alternativa que deu certo para enfrentar a grave crise de trabalho e habitação. Para alcançar seus objetivos, o plano de ação do programa parte dos princípios de democratização do acesso à moradia e, para tanto, propõe a participação social na formulação da política, respeito às identidades

culturais e ao meio ambiente e práticas de inclusão social. A experiência do **Programa Bairro Novo**, com seus quatro eixos, formou uma totalidade de ação pública na qual foi possível identificar e analisar avanços e descompassos encontrados nesse campo. Com a crise econômica que se instalou, a precarização do território das favelas no Brasil, inclusive as urbanizadas, se intensificou. Para enfrentar a atualidade de aprofundamento da crise da habitação são feitas propostas para o desenvolvimento de políticas públicas de inclusão social no direito à habitação e à vida.

Afonso C. Castro, Ivana A. P. Bedendo e Angélica A. Benatti se propõem a analisar “A formação e as transformações da metrópole: o Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, SP”. Os autores consideram que o processo histórico de espraiamento da mancha urbana, ocupada pela população de renda baixa com um padrão de urbanização precário, foi induzido por questões de mobilidade e acessibilidade. Os deslocamentos e as possibilidades físicas de sua realização exigem a análise de um sistema viário heterogêneo, dos percursos urbanos efetivos e do transporte multimodal. Como parte do processo de expansão da mancha que resultou da incorporação de estradas vicinais à rede viária urbana, o caso da Estrada de M’ Boi Mirim permite identificar a persistência conflituosa, junto à ocupação modernizada, da “modernização precária”. Recortando as propostas do Plano de Mobilidade de São Paulo de 2015 para o Jardim Ângela, os autores observam que a ocupação precária não se reverte frente à implantação de complexos sistemas de infraestrutura de transporte coletivo. Analisam, para tanto, as obras já executadas de requalificação e ampliação das faixas do corredor de ônibus da Estrada M’ Boi Mirim. Tais obras foram implantadas em um entroncamento complexo de vias regionais e locais utilizadas por diversos modais de transporte e onde ocorre fluxo intenso de pedestres. A construção do terminal de ônibus e do hospital não se configurou como elemento com poder de transformação das áreas vizinhas, nas quais permanece a urbanização densa e caótica das ruas e vielas. As poucas melhorias promovidas no entorno não evidenciam cuidado com suas funções de encontro e fruição; o cenário permanece árido e confuso e a segregação espacial e social dessas populações se mantêm.

Por último, mas não menos importante, Natalia Andrea Urbina Castellón, apresenta o artigo “Território, comunicação e educação no morro Babilônia”. A partir na experiência de morar no morro do Jorge Turco, na área de Coelho Neto, na zona norte do Rio de Janeiro, Natalia Urbina escreve sobre as redes sociais que fazem a comunicação na favela. Quando comprova a diferença entre zona sul e zona norte da cidade. A particularidade quanto ao investimento público, manifestações locais de discurso, acirramento da violência urbana cotidiana, como guerras, invasões, facções criminosas e violência policial. Para fazer essa análise propõem analisar cada lugar com suas próprias particularidades, e apoia sua análise nos conceitos de território, lugar e identidade.

Recuperando uma visão geral sobre o percurso trilhado, podemos enfatizar o quanto este livro é importante para nós. A percepção da destruição ininterrupta da vida no Brasil está associada à análise da profunda crise ética, política e econômica, e da ampliação do poder fascista e de sua violência no Brasil, com seus efeitos deploráveis sobre a vida de milhões de brasileiros. cremos que ele permite compreender que a crise econômica é produto do golpe que deslegitima os governos, cria instabilidade social, produz o medo e afasta a ação libertária e criadora de investimento econômico e da criatividade na vida cotidiana.

Os quatro eixos que estruturaram nossa reflexão coletiva indicam os caminhos que foram trilhados pelos analistas. No primeiro, foi possível examinar a transformação da política no contexto de uma sociedade da comunicação e da informação para compreender como se altera a ordem política e emergem redes de dominação que transformam as práticas políticas e exigem uma análise própria ao contexto da globalização. Para avançar nesse debate foi possível fazer uma análise do discurso do marketing quando se revela seu poder de persuasão e se viabiliza um golpe no mercado imobiliário. Para finalizar esse primeiro eixo são reveladas as transformações no trabalho intelectual de arquitetos e urbanistas, pela mediação da tecnologia digital e se transforma obra em produto dentro da lógica

do capitalismo digital, garantindo a mudança estrutural que adapta a cidade aos desígnios do capital.

O segundo eixo está associado ao avanço do capital das corporações globais sobre o território, quando os ensaios apresentados revelam as especificidades de suas articulações com o poder político e formação de uma rede urbana em defesa de interesses corporativos. Apresentou as origens do golpe e das formas particulares de estruturação do território em rede urbana. Aí foram examinados efeitos do golpe sobre o Estado do Rio de Janeiro, onde a crise exhibe sua marca mais profunda, revelando a violência da política associada à expropriação de recursos econômicos pelos donos do poder. Foram também apresentadas as especificidades de ocupação dos territórios pelas corporações globais que se entrincheiram em verdadeiros *bunkers* industriais fortificados e de proteção integral a se associam a condomínios residenciais voltados para os altos extratos da classe média. À margem, identificam uma força de trabalho disciplinarizada em moldes fordistas, mas submetida à vigilância, associando práticas arcaicas e modernas.

No terceiro eixo, os objetivos dos autores reconhecem os termos epistemológicos requeridos para se examinar a noção de crise. Para formular sua análise, sugere-se a presentificação dos fenômenos de resistência social e a possibilidade de fazer leituras dos sentidos hegemônicos da ação. Ao mesmo tempo, se faz um percurso nas políticas públicas do governo Lula e Dilma e uma análise do Movimento Nacional pela Reforma Urbana e dos Conselhos da Cidade e de Gestão do Fundo da Habitação de Interesse Social. Esse recorte permite examinar políticas públicas de Estado que procuram viabilizar a participação na política e inclusão social. A democracia pode ser lida na ação do estado direcionada à política pública urbana, ou na cultura criada pela sociedade. Foi assim possível analisar os dois movimentos para unir, numa mesma totalidade, política pública e cultura.

No quarto eixo se examina a ética e política na cidade em crise; os autores focaram na cidade e revelam a relação entre território e poder, analisando espaços geopolíticos capitaneados por agentes do Estado, narcotraficantes, milicianos e forças policiais. Evidenciou-se assim a ausência de território justo e decente, revelador da profunda

injustiça territorial com os moradores comuns que faz o inferno da vida cotidiana das populações mais pobres. Para contrapor a essa realidade se reconhece a festa, o samba, a religião, a política e o futebol, que atravessam os espaços públicos e as necessárias políticas públicas vocacionadas para o fortalecimento da diversidade cultural nas cidades do Brasil, através da análise de políticas públicas de Estado e da autorrepresentação cultural dos grupos urbanos empobrecidos. No que se refere à habitação, são evocadas a Constituição de 1988 e o Estatuto da Cidade para confrontar com os 14 milhões de desempregados produzidos pela crise, e como ela ampliou a expansão das favelas. Propor uma política pública de inclusão social pela urbanização de favelas decorre do exigido respeito ao direito à habitação e à vida. Para fechar o percurso analítico se examina uma política pública de mobilidade urbana quando o investimento na infraestrutura física não configurou transformação do espaço, na qual permanece a urbanização densa e caótica, identificando a permanência do cenário árido e confuso e a segregação espacial e social dessas populações se mantêm.

Estou terminando este livro, no dia 8 de abril; e ontem o ex-presidente Lula foi preso. Estamos diante de um momento histórico em que se define o futuro de nossa nação.

Como foi possível ler ao longo dessa coletânea, a violência do golpe sobre o território é perversa, ela destrói as condições de vida dos brasileiros. Estamos em guerra, os atores e suas práticas mudaram. Não sendo necessário destruir o território e matar pessoas. A mudança nas suas práticas está associada à substituição da violência das armas pelo poder do consenso que encontra na enunciação do discurso simbólico a legitimidade da ação proposta. Para contrapor a força instrumental do discurso hegemônico, torna-se necessário enunciar um discurso contra hegemônico capaz por produzir uma ação política que emana da vontade popular.

Como tão poucos são capazes de fazer valer sua estratégia política sobre tantos?

Para responder a essa interrogação é preciso dialogar com Hanna Arendt, que separa violência e poder. A violência do poder hegemônico está associada à capacidade de manipular um discurso para criar um consenso a partir de representações manipuladas, mas sim-

plesmente montam uma cena e fazem uma representação destituída de fatos concretos, quer dizer de realidade, *fake news*, mentiras, e de natureza instrumental. O poder, enquanto capacidade de produzir a coesão social, está associado à capacidade que tem o homem de agir em conjunto, o que exige o consenso de muitos sobre o objeto da ação política. Esta é de natureza relacional. No presente contexto histórico o campo progressista tem uma saída: trata-se de superar as divergências ideológicas para produzir uma esquerda unida e enunciar um discurso verdadeiro em torno de um projeto de soberania nacional, liberdade política e justiça social no Brasil.

Eixo 1

**Política, técnica e comunicação
na crise da democracia**

A rede do golpe na democracia

TAMARA EGLER¹, RAFAEL BARBOSA², FABIÓLA NEVES³,
LUIZ ROBERTO VASCONCELOS⁴

Por ocasião da votação do pedido de *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, no dia 17 de abril de 2016, ao escutar os deputados que a acusavam, justificando seus votos como um instrumento de defesa de suas famílias e amigos, pensamos se tratar de uma estratégia política montada havia muito tempo. Era o primeiro ato do golpe contra a jovem democracia brasileira.

Para começar esse ensaio, é importante afirmar como, a cada dia que passa, o golpe está sendo realizado pouco a pouco, a cada passo uma ação e uma *contração*, inesperada, e um novo passo na destruição do Brasil. Parece uma telenovela na qual, em cada capítulo, tem lugar uma ação política contra a soberania, a economia, e as condições de existência dos pobres no nosso país. A cada passo dado, os golpistas contam uma pequena estória para legitimar, junto à opinião pública, os interesses privados que destroem os interesses da nação. Sabemos como a legitimidade é um dos pilares da sustentação política de governos, sem ela a crise se instala e a instabilidade política se alastra.

Podemos dividir a estratégia do golpe em três eixos de ação: o primeiro, associado à apropriação de recursos naturais; o segundo, à acumulação financeira; e o terceiro, à destruição de condições de trabalho e desenvolvimento social. Quanto ao primeiro eixo, vale lembrar que imediatamente após o golpe foram vendidos trechos privilegiados do Pré-Sal⁵ às corporações petrolíferas internacionais,

¹ Professor IPPUR/UFRJ, pesquisador 1B do CNPQ, cientista do Nosso Estado da Faperj.

² Graduando no GPDES, bolsista de IC do CNPq.

³ Mestranda no IPPUR/UFRJ.

⁴ Graduando do GPDES, bolsista do CNPq.

⁵ <https://www.cartacapital.com.br/revista/977/a-venda-do-pre-sal-um-desastre-para-o-brasil>

foi autorizada a compra, por estrangeiros, de grandes propriedades fundiárias⁶ e a apropriação de extensas áreas com subsolo rico em ouro em Rondônia, para citar apenas as iniciativas mais importantes. Para o segundo eixo, a estratégia foi manter a dívida do Brasil, e o pagamento de altas taxas de juros no mercado financeiro nacional e interacional. No que concerne ao terceiro eixo, cabe destacar a edição da PEC 241, que congelou os investimentos em políticas sociais por 20 anos, a destruição da Consolidação das Leis do Trabalho (CLT) e das políticas de educação e saúde, a redução de investimentos em cultura, ciência e tecnologia, entre tantas outras medidas contrárias aos interesses nacionais.

Para que se possa proceder à análise dessa complexa estratégia de desmonte, há que se identificar suas muitas variáveis. Para tal, podemos começar registrando o aniquilamento da Odebrecht, maior empresa de construção civil do país, a produção de uma crise dentro da Petrobras, por acusação de corrupção, bem como o colapso da JBS, uma das maiores produtoras de proteína animal do mundo. Em outras palavras, a construção do marco edificado, a energia, e a proteína foram os primeiros alvos econômicos do golpe capitaneado pela Operação Lava Jato. A destruição/apropriação continua, visto que, a cada dia, uma nova atividade econômica é transferida do Estado para corporações nacionais e internacionais. Por sua vez, o controle acionário da Embraer está prestes a ser transferido para a Boeing, bem como a privatização da Eletrobrás, a *holding* do setor elétrico brasileiro, está na ordem do dia, para citar as mais importantes ações de alienação do patrimônio nacional.

Para garantir para si o acesso aos recursos naturais – petróleo, água, ouro –, a propriedade de grandes extensões de terra, e a produção de proteína animal, as corporações internacionais, associadas aos atores locais, se organizaram para destruir, aos poucos, a Petrobras, a Odebrecht e a JBS, as maiores empresas brasileiras, de importante papel na economia e na política brasileira. Na política internacional do governo Lula, os países da rede BRICs- Brasil, Rússia, Índia e África do Sul tinham por objetivo estabelecer uma bipolaridade econômica, geopolítica e estratégica no mundo, para

⁶ <http://www.valor.com.br/brasil/5231447/estrangeiro-contorna-restricao-e-investe-em-terra>

fazer frente aos interesses da rede hegemônica formada pela Europa e Estados Unidos. O que colocava em questão a rede dominante de corporações internacionais. Para elas, era inimaginável suportar a ideia de que o Brasil pudesse sair da dominação de corporações globais hegemônicas, e viesse a se colocar no mesmo patamar de soberania dos países mais avançados, trata-se de manter a dominação política e econômica dos EUA sobre a América Latina.

O desafio do presente ensaio é entender como o golpe foi estruturado, e como as tecnologias de informação e comunicação cumprem um papel importante no âmbito dessa nova estratégia de dominação e acumulação. Nessa perspectiva, é fundamental identificar os atores, reconhecer os processos e analisar os fatos decorrentes dessa nova forma de intervenção e de acumulação do capital no Brasil, e de como se produz a usurpação de sua soberania. É uma nova guerra, sobretudo simbólica, ela reconfigura as relações de poder sobre o território nacional e impõe um regime de governo exercido por atores alheios ao interesse nacional.

A compreensão que reduz o campo político à expressão de processos econômicos e sociais não é suficiente, não dá conta da complexidade do mundo em rede, no contexto da globalização. É preciso ter coragem para incluir no debate as transformações resultantes da invenção de tecnologias e de como elas incidem e modificam a política. O nosso desafio epistemológico é aplicar a categoria rede ao campo que associa o político, cultural e econômico, tendo em vista conhecer os efeitos da tecnologia sobre as relações de poder da ação política, do discurso da mídia e da acumulação financeira. Se por ocasião da invenção de TICs, nossa análise valorizou as possibilidades de colaboração, coesão social e democratização, neste artigo aplicamos a categoria rede sobre as formas de orquestração da política, difusão de discursos e seus resultados econômicos, no intuito de analisar as formas alternativas de dominação e acumulação no contexto da atualidade.

Para examinar o lugar da técnica na política, podemos identificar dois conjuntos de fatos. O primeiro está associado ao avanço da informática. Graças ao desenvolvimento de ferramentas de busca, é possível descobrir quem disse, por que, para quem, onde, como e quando. Ao mesmo tempo, sabemos como a informática possibilita a emergência de redes sociotécnicas e podemos reconhecer que elas

se organizam por relações vitais e virtuais (EGLER, 2011) e inauguram organizações políticas nunca antes imaginadas.

Compreende-se por campo, definindo por Bourdieu (1998; 2004), como um grupo social que compartilha uma forma de pensar, fazer e ser. Ao mesmo tempo podemos definir a rede sociotécnica, como um coletivo que compartilha formas de pensar, fazer e ser. Quer dizer, Campo é uma categoria abstrata ilumina a rede sociotécnica como um novo ator, sujeito coletivo concreto. Essa percepção é muito importante para nossa reflexão, é a condição de nossa atualidade, em que se formam redes em todos os *Campos*, desde a unificação de atores econômicos, políticos, sociais e culturais.

Para levar adiante essa tarefa, a nossa proposta analítica considera as seguintes perguntas:

- Em que contexto o golpe foi tramado?
- Qual é o lugar da técnica na crise do Brasil?
- Qual rede estrutura a crise atual?
- Que funções organizam a rede do golpe.
- Como se estabelece o conflito entre o campo progressista e o campo golpista?
- Quais redes participam da resistência ao golpe?
- Como podemos retornar ao regime democrático no Brasil?

Nossa hipótese está associada à análise que considera novas institucionalidades políticas em rede sociotécnica que transformam os modos da ação política e da acumulação de capital. Fazem a mediação entre os atores que associam diferentes instâncias governamentais – Executivo, o Legislativo e o Judiciário – a corporações nacionais e internacionais, mídias hegemônicas e contra-hegemônicas, movimentos sociais, redes sociais, todos eles agindo em torno de um objeto comum de ação. São muitas redes que se sobrepõem, formam uma totalidade que conecta muitos atores (EGLER, 2017). Esse paradigma nos obriga a rever a tradicional divisão do poder político, entre esferas e escalas (FOUCAULT, 1999). Fica tudo junto e rompe com os princípios da nossa Constituição, impondo um poder político que reúne os atores enredados no golpe, em dois campos um primeiro o campo progressista e um segundo o golpista.

Método e metodologia

Para fazer a análise da rede de atores do golpe no Brasil, identificamos dois fatos/etapas importantes: o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff e o julgamento/condenação do ex-presidente Luiz Ignácio Lula da Silva. Para avançar na nossa análise o desafio é identificar as semelhanças entre os atores associados, para isso focados, respectivamente, na primeira e na segunda etapa da trama golpista. Nos dois casos estão presentes atores que lutam pela condenação e pela absolvição. O esforço analítico é reconstruir o caminho do golpe a partir da leitura e do desdobramento dos processos que conduziram aos fatos (RIBEIRO, 2011). Cada função comportou dois campos, a favor e contra o *impeachment* e o julgamento do Lula. Isso facilita o nosso trabalho de decupagem do objeto.

Para isso, reunimos os gráficos associados aos dois fatos – o *impeachment* da presidente Dilma e o julgamento do ex-presidente Lula – para encontrar os fios invisíveis que revelam as “homologias estruturais” e unificam a análise da ação política. Desenvolvemos um raciocínio baseado nas semelhanças, que tornou possível aplicar um modelo teórico capaz de observar relações que indicam determinadas formas sociais e fazem emergir propriedades ocultas. Esse procedimento permite generalizações entre comunidades, redes e sociedades (BOURDIEU, 2007).

Esse procedimento metodológico permite-nos perceber como muitas vezes observamos os mesmos atores, eles se fazem representar nos dois fatos, o que nos leva a avançar na análise que considera que estamos diante de uma rede de alta complexidade, na qual se associam atores que atuam na política, economia e cultura. Esse é o primeiro passo. Para ler sua arquitetura é importante perceber como elas são formadas por campos, desempenham funções que se articulam e formam uma totalidade. Foi possível, então, reconhecer as funções, identificar os atores e ler o discurso, para encontrar os fios invisíveis de comunicação que os articulam. E respondem pela totalidade do golpe.

A complexidade da rede exige uma análise interdisciplinar por interação conceitual. Trata-se de um desafio epistemológico, favorece uma interpretação capaz de observar a fusão entre política, economia e cultura, na medida em que elas unificam os atores des-

ses campos. Para tanto, a análise deve reconhecer a importância do pensamento que lança mão de categorias e conceitos de diferentes disciplinas, para enfrentar a enorme tarefa de desvendar essa estratégia política. Nosso ponto de partida é identificar os atores, elencar os processos, fatos e funções (ELIAS, 1994) que estruturam as redes, no intuito de refletir como a comunicação entre atores permite sua articulação e faz a sua totalidade. O desafio epistemológico consiste, exatamente, em ver e ler essa totalidade, ela exige a unificação de diferentes disciplinas, para produzir uma análise interdisciplinar (BOURDIE, 2014 ; RIBEIRO, 2011).

A crise é produzida por atores em rede, que se beneficiam da transversalidade e da transescalaridade entre esferas. Isso explica o conjunto de agentes governamentais, situados em diferentes escalas, que atuam de forma convergente. Com efeito, da primeira instância do juiz Sérgio Moro, passando pela mídia e chegando ao STF, observamos um mesmo discurso. O que exige uma redefinição da separação entre os poderes, e um princípio epistemológico que produza uma análise pela associação de poderes por mediação de rede sociotécnica. Quer dizer, exige uma análise que reconheça como as Tecnologias de Informação e Comunicação - TICs transformam as relações entre os diferentes poderes, permite formas de associação inusitadas, fratura a divisão dos poderes e desmonta a Constituição de 1988 , do Brasil.

Os procedimentos metodológicos são os seguintes:

- Produção de banco de dados a partir de informações da imprensa hegemônica, da imprensa alternativa e das redes sociais.
- Identificação dos atores que participam das redes, por meio de leituras.
- Documentação em tabela de fragmentos do discurso para representar as relações entre atores e suas práticas.
- Identificação e análise das funções de ação.
- Análise dos processos que produzem os fatos.
- Mapeamento das relações discursivas entre os atores, para identificar as interações entre os mesmos e a sua participação em diferentes redes.

- Delimitação dos Campos progressista e golpistas.
- Representação gráfica da rede por funções, atores e fatos, mediante a utilização do programa GEPHI.

É fundamental identificar, descrever e analisar a estratégia dos atores que participaram/participam do golpe, e também a dos atores da resistência, porque só assim desvendaremos sua ação e entenderemos o conflito. Para tanto, foi possível identificar e decompor a divisão das funções na rede, incluir as esferas de participação, analisar seu discurso, e representar os gráficos da rede progressista e golpista. O foco da pesquisa está centrado, obviamente, nos fatos associados ao *impeachment* da presidente Dilma e ao julgamento do ex-presidente Lula.

Funções da rede

Para fazer a nossa análise devemos descobrir as diferentes funções que estruturam a totalidade da ação da rede de atores associados à produção e defesa do golpe no Brasil, como concepção e execução da estratégia; judicialização da política; politização do Judiciário; impulso de poder; difusão de discursos; mobilização política e acumulação de corporações nacionais e internacionais (RIBEIRO, 2005).

Gráfico 1. Execução da estratégia



Antes de fazer a análise das relações que representamos é importante explicar que nas representações das redes em gráficos, estão condensadas a metodologia, ela identifica funções represen-

tados em azul, atores que podem ser sujeitos ou instituições, representados em pontos e círculos na cor vermelha, nos processos que podemos ler nos fluxos que associam os atores aos fatos apresentados em vermelho. Com isso, se representam as funções, o lugar dos atores dos campos progressista e golpista. O tamanho da círculo representa a importância dos atores no campo.

Como podemos ler no gráfico indicado, já podemos identificar o campo golpista, representado na cor roxo e o campo progressista verde. O núcleo duro da rede é responsável pela estratégia que foi orquestrada, de oposição ao governo do PT, em duas etapas, a primeira fundada no *impeachment* da presidente Dilma, e depois na condenação de Lula. Esse golpe foi tramado pelo senador Aécio, associado a interesses de atores alheios ao país, quando não aceitou ter sido derrotado nas eleições presidenciais de 2014, que reelegeu Dilma Rousseff. Lembramos que ele declarou publicamente que Dilma não iria governar, que ela não concluiria o segundo mandato⁷. E também, quando em conversa com o ex-senador Sergio Machado, o senador Romero Jucá afirmou que era preciso “estancar a sangria” representada pela Operação Lava Jato, que estava investigando-os. Nessa mesma conversa, ele propôs que a solução estava em levar à presidência o vice Michel Temer; estava montada a articulação do núcleo duro da rede do golpe no Brasil, formado por Aécio Neves, Romero Jucá, Michel Temer. Depois do *impeachment* da presidente os avanços políticos, econômicos e sociais alcançados com os governos de Lula e Dilma foram em pouco tempo desmontados, mediante um conjunto de Propostas de Emenda Constitucional- PEC, perdendo os princípios de sua promulgação em 1988.

O Executivo federal goza hoje da prerrogativa de propor alterações profundas à Constituição de 1988, encaminhando as PECs ao Legislativo e pedindo a sua aprovação. O núcleo duro do Executivo, associado ao Legislativo, transformou, na prática, a chamada “Constituição cidadã”, que, elaborada por 558 constituintes, e contando com a participação da sociedade, é considerada a mais completa das cartas magnas brasileiras no sentido de garantir os direitos à cidadania para a população. As emendas responsáveis pelo desmonte

⁷ <http://consciencia.blog.br/2016/11/declaracao-falsa-aecio-neves.html>

presidente da Câmara⁹. Sua eleição faz plenamente sentido, quando foi possível ver como o Congresso impedia que Dilma Rousseff, eleita no mesmo pleito com 54 milhões de votos, exercesse efetivamente o governo, a mídia continuava com seu discurso de destruição do PT.

Os atores do campo político detêm a prerrogativa de elaboração de um discurso, produzindo uma representação simbólica que confere significado ao mundo real. A montagem da encenação teatral que construiu o golpe no Brasil foi uma decorrência do monopólio de prerrogativas e do seu funcionamento. Para levar adiante a tarefa, foi necessário associar atores e formar uma rede de muitos poderes com o objetivo compartilhado de afastar a presidente. Foi elaborado um discurso simbólico que alegava “pedaladas fiscais”, prática contábil amplamente utilizada previamente por outros governos e não considerada crime. Era preciso que a sociedade viesse a acreditar que a presidente havia cometido um crime, mesmo que o discurso não se apoiasse em fatos concretos ou fundamento jurídico.

Como podemos ler no Gráfico 2, o processo de *impeachment* foi desencadeado pelo núcleo duro do campo golpista. A partir dessa concepção, os advogados de acusação, Hélio Bicudo, Janaina Paschoal e Miguel Reale, encaminharam uma denúncia contra a presidente Dilma à Câmara dos Deputados. Seu presidente, Eduardo Cunha, deu continuidade para a votação em plenário, ficando clara, desde o início, a posição dos partidos que formam o campo golpista como: o Movimento Democrático Brasileiro (MDB), o Partido Socialista Democrático Brasileiro (PSDB), o Partido Socialista Brasileiro (PSB) e outras agremiações menores a favor do *impeachment*.

Ao mesmo tempo era formulado o discurso contra o *impeachment*, tendo à frente o Partido dos Trabalhadores (PT), o Partido Democrático Trabalhista (PDT), o Partido Comunista Brasileiro (PCB), o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), a Frente Brasil Popular, que reúne 80 organizações sociais, movimentos sindicais como a Central Única dos Trabalhadores (CUT); União Geral dos Trabalhadores (UGT); Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil (CTB); movimentos sociais, organizações da sociedade civil, entre outros. O ministro da

⁹ <http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>

Justiça, José Eduardo Cardoso, teve uma importante participação na defesa da presidente Dilma.

Na Câmara dos Deputados, o *impeachment* foi aprovado por 367 votos a favor e 137 contra. Em seguida o processo é encaminhado para o Senado, quando a votação foi de 61 votos a favor e 20 contra; completa-se o ciclo e a presidente Dilma foi afastada do exercício de seu mandato popular, acusada das tais “pedaladas fiscais”. Resta ainda enunciar o lugar do STF, que até agora¹⁰ não julgou o recurso encaminhado pelos advogados da defesa para a anulação do *impeachment*. Estamos diante de fatos que revelam como a judicialização do campo político, quando se inventam fatos destituídos de realidade, em nome da lei, se aprova o impedimento da presidente Dilma Rouseff, contra a vontade popular.

Quadro 1 - Votação do *impeachment* na Câmara

Votação na Câmara			
Partido	A favor	Contra	Total Geral
PMDB	59	7	66
PSDB	52	0	52
PP	38	4	42
PSB	29	3	32
PSD	29	8	37
DEM	28	0	28
PR	26	10	36
PRB	22	0	22
PTB	14	6	20
SD	14	0	14
PSC	10	0	10
PPS	8	0	8
PTN	8	4	12
PDT	6	12	18
PHS	6	1	7
PV	6	0	6
PROS	4	2	6
PSL	2	0	2
PT do B	2	1	3

Continua na próxima página.

¹⁰ NR: quando da redação deste artigo em abril de 2017.

Votação na Câmara			
Partido	A favor	Contra	Total Geral
PEN	1	1	2
PMB	1	0	1
PC do B	0	10	10
PSOL	0	6	6
PT	0	60	60
Total	367	137	504

Fonte: jornal O Globo, 17/04/2016¹¹

Quadro 2 - Votação do *impeachment* no Senado

Votação no Senado			
Partido	A favor	Contra	Total Geral
PDT	3	0	3
PSDB	11	0	11
PV	1	0	1
PP	6	1	7
PT	0	10	10
PSB	5	2	7
PTB	1	2	3
PR	4	0	4
PPS	1	0	1
PMDB	17	2	19
DEM	4	0	4
PSC	2	0	2
PRB	1	0	1
PTC	1	0	1
PSD	3	1	4
REDE	0	1	1
Sem partido	1	0	1
PC do B	0	1	1
Total	61	20	81

Fonte: jornal O Globo, 09/08/2016¹².

¹¹ <http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/a-votacao-do-impeachment-na-camara/>

¹² <http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/a-votacao-da-procedencia-no-senado/>

Política do Judiciário

Gráfico 3. Condenação do Lula: politização do Judiciário



Para examinar a função de politização do judiciário, no gráfico 3 acima, apresentamos os fatos, em vermelho, associados ao julgamento de Luiz Inácio Lula da Silva, candidato à presidência da República nas eleições de 2018. No gráfico acima os dois campos podem ser lidos facilmente, o campo golpista em roxo e o progressista em verde, e como os mesmos defendem dois objetivos opostos, pela condenação e absolvição do presidente Lula. Trata-se de um conflito simbólico que acontece no âmbito de representações simbólicas do direito. A função politização do Judiciário está associada à transferência de competências entre a esfera judiciária e a esfera política. Isso acontece quando juízes e advogados se arrogam o direito de fazer política, se apresentando em público, dando entrevistas à mídia, julgando sem provas em clara defesa de interesses associados. É uma estratégia que objetiva desmoralizar líderes progressistas, acusando a eles e a seus familiares, de corrupção, e atacando seu comportamento privado. Lembramos como o juiz Sergio Moro, atuou fora da lei ao divulgar conversas privadas entre a então presidente Dilma e ex-presidente Lula. Em seguida, os escândalos são convertidos em processos judiciais, e com isso as carreiras de homens públicos chegam ao fim. Essa estratégia foi bem-sucedida em Honduras (2009), no Paraguai (2012) e no Brasil (2016). Não devemos nos esquecer de que Liliana Ayalde era a embaixadora dos Estados Unidos nos três países quando seus presidentes

foram afastados, respectivamente, Manuel Zelaya, Fernando Lugo e Dilma Rousseff.

Esse é o desígnio Operação Lava Jato que focou a sua ação, nos últimos três anos, na condenação de Lula, deixando outros atores, como Michel Temer, Aécio Neves e José Serra, entre outros, a salvo de acusações. Lembremos que recentemente, no final de março de 2018, a procuradora geral da República (PGR), Raquel Dodge, engavetou os processos contra Aécio Neves e José Serra por prescrição do tempo. O que aconteceu no mesmo espaço de tempo em que o ex-presidente Lula foi condenado na segunda instância. Uma perversão!

As relações de amizade e de vínculos entre membros de partidos políticos e juízes foram amplamente fotografadas e divulgadas pela imprensa. Mais do que isso, percebe-se a articulação do golpe com os interesses internacionais quando somos informados que cidadãos brasileiros, formados nos EUA, com nacionalidade americana, viajam periodicamente aos EUA, como é o caso do juiz Moro, que foi treinado pelo sistema jurídico americano, para conhecer a Operação Mãos Limpas (BOBBIO, 2016) da Itália, modelo da Lava Jato no Brasil. É também notória a relação de Rodrigo Janot, ex-procurador geral da República, com os colegas do Departamento de Justiça e no Departamento de Estado dos *EUA*, de toga nos *EUA*¹³. O que demonstra o comportamento seletivo das instâncias do Judiciário. Lembro ainda dos jovens economistas que, formados em universidades americanas, recebem a condição de ser cidadãos americanos, e passam a usufruir das benesses da dupla nacionalidade. Ou ainda, o mais nobre de seus representantes, o banqueiro Henrique Meirelles no comando do Ministério da Fazenda, e membro destacado da rede de capitais financeiros. Muito simplesmente o Judiciário passa a agir dentro do exercício da Justiça em defesa de interesses do campo golpista.

A Operação Lava Jato levou para a cadeia, a partir de delações premiadas, os principais dirigentes do PT e executivos da

¹³ <http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/janot-na-america-para-falar-sobre-delacao-e-combate-a-corrupcao/>

Petrobras, Odebrecht, OAS e JBS. O juiz Sérgio Moro logrou obter uma delação de Leo Pinheiro, presidente da OAS, que havia sido inicialmente condenado a 34 anos de cadeia, e depois da delação a condenação foi reduzida a três anos. Leo Pinheiro foi levado a fazer uma delação contra o presidente Lula, acusando-o de ter recebido de propina um apartamento triplex localizado na praia de Guarujá. Ao mesmo tempo, 73 outras pessoas testemunharam a favor de Lula, inocentando as acusações do juiz Sergio Moro. Apesar de todas as evidências de que o presidente não era dono do imóvel, que nunca tinha usado o mesmo, que nunca havia encomendado uma reforma, que não existia nenhum documento que provasse ser dono, o juiz Moro ignorou a argumentação da defesa e condenou o presidente a nove anos e meio de reclusão, na primeira instância. Quando o processo foi encaminhado para a segunda instância no Tribunal Regional Federal TRF- 4, os juízes reiteraram a condenação com um acréscimo da pena para 12 anos e um mês, ao que tudo indica para evitar a prescrição do julgado¹⁴. Para o professor Paulo Sergio Pinheiro, a leitura das sentenças revela como a sentença da primeira instância é reproduzida pelos três juízes do TRF4. Fica tudo mais grave se consideramos que o vídeo que foi veiculado pelos membros do Movimento sem Terra (MST), quando invadiram o tal triplex e revelaram como a argumentação contábil da acusação, que indicava uma reforma, era uma grande mentira. O julgamento e condenação do ex-presidente Lula, não passa de uma ação política, ela politiza a justiça e ignora a divisão de poderes na Constituição do Brasil.

Quando o processo alcançou a instância do Superior Tribunal Federal (STF) rejeitou por 6 votos a 5 o pedido de *habeas corpus* preventivo da defesa e com isso autorizou a prisão do ex-presidente Lula. O que dividiu o STF já que a ministra Rosa Weber votou contra o pedido de *habeas corpus* da defesa, não julgou a causa, mas defendeu o espírito de corpo, em defesa dos membros do STF, ou melhor do campo golpista. A partir dessa condenação, o ex-presidente se entregou, está preso numa

¹⁴ <https://www.brasil247.com/pt/blog/carloslindenberg/339248/Pesquisa-apon-ta-Lula-foi-condenado-injustamente.htm>

solitária, assim como faziam os nazistas quando prendiam seus inimigos, torturavam e encaminhavam para o sistema nazista de campos de concentração. Só que agora não se mata mais o corpo, o objetivo é matar o espírito tem por objetivo alcançar a morte simbólica.

No campo progressista atuam: o PT; a Frente Brasil Popular; os advogados Cristiano Zanin Martins & Valeska Teixeira Martins, José Roberto Batochio, Sepúlveda Pertence; juristas especialistas; tribunais internacionais; redes sociais como Facebook e WhatsApp; movimentos sociais lidos nas caravanas e mobilizações; mídia contra-hegemônica como Brasil 247, Tijolaço, Cafezinho, GGN, e tantos outros *blogs*. A manifestação mais recente foi a da Escola de Samba Tuiuti, no desfile do carnaval de 2018, no Rio de Janeiro. Essa importante representação da cultura popular fez uma crítica contundente aos promotores do golpe, deixando claro como cultura e política andam de mãos dadas.

Impulsão de poder

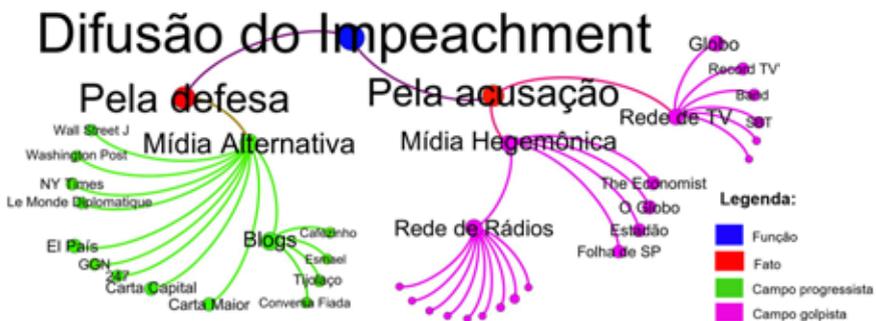


Nesse gráfico 4, acima, fica legível o poder de ação dos atores responsáveis pela impulsão de poder político. Vejamos agora o sentido de *impulsão de poder* – i.e., alavancar uma coisa que está em baixo e jogar para cima. Para alcançar seus objetivos o Executivo promove a impulsão do Legislativo, comprando votos de

deputados e senadores a preço de ouro em troca da aprovação de proposta de Emenda Constitucional, como a nova lei do trabalho, ou o teto dos gastos públicos nos próximos 20 anos. Em outras palavras, o Executivo exerce essa função de impulsão e participa da rede ao financiar a aquisição de votos do Legislativo e garantir a mudança da lei em benefício dos interesses particulares dos atores enredados. Foi o que aconteceu com o financiamento das campanhas dos parlamentares nas eleições, por bancos e grandes corporações, que lançaram mão de dinheiro originário da corrupção. Não podemos deixar de citar a impulsão de bancos como Bradesco, Itaú, Santander em apoio aos atores governamentais favoráveis ao *impeachment*. É oportuno observar o apoio financeiro aos movimentos contra o governo Dilma, e Lula, como o Movimento Brasil Livre (MBL) e o Vem para a Rua, esse último liderado por Rogerio Chequer¹⁵, líder do Movimento Vem para a Rua e sócio da empresa de gestão de fundos de investimentos Altas Capital Management, e da empresa Discovery Atlas Fund, com US\$115 milhões em ações; é também sócio de Robert Citrone, proprietário da revista *Forbes*, detentor de uma riqueza superior a US\$1 bilhão.

Difusão do golpe

Gráfico 5.1. Difusão do *Impeachment*



¹⁵ <http://www.esquerdadiario.com.br/Quem-e-Rogerio-Chequer-lider-do-movimento-Vem-Pra-Rua-que-convoca-manifestacao-no-dia-04-12>

Gráfico 5.2. Difusão da condenação



A difusão em apoio à estratégia política remete diretamente à mídia hegemônica que, diuturnamente, a toda hora, em todos os meios de comunicação – mídia impressa e digital, *O Globo*, *Estadão*, *Folha*, *Veja*, *IstoÉ* – desfechou duros ataques a Dilma e Lula. Os mandatos dos dois presidentes petistas foram alvo de intensa desvalorização, que ganhava representação nas capas, fotografias e textos.

Com efeito, a responsabilidade da rede quanto à função de difusão compete aos atores midiáticos – imprensa local, as redes de rádio e televisão, as agências de publicidade, aos artistas que fazem as representações publicitárias. Cabia a esses atores a produção de uma subjetividade coletiva favorável ao golpe. Talvez o exemplo mais acabado tenha sido o discurso acusatório do juiz Sérgio Moro, monitorado pelas Organizações Globo e suas subsidiárias, que difundiu um conjunto de fatos sem referentes na realidade, voltado para a produção de significados que emocionavam, no sentido de controlar a sua ação política. Para tanto, a mídia recorreu às *storytelings*, pequenas histórias que se assemelham a capítulos de telenovelas, apresentando a cada dia um fato novo, para manipular a opinião pública e produzir a legitimidade dessa ação política. Beneficiam-se dela o governo, as corporações internacionais, o capital financeiro, todos aqueles que sustentam sua emissão por patrocínios e interesses compartilhados. Trata-se da construção planejada de uma narrativa fantasiosa com aparência de realidade para criar a sensação de participação consciente e cidadã (SALMON, 1999). Elas se constituem em poderoso processo de comunicação e atração de agentes para a destruição da soberania nacional. São uma verdadeira máquina publicitária que leva adiante a tarefa de constituir a legitimidade da política junto à sociedade.

logrando promover um conflito entre os dois campos em conflito. Relembro a inesquecível foto do planalto em que o espaço da esplanada foi dividido em dois, de um lado os progressistas e do lado os golpista, em que as cores vermelho por um lado e verde e amarelo por outro lado revelam os membros dos dois campos.



No gráfico 6.2 fica claro como a condenação do presidente Lula teve maior poder de mobilizações do campo progressista. Após o *impeachment* da presidente cada vez mais as palavras de ordem contra o *impeachment*, foram se colocando acima das mobilizações das a favor do golpe. Como, por exemplo, “FORA TEMER”, que tomou conta das ruas e redes do espaço público no mundo. Mas foram as caravanas de Lula que melhor representaram a resistência social contra o golpe. Quando milhares de pessoas tomaram as ruas de cidades do Brasil, para revelar seus sentimentos de indignação no espaço público. Não menos importante é a ação dos atores enredados do campo progressista e seu discurso nas redes associadas ao campo progressista. Ou na mobilização em torno do sindicato dos metalúrgicos, quando milhares de pessoas rodearam o corpo de Lula candidato à presidência em 2018, o que aconteceu antes da sua prisão.

Acumulação de corporações

Essa função é muito complexa, exige por si uma análise que possa representar essa rede, é nosso objetivo encontrar caminhos para

fazer essa representação, no futuro da pesquisa. A representação da rede da função econômica de acumulação é muito difícil ; esta associada ao pagamento de juros sobre dívida pública. No presente contexto, estão cada vez mais fortes os movimentos financeiros especulativos, que interferem fortemente na dinâmica da valorização dos capitais. As novas formas de poder econômico, a ascensão de novos atores financeiros, a apropriação do excedente econômico, as concentrações de capital caracterizam essa mudança global. No Brasil, ela tem como traços mais marcantes a liberalização financeira, e políticas de desregulamentação e estímulo aos capitais externos. Como sabemos, a economia brasileira paga uma das taxas de juros mais elevadas no mercado financeiro global. Esse capital especulativo coloca a economia nacional nos parâmetros ditados pela acumulação capitalista mundial, na qual o capital fictício ganhou terreno, subordinando ainda mais a política econômica interna aos ditames financeiros. Por isso, as políticas econômicas que podemos ler nas metas de inflação, superávit primário, câmbio flutuante e juros elevados, garantem a remuneração do capital fictício sob a forma da dívida pública (SABATINI, 2014)¹⁶. Isso fica mais claro nas palavras de Lula, que, em apresentação pública¹⁷, revelou que no seu governo a dívida pública internacional havia sido paga na sua totalidade, embora os agentes do FMI estivessem sempre dispostos a oferecer novas margens de endividamento do Brasil, que eram prontamente recusadas. Vale lembrar que antes de ser afastada, Dilma Rousseff havia conseguido abaixar a taxa de juros, o que produziu reação dos bancos em atuação no Brasil e nas corporações internacionais.

Para que sua estratégia seja vencedora, o capital financeiro precisa se associar ao Estado, para garantir o pagamento dos juros, unificando a economia e a política. Isso é mais simples do que podemos imaginar, uma vez que existem interesses compartilhados que unificam capital financeiro nacional e internacional, por isso devemos considerar que o campo golpista no Brasil está associado aos interesses que sustentam a dominação política e expropriação

¹⁶ <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-capital-financeiro-e-a-economia-brasileira/4/31662>.

¹⁷ Discurso de Luiz Ignacio Lula da Silva, Universidade Estadual do Rio de Janeiro, abril de 2018.

econômica (CASTELLS, 1999; HARDT & NIGRI, 2001). Esse é o ponto de inflexão da política; no gráfico 6 da rede de impulsão acima representado, podemos observar a atuação dos atores do sistema financeiro nacional, como o Itaú, o Banco do Brasil, Santander, Bradesco, que financiam os atores associados ao golpe. Quer dizer, aqui fica claro como o interesse dos bancos em financiar os atores políticos do golpe, estão associados a manutenção de seus interesses privados.

O que explica a estratégia dos golpistas pela apropriação dos recursos naturais. Afinal, ao longo do golpe, houve a entrega do Pré-Sal às empresas petrolíferas internacionais para suprir a necessidade de fontes de energia; da JBS, para quebrar a capacidade de produção de proteína; a compra de terras por estrangeiros, para instalar grandes fazendas agrícolas; a delimitação de grandes áreas de exploração estrangeira para a extração de ouro e outras riquezas naturais. Mais recentemente, teve lugar a venda da Embraer para a Boeing. Essas são apenas as expropriações mais importantes.

Sabemos que os EUA desenvolvem continuamente sua política de interferência aberta e secreta nos assuntos internos de outros países. Sob o discurso mentiroso associado à preocupação com os direitos humanos e defesa da democracia, atacam diretamente a soberania de outras nações, principalmente quando a apropriação de recursos naturais está em jogo. Para tanto, traçam uma estratégia política tendo por objetivo apropriar fragmentos de territórios exclusivos em que se exerce a hegemonia americana. Basta enunciar as guerras contra o Iraque e Líbia.

Os EUA estão intervindo no Brasil para se apropriar de recursos naturais e atividades econômicas. A presença dos interesses americanos no Brasil também remete à acusação da Wikileaks e Edward Snowden, quando foram revelados fatos que atestavam a espionagem americana contra lideranças políticas e econômicas no Brasil.

Essa rede tem atores nacionais e internacionais, os atores globais se associam a atores locais e atuam no mundo todo. Estão transformando profundamente as estratégias de dominação do mundo, quando colocam o Brasil numa posição politicamente

te subordinada, para ampliar as possibilidades de expropriação da riqueza local. O processo gera a destruição das condições de existência social no Brasil. Basta observar os números que nos assombam, como o desemprego de 14 milhões de trabalhadores, a ampliação do número de miseráveis sem teto, o crescimento do subemprego, a retirada da obrigatoriedade de financiamento do Estado da educação fundamental, a destruição do sistema de saúde e de cultura, ou ainda o sucateamento das universidades públicas, a implosão da ciência e tecnologia.

Não hesitando em se associar aos interesses da rede global, o governo Temer implementou um conjunto de políticas destinadas a instalar um Estado neoliberal. Podemos ler essa estratégia pela venda do pré-sal, destruição e venda de importantes empresas nacionais, aprovação de nova legislação trabalhista, liquidação do patrimônio natural, eliminação de políticas de bem-estar social como educação e saúde, autorização de venda de terras a estrangeiros, perdão das enormes dívidas de grandes corporações nacionais e internacionais, para citar as mais importantes.

Estratégia da rede do golpe

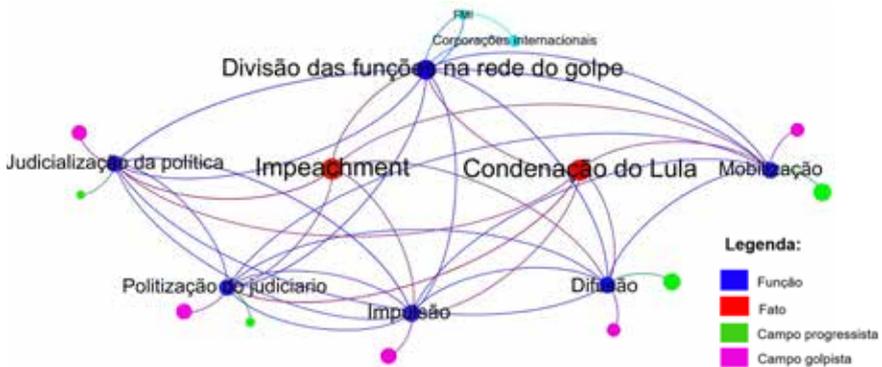
Se defende a tese de que o campo golpista dispõem de uma rede de atores políticos, econômicos, mediáticos e da sociedade civil, eles formam uma rede composta por agentes locais e internacionais.

Esse poder político está associado à rede de dominação global, já analisada por (CASTELLS, 1999; 2009). Na pesquisa que realizamos sobre a Rede Olímpica no Brasil encontramos evidências empíricas que revelavam como ela era formada por atores locais, associados a atores globais (EGLER, 2017). Essa cumplicidade é de extrema importância, uma vez que para intervir em países os atores globais precisam de atores locais para mudar as leis em seu benefício. A associação entre interesses internacionais e poder local faz parte da nossa história.

Se aplicarmos o conceito de Pierre Bourdieu (2007) de “homologias estruturais” na avaliação do golpe contra a democracia no Brasil, torna-se evidente a forma pela qual os atores locais, públicos e privados, estão associados ao poder de atores globais, públicos e

privados, e formam redes que se estruturam com base nessa associação local e global (EGLER, 2017). Foi nosso desafio revelar como a rede dos atores que participaram do *impeachment* de Dilma e da condenação de Lula, associam a escala local, e global para formar uma totalidade coesa. Essa rede de atores internacionais associada aos atores locais, por que são eles que podem intervir nas instituições governamentais e nas leis dos países onde atuam, para transformar a política do Estado em benefício dos seus próprios interesses. Esse é o princípio da estratégia global, formular um discurso que busca o consentimento do dominado para a defesa de interesse dos dominantes (GRAMSCI, 1998).

Gráfico 7. Estratégia do campo golpista



Para representar a rede do golpe, o desafio foi buscar unir as funções e desenhar a sua totalidade, o que pode ser lido no Gráfico 7. Para isso foi possível fazer o desenho focando nas funções, quando podemos então observar a totalidade da ação política e ler as articulações que associam os diferentes atores que participam do golpe. Nesse gráfico se representa a totalidade, nos permite compreender como essa rede está empenhada em produzir uma ação que tem por objetivo assegurar uma estratégia, que se desenvolve a partir da divisão da sua ação nas seguintes funções: *judicialização da política; politização do Judiciário; impulsão; difusão; mobilização* tem o objetivo formular e executar o golpe a partir de duas etapas, o *impeachment* da presidente Dilma e a condenação do candidato Lula à presidência da república. O poder da rede do golpe resulta de

uma organização que unifica poder político, jurídico, econômico e mediático, para o objetivo compartilhado de destruir a democracia, expropriar capital, e recursos naturais para auferir os ganhos sobre a totalidade da nação brasileira.

Para que isso tenha resultados efetivos, é necessário que o Legislativo aprove as leis necessárias à consolidação do golpe, a mídia faz a difusão de um discurso de valorização dessa política e as corporações fazem a impulsão do poder político. Para tanto, se permite o exercício de uma justiça politicamente posicionada, corporificadas nas delações de empresários e políticos, alcançadas pela manipulação do juiz Moro, contra os partidos de esquerda, e pela condenação de suas mais importantes lideranças.

Essa poderosa organização tem encontrado uma forte resistência, que podemos ler na emergência do campo progressista, formado por partidos políticos, sindicatos, mídia contra-hegemônica, mobilizações sociais, caravanas, redes sociais, em que se faz a enunciação de um discurso que se opõem ao processo de dominação em curso, e alcança o desígnio de legitimar junto à opinião pública os anseios de uma sociedade democrática.

Em outras palavras, podemos definir a localização dos atores no campo a partir dos capitais, da força motriz que cada rede detém. Para tanto, e à luz do pensamento de Bourdieu, é possível pensar em capital político, presente nas prerrogativas do Estado. Em capital econômico das corporações nacionais e internacionais, e capital cultural, na capacidade de enunciação de um discurso. Além da importante capacidade do capital social presente nas redes sociais associadas a realização das mobilizações. O desafio é identificar os principais atores, o capital acumulado, como eles se localizam no campo e quais são as funções de cada grupo. Para fazer essa leitura, torna-se possível representar o poder de cada rede pelo tamanho da circunferência; quanto maior o diâmetro, maior o poder acumulado pelo subgrupo da rede e pelas suas funções.

O poder pode ser visto como a capacidade de se formar um coletivo capaz de levar adiante um projeto de ação política compartilhada por consenso (ARENDDT, 1994). É a capacidade de produzir transformações, Habermas (1990, 1997) já dizia que ele pode ser exercido por meio de diferentes variáveis, entre as quais as prerrogativas de

Estado, dinheiro ou solidariedade. O campo golpista está associado a presença de um poder que se exerce pelas prerrogativas de Estado, do capital das corporações, da enunciação da mídia, todos reunidos em torno do consenso focado nos interesses compartilhados, para auferir benefício privado. Concomitantemente, o poder da solidariedade no campo progressista se plasma nas organizações políticas e nas mídias progressistas, redes sociais, grupos culturais, organizações da sociedade civil, e mais recentemente em escolas de samba, associados em rede para fazer a defesa da democracia.

Em cada grupo podemos observar, a olho nu, como a totalidade do capital acumulado pela rede do campo golpista é maior do que o capital acumulado pela rede do campo progressista. Essa primeira observação implica reconhecer que nas redes comparecem atores políticos, econômicos, culturais e sociais. Existe uma conexão entre as diferentes escalas e esferas associadas ao mesmo discurso acusatório, tanto no *impeachment* da Dilma quanto no julgamento do Lula. Os atores midiáticos são os mesmos – Rede Globo, *Folha de São Paulo*, *Estadão*, outras TVs menos importantes, rádios –, todos associados em torno de um discurso de condenação. A mídia produz a difusão de uma imagem para formar uma subjetividade coletiva acusatória de Dilma e Lula, para manipular a opinião pública, produzir a legitimidade da ação política e garantir o principal objetivo do golpe: o impedimento de Lula como candidato à presidência da República nas eleições de outubro de 2018.

As redes promovem a transversalidade entre esferas e transescalaridade entre atores, e produzem um discurso sem referente (EGLER, 2007) baseado em mentiras, em busca de consentimento e legitimidade de sua ação. As Tecnologias de informação e comunicação - TICs são responsáveis pelos fluxos de comunicação que produzem estratégia política, transformando a ação individual em ação coletiva. As mídias hegemônicas têm a função de atribuir legitimidade à política do Estado e elites financeiras, visando a proteger, com isso, os interesses da acumulação dos ricos, e prejudicar os pobres que trabalham e produzem a riqueza nacional. É uma guerra dos ricos contra pobres, simbólica, que prescinde de aviões e tanques, metralhadoras, tiros e mortes. Basta a difusão de mensagens, de falsas notícias, as *fake news*.

O campo progressista da sociedade brasileira têm a importante tarefa de fazer frente à rede do golpe, devendo, para tal, ser capazes de sair da disputa entre pares para formar uma rede de poder social que inclua todos que atuam na defesa da democracia e da soberania nacional. É preciso de um posicionamento político capaz de fazer uma unificação que permita a coesão de partidos políticos, movimentos sociais, redes sociais, mobilizações, entre outros. Para fazer frente aos atores que participam da rede golpista, é urgente formar uma ampla rede em defesa de ideias de igualdade e justiça social, em torno de um objeto compartilhado de ação, um projeto de nação capaz de promover a reconstrução da soberania do país e a adoção de políticas públicas em defesa dos brasileiros e do Brasil.

Referências

- ARENDETT, Hanna. *Sobre a violência*. Rio de Janeiro: Relumê-Dumará, 1994.
- BOURDIEU, Pierre. *Ofício de sociólogo*. Metodologia da pesquisa na sociologia. Petrópolis (RJ): Vozes, 2007.
- BOBBIO, Norberto. *Contra os novos despotismos*. São Paulo: Editora Unesp, 2016.
- <https://www.brasil247.com/pt/blog/carloslindenberg/339248/Pesquisa-aponta-Lula-foi-condenado-injustamente.htm>
- CASTELLS, M. *A sociedade em rede*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *Communication y Poder*. Barcelona: Aliança Editorial, 2009.
- COUTINHO, Carlos Nelson. Socialismo e democracia: a atualidade de Gramsci. In: AGGIO, Alberto (Org.). *Gramsci: a vitalidade de um pensamento*. São Paulo: Editora UNES, 1998.
- <https://www.cartacapital.com.br/revista/977/a-venda-do-pre-sal-um-desastre-para-o-brasil>
- <http://www.valor.com.br/brasil/5231447/estrangeiro-contorna-restricao-e-investe-em-terra>
- <http://consciencia.blog.br/2016/11/declaracao-falsa-aecio-neves.html>
- <https://www.cartacapital.com.br/politica/lula-e-a-joia-da-coroa-do-plano-atlanta>
- <https://twitter.com/manolopich>. Político latino-americano nascido na República Dominicana, presidente da COPPPAL, ex-presidente do Parlacen e atual deputado, jornalista, escritor, poeta da República Dominicana.
- <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-capital-financeiro-e-a-economia-brasileira/4/31662>
- Departamento Intersindical de Assessoria Parlamentar (Diap).

<http://g1.globo.com/politica/noticia/2015/02/eduardo-cunha-e-eleito-presidente-da-camara-dos-deputados.html>

<http://www.esquerdadiario.com.br/Quem-e-Rogério-Chequer-lider-do-movimento-Vem-Pra-Rua-que-convoca-manifestacao-no-dia-04-12>

<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/a-votacao-do-impeachment-na-camara/>

<http://especiais.g1.globo.com/politica/2016/processo-de-impeachment-de-dilma/a-votacao-da-procedencia-no-senado/>

Luiz Inácio Lula da Silva, Conferência na UERJ, março de 2018

www.conversaafiada.com.br/economia/boeing-quer-desmontar-a-embraer-e-levar-para-os-eua

EGLER, Tamara Tania Cohen. *Ciberpólis: redes no governo da cidade*. Rio de Janeiro: Sete Letras, 2007.

—. Vital e virtual nas políticas urbanas. In: *Anais 7º Fórum de Pesquisa FAU-MACKENZIE*. (Fórum de Pesquisa FAU-Mackenzie) São Paulo: Fau - Mackenzie, 2011.

—. Rede Olímpica no Jogo do Rio. Barcelona, Geocritica, *Ar@cne* Revista electrónica de recursos en internet sobre geografía y ciencias sociales, 2017.

ELIAS, N. *A sociedade dos indivíduos*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 1994.

FOUCAULT, M. *Microfísica do poder*. Rio de Janeiro: Graal, 1999.

HABERMAS, Jürgen. *A nova intransparência*. Do esgotamento das energias utópicas. *Novos Estudos CEBRAP*, n. 18, 1987.

—. *Direito e democracia*. Entre facticidade e validade. Tomos I e II. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HARDT, M.; NEGRI, A. *Império*. Rio de Janeiro: Record, 2001.

JOHNSON, S. *Emergência: a dinâmica das redes*. Em formigas, cérebros, cidades e softwares. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2003.

<http://politica.estadao.com.br/blogs/fausto-macedo/janot-na-america-para-falar-sobre-delacao-e-combate-a-corrupcao/>

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Sociologia do presente: ação, técnica e espaço*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2012.

RIBEIRO, Ana Clara Torres; SILVA, Cátia Antonia. A. Impulsos globais e espaço urbano: sobre o novo economicismo. In: RIBEIRO, A. C. T. (Org.) *O rosto urbano da América Latina*. Buenos Aires: Clacso, 2005.

—. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.

SALMON, Cristian. *Storytelling, la machine a fabriquer des histoires et à formater les esprits*. Paris: La decouverte, 2007.

Longe não é fora daqui – uma aventura contemporânea dos homens- dispositivo

DR. REGINALDO LUIZ CARDOSO¹

*O junkspace é a soma de todas as decisões não tomadas,
problemas não enfrentados, escolhas não adotadas,
prioridades não definidas, contradições perpetuadas,
concessões feitas, corrupção tolerada...*

Rem Koolhaas

Introdução

Na passagem do milênio vimos a proliferação de uma extensa gama de estudos críticos sobre o denominado planejamento estratégico urbano, ao qual se identificou três características: a cidade pensada e tratada como mercadoria, como empresa e como pátria. Quinze anos depois, esses estudos críticos rarearam e surge uma questão: o planejamento estratégico urbano acabou? Ao que tudo indica, apesar das críticas e debates, sua prática naturalizou-se. Desnecessário dizer que essa prática surge e se estabelece no contexto de expansão do neoliberalismo.

Atualmente, impressionam as escalas utilizadas nos novos projetos urbanos. Cada nova categoria parece querer fazer terra arrasada frente ao anterior. Cada um mais espetacular que o outro, prometendo a chave do paraíso. É como se o paraíso fosse sendo recoberto e descoberto simultaneamente. Impressiona o poder das empresas em movimentar todas as escalas de poder, tal é a sua mobilidade. Mobilidade esta que as transformam também em centros produtores de discurso, suporte de construção de uma realidade. Seguindo esta lógica operacional e complementar a ela, a administração públi-

¹ Labespaço / IPPUR / UFRJ

ca faz planejamento territorial urbano sem perguntar nada à cidade e sim ao mercado - a fábrica de consensos geralmente se confunde também com a cidade de exceção (CARDOSO, 2013).

Dito isso, este artigo busca compreender o processo de ocupação territorial urbana brasileira contemporânea a partir do estudo da implantação de um complexo imobiliário na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH) criado pela incorporadora portuguesa Design Resorts. Tal análise fundamenta-se na premissa de que o exame da economia política de um grande projeto permite-nos constatar a forma com que os atores políticos, independente do nível escalar em que estejam operando – municipal, estadual e/ou federal –, tornaram-se reféns da nova movimentação do capital inaugurada com o neoliberalismo, o verdadeiro nome da globalização. Focando no que se denominou “mundo do indistinto”², nos quais práticas e dinâmicas são resultados de processos decisórios, buscaremos observá-los no processo de implantação do complexo imobiliário citado e que resultou em total malogro uma vez que acarretou prejuízo de dezenas de milhões de reais a inúmeros cidadãos. Ou dito de outra forma, identificar de que forma atores políticos e empresas nacionais e internacionais se associam e mobilizam parceiros locais e regionais, para exercer o controle do território, constituindo uma nova geografia física, econômica e política que decompõe o território nacional em novos fragmentos “glocalizados”.

Vetor Norte

A RMBH é formada por 34 municípios e são três os discursos tradicionais que operam no seu ordenamento espacial. O primeiro é a cidade em si, enquanto capital do Estado: serviços, tecnologia e cultura. O segundo é o setor do município de Nova Lima, espaço voltado para moradia das classes de alta renda em busca de uma (re) localização que incorpore a dimensão ambiental e a segurança privada. E, terceiro, o da Cidade Industrial, no qual Contagem e Betim manteriam o discurso das ‘cidades industriais’.

Recentemente operacionalizou-se um quarto discurso: o cha-

² Devo este termo à Prof^a Maria Célia Paoli. Cf. PAOLI, 2007.

mado Vetor Norte. Este foi feito sob duas frentes. A primeira, via Governo do Estado de Minas Gerais, começou em 2004. A retomada da utilização do Aeroporto Internacional de Confins é considerada o marco zero deste processo. Depois veio a Cidade Administrativa, fora da cidade, retirando o trabalhador da cidade. O plano da Cidade Administrativa foi executado na gestão de Aécio Neves, governador de Minas Gerais por dois mandatos (2003-2006 e 2007-2010), cujo projeto arquitetônico foi concebido pelo escritório do arquiteto Oscar Niemeyer. As obras do complexo foram finalizadas no início de 2010 e os servidores estaduais de Minas Gerais começaram a mudança para o local em fevereiro. A segunda frente fez-se via setor privado: o Aeroporto-Indústria, o Polo de Microeletrônica e vários empreendimentos imobiliários de grande porte, dentre eles o “Rio das Velhas Resorts”, objeto de nosso estudo.

O Vetor Norte representaria os anseios de se criar uma “novíssima economia mineira”, baseada nos serviços de ponta, na indústria de tecnologia avançada, na inovação e sustentabilidade ambiental. Em todos os discursos, a máxima de que são os empresários que entendem da/de cidade, ou, que é o mercado que entende de cidade.

Resorts

A palavra inglesa *resort* quer dizer refúgio, “o que explica muito sobre esse conceito de hotelaria que surgiu como subproduto do capitalismo industrial” (CIAFFONE, 2002, p. 10). Sua evolução foi intensa nos EUA do pós-Guerra porque essa modalidade de hotel atendia às necessidades de um público em busca de um lugar confortável, seguro e com opções de lazer para a família em férias. “Essas expectativas passavam ao largo do desejo de descoberta de outras culturas ou de maior integração com o ambiente” (CIAFFONE, 2002, p. 10). Com a aviação incorporada como meio de transporte pela indústria turística, novos destinos turísticos pulularam. Um fenômeno decorrente deste novo *modus operandi* foi o crescimento da indústria turística nos “mares do Sul”. “Produz-se grande crescimento da indústria turística na zona do Caribe, onde os norte-americanos puderam explorar o vazio deixado pela retirada política das antigas potências coloniais e, desse modo, pode controlar

e desfrutar dessa privilegiada área turística” (MAZÓN, 2001 apud DIAS, 2003, p. 53).

Nessas localizações, os *resorts* sofreram um adendo arquitetônico: os muros, separando duas realidades diferentes. “De um lado, um ambiente feito sob medida para os turistas, perfeito a ponto de parecer ficção; e fora dos limites do *resort*, um cenário de miséria, violência, drogas e prostituição” (CIAFFONE, 2002, p. 10). Essa esquizofrenia social teve o seu preço: a grande rejeição das populações locais a esses empreendimentos. A solução foi incorporar essa população à massa de trabalhadores que tais atividades demandam. Para Zubaran, presidente da Associação Brasileira de Resorts, em 2002, no Brasil, o desenvolvimento dos *resorts* ocorreu em outros moldes e eles integraram-se melhor às comunidades onde foram instalados. “No Brasil, embora a realidade dos funcionários esteja muito distante do mármore e do *foie gras*, quando estão trabalhando no ambiente sofisticado dos *resorts* agem de acordo, como se estivessem “em cena”” (CIAFFONE, 2002, p. 10).

Resorts procuram vender uma experiência única. O que não deixa de ser uma contradição, já que todos têm as mesmas características: localização privilegiada, apartamentos confortáveis, piscinas, quadras esportivas, academias de ginástica, *spas*, restaurantes, bares, boates, funcionários bem treinados e programação social para crianças. Juntamente a isso, são completamente impermeáveis à cultura local. Devido à padronização e à previsibilidade de suas instalações, leva naturalmente à sensação de segurança. Assim pensam simbioticamente empreendedores e hóspedes. Todos os espaços iguais e ao mesmo tempo desiguais. A busca do ponto ótimo entre padronização e diferenciação para atrair o capital.

O homem amedrontado não está em busca de entendimento. O que ele parece desejar, cada vez mais, é uma parte exclusiva do mundo para si, sem prestar contas a ninguém. Envolve-se em uma fantasia de mergulho em inércia narcísica profunda. Leonardo Fontenele, arquiteto especializado em design de entretenimento assim resume a questão:

Para que um empreendimento transcenda sua condição de imóvel e se torne uma experiência de integração cultural é preciso

que ele apresente uma relação com a natureza, a cultura ou o imaginário que o cerca ou que proponha um outro tema ficcional convincente capaz de envolver as pessoas (CIAFFONE, 2002, p. 10).

De fato, Disney World, Universal Studios, Club Med e Praia do Forte, parecem ter esse poder. De acordo com o consultor José Ernesto Marino Neto, o conceito de *resort* continua moderno e tem futuro. “A curva de crescimento de *resorts* clássicos ainda é positiva, [...] enquanto os resorts com vocação cultural, ecológica ou temática têm surgido em maior volume. [...] A longo prazo, quem não oferecer algo mais perderá a clientela de alto padrão” (CIAFFONE, 2002, p. 10). Com isso em mente, adentremos o nosso assunto.

O Território

A Fazenda das Minhocas fica a 32 km do Centro Histórico do município de Santa Luzia, pertencente à RMBH. Mais precisamente, fica na divisa entre os municípios de Santa Luzia e Jaboticatubas. Na iconografia católica, Santa Luzia é a protetora da visão. Jaboticatubas seria uma corruptela de jaboticabal, cujos frutos ocorrem somente no Brasil. O meio caminho entre esses dois significados seria algo que só se pode ver no Brasil. De certo modo, é isto que se prenunciava na Fazenda das Minhocas, palco do Rio das Velhas Resorts, em 2008.

Esta era a manchete estampada em caixa alta, no alto da página, da edição semanal de um jornal local de Santa Luzia: “1 bilhão: é quanto um grupo português vai investir na construção de um resort, na divisa entre Santa Luzia e Jaboticatubas” (RIO..., 2008). Logo abaixo vinha uma foto da vista aérea do local do empreendimento e o esclarecimento:

O megaprojeto, [...] será o maior empreendimento turístico de Minas Gerais nas últimas décadas. O Rio das Velhas Resorts será um complexo residencial com vários condomínios de luxo, que terá pistas de pouso e hangares para aviões particulares e campos de golfe. Tudo construído pelo grupo português Design Resorts, numa área de 10 milhões de m². A ideia partiu da empre-

sária Sônia Araújo Penna, proprietária da lendária Fazenda das Minhocas, construída originalmente como parte do Convento das Macaúbas, do qual está distante 19 km. O projeto já está em fase de licenciamento ambiental. E a previsão do presidente da Design Resorts, José Miguel Martins, é de que as obras sejam iniciadas em maio do ano que vem [2009] e concluídas em 2011. É um projeto verde, à beira do Rio das Velhas, com as construções 100% ecológicas” (RIO..., 2008, p. 1).

Mais adiante, na mesma matéria, a empresária Sônia Araújo Penna ganha mais voz:

Trouxemos vários grupos de investidores, mas acabamos fechando com o grupo português Design Resorts, porque quero deixar como contribuição para Minas um projeto feito realmente 100% de acordo com técnicas de proteção da natureza. A Design Resorts se propôs construir resorts, dois campos de golf, hipismo, mega-piscinas, eco-vilas, loteamento, etc, tudo construído dentro dos parâmetros da sustentabilidade (RIO..., 2008, p. 8).

A Fazenda das Minhocas faz parte do Roteiro do Charme³, um exclusivo grupo de pousadas e hotéis espalhados pelo Brasil. “Hoje, recebemos gente do mundo inteiro: europeus, asiáticos, israelenses, norte-americanos e argentinos. Temos um restaurante muito bom, com 70 lugares, e hospedagem para até 22 pessoas” (RIO..., 2008, p. 8). Comprada em 1996 por Sônia Penna, a fazenda de 40 hectares seria inicialmente transformada em um centro “que tivesse todos os elementos terapêuticos para que pudéssemos fazer tratamentos completos, incorporando, inclusive, técnicas ocidentais e orientais” (RIO..., 2008, p. 8). Em 2004,

[...] “decidi, com meu marido, partir para um projeto de um resort de golfe, aumentando dramaticamente a escala de nosso

³ A Associação de Hotéis Roteiros de Charme congrega atualmente 70 hotéis, pousadas e refúgios ecológicos situados do Norte ao Sul do Brasil, em 16 estados e 64 destinos turísticos. Fundada em 1992 como entidade privada sem fins lucrativos, seus membros são selecionados anualmente pela variedade de suas características e personalidades independentes, segundo rígidos critérios quanto ao conforto, qualidade de serviços e responsabilidade socioambiental, sempre de forma economicamente viável e sustentável. Cf. QUEM..., 2017.

projeto original”. Sônia recorda que chegou a esta ideia depois de ter “conseguido inventariar 37 mamíferos e mais de 200 aves da região e perceber que a Fazenda das Minhocas tinha se tornado um corredor verde. Percebi que deveríamos partir para o turismo de luxo em grande escala para que se pudesse preservar a raridade do lugar. Daí a incorporação no projeto de outras quatro fazendas vizinhas, de modo a incluir a rede das relações ambientais em sua amplitude (RIO..., 2008, p. 8).

No editorial da mesma edição, percebe-se a correlação de forças, no caso, uma coadunação entre o público e o privado. É no rastro dos investimentos feitos pelo Governo do Estado é que vem o empreendimento:

Os investimentos bilionários do governo Aécio Neves em obras na região ao norte de Belo Horizonte já estão atraindo até grupos internacionais para a área. É o caso do Design Resorts, grupo português, com sede em Lisboa, que anunciou investimentos de R\$1 bilhão, em um complexo residencial, envolvendo vários condomínios, destinados exclusivamente a quem tem muito dinheiro. O centro de tudo é a Fazenda das Minhocas. [...] E vai gerar seis mil empregos na região. É o maior investimento imobiliário no estado de Minas Gerais em muitas décadas. (EDITORIAL, 2008).

Segundo matéria do jornal de economia e política “Valor Econômico”, a empresa Design Resorts tinha sede em Lisboa e faturamento anual da ordem de 50 milhões de euros. Dizia ainda que a mesma desenvolvia projetos imobiliários em Cabo Verde (Ponta Bicuda), Portugal (Porto) e em Luanda, em Angola (Jinga) (JORGE, 2008)⁴. Pois bem, para bancar os investimentos iniciais, a Design Resorts informava através de seu presidente-proprietário, José Miguel Tavares Roque Martins, que já havia negociado linhas de financiamento com o banco português Caixa Geral de Depósitos e o espanhol Caixa Nova (JORGE, 2008).

⁴ Segundo a agência de consultoria econômica Bloomberg a empresa Design Resorts Empreendimentos Imobiliários foi fundada em 2008 cuja sede fica em Belo Horizonte. Isto é, foi fundada juntamente com o lançamento do empreendimento Rio das Velhas Resorts. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=248547400>>.

O projeto contava também com apoio do Instituto de Desenvolvimento Integrado de Minas Gerais (INDI), órgão de fomento do governo estadual. Para Marco Aurélio Fontes, diretor de investimentos do INDI, tratava-se de “um empreendimento muito interessante para a região, porque não agride o meio ambiente e servirá como estímulo ao turismo e à expansão da infraestrutura local” (JORGE, 2008).

Cidade Utópica

A empresária Sonia Penna afirmava sem meias palavras que o que atraiu o grupo português foram os investimentos maciços que o governo estadual vinha fazendo na região ao norte de BH.

Muitos grupos pensam em investir em Minas, porque já começa a ser conhecido internacionalmente este grande projeto do governo Aécio Neves, que é o Vetor Norte de Belo Horizonte, com todas as suas vantagens. De repente, o governo passou a oferecer atrativos bons para atrair grupos investidores (RIO..., 2008, p. 8).

Desde o início de lançamento do empreendimento, seus responsáveis faziam questão de frisar que o mesmo era fruto da ‘boa prática’ governamental que foi a implementação do Vetor Norte. Frisar isto dava legitimidade junto ao público e garantia uma boa relação com o Governo do Estado de Minas Gerais. Assim, a mutualidade das partes retroalimentava *ad infinitum* o processo: o governo que trazia empreendimentos novos; empreendimentos novos que vinham graças às iniciativas do governo...

De fato, o alavancamento do Vetor Norte feito pelo Governo do Estado de Minas Gerais será uma constante nas peças publicitárias do Resort. Lia-se no site do empreendimento à época de seu lançamento: “O Terreno encontra-se localizado a 50 km de Belo Horizonte, a 20 do aeroporto, a 35 do futuro Centro Administrativo do Estado de Minas Gerais e a 30 km do novo polo tecnológico” (DESIGN..., 2015).

Embora esculpido em torno da ideia de sustentabilidade, toda a mística do projeto centrava-se no conceito de *flying community*, um

condomínio exclusivo dentro do complexo de outros condomínios. “O grupo pretende investir R\$150 milhões na construção de um condomínio, no qual os moradores vão compartilhar pista de pouso e hangares para aviões particulares, a chamada *flying community*” (DESIGN..., 2015). Nele haveria 49 lotes de 10 mil a 20 mil m² cada um, num total de 1,16 milhão de m², com uma pista de pouso de 1.500 m, área de manutenção das aeronaves e torre de controle de voo. E isto estava calcado no fato, alardeado pelo presidente da Design Resorts, de Belo Horizonte ser a segunda cidade do país em número de aviões particulares. “São cerca de 600 aparelhos registrados”. Trocando em miúdos, o “Rio das Velhas Resorts”, na vertente conceitual-chave, era uma proposta urbanística *sui generis*: abolia qualquer contato terrestre com a população circunvizinha, com acesso apenas e exclusivamente pela via aérea “sendo o primeiro, dentro deste conceito, na América do Sul” (SUPRA-SUMO..., 2010, p. 19).

Em torno deste conceito foram planejados mais seis condomínios de padrão médio, com quatro mil moradias em lotes de 500 e 700 m²; outros dois condomínios destinados à classe média alta com 600 lotes de mil m² cada, dois campos de golfe de 18 buracos e área de equitação. *At last but not least*, haveria um conjunto residencial popular, com 3,5 mil residências de dois quartos e um centro comercial. Em nenhum momento se disfarçava que se iria construir uma nova cidade em “uma das regiões mais bonitas de Minas, próximo à Serra do Cipó, da região das grutas, em Lagoa Santa, a um passo do histórico Convento de Macaúbas” (DESIGN..., 2015). Talvez por “faltar” cidade, faz-se a Cidade da Música, do Samba etc, *bunkers* que não têm nenhuma relação com o entorno. Conforme José Miguel Tavares Roque Martins, presidente da Design Resorts, “poderíamos dizer que será uma cidade utópica. Com autonomia, vida própria e todos os melhores equipamentos existentes no mundo” (SUPRA-SUMO..., 2010, p. 19).

Imbroglío

Lançado em 2008 com previsão de início e conclusão das obras em 2009 e 2011, respectivamente, no começo de 2010 nada tinha

saído do papel. Tudo existia apenas no imaginário que um marketing agressivo cercava a clientela. O site do empreendimento ficou fora do ar uns três meses em fins de 2009 e depois retornou com outro conteúdo e foco em janeiro de 2010. As modificações e os atrasos que o projeto sofria, provavelmente tenha alguma ligação com o agravamento da crise econômica de 2008. Inicialmente o projeto era reportado no site da empresa como feito para clientes internacionais, como uma segunda residência. Com o tempo o investimento diminuiu e o marketing foi direcionado para a clientela nacional. A mudança de foco levou-o também à mudança de nome: de Rio das Velhas Resorts para Complexo Imobiliário Reserva Real.

Quando apareceu o empreendimento, o contato de um provável cliente com a incorporadora era feito via cadastro eletrônico enviado por e-mail, cuja resposta estava condicionada à aprovação cadastral do mesmo. Apesar de o empreendimento estar localizado em Minas Gerais, o escritório de contato era na cidade de São Paulo, 586 km distante de Belo Horizonte. Caso aprovado, o cliente era convidado para um encontro no escritório em São Paulo e, a partir deste, iniciava-se as tratativas do negócio. Já em 2010, o escritório foi transferido para o bairro Serra, zona sul de Belo Horizonte. E a formalidade para se marcar encontros *tête-à-tête* entre clientes e corretores tornou-se coisa de antanho. Bastava ir ao escritório. E sem aviso prévio.

E perguntas iam surgindo aqui e ali. Por que o projeto ainda continuava taxiando na pista? Explicou o diretor do grupo no Brasil, Flávio Escobar: “A primeira fase do empreendimento, já está em andamento, constitui a compra do espaço, com mais de 11 milhões de metros quadrados de área, e a obtenção de licença ambiental de nível cinco” (MIZHER, 2010, p.3). Ou seja, dois anos depois do lançamento espalhafatoso do projeto, o terreno simplesmente não tinha sido adquirido. E a clientela é convidada a se tornar sócia-empresendera: “Ótima opção de aplicação de dinheiro e também conceito inovador (sic!) para moradia tem se mostrado o novo empreendimento de alto-luxo” (MIZHER, 2010, p. 3).

O conceito-força *flying community* vai se esvanecendo em outro significativo, *fly-in community*. Parece pífia, porém a medida é necessária: no projeto inicial o conceito-força se fazia em torno de 49

lotes de 10 a 20 mil m². Agora, redimensionado, com lotes menores surge a grande novidade: “Fly-in Community: um condomínio exclusivo com 131 lotes de 5 mil a 10 mil metros quadrados de área” (MIZHER, 2010, p. 3). A justificativa para o aumento do número de lotes e a diminuição da dimensão territorial deles é calcada no aumento da demanda de proprietários de aeronaves no Estado de Minas Gerais. “Poucos sabem, mas Minas Gerais tem a segunda maior frota de aviões particulares do Brasil, cerca de 800 proprietários” (MIZHER, 2010, p. 3). Cabe aqui perguntar sobre esse dado que sempre vem nos *releases*: em dois anos a frota de aviões do estado aumentou em aproximadamente 35%?

Três meses depois, o “novo” conceito sofre uma nova reconfiguração e aparece agora como sendo o de “*prime community*”. Mais do mesmo repaginado: “O conceito, batizado de *prime community*, se baseia em moradias integradas à natureza com amplos espaços para lazer e convivência pessoal, privacidade, segurança, infraestrutura de serviços e lazer” (SUPRA-SUMO..., 2010, p. 10). Junto ao novo conceito, percebe-se que o custo total do projeto que era de 1 bilhão de reais, passou para 733 milhões. Uma notável deflação de 25%. Contudo, “serão 5.342 residências numa área de 11,7 milhões de metros quadrados. Contará com mais de 100 campos de futebol e quadras de tênis. Mais de 20 piscinas...” (SUPRA-SUMO..., 2010, p. 10).

E há muita fé nas ações do Estado-empresendedor. Com a construção de nova estrada e ponte, a cargo do Governo do Estado, ligando a MG-10 (Linha Verde) à MG-20, passando por fora de Lagoa Santa e chegando a Jaboticatubas, a promessa é de que o Condomínio estará a pouco mais de 45 minutos de Belo Horizonte, a 20 min da Cidade Administrativa e a 20 min do Aeroporto Internacional Tancredo Neves, em Confins. Anteriormente, as peças publicitárias se referiam às distâncias entre o empreendimento e as localidades circundantes em km: fica a 32 km de... Agora mudou a unidade de medida: fica a x min de..., trocou-se km por minuto. Quem sabe, essa medida aferia a velocidade certa que o empreendimento tinha em seu bojo: km/min? Basta saber que 10 km/min equivalem a espantosos 600 km/h.

Todavia, como empreendedor de si mesmo, o presidente-pro-

prietário e economista da Design Resorts, José Miguel Tavares Roque ia à toda velocidade. Em agosto de 2012, quatro anos do imbróglho urbanístico, ele foi agraciado, por iniciativa da Associação dos Economistas de Minas Gerais (ASSEMG), com a medalha governador Israel Pinheiro – destaque do empreendedorismo de Minas Gerais, uma das modalidades do VI Prêmio Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MERCADOCOMUM – 2012. Um prêmio que tem como propósito “homenagear os cidadãos que contribuíram, com o seu trabalho e dedicação, para o desenvolvimento de nosso Estado e País” (VI PRÊMIO..., 2012). Uma solenidade celebrada no templo da plutocracia mineira: o Automóvel Clube de Minas Gerais, em Belo Horizonte.

Ato contínuo à premiação, mais novidade: a parceria com a Caixa Econômica Federal - CAIXA, um banco estatal de fomento. Com esta parceria, o empreendimento Reserva Real, passou a oferecer para seus clientes uma nova opção de financiamento. E com toda pompa e circunstância foi lançada uma parcela do Condomínio formada por 165 lotes. Na avaliação da CAIXA, o valor do lote de mil metros quadrados valia R\$ 320 mil. Aderindo ao financiamento, o saldo devedor do cliente com a Reserva Real passava a ser da CAIXA que financiava 70% do valor avaliado (RESERVA..., 2012, p. 2).

A operação de crédito seguia à risca o caminho normal do capitalismo à brasileira, ou seja, de nenhum risco. A análise de crédito e o risco ficam para o setor público, a empresa recebe o valor acordado em *cash* e o cliente investe em um lote na lua à custa do poder público. A mais pura demonstração do poder das empresas em movimentar todas as escalas de poder. Por que dinheiro público para um empreendimento privado, de luxo, que presumidamente em pouco tempo estaria dando retorno?

A Cereja do Bolo

O projeto Rio das Velhas desde sempre se vendia como um espaço de privacidade, exclusividade, exigência, conforto, ou tudo aquilo que o lugar comum entende como características de sofisticação e ostentação, o auge da realização pessoal, familiar e de classe.

Em 2008, data de seu lançamento, em seu site, junto às caracte-

rísticas citadas vinha o lembrete de quase se estar alcançando o paraíso: “Aqui se encontra a primeira “Flying Community da América do Sul” (DESIGN, 2015). Dois anos depois, em 2010, fruto talvez de externalidades, o público-alvo apresenta-se mais diversificado, fragmentado em nichos exclusivistas: “Quem gosta de cavalos, poderá adquirir seu lote ou casa dentro do complexo hípico. Quem gosta de golfe, próximo aos campos. E, para os que têm avião, há a possibilidade de se chegar até a garagem de casa com a aeronave” (SUPRA-SUMO..., 2010, p. 19). Dois anos depois, o cliente potencial passa a ter nome e demais especificidades, embora seja “o mais exigente e sofisticado que trabalha na área de influência de Belo Horizonte: altos funcionários do Estado, trabalhadores qualificados do polo tecnológico e executivos das muitas empresas localizadas na região”. Mas este novo morador-empresendedor poder ter certeza de que estará: “no local mais “in” para se morar em Belo Horizonte ou para quem quiser ter uma casa para morar a escassos 50 km do centro” (SUPRA-SUMO..., 2010, p. 19).

E assim as vendas continuavam, apesar de nada sair do papel. A ficção entorpecedora presente no marketing mesmerizava a todos.

No ano seguinte, em março de 2013, veio a “cereja do bolo”, o anúncio da criação da “*Downtown*”, o centro comercial do empreendimento, no qual confluiria toda a oferta local de comércio e serviços: um *open mall* com restaurantes e cinema, um hipermercado e escritórios para profissionais liberais. No vídeo promocional uma vinheta clamava: “Vem aí, a Cidade da Cultura: nova centralidade do Vetor Norte” (CIDADE..., 2013).

A ideia-chave era que esse novo equipamento arquitetônico-paisagístico reforçaria a independência e sustentabilidade do empreendimento. Uma ideia tão imprevista que surpreendeu até mesmo um dos arquitetos do projeto, Bruno Fonseca: “A Cidade da Cultura nasceu como um complemento da Reserva Real. Então ele é um projeto novo e a Cidade da Cultura já era uma tendência dele, mesmo que a gente não soubesse dela ainda, mas já estava para ser criada” (CIDADE..., 2013).

Um parque temático, com ruas imitando as cidades históricas, ou aquilo que miticamente incentiva o turismo. Assim descrevia o conceito Pedro Barata, outro arquiteto do projeto:

Como ter uma cidade com as características das cidades tradicionais, mas com as funcionalidades de uma cidade contemporânea? Como ter uma representação das fachadas de um cartão postal que é comum ter por um lado, mas conseguir cruzar isto com vida? Esse é o maior desafio, ter a Avenida Paulista e o Ibirapuera no mesmo espaço, mas também a Piazza Navona, Barcelona, Ouro Preto (CIDADE..., 2013)

Tudo muito espetacular, mágico, fascinante, inédito. Cultura, entretenimento (concentração de atrações e megaeventos), negócios (concentração de empresas), serviços (evitar deslocamentos longos).

Óbvio e ululante que o presidente da Design Resorts, José de Souza Martins, não passaria ao largo do vídeo-promocional:

A Cidade da Cultura é um local onde existe um circuito em que as fachadas dos edifícios são fachadas classificadas pelo IPHAN, de esplanadas, vida noturna, parques de diversão infantil, parques de diversão para adultos, a rua charmosa dos antiquários, das galerias de arte e do artesanato, das gastronomias, a avenida das nações que procura trazer para o convívio de Belo Horizonte, o convívio da cultura do resto mundo, onde iremos instalar consulados, onde iremos ter restaurantes temáticos, onde iremos ter lojas de artesanato de cada país, de cada povo do globo (CIDADE..., 2013).

Enfim, a cidade utópica prometida tinha um nome: Cidade da Cultura. Completa, segura, encantadora. Um lugar onde a felicidade reinaria absoluta e a vida encontraria o ritmo dos sonhos.

“O Sonho Acabou!”⁵

O desfecho de toda a novela começou a se esboçar a partir de 2014. Os compradores dos lotes no paraíso perceberam que havia algo errado com a obra de infraestrutura que nunca começava de fato. Havia uma rua asfaltada ali que dava para um *cul-de-sac*, obras de arte superficiais feitas a toque de caixa e, pior, a dificuldade na obtenção da licença ambiental classe 5 exigida para esse tipo de

⁵ Depoimento de um cliente em junho de 2016. Disponível em <<https://www.facebook.com/reservarealbh/>>

empreendimento. O presidente da Design Resorts sumiu do cenário mineiro, indo morar em Salvador. Só aparecia virtualmente prometendo isso e aquilo, tentando colocar panos quentes nos ânimos. Por fim, em 10 de novembro, veio a público, através do site da empresa, esclarecendo que o Rodoanel Norte, uma promessa do Governo do Estado de Minas Gerais, sairia do forno. Com muitas vírgulas fora do lugar e falta de algumas maiúsculas, provavelmente devido ao calor da hora, lia-se:

Caros clientes

Este ano, tivemos a notícia do Rodoanel Norte, que passará a 10 minutos do empreendimento.

Este fato é sem dúvida a melhor notícia que poderíamos receber nos últimos anos, visto que, com a conclusão dessa estrada, estaremos a quinze minutos do aeroporto de confins e sete minutos de Lagoa Santa.

[...]

Finalizando uma reestruturação financeira, a **Reserva Real** está preparada para capitalizar este novo cenário, transformando a **Reserva Real**, em um dos melhores lugares para se viver no Brasil.

Agradecemos a confiança que nos foi depositada nos tempos em que a estrada era apenas uma promessa! Seja como for, esperamos oito anos por esta excelente notícia (FACEBOOK, 2014).

O que ninguém sabia era que esta nota de esclarecimento prometendo incensar de vez o empreendimento era seu epitáfio. E não mais se ouviu falar de seu autor até 30 de maio do ano seguinte, 2015. Nesse dia, vários jornais nacionais e internacionais diziam em unísono: Dono de Resort é preso ao aplicar golpe imobiliário de R\$ 94 milhões na Bahia.

O *Brazilian Press*, “o maior jornal brasileiro fora do país”, resumiu o fato: “Um empresário português foi preso na Bahia sob a acusação de aplicar um golpe de R\$ 94 milhões de reais em lotes vendidos na Linha Verde, a Região Metropolitana de Salvador. Ele já havia aplicado o mesmo golpe em Minas Gerais e se preparava para fugir no momento da prisão”. (FALSOS..., 2015).

Os telefones emudeceram. O site da empresa saiu do ar e o imbróglio foi parar nas mãos da justiça. No apagar das luzes de

2016 assim descreveu um cliente na *timeline* da Reserva Real no Facebook (2016): “Quem ainda tinha esperanças, pode desistir. Estive ontem no loteamento e está completamente deserto. As ruas de acesso já se mostram deterioradas e não há nada, absolutamente nada que demonstre alguma atividade. O abandono é visível e ao que me parece, irreversível”. Segundo o presidente da Comissão de Direito Imobiliário da OAB-MG, Kenio Pereira, em Minas Gerais o calote gerou prejuízo para 1800 compradores (PEREIRA, 2016). E o Hotel-fazenda das Minhocas encerrou suas atividades pouco antes do Natal, no qual, desde então, jaz abandonado.

Finalizando: nos idos de 2011 quando perguntado por uma repórter se se considerava “louco ou visionário”, assim respondeu José Miguel Tavares Roque Martins, presidente da Design Resorts Empreendimentos Imobiliários Ltda: “Nem um nem outro; sou racional” (MENEZES, 2011).

O Homem-Dispositivo

Poderíamos afirmar sem nenhum rigor jurídico que a narrativa deste artigo descreve um caso clássico de estelionato. Ou o popularmente conhecido “171”.⁶ Um leitor distraído poderia ser tentado a pensar que se inexistisse o nosso personagem presidente-proprietário de uma suposta grande imobiliária nada teria ocorrido. É uma possibilidade remota. Segundo Streeck, vivemos um “interregno”, no sentido gramsciano do termo:

[...] um período de extrema insegurança, no qual perdem validade os costumeiros nexos causais e a todo momento podem ocorrer coisas inesperadas, perigosas, grotescamente fora dos padrões, até porque, nele, desenvolvimentos disparatados caminham lado a lado, inconciliáveis, resultando frequentemente em configurações instáveis e dando ensejo a *cadeias inesperadas de*

⁶ Esta popularidade vem do fato de que no Código Penal Brasileiro o Art. 171 é o que define o crime de estelionato: “Obter, para si ou para outrem, vantagem ilícita, em prejuízo alheio, induzindo ou mantendo alguém em erro, mediante artifício, ardil, ou qualquer outro meio fraudulento”. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/Del2848compilado.htm>.

acontecimentos, em vez de estruturas previsíveis (STREECK, 2017, p. 44, grifo do autor).

No mito da caverna de Platão, o desesperador é que os que continuam presos ao semblante do real teimam em não acreditar naquele que traz novas possibilidades, que traz o impossível do real (BADIOU, 2017; PLATÃO, 2000). No debate contemporâneo uma das faces do mito de Platão é realizada através da mobilização do medo, o afeto que circula de forma hegemônica pela sociedade (SAFATLE, 2015). É uma chave de explicação do processo crescente de autoconfinamento, o outro nome do *boom* de condomínios fechados. Política desde Platão joga com interesses, algo entre o cálculo e o desejo. Se a política transformou-se unicamente em produção e em gestão fragmentária do medo, o ambiente se tornou fácil para que o golpe imobiliário fosse aplicado.

Para engrossar essa chave explicativa faz-se necessário trazer à baila o conceito de dispositivo. Foucault define dispositivo como um conjunto de elementos heterogêneos, tais como: “discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas” (FOUCAULT, 1985, p. 244). Assim, “o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos” (FOUCAULT, 1985, p. 244). Assim sendo, ainda com Foucault, os sujeitos livres eram sempre sujeitados a um poder e os dispositivos tradicionais (a confissão, a prisão, as escolas etc) levavam a um novo sujeito (real) que se constituía a partir da negação do anterior. Havia um ciclo completo de subjetivação.

Inspirado em Foucault, Agamben amplia o conceito a fim de elevá-lo à categoria fundamental para a compreensão do mecanismo político contemporâneo. Generaliza a já bastante ampla classe dos dispositivos foucaultianos. Assim o diz:

[...] chamarei literalmente de dispositivo qualquer coisa que tenha de algum modo a capacidade de capturar, orientar, determinar, interceptar, modelar, controlar e assegurar os gestos, as opiniões e os discursos dos seres viventes. Não somente, portanto, as prisões, os manicômios, o panóptico, as

escolas, a confissão, as fábricas, as disciplinas, as medidas jurídicas etc, cuja conexão com o poder é num certo sentido evidente, mas também a caneta, a escritura, a literatura, a filosofia, a agricultura, o cigarro, a navegação, os computadores, os telefones celulares e, por que não, a própria linguagem (AGAMBEN, 2009, p. 40-41).

Temos assim, duas grandes classes, os seres vivos e os dispositivos. E entre os dois, como terceiro, os sujeitos. Desta maneira, Agamben tenta revelar como o dispositivo atua no que chama de processo de subjetivação. “Chamo sujeito o que resulta da relação e, por assim dizer, do corpo a corpo entre os vivos e os dispositivos” (AGAMBEN, 2009, p. 41). Para ele, os vivos e os sujeitos parecem sobrepor-se, mas não completamente. Isto é, um mesmo indivíduo, pode ser o lugar de múltiplos processos de subjetivação: “o usuário de telefones celulares, o navegador na internet, o escritor de contos, o apaixonado pelo tango, o não-global etc” (AGAMBEN, 2009, p. 41). O que equivale dizer, sempre segundo Agamben, que ao ilimitado crescimento dos dispositivos no nosso tempo, corresponde uma igualmente disseminada proliferação de processos de subjetivação. “Uma recíproca indiferenciação entre subjetivação e dessubjetivação, da qual não surge senão um sujeito espectral” (AGAMBEN, 2009, p. 47). Um sujeito real que nunca se configura.

Voltando aos condomínios fechados, poderíamos dizer que a sua proliferação é a produção seriada destes dispositivos criadores do sujeito espectral, ou, ampliando, do homem dispositivo, aquele que serve melhor ao poder. Talvez seja uma maneira contemporânea, *avant la lettre* da alienação, conceito caro a Marx. Aquilo que Sloterdijk (1983 apud ZIZEK, 1996, p. 313) detectou no mundo contemporâneo: “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem”. Razão cínica, a boa e velha ideologia em sua versão contemporânea, pós-moderna, *low profile*. Ou seja, não há incautos na trama imobiliária que presenciamos.

“Mas, afinal, quem são os homens-dispositivo, que a robótica da sociedade global-financista do espetáculo, mais que a ciência política dos estados-nações, poderia nos configurar?” (FOOT-HARDMAN, 2006, p. 5). A resposta, erigida sobre ampla percepção empí-

rica, trouxe-nos uma rica gama de características deste novo tipo e, por isso, devemos estendê-la.

Os homens-dispositivo não agem sós, mas também não representam vontades particulares ou gerais. São mestres da obediência devida. Nascem nas ordens discursivas do aparelho jurídico-político, mas se espraiam pelos movimentos sociais. [...] Quase todos prosperaram muitíssimo na vida, quase todos vivem de expedientes, projetos, dispositivos e ONGs. Pode estar nas grandes corporações industrial-financeiras ou de serviços. Estará certamente na grande imprensa, gráfica ou audiovisual. O ramo da propaganda e publicidade é bastante propício ao seu florescimento. Idem, o da moda. [...] Mas, atenção, esse processo não é em absoluto privilégio do povo brasileiro. A única certeza é de que essa silhueta demasiadamente parecida com humana é só farsa, homem sem sombra, no desassossego da agitação sem causa, porque já sem pensamento, porque já sem palavra com nexos, porque já sem razão para. E nós, sim, seres realmente existentes, [...] tornamo-nos à revelia apêndices vivos dessas marionetes sem vida. Não somos seus “patrões”, mas antes seus servos involuntários (FOOT-HARDMAN, 2006, p. 5).

Se estamos certos em nosso raciocínio, o nosso malogrado Condomínio é apenas um exemplo, dentre vários, da cidade-dispositivo, esta máquina de capturar subjetividades ou, em sua versão contemporânea, homens-dispositivo (CARDOSO, 2013). Vão atrás dela como se fosse o Éden, espontaneamente, um lugar de alegria e felicidade compulsória onde qualquer sinal de percepção do autoengano acarreta na expulsão do paraíso. Sob esta perspectiva, não nos restam dúvidas de que, “na arte contemporânea do não-sentido, a figuração da mentira alcança a elevação sublime que duvida da razão humana ainda em nome dela mesma” (FOOT-HARDMAN, 2006, p. 5).

Desta maneira, o nosso homem-dispositivo protagonista agiu apenas como um catalisador. Em seus imaginários as pessoas estavam prontas para comprar docilmente a ideia.

Estamos então no pior dos mundos possíveis? Não se pensarmos o “interregno” como uma oportunidade de criarmos um mundo completamente outro. O conceito de profanação “descoberto”

por Agamben aponta o caminho para uma nova política. Em um mundo em que tudo está à venda, profanar é dessacralizar, desativar os dispositivos do poder e restituir ao uso comum os espaços que o poder havia confiscado. “Mas tal uso não é algo como uma condição natural originária que se trata de restaurar. Ela está mais perto de algo novo, algo que é resultado de um corpo-a-corpo com os dispositivos do poder” (AGAMBEN, 2005, p. 5).

Conclusão

Na passagem do milênio uma nova ortografia foi impingida às cidades. A sua cor subjacente é a especulação imobiliária. Para adquirir legitimidade tal escritura opera no chamado mundo do indistinto, um espaço indeterminado no qual as ações pública e privada mesclam-se de tal modo que torna-se imperceptível o que é próprio do campo de cada um deles. Tal prática, como vimos, é um panorama do poder sem centro. Ou da nova face do poder que se quer mostrar extemporâneo às atividades cotidianas das pessoas. Um sintoma da nova face do Estado, do seu novo *design*.

Procuramos evidenciar como ocorre a operacionalização do mundo do indistinto. Inicialmente o Estado-indutor, em atitude aparentemente compromissada com benefícios para todos (em um futuro qualquer, impostos, empregos e investimentos superarão a receita inicial empregada), age atraindo o capital privado. O Vetor Norte foi a materialização desta medida. E sem ele, a sinalização do poder público ao capital, não haveria a movimentação da Design Resorts, objeto de nossa pesquisa. O aval do Estado trouxe também a legitimidade junto à clientela para aquisição do produto, no caso, imobiliário. Trata-se de um excelente capítulo do movimento do capital, totalmente autônomo da zona civil, não nos escapando que o que se apaga e apazigua, com este dispositivo, é a dimensão política, portanto pública.

O calote imobiliário, um *work in progress* que somente findou-se porque seu principal ator terminou nas garras da polícia, seguiu piamente as regras do jogo. O presidente-proprietário-economista tinha plena ciência de como mobilizar parceiros locais e regionais, para exercer o controle do território. A nova subjetividade estabe-

lece como fundamento o homem-dispositivo. Então, a cidade apresentada como um espaço de e com diferentes escalas de consumo, surge como um ideal a ser alcançado, algo capaz de fazer com que a maioria absoluta (outros homens-dispositivo) aceite consensualmente as suas condições. Homens-dispositivo dispostos a pagar por lugares com manuais ditando os modos de usar. Ah, todos agora sabem o que fazem, mas mesmo assim o fazem. Um deslizamento de sentido em que tudo o que era distopia passa a desejado. Em ambos os lados, o abraçar voluntário e fantasmático de um mundo apenas visto e percebido enquanto negócio, com o medo exercendo a hegemonia no circuito dos afetos.

O fenômeno da condominização da sociedade parece estar longe de se arrefecer, embora a resistência esteja no horizonte do possível. Diante do atual quadro, ante a hegemonia conquistada e construída pelo poder, o ponto de inflexão parece ser da ordem da impossibilidade. A profanação, tal qual proposto por Agamben, ainda engatinha, visto que o ofício é hercúleo. Primeiramente, nada indica que as subjetividades estejam a caminho de novos processos de subjetivação que resgatem a autonomia do sujeito. O pensamento único, alimentado pela “razão cínica”, só tende a reforçar os mecanismos hegemônicos. A contraposição se faz lenta, de maneira ingloriosa, revendo-se a contrapelo os pressupostos que nos trouxeram a este estado de coisas.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. **O que é contemporâneo?** E outros ensaios. Chapecó: Argos, 2009.

_____. A política da profanação. **Folha de São Paulo**, São Paulo. 18 set. 2005, p. 4-5.

BADIOU, Alain. **Em busca do real perdido**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2017.

CARDOSO, Reginaldo Luiz. **O novo discurso urbanístico: a cidade-dispositivo**. 2013. 291 f. Tese (Doutorado em Planejamento urbano e Regional) – Instituto de Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.rppp.ufrj.br/library/view/o-novo-discurso-urbanistico-a-cidade-dispositivo>>. Acesso em 10 nov. 2017.

CIAFFONE, Andréa. Realidade como diferencial: o conceito estrangeiro de

resort tem mais sucesso quando permeável à cultura local. **Gazeta Mercantil**, São Paulo, Sexta-feira, 1º, e fim de semana, 2 e 3 de novembro de 2002. Caderno Fim de Semana, p. 10.

CIDADE da Cultura, Design Resorts. 2013. 4' 20". Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=OZt3JLbCA7Q>>. Acesso em: 11 dez. 2017.

COMPANY Overview of Design Resorts Empreendimentos Imobiliarios Ltda. **Bloomberg**. [online]. Disponível em: <<https://www.bloomberg.com/research/stocks/private/snapshot.asp?privcapId=248547400>>.

Acesso em: 15 out. 2017.

DESIGN Resorts, 2015. Disponível em: <<http://www.designresorts.com/default.aspx?aspxerrorpath=/Projecto.aspx>>. Acesso em: 08 Out. 2015.

DIAS, Reinaldo. **Sociologia do turismo**, São Paulo: Atlas, 2003.

EDITORIAL. **Leia Agora**, Santa Luzia, 17 jun. a 1º. jul. 2008. Ano III, n° 36, p. 2.

FACEBOOK. Reserva Real (Oficial). [online]. <https://www.facebook.com/reservarealbh/>. Acesso em: 15 nov. 2017.

FALSOS corretores de imóveis aplicam golpe do terreno em Massachusetts. Brazilian Press, Newark, 29 out. 2015. Disponível em: <<http://www.brazilianpress.com/v1/2015/10/29/falsos-corretores-de-imoveis-aplicam-golpe-do-terreno-em-massachusetts/>>. Acesso em: 23 ago. 2017.

FOOT-HARDMAN, Francisco. O homem-dispositivo: maestria na arte da devida obediência. **O Estado de São Paulo**, São Paulo, 24 set. 2006. Caderno Aliás, p. 5.

FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

JORGE, Danilo. Grupo português tem plano de investir R\$ 1,3 bi em condomínios na BA e MG. **Valor Econômico**, São Paulo, 14 mai. 2008. Disponível em: <<http://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/486142/noticia.htm?sequence=1>>. Acesso em 21 dez. 2016.

MENEZES, Nayara. Louco ou visionário? **Encontro**, Belo Horizonte, 7 nov. 2011. Disponível em: <<https://www.revistaencontro.com.br/canal/revista/2011/11/louco-ou-visionario.html>>. Acesso em 21 dez. 2016.

MIZHER, Alessandra. O paraíso é aqui: grandes empresas internacionais trazem ao Brasil empreendimentos de tirar o fôlego. **O Tempo**, Belo Horizonte, 14 jan. 2010. Imóveis & Construção, p. 1 e 3.

PAOLI, M. C. O mundo do indistinto: sobre gestão, violência e política. In: OLIVEIRA, Francisco; RIZEK, Cibele (Org). **A era da indeterminação**. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 221-256.

PEREIRA, Kenio. Condomínio fechado gerou prejuízo para 1800 compradores. **Emorar**, Belo Horizonte, 23 mar. 2016. Disponível em: <<http://www.emorar.com.br/condominio-fechado-gerou-prejuizo-para-1800-compradores/>>. Acesso em 17 mar. 2017.

PLATÃO. **A República**. São Paulo: Editora Nova Cultural, 2000.

QUEM somos. Roteiros de Charme . Disponível em: <<https://www.roteirosdecharme.com.br/quem-somos.php>>. Acesso em: 12 out. 2017.

RESERVA real: financiamento de até 120 meses. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 07 out. 2012. Lugar certo, p. 2.

RIO das Velhas Resorts: é o maior investimento turístico em Minas Gerais desde a década de 30. **Leia Agora**, Santa Luzia, 17 jun. a 1º jul. 2008. Ano III, nº 36, p. 8-9.

SAFATLE, Vladimir. **O circuito dos afetos**: corpos políticos, desamparo e o fim do indivíduo. São Paulo: Cosac Naify, 2015.

STREECK, Wolfgang. O retorno do recalcado: o começo do fim do capitalismo neoliberal. **Piauí**, São Paulo, n° 135, nov. 2017, p. 40-45.

SUPRA-SUMO do requinte. **Estado de Minas**, Belo Horizonte, 21 mar. 2010. Megaclassificados Imóveis, p. 19.

VI PRÊMIO Minas Gerais de Desenvolvimento Econômico ASSEMG/MERCADOCOMUM – 2012. Disponível em: <http://www.mercadocomum.com/site/artigo/detalhar/vi_premio_minas_gerais_de_desenvolvimento_economico_assemgmercadocomum_2012>. Acesso em: 23 mar. 2017.

ZIZEK, Slavoj. Como Marx inventou o sintoma. In: ZIZEK, S. (Org.). **Um mapa da ideologia**. Rio de Janeiro: Contraponto, 1999. p. 297-331.

*Produção da cidade e trabalho intelectual
produtivo no capitalismo digital:
a revolução nas relações sociais de produção
intelectual nas profissões da forma urbana no
século XX¹*

BEATRIZ COUTO²

O planejamento urbano inaugurou, na primeira metade do século XIX, na Inglaterra e logo após na França, a cooperação entre profissionais de diferentes disciplinas para diagnosticar e propor soluções para os problemas urbanos introduzidos pela industrialização. Sobejamente discutidos na literatura, foram identificadas e objeto de propostas a degradação social e ambiental das cidades, a reconfiguração das suas funções clássicas e a revolução na infraestrutura e nos meios de transporte intra e interurbanos (BENEVOLO,1971; THOMPSON,1987).

As celebradas inovações técnicas da engenharia impactaram cidades e edificações, provocando mudanças em projetos arquitetônicos, nas concepções urbanísticas e renovações no paisagismo das cidades. As profissões da forma urbana³ – arquitetura, urbanismo, planejamento urbano e paisagismo – responderam não só com novas propostas, como já amplamente tratado na literatura, mas também reorganizando seu próprio trabalho – o que tem sido tematizado nessa linha de pesquisa e que será em parte aqui retomado – revolucionando as próprias relações de produção para garantir a

¹ Este trabalho retoma e recorta, com alterações que visam enfatizar os efeitos espaciais, textos produzidos anteriormente. Ver Couto (1999; 2005, 2014).

² Professora titular de Planejamento Urbano e Regional da Escola de Arquitetura da Universidade Federal de Minas Gerais.

³ Retomo e expando o conteúdo da feliz expressão adotada por BLAU, LA GORY e PIPKIN (1983) no título do livro que editaram: *Professionals and Urban Form*.

tempo e a hora as soluções demandadas pelo capital. A interconexão e teorização da divisão intelectual do trabalho e de seu produto no capitalismo industrial e digital foram estranhamente desconhecidas pela literatura. Aí ainda reina o pressuposto do intelectual clássico como observador externo do processo, ainda que se discutam, como convém, seus compromissos ideológicos.

Os estudos sobre o capitalismo digital e a economia cognitiva são vastos, mas deixam de historicizar e teorizar suficientemente, nos limites de meu conhecimento, os impactos decorrentes no exercício cotidiano do trabalho pelos intelectuais⁴.

Assistimos, nos últimos dois séculos, a proletarização do intelectual clássico. Figura histórica que emergiu na Grécia antiga, o intelectual clássico deve ser definido como autônomo, responsável pela concepção e desenvolvimento de seu próprio trabalho e nomeadamente responsabilizado na (des)legitimação de seus resultados (COUTO, 1999). O processo de proletarização do trabalho intelectual resulta da emergência histórica da figura do empresário intelectual⁵ e da revolução por ele promovida nas relações sociais de produção intelectual (RSPI). Se tudo leva a crer que o campo do planejamento urbano foi pioneiro na tarefa de promover a coletivização do trabalho do intelectual clássico, as relações sociais de produção tipicamente capitalistas que se estabeleceram desde então a ele não se resumem. Tal processo abarcou as mais diversas disciplinas e instituições encarregadas da produção de bens simbólicos⁶, compondo uma história cujos momentos de virada foram identificados em outros trabalhos.

A categoria de mais-valia simbólica (COUTO, 1986; 1999), crucial para permitir tal entendimento, recorta-se na intersecção de Bourdieu, Lacan e Marx, expandindo para o campo do trabalho in-

⁴ Convém deixar registrado que a discussão que mais se aproxima do ponto de vista aqui proposto é a de Lyotard (1979) em *La condition postmoderne*, contribuição que foi detalhadamente examinada e criticada em outro trabalho (COUTO, 1999).

⁵ Essa figura não se confunde nem com o empresário cultural nem com o trabalho complexo no chão da fábrica, conforme já discutido em outros textos (COUTO, 1999; 2015).

⁶ A noção de bens simbólicos é adotada a partir da crítica já formulada ao seu uso por Bourdieu, e foi feita com base na concepção lacaniana de registro Simbólico, tendo sido defendida em diversas outras ocasiões (COUTO, 1999; 2003; 2014).

telectual *per se* o conceito marxista desenvolvido quanto ao trabalho manual para o marco do capitalismo industrial. Essa reconfiguração teórica permite a identificação necessária da forma específica que toma o processo de extração de mais-valia no âmbito das relações sociais de produção intelectual, permitindo especificar o caráter produtivo do trabalho intelectual no capitalismo digital. Isso envolveu, nos estudos já realizados (COUTO, 1986; 1999; 2005, 2014), a aceitação, criticada através de Lacan (1975;1977), da noção de gratificação simbólica utilizada por Bourdieu (1982, 1989).

Conforme já discutido em outros textos, creio podermos estabelecer a origem da mudança nas relações intelectuais de produção nas profissões da forma urbana ainda no século XIX na figura de Daniel Burnham. Personagem de proa do movimento City Beautiful americano, Burnham foi quem concebeu e encarnou a *persona* do empresário intelectual responsável por subsumir e, portanto, proletarianizar o intelectual clássico conforme existia e trabalhava no campo (COUTO, 1999, 2014). Mas, sem dúvida, foi Le Corbusier que, acima e além de sua merecida posição de gênio da arquitetura, produziu a virada adicional que, mantendo o trabalho intelectual subsumido, foi também quem transformou a obra em produto adequado para modelar a indústria da construção civil e a cidade industrial.

Esse foi, em linhas mais gerais, o processo que permitiu implementar o espaço do capital nas cidades do mundo industrializado do século XX, questão a ser aqui enfatizada, onde se defende que a forma específica do trabalho coletivizado desenvolvida por Corbusier e a seguir pelos *starchitects* foi a condição necessária para dar conta dessa tarefa. A Barra da Tijuca, no Rio de Janeiro, é apenas um dos exemplos bem acabados das propostas arquitetônicas e urbanísticas que foram recortadas e selecionadas pelo capital para atingir os seus próprios fins a partir das concepções propostas pela Carta de Atenas (LE CORBUSIER, 1993; COUTO, 2003).

Pode-se identificar Le Corbusier como a figura pivô do empresário intelectual que permitiu ao capital pôr-se sobre seus próprios pés através do controle simultâneo do intelectual clássico, do processo e do produto de seu trabalho, o que requer a releitura e interpretação do material já presente em sua autobiografia e na melhor literatura produzida a seu respeito *vis-à-vis* a conceituação proposta.

Resta enfatizar que retomo aqui tema mais extensamente analisado anteriormente, mas tratando de recortar um pouco mais os impactos espaciais decorrentes para a área de atuação das profissões da forma urbana, uma entre tantas das diretamente afetadas pelas mudanças seculares nos processos de subsunção do trabalho intelectual ao capital, já madura e generalizada no capitalismo digital. Convém ressaltar que esse elo proposto proíbe interpretações da posição do intelectual como observador externo, distanciado dos processos capitalistas de produção, exceto em sua eventual sobrevivência ainda possível às margens do sistema na figura do intelectual clássico. Isto nos torna a todos, da forma como entendo a questão, solidários, não apenas ideologicamente, mas organicamente aos destinos do trabalho manual. E, não há dúvidas, o ponto notável que precisa ser enfatizado, nessa perspectiva e diagnóstico, é que essa revolução correu paralela no tempo e no mundo industrializado à análise feita por Marx enquanto ele próprio trabalhava, o que torna ainda mais surpreendente a demora secular em identificá-la e teorizá-la *comme il faut*.

Embora tantos outros arquitetos modernistas de gênio tenham se dedicado a propor cidades e construções adaptadas à indústria (p.e. Peter Behrens, Sullivan, Mies Van der Rohe, Frank Lloyd Wright), o impacto de Le Corbusier decorre de sua concepção sobre a habitação a ser produzida pela indústria, da metodologia de projeto que instituiu e do taylorismo adotado e aperfeiçoado em seu escritório, que serviu de modelo para o processo de reconfiguração do trabalho intelectual necessário e adequado para transformar obra em produto capitalista nos escritórios de projeto, processo homólogo ao implementado por Ford na linha de produção da indústria.

Sua pesquisa, a partir de 1914, sobre as casas industrializáveis Maison Citrohan (nomeadas por analogia ao fabricante de automóveis Citrohen), já capturou a essência da lógica capitalista por não se concentrar na oferta de um produto acabado – algo possível mas limitado quanto à possibilidade de produção habitacional *urbi et orbi* – mas na formulação expressa por seu conceito de “*machine à habiter*” adaptável à produção em massa pelo segmento de indústria mais radicalmente *site specific*, ou seja, estruturalmente orientado para o mercado. De 1920, quando construiu a primeira das versões da Mai-

son Citrohan, até o marco representado pela Unité d’Habitation de 1952 em Marselha, ele pesquisou soluções, algumas patenteadas, para componentes industrializáveis da arquitetura de massa tais como colunas, esquadrias, blocos arquitetônicos, *brises soleil*, além de ter estudado e proposto programas padrão para habitações de um a oito moradores. Com isto formulou linha de pesquisa permanente para arquitetos, engenheiros e empresários da construção civil que visa ao barateamento da oferta de um bem de consumo de impacto maior no custo de reprodução da força de trabalho.

Nesse intervalo, Corbusier foi explícito em seu esforço de captar o interesse dos industriais ao projeto de arquitetura de massa, como consta de seu banner “*Appel aux industriels*” que afixou no Pavillon de l’Esprit Nouveau na Exposição Internacional de Artes Decorativas de 1925, ao que acrescentou explicitamente “O grande industrial-manufatureiro precisa assumir sua responsabilidade no processo de construção”⁷. Responsável por promover e por escrever uma das versões da Carta de Atenas [1928] e figura central dos Congressos Internacionais da Arquitetura Moderna (1928-1956), Corbusier (1993) fez mais do que criar as bases conceituais da moderna indústria da construção civil quando viabilizou a transformação da arquitetura residencial de obra em produto, o que ele deixou consignado em sua formulação mais clara:

Precisamos criar o espírito de produção em massa.
O espírito de construir casas produzidas em massa.
O espírito de morar em casas produzidas em massa.
O espírito de conceber casas produzidas em massa⁸.

Coerentemente, ele também transmutou o intelectual clássico formado historicamente nos ateliers para o trabalho criativo autoral, no proletário intelectual que não se apropria dos resultados do trabalho que produz. Sua diferença específica em relação aos escritórios de arquitetura que inauguraram a divisão do trabalho no final do século XIX (COUTO, 1999; 2014) é que ele adaptou o processo do trabalho ao seu produto final, tornado previsível em

⁷ LE CORBUSIER (1960, p. 72), minha tradução.

⁸ LE CORBUSIER. (1946, p. 210), minha tradução.

suas etapas e no tempo necessário para sua formulação que Corbusier supervisionava em momentos críticos, promovendo a *comodificação* de ambos. O aumento da produtividade decorrente se expressa na obra copiosa⁹ publicada em seu nome, sem referência a centenas de profissionais que trabalharam em sua formulação.

Observa-se no processo necessário de legitimação da figura do empresário intelectual, a concorrência simultânea das três formas de legitimação da dominação identificadas por Weber (1987): a carismática, a de base racional-legal e a decorrente da tradição do novo (COUTO, 2016).

Esse processo de trabalho, emulado no mundo capitalista no conteúdo e na forma pelas profissões da forma urbana, concentra um excesso de gratificação simbólica na figura do empresário intelectual que se torna, por essa via, capaz de extrair da produção de bens simbólicos mais-valia simbólica – em sua modalidade relativa e portanto correspondente à forma de trabalho tipicamente capitalista – decorrente da nova organização do trabalho intelectual que suplantou o histórico sistema de ateliers vigente na modernidade.

O trabalho intelectual coletivizado, presencial ou em rede, configurou-se como a base organizacional da economia cognitiva, observável em escritórios burocratizados que produzem bens simbólicos. Tal configuração implantou-se de forma bem notável, mas longe de ser exclusiva, nas profissões da forma urbana. Cerca de um século de aprimoramentos levados a efeito para promover os objetivos do capitalismo e do empresário intelectual, pode-se resumir da seguinte forma o tipo ideal de organização do trabalho intelectual coletivizado:

- divisão entre concepção e desenvolvimento;
- objeto e objetivos comuns definidos pelo financiador, governo ou indústria, em acordo com o empresário intelectual;
- parcelamento de tarefas;
- organização presencial ou em rede de burocracias científicas/culturais orgânicas ou heterogêneas;

⁹ Sekler e Sekler (1982) contabilizam pelo menos 70 projetos construídos; 32 mil desenhos de arquitetura e urbanismo, seus e de seus associados; 400 projetos; 300 pinturas; 7.000 desenhos; livros, litografias, tapeçarias, móveis, dentre outras produções.

- constituição de frentes concertadas de pesquisa que se instruem mutuamente em tempo real;
- perda da autonomia do intelectual clássico, doravante subsumido ao trabalho coletivizado e substituível em caso de discordâncias éticas e conceituais;
- internalização da instância crítica;
- internalização da competição por produtividade e legitimação através da redundância de *expertise* entre os intelectuais participantes;
- aumento da produtividade e do ritmo de trabalho expressos no comando *publish or perish*;
- potencialização da resistência à mudança de paradigmas adotados por grupos hegemônicos;
- exponenciação dos efeitos positivos e negativos dos resultados obtidos e encaminhados;
- *last but not least*, expropriação de mais trabalho e concentração da gratificação simbólica (e por consequência da legitimidade cultural) na forma de mais-valia simbólica decorrente dos bens simbólicos produzidos na figura do empresário intelectual ou coordenador dos trabalhos, figura esta encarregada da mediação entre indústria, governo e instituições de pesquisa (COUTO, 2014).

As profissões da forma urbana permitem classificar os casos de cooperação no trabalho intelectual por analogia à classificação das manufaturas em Marx (1983). Identificam-se, por conseguinte, tanto o caso de burocracia heterogênea, como o planejamento urbano, com o das burocracias orgânicas, como a arquitetura, o urbanismo ou o paisagismo, já configuradas como origens históricas do trabalho coletivizado, deixando claro o caráter multissecular do processo (COUTO, 1999).

Tal processo afeta, de uma forma que ainda precisa ser estudada, o custo de reprodução da capacidade intelectual de trabalho. Mas sua adoção pelo capitalismo industrial visa de partida a rebaixar o custo de reprodução da força de trabalho manual em um de seus itens mais significativos, a moradia. No Brasil, esse processo se

estabeleceu e se desenvolveu grosso modo a partir de meados do século XX, com a industrialização dos bens de consumo duráveis¹⁰.

Antecedido por um incipiente mercado de produção de vilas operárias destinadas ao aluguel com base em modelos construtivos vernaculares, é de se presumir que o processo de projeto adotado nos primórdios da habitação de massa no Brasil, promovida pelos Institutos de Aposentadoria e Pensão na primeira metade do século XX, ainda requeriam pesquisa original, dada a ausência de quaisquer experiências ou modelos prévios já testados e aprovados de projeto e de edificação. Tal processo passa por uma virada paradigmática com a construção no Rio de Janeiro do conjunto Pedregulho, projetado por Affonso Eduardo Reidy¹¹, marco brasileiro da melhor arquitetura residencial calcada nas propostas da Carta de Atenas. Esse modelo seria depois canibalizado pela indústria da construção civil, cujo paradigma de atuação ajudou a corporificar não apenas para as classes populares.

A indústria da construção civil selecionou, adotou e adaptou, mediocrizando as referências estéticas, as soluções arquitetônicas promovidas por Le Corbusier e pelos primeiros arquitetos modernistas no Brasil. A habitação de massa decorrente – inicialmente produzida pelo Banco Nacional de Habitação (BNH) durante a ditadura, e depois pelo programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) na democracia – pesquisou e implementou modelos destinados a classes de renda baixa e média, mas também para a alta renda na forma de condomínios fechados de alto e altíssimo luxo, todos com programas e soluções arquitetônicas e urbanísticas próprias.

Se a qualidade arquitetônica apresenta variações dentro de cada um desses casos, a urbanística, em linha com o que houve de mais criticável nas propostas da Carta de Atenas, degradou-se de forma generalizada, inclusive quando, via gentrificação, expulsou a população trabalhadora para as periferias, ajustando a qualidade

¹⁰ Esse assunto foi mais detalhado no artigo, no prelo: “Tutameia: urbanização e controle em vilas operárias em Minas Gerais”.

¹¹ As indicações de participação no projeto fazem menção a engenheiros no cálculo e na administração da obra e a assistentes sociais na discussão conceitual; ocasionalmente há remissão a figuras de estagiários, mas isto não foi possível especificar (BRITTO, 2015).

dos espaços já existentes aos custos de sua reprodução. A Barra da Tijuca e a Cidade de Deus no Rio de Janeiro, bem como a cidade de Tiradentes em Minas Gerais são exemplos do processo em suas formas mais puras.

Retardatário no processo de proletarização do intelectual clássico atuando na indústria da construção civil, assistimos no Brasil à disputa entre o Instituto de Arquitetos do Brasil (IAB) e a Associação Brasileira de Escritórios de Arquitetura (AsBEA) pela titularidade do projeto. No mundo desenvolvido, a autoria se consolidou na figura do empresário intelectual, aquele que controla as relações intelectuais de produção e os correspondentes bens simbólicos e materiais produzidos. Aqui, a resistência à apropriação na esfera legal continua pela defesa eficiente feita pelo IAB, mas, no cotidiano, a prática nos escritórios vai erodindo a relação autor/projeto, afetando em especial as novas gerações de profissionais. Não obstante, o resultado final dessa disputa não está dado, tendo sido barrada no último momento uma legislação que visava alterá-la.

Mestra das soluções vernaculares autônomas, a população trabalhadora convocada por Corbusier a aceitar a moradia industrializada viu-se forçada a se adaptar às regras de mercado, configurando sua clássica distribuição espacial nas periferias, à margem dos serviços urbanos requeridos. De passagem, convém lembrar que o conjunto do processo de adaptação da cidade aos desígnios do capital não dispensou a violência física, usada que tem sido pelo pretense liberalismo para pressionar os recalcitrantes que se apegam aos seus sítios originais sempre que cobiçados pela indústria para ocupação pela população de renda alta. Lembre-se apenas o caso dos incêndios frequentes em favelas próximas à Faria Lima, em São Paulo, o que corresponde ao que Goethe fabulou em seu magistral *Fausto*.

Mas as regras corriqueiras de mercado, conformes à renda da terra, continuam a ser mecanismo eficaz para realocar a população no espaço urbano. Pressionado pelas soluções validadas para sua classe de renda, agora é o trabalhador quem retroativamente valida as soluções da indústria da construção civil disponíveis no mercado. A necessidade de manter o valor do maior de seus bens, a possibilidade sempre presente de mudanças frente à divisão espacial do trabalho, o que o ameaça constantemente de desenraizamento,

reforçam a lógica do mercado em suas escolhas. Alterações no ciclo de vida, da constituição da família à aposentadoria, e nos níveis salariais trabalham no mesmo sentido.

Se o programa para as cidades industriais está bastante consolidado e se desenvolve ao ritmo das flutuações cíclicas de oferta, procura e financiamento, a cidade global trouxe novas mudanças na organização do trabalho intelectual exigido para sua implementação. Foram os *starchitects*, que emergiram na década de 1980, que assumiram a tarefa de construir os monumentos que marcam e legitimam o capital financeiro e tecnologicamente globalizado e que sinalizam sua visão de futuro para a humanidade. Os edifícios monumento de Calatrava e Norman Foster marcam o processo no Rio de Janeiro.

Um entre tantos, posto que nesse caso não há uma figura incontornável como foi Le Corbusier para a cidade industrial, o caso de Zaha Hadid Architects (1979-2016) exemplifica de forma bem adequada o processo de produção, circulação e legitimação dos bens simbólicos nas profissões da forma urbana para implementar a cidade global.

Formada em Matemática e em Arquitetura, Zaha Hadid foi professora de Arquitetura e atingiu notoriedade antes de construir, destacando-se pela expressão gráfica distante da geometria planimétrica consagrada na apresentação dos projetos dos arquitetos, o que, ao mesmo tempo que chamava a atenção pelo ineditismo, também levantava dúvidas se tais estudos pudessem ser construídos. Com o advento do design computadorizado, Hadid explorou com maestria sua habilidade matemática para lançar o projeto e sua representação em planos não ortogonais e curvas tridimensionais que se destacaram por sua originalidade e possibilidade de exploração das novas tecnologias. Rápido o seu escritório passou a ser associado à nascente construção da cidade e à divisão global do trabalho no capitalismo digital, mas também legitimando as conquistas tecnológicas do capitalismo industrial.

O site Zaha Hadid Architects declarou em 2016 uma composição que integrava 400 profissionais, quatro diretores, dois diretores associados. Jodidio (2013) informa que, em cerca de 30 anos, 915 profissionais participaram do seu *staff*. A produção em um período de quatro décadas, o próprio escritório informa, foram 950 projetos em cerca de 44 países.

Entrevistada por Jodidio (2013), Zaha Hadid nega estrutura piramidal na produção dos trabalhos, embora o seu seja sempre o primeiro nome nos projetos listados no Anexo da publicação. Mais, enfatiza a participação da equipe desde a concepção e em todas as etapas subsequentes, o que certamente corresponde à forma como o trabalho de fato se desenvolve no dia a dia do escritório, destacando que muitos foram seus alunos e trabalhavam lá há bastante tempo. Informa que todos repassam as questões até que compreendam bem o que está em jogo. A autoria coletiva dentro do escritório está bastante explícita, mas será objeto de mistificação na etapa de circulação e legitimação do trabalho resultante.

Único local onde comparecem os nomes dos outros profissionais participantes, o Anexo permite identificar uma extensa divisão do trabalho que varia de acordo com cada projeto. Há projeto com apenas um e outros com até sete níveis de responsabilidade declarados como: designers, time de designers, arquiteto de projeto, arquiteto local, firma local, time de concurso, consultor especial, supervisor de obra, líder de projeto, associados e diretores de projeto, arquiteto do conjunto, consultor artístico, time de exibição, líder de designers etc. Há trabalhos em que se declara 40 participantes, embora um dos nomes seja o de uma firma.

Não obstante, Zaha Hadid se apresentava e era apresentada como arquiteta clássica, mistificação em construção pelo biógrafo que, poucas páginas depois de transcrever a declaração da própria Hadid de que todos participam do projeto desde a concepção, não obstante atribui a ela a origem das ideias. Nos documentos publicados para profissionais ou destinados à divulgação para a alta cultura ou eventuais compradores de imóveis, transparece uma postura de arquiteta clássica, pela ênfase em sua foto e nome e pela ausência completa ou, no melhor dos casos, pela apresentação dos nomes dos outros profissionais de forma pouco notável.

Apesar de tudo, e em consonância com a construção de sua imagem como uma arquiteta clássica que trabalhasse ainda nos moldes dos arquitetos renascentistas, o Prêmio Pritzker de 2004 foi atribuído a ela em termos estritamente pessoais, validando todo o processo de mistificação da autoria, base para a apropriação da mais-valia simbólica hiperlegitimante. É irônico que o talento pessoal, sempre

que existente, junto ao carisma, potencializem a expropriação da mais-valia simbólica na esfera da legitimação do trabalho. A completa finalização de todo esse processo se observa no escritório SOM, de Nova York, já chefiado por um CEO originário da General Electric, que não é arquiteto (CUFF, 2000). Essa forma de organização do trabalho destina os profissionais subsumidos a uma vida produtiva de formulação de projetos a serem apropriados em nome alheio.

A maturidade da subsunção real do trabalho intelectual foi atingida com a liberação do empresário intelectual inclusive da etapa da concepção que agora pode ser assumida pelo trabalho intelectual coletivizado. Com a revolução tecnológica do projeto e da ligação direta com o canteiro de obras via computação 3D, fabricação digital, BIM, independente de sua localização no planeta, atinge-se a maturidade de uma indústria das mais dependentes até então da habilidade do trabalhador manual e intelectual. Isso implica reconhecer que, assim como ocorreu com o trabalho manual no século XIX, o capital ergue-se sobre os próprios pés e se libera nessa virada de milênio de sua dependência do intelectual clássico para pesquisa, desenvolvimento e inovação (PD&I), apropriando-se do mais trabalho simbólico e da legitimidade cultural decorrente.

Resta levar em consideração os impactos territoriais associados à organização do trabalho decorrente da economia cognitiva e do capitalismo digital. A arquitetura monumental tem sido utilizada – e isto não é uma interpretação nova – para introduzir a diversidade associada aos objetivos do capital entre as cidades produzidas ou até mesmo as deixadas à margem no mundo industrial, como no caso de Bilbao. Conscientemente utilizada para a renovação de regiões decadentes ou áreas abandonadas à obsolescência, em um momento em que as cidades enfrentam limites ao crescimento físico e populacional, em que o impacto da poluição e as demandas da sustentabilidade se agudizam, essa arquitetura cria oportunidades renovadas para a exploração da renda da terra e gentrifica o entorno. A Cidade Administrativa em Belo Horizonte é um exemplo recente. E pretende estimular o turismo de massa, como nos grandes eventos mundiais de esporte, religião e cultura, como ocorreu em escala avassaladora no Rio de Janeiro com a Jornada Mundial da Juventude (2013), a Copa do Mundo de Futebol (2014) e as Olimpíadas e

Paraolimpíadas (2016), acima e além dos eventos anuais da festa do réveillon e carnaval. A remoção forçada de populações residentes no início, e a posterior exposição dos métodos de acumulação primitiva articuladores do processo que foram expostos pela Lava Jato apenas reforçam, para além da festa, a lógica subjacente aos eventos.

Se o diagnóstico dos problemas tardou, a reação parece já estar em curso. Pelo lado do trabalho intelectual, a instituição de equipes de pesquisa em bases horizontalizadas e trabalhando com paradigmas contra-hegemônicos precisa se afirmar dentro dos coletivos profissionais, das universidades, dos institutos de pesquisa e dos órgãos de financiamento. A luta coletiva pela via das ocupações para garantir o direito à habitação, pela melhoria da qualidade de vida através da universalização da oferta de serviços públicos de qualidade em educação, saúde, transportes e segurança e pela defesa do meio ambiente e da sustentabilidade, não obstante os percalços políticos, são respostas comuns à virulência da lógica do capital no cotidiano da vida urbana. A solidariedade de destinos e práticas homólogos dos trabalhos intelectual e manual define o encaminhamento político necessário.

Referências

- BENEVOLO, Leonardo. *The origins of modern town planning*. Tradução de Judith Landry. Cambridge, Massachusetts: MIT Press, 1971.
- BLAU, Judith R.; LA GORY, Mark E.; PIPKIN, John S. (Eds.). *Professionals and Urban Form*. Albany: State University of New York Press, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Campo do poder, campo intelectual e *habitus* de classe. Tradução de Sergio Micelli. In: _____. *A economia das trocas simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 1982. p. 183-202.
- BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*. Tradução de Fernando Tomaz. Lisboa: DIFEL, 1989.
- BRITTO, Alfredo. *Pedregulho: o sonho pioneiro da habitação popular no Brasil*. Rio de Janeiro: Editora Edições de Janeiro, 2015.
- COUTO, Beatriz. O arquiteto imaginário: sua produção do modernismo ao pós-modernismo. *Topus*. Belo Horizonte: Escola de Arquitetura da UFMG, n. 4, jan./jun., 2005, p. 22-26.
- COUTO, Beatriz. A [Barra] da Tijuca e a morte anunciada da cidade [maravilhosa] In: CASTRIOTA, Leonardo (Org.). *Urbanização brasileira: redescobertas*. Belo Horizonte: C/Arte, 2003, p.112-142.
- _____. A acumulação de capital simbólico. *Educação e Sociedade*. São Paulo: Cortez, ano 8, n. 25, dez. 1986, p. 55-72.

_____. About symbolic capital: Bourdieu faced with Marx and Lacan. Apresentação feita ao EGOS COLLOQUIUM, 30; Sub-theme: Markets, sociality and citizenship in crisis: Marxist and other critical approaches. *Archive*. Rotterdam: 2014.

_____. Authors without opus: a historical reconstruction of the proletarianization of the intellectual labour in architecture and urban design. Apresentação feita ao EGOS COLLOQUIUM, 32: Organizing in the Shadow of Power; Sub-theme 18: Marxist Organization Studies: Institutional Forms of Power and their Legitimacy. *Archive*. Naples, Italy: 2016.

_____. The use and misuse of the concept of capital in the social sciences. Apresentação feita ao EGOS COLLOQUIUM, 31. Subtheme: Marxist Organization Studies: Structures, Systems and Power. *Archive*. Athens: 2015.

COUTO, Beatriz. *Trabalho intelectual coletivizado: produção, conhecimento e reconhecimento*. 256f. (Tese de doutorado em Planejamento Urbano e Regional). Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 1999.

CUFF, Danna. Epilogue. In: KOSTOF, Spiro (ed.). *The Architect*; chapters in the history of the profession. Berkeley: University of California Press, 2000, p. 345-358.

JODIDIO, Philip Hadid; HADID, Zaha. *Complete Works 1979-2013*. Köln: Taschen, 2013.

LACAN, Jacques *RSI: Le séminaire 1974/1975* (unpublished).

LACAN, Jacques. Lo simbólico, lo imaginario y lo real. *Revista Argentina de Psicología*. Buenos Aires, ano VIII, n. 22, 1977. p. 9-27.

LE CORBUSIER. *A Carta de Atenas*. São Paulo: Hucitec/EDUSP, [1928]. 1993.

_____. *My work*. Tradução de James Palmes. London: The Architectural Press, 1960.

_____. *Towards a new architecture*. Tradução de Frederick Etchells. London: The Architectural Press, 1946.

LYOTARD, Jean-François. *La condition postmoderne*. Paris: Minuit, 1979.

MARX, Karl. *O capital*; crítica da economia política. Tradução de R. Barbosa e F. Kothe. São Paulo: Abril, 1983 3 v.

SEKLER, Mary Patricia May; SEKLER, Eduard F. Le Corbusier (vb). In: PLACZEK, Adolf K. (ed.). *Macmillan encyclopedia of architects*. New York: Free Press, 1982. p. 630-646.

THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária*. Tradução de Denise Bottmann, Renato Busatto Neto and Cláudia Rocha de Almeida. Rio de Janeiro: Terra e Paz, 1987. 3 v.

WEBER, Max. *Economia y sociedad*. Tradução de José Medina Echavarría et al. México: Fondo de Cultura Económica, 1987.

ZAHA HADID ARCHITECTS. *About us*. London: Studio London. <http://www.zaha-hadid.com/#> access in: 04/07/2016.

Eixo 2
Capital e crise no território

O movimento das frações do capital e a constituição dos circuitos espaciais do petróleo

ROBERTO MORAES PESSANHA¹

Introdução

Este artigo tem o objetivo de apresentar os resultados de uma pesquisa que investigou a relação petróleo/porto como produtora de novas territorialidades e regionalidades no litoral fluminense. Com análise de um intervalo temporal de uma década (2007-2016), recupera o conceito dos Circuitos Espaciais de Produção para interpretar os movimentos das frações do capital (petróleo e logística) sobre o território, através de um conjunto de infraestruturas, equipamentos, tecnologia e serviços.

A partir de investigação documental utilizando material produzido por diversas mídias, relatórios das corporações e ainda dados, indicadores e estatísticas de órgãos públicos nas diferentes escalas, se identificou formas de construção do território e formação de rede urbana, com características mais regionais e interligadas por eixos de circulação implantados conforme interesses corporativos. Através desses levantamentos se analisou a hipótese de que a constituição desses circuitos espaciais de produção da indústria do petróleo não estaria ligada unicamente à exploração de petróleo *offshore*, mas à toda a relação petróleo/porto que é demandada pela etapa de circulação dessa mercadoria especial, seja sob a forma cru, ou processada (combustíveis); em projetos de geração de energia e/ou produtos petroquímicos que constroem novas territorialidades e regionalidades.

¹ Professor doutor (PPFH-UERJ) do Instituto Federal Fluminense (IFF) e pesquisador do Núcleo de Estudos em Estratégias e Desenvolvimento (NEED). Email: robertomoraespessanha@gmail.com

Na busca de uma compreensão da totalidade desse processo reprodutivo do capital que inclui uma interpretação sistêmica, transescalar e multidimensional da relação petróleo/porto como determinante da construção do território, a pesquisa se esforça para investigar os movimentos do capital através dessas frações, de forma intersetorial. No caso, uma inter-relação capitalista, lubrificada pelo petróleo, que pode ser expressa de forma resumida no esquema gráfico da figura abaixo. Essa inter-relação capitalista é uma das expressões do movimento das frações do capital no processo de valorização e de construção de novas territorialidades dentro do capitalismo contemporâneo global (em redes). Um esquema gráfico que deve ser visto na lógica dialética e como totalidade aberta, em permanente movimento (LENCIONI, 2017, p. 13).

Figura 1 – A inter-relação capitalista lubrificada pelo petróleo.²



Fonte: Tese do autor (2017, PESSANHA, Roberto. M., p. 46).

Considerando que o capital é sempre um movimento de produção e de valorização que tem no espaço o seu lócus de apropriação e acumulação, este artigo reproduz parte do resultado da pesquisa, so-

² A segunda parte do título desse esquema gráfico – “lubrificado com petróleo” – utiliza-se do termo empregado por Altvater (2010, p. 147) “crescimento lubrificado com petróleo do capítulo V, do seu livro *O fim do capitalismo como o conhecemos*.”

bre a forma como essa fração do capital utiliza e produz o território, numa análise política-socioespacial no interior da economia global contemporânea, em meio ao desenvolvimento geográfico desigual.

Assim, a investigação recuperou o conceito dos Circuitos Espaciais de Produção até então mais utilizado para interpretar dinâmicas econômico-espaciais para setores industriais de processos de produção em massa, adaptando-o para o setor industrial/extrativo/beneficiamento e logística-distributiva do petróleo. No caso específico sobre a formação do “circuito espacial do petróleo e dos *royalties*” no Estado do Rio de Janeiro (ERJ), a pesquisa identificou os movimentos nas diferentes fases de preços do ciclo do petróleo (*boom* e colapso), com forte dinâmica de uso espacial na fase de investimentos e reduções na fase de contração com suspensão dos projetos e adiamento de empreendimentos.

A investigação aqui brevemente descrita reforçou a importância da compreensão dos movimentos econômicos com investimentos em capital fixo sobre o território (por grupos econômicos ou frações), que acabam determinando a formação desses circuitos. Uma análise mais totalizante permitiu identificar a enorme potência que o conceito dos circuitos espaciais de produção oferecem para esclarecer a lógica capitalista do poder econômico (fluxos de capital da indústria do petróleo), em articulação com o poder político (Estado), na definição da lógica do uso do espaço e da construção do território.

Petróleo: mercadoria especial que lubrifica o capital e o uso do território

O petróleo é uma mercadoria especial de enorme potência. Com extração, beneficiamento e uso crescente a partir da I Guerra Mundial, o petróleo, especialmente a partir da II Guerra Mundial, passou a ser determinante na expansão do capitalismo da forma como se vê na contemporaneidade. Sem o petróleo, o mundo teria se desenvolvido de forma diversa como se conhece: o “capitalismo lubrificado com petróleo” segundo Altvater (2010, p. 147). O petróleo possui uma imensa cadeia produtiva que se espalha espacialmente, conforme a fonte das reservas e as localizações das bases

desenvolvimento da economia brasileira (entre 2006-2013), através da identificação de quatro fronteiras de expansão, resumidamente descritas como:

- 1) crescimento com inclusão social, redistribuição e consumo de massa;
- 2) matriz da expansão centrada na indústria do petróleo (em 2015 equivalente a 13% PIB nacional e 33% PIB do estado);
- 3) investimentos em infraestrutura (IE) para atender fluxo de cargas e mobilidade;
- 4) programa de exportações (mineral, agronegócio: soja, milho e carne).

Essas quatro fronteiras teriam aproveitado o *boom* das *commodities* no mercado internacional, numa perspectiva de inserir o Brasil na economia global, mesmo com limitações em participar das cadeias de valor. O petróleo e as infraestruturas demandadas por esse setor, de alguma forma, estão presentes em pelo menos três dessas quatro fronteiras descritas por Bielschowsky. O consumo de massa e a inclusão social ampliaram a demanda por combustíveis e energia. A maior extração de petróleo demandou apoio naval e portuário, com instalações de infraestruturas e indústrias, e junto, elas multiplicaram seus efeitos. É nesse contexto que as descobertas de maiores reservas de petróleo se ampliaram e culminaram com o anúncio das reservas do Pré-sal no ano de 2006. Assim, o Brasil passou a ter os três maiores (e seis dos dez maiores) campos de petróleo descobertos nessa última década. Isso foi ampliando a participação da indústria do petróleo na matriz econômica brasileira, puxadas pela Política de Conteúdo Local⁴. Essas exigências legais foram responsáveis, em boa parte, pelo incremento da construção naval do país, após 2003, e pela constituição da tríade “petróleo/

denador do MST, João Pedro Stédile. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=f6c7vNzOu78>>.

⁴ Política de Conteúdo Local (PCL) é um conjunto de exigências legais feitas diretamente pelo governo federal, ou através da Agência Nacional de Petróleo (ANP), em que as empresas petroleiras foram obrigadas a adquirir materiais, equipamentos e serviços de empresas instaladas no Brasil, a fim de ter autorização para desenvolver seus projetos de exploração de petróleo no país.

porto/indústria naval”, que contribuiu enormemente pela caracterização de um circuito de produção puxado pelo petróleo⁵. A partir de toda essa movimentação na fase de expansão de investimentos na indústria do petróleo, vão se tornando mais evidentes a formação e a ampliação do que se interpretou como sendo o Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties* do Estado do Rio de Janeiro (CEPR-RJ).

O conceito de Circuitos Espaciais de Produção

A primeira referência e análise sobre o conceito dos Circuitos Espaciais da Produção foi de Sonia Barrios⁶, no livro que escreveu em 1986 junto com outros oito autores, *A construção do espaço*⁷, no qual o primeiro capítulo é de sua autoria. Nele, Barrios (1986) trata das práticas econômicas relacionadas ao espaço. Aborda também as práticas políticas, as relações de dominação, a ideologia, a cultura e o papel do Estado considerando o espaço como condicionante dos processos sociais. Nesse ponto, Barrios chega a sugerir um “novo esquema metodológico para o estudo do espaço construído nos países capitalistas subdesenvolvidos” e insiste em afirmar, entre os critérios teóricos, o fato de a produção do espaço ser um fato técnico em sua aparência, porém social em sua essência. No texto, Barrios não trata dos circuitos espaciais da produção. Porém, no penúltimo capítulo dessa publicação, com o título “Circuitos espaciais da produção: um comentário”, o geógrafo Milton Santos abre seu artigo citando o Centro de Estudios del Desarrollo da Universidade Central da Venezuela (CENDES). Segundo Santos, o CENDES “realizou importante pesquisa teórico-empírica sobre o tema, a partir do conceito de ‘circuitos de acumulação regional’”. Logo adiante, Santos cita Barrios como autora do conceito de circuitos espaciais da produção:

⁵ Mais detalhes sobre esta tríade constam da tese deste autor (PESSANHA, 2017, p. 339-380).

⁶ Sonia Barrios é pesquisadora e professora brasileira e atua há tempo na Universidade Central da Venezuela, Caracas, onde coordenou a pós-graduação e o doutorado em Estudos do Desenvolvimento.

⁷ Fonte: BARRIOS, et al., (1986). *A construção do espaço*. Nobel. São Paulo.

Os circuitos de produção e acumulação se estruturam a partir de uma atividade produtiva definida como primária ou inicial e compreendem ‘uma série de fases ou escalões correspondentes aos distintos processos de transformação por que passa o produto principal da atividade até chegar ao consumo final’.

A essa primeira definição Sonia Barrios acrescenta, para completá-la: “Uma atividade pertencerá a um dado circuito quando seu insumo principal provier da fase anterior do mencionado circuito; caso contrário, considera-se que a partir desse ponto se desenvolve outro circuito, que deve ser analisado separadamente” (SANTOS, 1986, p. 121).

Por esse entendimento, o conceito de Circuito Espacial de Produção não diferiria muito do usado na Economia Industrial chamado de *clusters*, como resumidamente descrito acima. Barrios, citada por Santos, propôs, inclusive, uma lista com 25 circuitos, desde atividades agrícolas e extrativas até industriais. Um desses circuitos é o de “petróleo e gás natural”. Nesse texto, Santos (1986, p. 122) alerta que haviam ficado de fora da lista as atividades de intermediação e de produção intelectual “reunidas sob a denominação comum de terciário”.

A partir daí, Santos, se apoiando ainda em Barrios, segue aprofundando e ampliando a fundamentação e as características dos circuitos espaciais de produção, especificando que

a apreensão da problemática espacial supõe a diferenciação de três classes de fenômenos com ela relacionados: a configuração espacial (...); a organização social do espaço (...); os fluxos de pessoas, bens, dinheiro e informação, principais responsáveis pelo fenômeno da configuração espacial, inclusive da urbanização... enfim, a organização social do espaço.

Sobre os circuitos também, Santos e Barrios tratam do “subcircuito regional de acumulação”, “vinculação direta e indireta”, “relações técnicas e econômicas”, “capital fixo e circulante”, “circuito de ramos, circuitos de firmas (*holding*) e circuitos territoriais” etc.

Nessa última classificação “circuitos territoriais”, há muita semelhança com o fenômeno aqui pesquisado em que a projeção di-

nâmica da exploração de petróleo *offshore* arrasta a tríade produtiva para constituir o circuito sobre o território ou sobre o espaço visto como um produto social. Assim, não se trata apenas da dimensão econômica. Santos (1986, p. 129) afirma que aquilo que se denomina “circuitos territoriais” ou “circuitos espaciais” está longe de poder oferecer a compreensão do espaço tal como ele é, socialmente construído e dinamizado pela sociedade em movimento. “Os circuitos espaciais nos dão a situação relativa dos lugares, isto é, a definição, num dado momento, da respectiva fração do espaço em função da divisão do trabalho sobre o espaço total de um país”.

É indispensável descrever nesse momento a preocupação de Santos (1986, p. 130 e 131) com a relação dos circuitos e com a escala espacial: “A escala geográfica de ação dos ‘circuitos’ constitui um princípio de organização que não pode deixar de ser considerado, mesmo que os seus efeitos não se imponham uniformemente nem sobre o todo social nem sobre o território como um todo”. Mesmo com esse alerta, os autores abrem espaço para uma compreensão dos circuitos de produção com características transescalares (que no caso do *clusters* são chamadas de verticais) de que trata esta pesquisa.

Dessa forma, buscando uma visão de totalidade, esta investigação interpretou o caso da tríade (petróleo/porto/indústria naval) como sendo característico de um Circuito Espacial de Produção. Ainda assim, esta pesquisa entende que esse circuito deve ser compreendido como um debate ainda em aberto e sujeito a maiores análises e discussões. Os circuitos espaciais de produção se apoiam em decisões políticas, mesmo que a componente do mercado seja sempre muito forte, buscando a cooptação e o controle desse poder. A regularidade dos fluxos é também garantida pelo setor financeiro, que assim age sobre o circuito em diversas esferas e não apenas para aporte em capital fixo e instalações. Santos (1986, p. 134) reforça que a regulação do Estado é cada vez maior na esfera da circulação e que “a localização das alavancas de comando está em cidades tanto maiores e extralocais quanto maior for o nível dos capitais engajados”. Nesse ponto se apoia em Lefebvre quando este afirma que

a análise não da produção geral, mas da produção da mais-valia, impõe a análise de sua realização (circuitos comerciais) e da sua

repartição (circuitos bancários). A produção da mais-valia se dá nas empresas no lugar do trabalho; sua realização e sua repartição se dão nas cidades o que não esgota o conceito do urbano.

Os estudos dos circuitos espaciais de produção, já no contexto da profunda reestruturação produtiva e da industrialização dos países periféricos, foram retomados em outras publicações por Santos, M. e Silveira, L. (2001), nas quais eles reafirmam o que parece essencial, embora trazendo novos elementos. Eles pressupõem, assim, a circulação de matéria (fluxos materiais) no encadeamento das instâncias geograficamente separadas da produção, distribuição, troca e consumo (consumo produtivo na maioria das vezes), num movimento permanente. Além dos fluxos materiais, os autores citam os círculos de cooperação no espaço, onde estão as transferências de capitais, ordens e informação (fluxos imateriais) que organizariam e articulariam os lugares dispersos geograficamente, unificando-os através de comandos centralizados e as etapas espacialmente segmentadas entre os setores da produção e da circulação. Santos, M. e Silveira, L. (1998) qualificam esse uso corporativo do território através de ações efetivas de um jogo de forças políticas, econômicas e sociais, como elementos de especialização regional e de constituição dos circuitos espaciais de produção (SANTOS, 1986, p. 121)⁸. Sobre os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação, Moraes (1985, p. 3) sugere que eles devam também ser discutidos “na ótica da mundialização do espaço geográfico e da globalização das relações sociais de produção”, reforçando assim o uso desse conceito para interpretar a dinâmica da cadeia produtiva do petróleo de caráter global – transescalar – e multidimensional, entre movimentos espaciais de dispersão e concentração com hierarquização do poder decisório.

⁸ Sobre essas questões abordadas por SANTOS, M. e SILVEIRA, L., observar dois artigos: FREDERICO, Samuel e CASTILLO, Ricardo. 2004: “Circuito espacial produtivo do café e competitividade territorial no Brasil”. *Ciência Geográfica*, Bauru, X, Vol. X – (3), p. 236-241, set./dez de 2004; e TOLEDO, Marcio e CASTILLO, Ricardo. 2008: “Grandes empresas e uso corporativo do território: o caso do circuito espacial produtivo da laranja”. *Geosul*, v. 23, n. 46, p. 81 e 82 (p. 79-94). Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/geosul/article/view/2177-5230.2008v23n46p79/11726>>

O Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties* do Estado do Rio de Janeiro (CEPR-RJ)

O uso corporativo do território produz movimentos e uma dinâmica sobre o espaço que vai sendo socialmente construído. No caso do Estado do Rio de Janeiro, se identifica que esse circuito foi sendo formado a partir da instalação de diferentes infraestruturas e bases industriais e operacionais logísticas, articuladas de forma transescalar, entre corporações e órgãos do governo em diferentes dimensões.

A análise desse circuito permite uma análise da rede de *players* globais dos setores petrolífero, portuário e marítimo que leva a uma compreensão mais totalizante, considerando a presença de corporações globais no território, com seus nexos e interesses, que organiza-desorganiza, agrega-desagrega o território produzindo mudanças que encontram no conceito de circuito de produção a melhor forma de explicitar esses complexos movimentos espaciais. Além das bases portuárias (aeroportuárias e/ou heliportuárias) de apoio logístico para as operações de exploração (perfuração, extração/produção) de óleo e gás, dos equipamentos instalados *offshore* (plataformas, sondas, embarcações de apoio etc.), há enormes redes de *pipelines* (gasodutos, oleodutos) para escoamento da produção, unidade de processamento de gás, de refino e de produção de petroquímicos, que se configuram numa extensa e interconectada rede de óleo e gás brutos, por onde circula também enorme variedade de produtos derivados.

Analisando essas instalações, seu funcionamento através da força de trabalho e o uso espacial do território é que se chegou à interpretação de que essa dinâmica constitui-se num Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties*, instalado no Estado do Rio de Janeiro (CEPR-RJ), estabelecido e identificado a partir do círculo de cooperação da tríade petróleo/porto/indústria naval (PPI). O circuito possui características muito especiais, como é possível observar no material levantado nas investigações. Há nesse circuito espacial (CEPR-RJ), em diferentes dimensões, um conjunto de trocas, movimentos simultâneos de dispersão e reconcentração, hierarquização de coman-

dos e articulação de lugares dispersos geograficamente, ao longo de uma faixa paralela ao litoral do Estado do Rio de Janeiro. A seguir, são apresentados na Figura 2 as principais bases (núcleos), a área que ocupam, assim como a descrição de outras importantes características do CEPR-RJ.

O Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties* (CEPR-RJ) tem uma extensão aproximada de 400 quilômetros, 12.500 km² de área e 22 municípios desde Rio-Niterói a Campos-São João da Barra, onde está localizado o Porto do Açú. Nessa faixa, como já tabulado, há a presença de seis instituições públicas de ensino superior e pesquisas (quatro universidades) com 20 *campi* em 11 municípios com mais de meio milhão de universitários; quatro portos (e dezenas de terminais) instalados e outros quatro em construção (projeto ou licenciamento); 60 Unidades de Conservação (federal e estadual + 78 UCs municipais) com a magnífica área de 4.600 km², cinco aeroportos (heliporto) e dois principais eixos rodoviários (BR-101 e RJ-106).

O CEPR-RJ está marcado espacialmente por uma faixa aproximada (em laranja) que acompanha o litoral de três regiões: a Metropolitana, que mostra a intensa e profunda ligação com o Rio de Janeiro (capital); Baixadas Litorâneas (antiga Costa do Sol) e Norte Fluminense. Os quatro polos assinalados na imagem 2 mostram as bases operacionais da Economia do Petróleo que são mais densas em Macaé (3), que agora se expande para São João da Barra (Açú - 4º polo) na direção norte. No outro extremo está situado Niterói, de certa forma como extravasamento das atividades do setor no Rio de Janeiro e, mais recentemente, expandido para São Gonçalo e Itaboraí. Um novo projeto portuário poderá vincular também o município de Maricá ao polo 1. Há uma tendência, em nova fase de expansão do ciclo petroeconômico, de extravasamento desses polos com adensamentos e maior interligação da dinâmica econômica do setor para os municípios vizinhos, obedecidas as áreas de conservação ambiental e ampliação destes polos e mesmo da extensão do CEPR-RJ.

Figura 3 - Circuito Espacial do Petróleo e *Royalties* do Estado do Rio de Janeiro (CEPR-RJ)



Fonte: Elaboração do autor. Arte: Maycon Morais.

Aprofundando a análise do desenvolvimento do CEPR-RJ

A formação e o desenvolvimento desse circuito ocorrem num período relativamente longo de quatro décadas e têm como marco a descoberta e posterior produção de petróleo no litoral fluminense. A sua constituição se dá a partir da instalação da unidade operacional da Bacia de Campos, no município de Macaé, mais próximo do Rio de Janeiro. A escolha de Macaé como base sucede porque, além de estar mais próxima do Rio, onde está a sede da empresa, ela fica ao lado da área urbana e possui mais facilidades para estruturar um terminal portuário que a Petrobras constrói na praia de Imbetiba.

Como no caso brasileiro a exploração de petróleo prescinde de porto, foi ao lado do Terminal de Imbetiba que a estatal alocou toda a estrutura de gestão que, uma década depois, já era responsável pela maioria da produção de petróleo do país.

Assim, no histórico dessa formação do CEPR-RJ, pode-se afirmar que a primeira base ou o primeiro núcleo que se tem fica em Macaé. Durante quase três décadas a dinâmica econômico-espacial se deu de forma polarizada entre a sede e a base operacional: Rio de Janeiro-Macaé. Nesse período, a base operacional foi crescendo para dar conta da exploração *offshore* em praticamente todo o litoral brasileiro. De seu terminal portuário tinha-se o apoio e o fornecimento de insumos para esse trabalho, até a descoberta da Bacia de Santos e, depois, das reservas do Pré-sal.

Dessa forma, é no final da década de 1990 que uma nova base portuária, mais próxima do litoral Sul Fluminense e Norte Paulista, torna-se necessária como apoio para o fluxo de materiais e equipamentos. Essa base é então montada em um dos terminais junto ao Porto do Rio, que hoje já possui mais movimento que o terminal portuário de Imbetiba da Petrobras, em Macaé. Assim, a polarização Macaé e Rio permanecia. Não mais e apenas na relação entre gestão e operação, mas também de divisão de bases operacionais, decorrente da decisão (na metade da década de 1990), da Petrobras, durante o governo Fernando Henrique Cardoso (FHC), fatar as bases operacionais até então concentradas em Macaé.

Esse processo veio acompanhado dos avanços na exploração de petróleo nas bacias do Estado do Espírito Santo, ao Norte, e de Santos, ao Sul. Além disso, a reconcentração de atividades de planejamento, projeto, supervisão, desenvolvimento de tecnologia e controle financeiro passam a ser administrados de forma cada vez mais centralizadas na capital do Rio. Equidistante do Espírito Santo e São Paulo, tornando assim Macaé como uma espécie de polo intermediário do CEPR-RJ. Porém, a mudança mais acentuada e que iria ser percebida intensamente trazendo evidências da formação do que hoje é esse circuito – e não mais e apenas dois polos – vem como desdobramento de uma sequência de fatos e decisões:

- a) a descoberta do Pré-sal;
- b) a decisão pela construção de um complexo petroquímico (refinaria – muito debatido se localizada em Campos, inicialmente a primeira opção, ou em Itaguaí, e que acabou salomonicamente decidido por ser alocada entre as duas opções: no município de Itaboraí, na Região Metropolitana do Estado do Rio de Janeiro);
- c) o incremento à indústria naval para dar conta das demandas por plataformas, sondas, e embarcações especiais que viriam com a exploração e produção em mais poços e campos de petróleo no litoral.
- d) A demanda ampliada de uso do terminal portuário como base de apoio às atividades *offshore* junto ao Porto do Rio, para atender à exploração ao Sul da Bacia de Campos, mais próximo à capital e na direção do Sul Fluminense e São Paulo, para atender também às atividades da Bacia de Santos e Pré-sal.

É a partir daí que se tem a formação da tríade e a constituição do Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties* (CEPR-RJ). É evidente que ela não nasce de uma hora para outra, mas os seus marcos são claramente percebidos. Aí, o que era polarizado nas extremidades, passa a ser adensado no intervalo e, adiante, até espichado, como o é o caso da Ponta de Macaé, mais para o Norte, até a Barra do Açu no município de São João da Barra. O processo que se segue, aproximadamente na década 2005-2015, é de adensamento do espaço entre os polos (Macaé e Rio). Niterói ganha pujança com a reativação e ampliação da sua indústria naval, que chega a ter aproximadamente 15 mil empregos. A base de instalação produtiva ligada à cadeia do petróleo chega a Itaboraí com as obras do Comperj⁹. As franjas des-

⁹ Comperj, é o Complexo Petroquímico do Rio de Janeiro, projeto da Petrobras que começou com as obras de terraplanagem, em março de 2008, no município fluminense de Itaboraí, e tinha o início de suas operações previsto para 2014. Em 2015, o Comperj teve sua implantação interrompida com 85% das obras concluídas. Em setembro de 2017 a Petrobras completava licitação para a construção da Unidade de Processamento de Gás Natural (UPGN), uma das etapas necessárias ao início da operação do complexo. O projeto inicial previa dois trens de refino: um para

ses projetos alcançam novos municípios da chamada Região Leste.

Ainda próximo ao Comperj, o município de Maricá começa a lidar com um projeto portuário em processo de licenciamento ligado às mesmas demandas de apoio *offshore* e a bases ligadas ao setor petróleo. O Arco Metropolitano concebido na década de 1970, só foi inaugurado em 2014, com extensão de 71 quilômetros, interligando os municípios de Itaboraí a Duque de Caxias e expansão até Itaguaí e seu porto, localizado na Baía de Sepetiba. Na outra direção, o município de Rio Bonito monta seu distrito industrial, que começa a receber pequenos empreendimentos, e a metrópole vai se expandindo. Cabo Frio vê o seu aeroporto passar a ser base importante de transporte de trabalhadores por helicópteros.

Outra importante questão deve ser destacada sobre a ocupação dessa faixa litorânea pelo que se está denominando de “Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties*”: os “espaços vazios” ou não urbanizados, próximos e nos seus entornos. Como já foi dito, o Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties* do ERJ (CEPR-RJ) engloba uma faixa de 430 km de litoral, a qual é parte de uma faixa com área de 12.501 km² compreendendo 22 municípios. Dessa área total, cerca de um terço, ou, para ser mais preciso, 4.580 km², compõe-se de unidades de conservação (UC), em seus diferentes tipos e vínculos com os governos da esfera federal e estadual, sem considerar as municipais. O somatório dessas áreas é cerca de 5.000 km² maior que a área do município de Campos dos Goytacazes, o de maior de extensão do Estado do Rio de Janeiro, das regiões Sudeste, Sul e Nordeste.

combustíveis e produtos da primeira geração de petroquímicos (óleo diesel, eteno, propeno, benzeno, paraxileno e butadieno); o outro trem de refino seria para a segunda geração de petroquímicos como polietileno, polipropileno, PET, PTA, etilenoglicol e estireno etc.) a maioria produtos voltados para a indústria do setor de plásticos, além da unidade de lubrificantes. No final de 2017, o Plano de Gestão e Negócios da Petrobras (PGN 2017-2021) previa apenas a conclusão e funcionamento do primeiro trem de refino com capacidade de processamento de 165 mil barris por dia de petróleo.

Indicadores econômicos, demográficos, espaciais e sociais da rede de cidades: Economia do Petróleo e Economia dos Royalties como método para compreensão da dinâmica do CEPR-RJ

Ao longo das duas últimas décadas, a faixa litorânea do ERJ vem passando por profundas transformações de natureza econômica, social e espacial. Muitas delas decorrentes dos recursos ligados às cadeias produtivas, e outras vinculadas ao aumento dos orçamentos públicos municipais. Nesse sentido, o petróleo e/ou os *royalties* decorrentes da sua extração/produção são componentes fundamentais para essa faixa de municípios litorâneos que envolve três regiões, desde a metropolitana, passando pelas Baixadas Litorâneas, até o Norte Fluminense. Mesmo sendo o ERJ ainda muito concentrado, onde só a capital possui 41,2% – e a região Metropolitana 61,4% – do PIB estadual, esse circuito de municípios fluminenses foi ampliando a sua participação em relação a todo o ERJ.

Com o objetivo de partir de um diagnóstico mais geral sobre essa área do CEPR-RJ, esta pesquisa levantou um retrato de um conjunto de dados e indicadores (que oferecem importantes interpretações) referentes a esses 22 municípios fluminenses. Por falta de espaço está se fazendo opção por apresentar três tabelas com brevíssimos comentários. A Tabela 1 sobre a evolução demográfica (anos 2000-2010 e 2016), a taxa de crescimento populacional (entre 2000 e 2016) e a densidade demográfica em 2015. Observa-se de forma clara como esse conjunto de municípios foi crescendo a sua participação em relação à população de todo o Estado do Rio de Janeiro, fato certamente relacionado à economia do petróleo e dos *royalties*. O crescimento mais expressivo se deu na década entre os anos de 2000 e 2010, se mantendo depois relativamente estável, mesmo que com breve crescimento, entre 2010 e 2016. Em 2010, a população desse grupo de municípios representava 13% do total do ERJ; já em 2016 o percentual tinha subido para 21%, chegando em 2016 a 22%.

Tabela 1 – Demografia nos municípios da região litorânea Norte do ERJ.

Demografia nos municípios da região litorânea Norte do ERJ					
Município	População 2000	População 2010	População 2016	Taxa (%) Crescimento (2000-2016)	Densidade Demográfica (Hab./km ²)
Niterói	459.451	487.562	497.883	0,52	3.640
S. Gonçalo	891.119	999.728	1.044.058	1,07	4.035
Itaboraí	187.479	218.008	230.786	1,44	506
Tanguá	26.057	30.732	32.703	1,59	211
Rio Bonito	46.691	55.586	57.963	1,51	121
Maricá	76.737	127.461	149.876	5,96	351
Silva Jardim	21.265	21.349	21.279	0,00	22
Saquarema	52.461	74.234	83.750	3,73	209
Araruama	82.803	112.008	124.940	3,18	175
Iguaba G.	15.089	22.851	26.430	4,70	439
S. P. D'Aldeia	63.227	88.875	98.470	3,48	264
Cabo Frio	126.828	186.227	212.289	4,21	453
A. Cabo	23.877	27.715	29.077	1,36	172
A. Búzios	18.204	27.560	31.674	4,62	392
Rio das Ostras	36.419	105.676	136.626	17,20	461
C. de Abreu	22.152	35.347	41.167	5,36	76
Macaé	132.461	206.728	239.471	5,05	169
Quissamã	13.674	20.242	23.125	4,32	28
Carapebus	8.666	13.357	15.293	4,78	43
C. de Macabu	18.782	21.211	22.315	1,18	61
Campos	406.989	463.731	487.186	1,23	115
SJB/Açu	27.682	32.747	34.884	1,63	71
Total	1.881.590	3.378.937	3.641.245	—	—
ERJ	14.391.282	15.993.583	16.635.996	0,97	365
% ERJ	13%	21%	22%	—	—

Fontes: IBGE e CEPERJ (CEEP).

A seguir, a Tabela 2 expõe dados e indicadores sobre área, números sobre empregos e empresas; PIB e orçamentos municipais *per capita*, e também a quantidade de estudantes matriculados no ensino superior. Em termos de área, eles possuem 29% de toda a área do estado, quase um terço do território fluminense. Em termos populacionais, os 22 municípios possuem 3,5 milhões de pessoas, o que equivale a 22% da população de todo o estado, com uma densidade

populacional (população por área) de 285 habitantes/km², o que relativamente não é muito distante de todo o estado com 378 hab./km². Fato que deve ser observado, considerando a enorme concentração da população metropolitana fluminense em torno da capital. A densidade populacional de todo o país é de 22 hab./km².

Tabela 2 – Indicadores econômicos, sociais e espaciais da região litorânea Norte do ERJ.

Indicadores econômicos, espaciais e sociais da região litorânea Norte do ERJ							
Município	Área Km ²	Popul. (2014)	Emprego Formal (2014)	Nº empresas (2014)	PIB/ Capita (2014)*	Orçam/ Royalties (2013)	Nº Mat. E. Sup. (2015)
Niterói	133	495.470	181.484	24.484	40.284	1.518/133	65.704
S. Gonçalo	248	1.031.903	110.243	17.753	13.715	896/14	13.519
Itaboraí	428	227.168	38.316	4.392	22.282	627/14	1.601
Tanguá	142	32.140	3.960	655	14.327	71/7	—
Rio Bonito	461	57.284	19.903	5.144	23.822	159/8	114
Maricá	362	143.111	12.207	3.298	51.533	391/146	86
S. Jardim	937	21.336	2.214	538	15.829	110/36	—
Saquarema	353	80.915	18.694	6.979	21.976	184/12	—
Araruama	636	120.948	16.537	3.380	17.385	236/10	1.979
Iguaba Gde.	43	25.354	1.590	580	12.930	71/7	—
S.P.D'Aldeia	337	95.318	9.213	2.165	15.589	152/9	—
Cabo Frio	411	204.486	33.731	8.645	84.226	800/330	9.870
A. Cabo	157	28.866	4.074	941	39.320	118/44	—
A. Búzios	70	30.439	10.433	2.328	115.444	202/83	—
R. Ostras	229	127.171	23.585	4.532	121.800	676/328	2.745
C. Abreu	463	39.414	5.088	1.563	105.694	267/122	—
Macaé	1.218	229.624	137.286	8.506	85.463	2.079/516	9.158
Quissamã	724	22.271	3.816	516	223.042	245/96	69
Carapebus	307	14.713	684	188	59.555	95/37	—
C. Macabu	337	22.006	1.365	664	12.014	56/17	—
Campos	4.051	480.648	87.495	14.731	122.063	2.363/130	19.385
SJB/Açu	454	34.273	17.223	1.078	212.967	381/227	—
Total	12.501	3.564.858	739.141	113.060	—	11.575/3.507	124.230
ERJ	43.696	16.555.007	3.919.300	562.019	38.262	44.2 bi/4,4 bi	573.267
Em relação ERJ	29%	22%	19%	20%	—	26%/80%	21,7%

Fontes: IBGE, CEPERJ (CEEP), MTE, TCE-RJ e Censo do Ensino Superior: Inep/MEC.

Sob o ponto de vista da economia, essa faixa de 22 municípios tinha cerca de R\$ 161 bilhões de PIB, equivalentes a 30% do PIB estadual, no ano de 2013, que foi de R\$ 533 bilhões, 29% acima do PIB de 2012, que foi de R\$ 429 bilhões. O universo de empregos formais equivalia em 2014 a 19% do emprego formal de todo o estado. Sobre o número de empregos e de empresas, os destaques são os polos: Niterói, São Gonçalo, Macaé e Campos. Quanto aos dois primeiros, isso se explica por fazerem parte da Região Metropolitana, enquanto Campos dos Goytacazes por ser polo regional há décadas. Porém, o dado mais significativo do número de empregos é o de Macaé, que se encontra à frente de Campos e São Gonçalo, ficando nessa lista atrás apenas de Niterói.

Relacionado à área social, a pesquisa levantou alguns dados da área de saúde (Mortalidade Infantil e Despesas Municipais Anuais com Saúde *Per Capita*); da área de educação (Taxa de Analfabetismo e Despesas Anuais com a Rede Municipal *Per Capita*); Despesas Municipais *Per capita* com Assistência Social e os Índices de Desenvolvimento Humano dos Municípios (IDHM) com os dados do Censos do IBGE nos anos 2000 e 2010. A Taxa de Analfabetismo (2015) mostra que os resultados dos 22 municípios ainda são ruins, a despeito de orçamentos melhores em muitos deles. A Taxa de Analfabetismo é o percentual de pessoas com 15 anos ou mais de idade que não sabem ler e escrever pelo menos um bilhete simples. A pior taxa é de Silva Jardim, com 12,32%. Só quatro dos 22 municípios têm taxa menor que a de todo o ERJ: Niterói (2,28%); Rio das Ostras (3,31%); São Gonçalo (3,56%) e Arraial do Cabo (4,06%). O caso de Niterói é possível ver correspondência com os investimentos (despesas) *per capita* com educação na rede municipal com R\$ 12.844, anuais, bem acima da média dos 22 municípios, que era de R\$ 6.930, no ano de 2014. Apenas sete dos 22 municípios tiveram, em 2014, mais despesas *per capita* com educação em suas redes que a média entre eles. É possível identificar que os municípios petrorrentistas (*royalties* do petróleo) têm mais despesas com educação, embora com resultados e eficiência ainda questionáveis.

Tabela 3 – Indicadores sociais dos municípios da região litorânea Norte do ERJ.

Município	Taxa Analfabetismo 2015	Despesas Anuais Educação R. Municipal (Reais) 2014	Taxa Mortalidade Infantil 2015	Despesas Anuais Saúde Per capita (Reais) 2014	Despesas Anuais A. Social Per capita (Reais) -2014	IDHM 2000	IDHM 2010
Niterói	2,28	12.844	9,8	787	29	0,771	0,837
S. Gonçalo	3,56	6.073	11,9	344	13	0,641	0,739
Itaboraí	6,41	6.497	12,2	914	25	0,553	0,693
Tanguá	8,62	5.022	19,9	708	61	0,520	0,654
Rio Bonito	6,83	5.540	7,7	1.433	31	0,609	0,710
Maricá	4,89	6.185	11,7	639	39	0,637	0,765
Silva Jardim	12,32	7.488	16,7	1.453	101	0,546	0,654
Saquarema	5,84	5.106	19,6	609	66	0,591	0,709
Araruama	6,87	4.251	13,9	471	45	0,579	0,718
Iguaba G.	4,28	5.753	9,4	850	129	0,626	0,761
S.P.D'Aldeia	6,19	5.302	15,8	429	52	0,598	0,712
Cabo Frio	4,84	5.999	9,1	1.260	58	0,614	0,735
A. Cabo	4,06	5.002	11,4	1.017	91	0,632	0,733
A. Búzios	4,93	7.406	7,2	1.986	26	0,604	0,728
R. Ostras	3,31	7.888	8,0	1.309	174	0,620	0,773
C. Abreu	6,14	7.674	16,2	2.173	245	0,619	0,726
Macaé	4,14	11.562	10,8	1.272	103	0,665	0,764
Quissamã	8,92	13.137	9,8	3.102	524	0,561	0,704
Carapebus	7,03	7.350	10,8	1.806	209	0,579	0,713
C. Macabu	7,59	4.346	7,0	583	24	0,615	0,712
Campos	6,82	7.282	17,7	1.487	180	0,618	0,716
SJB/Açu	10,45	4.759*	19,4	2.267	1.013	0,548	0,671
(Média)	--	6.930	--	1.222	147	--	--
ERJ	4,16	--	12,6	--	--	--	--

Fontes: IBGE, DATASUS e Anuário Finanças dos Municípios Fluminenses – 2015 – FNP e Aequs.

A taxa de mortalidade infantil de 13 dos 22 municípios é mais baixa que a de todo o ERJ, que é de 12,6, e no Brasil que em 2010 alcançava 22. A pior taxa entre esses 22 municípios é a de Saquarema que chega a 19,6. A menor é a de Conceição de Macabu com apenas

7,0, sendo um dos municípios que menos investem em saúde por pessoa, com despesas de apenas R\$ 583 por ano. A maior despesa com saúde é dos municípios de Quissamã (R\$ 3.102) e São João da Barra (R\$ 2.267). Dois municípios petrorrentistas. No caso do município de São João da Barra esse gasto não impede que se tenha uma das maiores taxas de mortalidade infantil entre estes 22 municípios, de 19,4, só superado pelo município de Saquarema. As despesas anuais *per capita* com Assistência Social são relativamente baixas. De certa forma, esse conjunto de dados e indicadores sociais descritos na tabela acima permite interpretar que, mesmo com a melhoria das receitas da maior parte desses municípios e do aumento das despesas com saúde e educação, a melhoria desses índices é relativamente baixa, se comparada à melhoria dos seus orçamentos.

A partir desses dados e indicadores, e dos movimentos gerados por esse processo, é necessário aprofundar a análise para interpretar essa dinâmica à qual, a partir desta pesquisa, conferiu-se a denominação de Economia do Petróleo e Economia dos *Royalties* em diferentes dimensões. Essa classificação possui potência para analisar o peso da economia na região sobre outras dimensões. A Economia do Petróleo é aquela cuja dinâmica está ligada às instalações e infraestruturas que servem à extração de petróleo e ao seu apoio, como as instalações portuárias, os estaleiros de montagem de sondas, plataformas e embarcações de apoio e movimentação de cargas. Também se inserem aí as instalações das unidades industriais de produção de peças e equipamentos para a indústria do petróleo (perfuração, produção, circulação e beneficiamento), assim como todos os serviços agregados a essas demandas. Ela tem uma imensa capacidade de arrasto, formando uma cadeia acima e abaixo dessas atividades, que, como já listado, envolve construção civil de infraestruturas, portos, obras civis, montagens, dutos etc.; cadeias de logística e transportes nas diversas modalidades (marítima portuária, rodoviária, ferroviária, dutoviária e aeroviária), e indústria naval (estaleiros), entre outras.

A Economia do Petróleo envolve altos investimentos em capital fixo no território ou em equipamentos e serviços, e tem enorme poder de alterar a dinâmica regional, tanto econômica quanto social, ou seja, as territorialidades onde se instala ou sobre as quais

exerce influência direta ou indiretamente. A Economia do Petróleo tende a ser mais hierárquica e vertical sob o ponto de vista espacial da cadeia produtiva. Já sob a ótica da política e do poder, ela não consegue ser tão centralizadora ou controladora, tendendo à horizontalização, como no caso brasileiro, em especial no Estado do Rio de Janeiro, ao longo do litoral, considerando tratar-se de extração *offshore*, que demanda bases portuárias, e considerando ainda o fato de estarem a sede da Petrobras e todas as demais petroleiras na capital fluminense, também junto à costa sudeste.

A Economia dos *Royalties* é derivada das receitas das participações governamentais (quotas mensais e quadrimestrais) devidas à União, estados e municípios. Essas receitas (rendas) são divididas em duas partes: as quotas mensais e as participações especiais (PE). Os *royalties* são pagos pelas empresas exploradoras (produtoras) por cobrança e fiscalização da Agência Nacional de Petróleo (ANP), conforme legislação nacional em vigor. Por isso, a Economia do Petróleo é identificada como geradora da Economia dos *Royalties*. Como se vê, a relação é biunívoca, de dependência, da segunda em relação à primeira, sem que o inverso seja verdadeiro. Mais importante ainda é identificá-la como uma renda, uma “petrorrenda”. Ainda que seja chamada de Economia dos *Royalties*, tecnicamente ela deve ser vista como é na realidade: uma renda. Renda vinculada a uma atividade produtiva e geradora desse valor, que inclusive é pago tendo como base o valor do barril no mercado internacional cotado em dólar americano. Na condição de renda governamental, é administrada por governos e daí circula movimentando a economia.

Assim, esses dois verbetes possuem aplicações que podem ser conferidas na análise dos dados e indicadores levantados, sobre o uso de território e sobre o comportamento dessa região, delimitada pela faixa litorânea do ERJ que vai da capital para o Norte do ERJ.

Outros Circuitos Espaciais do Petróleo (CEP) para além do ERJ

Os movimentos no interior do CEPR-RJ estão ancoradas em polos e dispersos entre os “hiatos” (espaços não urbanizados ou conurbados), refletindo a dinâmica descrita por Lefebvre, entre movi-

mentos de concentração e dispersão. Implosão e explosão da metrópole, com adensamentos e aglomerações difusas (LENCIONI, 2014) que se tornam polos e se interligam e se articulam por eixos de circulação e fruição material e de fluxos de pessoas. Uma espécie de ciclo cardíaco no espaço do ERJ com dispersão (diástole ou explosão) e (re)concentração (sístole ou implosão). Assim, o CEPR-RJ segue um movimento simultâneo de desterritorialização e territorialização que constrói novas regionalidades e apontam para um processo de aglomeração (urbanização) regional (SOJA, 2013, p. 157). Mais que expansão ou transbordamento da metrópole, ou constituição de uma nova região, o CEPR-RJ, com as características decorrentes do uso do solo por um setor produtivo extensivo em área – espalhado espacialmente –, parece reforçar a hipótese de uma urbanização com características mais regionais. Uma metropolização do espaço num processo visto também como uma espécie de pós-urbanização (LENCIONI, 2015).

Uma nova etapa de pesquisas e análises já foi iniciada após a defesa do doutoramento e pretende não apenas continuar observando os movimentos espaciais vinculados à economia do petróleo no CEPR-RJ, na área descrita entre a metrópole e o Norte Fluminense, mas estendendo também à faixa litorânea, da metrópole ao Sul Fluminense. Inclui-se nessa análise a observação das instalações de capital fixo sobre o território: refinaria, polo petroquímico e gás-químico em Duque de Caxias, terminais do Complexo Portuário da Baía de Sepetiba (Itaguaí e Angra dos Reis), assim como as bases dos estaleiros (da tríade petróleo/porto/indústria naval). Sem deixar de lado os eixos de circulação (diversos modais: rodoviário, ferroviário, marítimo e dutoviários) que interligam as bases no continente e também os campos na Bacia de Santos.

Aí está inserida a análise do que já chamamos como Circuito Espacial do Petróleo e dos *Royalties* de São Paulo (CEPR-SP). Esse circuito se interliga através dos oleodutos e gasodutos instalados entre a refinaria da Reduc, o Norte de São Paulo e as bases operacionais *offshore* de petróleo (ERJ a SP), assim como os terminais de armazenamento, processamento de petróleo, gás e derivados de São Sebastião, Caraguatatuba e Santos. Na faixa litorânea do Norte de São Paulo até Santos, se estendendo entre as regiões do Vale do

Paraíba – São José dos Campos, com a refinaria Revap, e terminais de São Sebastião e Unidade de Caraguatatuba (UTCGA) –; Baixada Santista – Cubatão, com a refinaria RPBC, e terminais e reservatórios de petróleo e petroquímicos do Porto de Santos –; Região Metropolitana de São Paulo – com a refinaria Recap, em Mauá, mais os terminais e reservatórios de combustíveis em Barueri, Guarulhos, São Caetano etc. –; e Região Metropolitana de Campinas – com a refinaria Replan, em Paulínia, que, com capacidade de processamento de 415 mil barris por dia, é a maior do país. Tem-se, assim, esse outro circuito espacial do petróleo a ser ainda melhor analisado, tanto na sua porção continental quanto no ambiente *offshore*, onde se encontram a Bacia de Santos e a parte mais explorada – até aqui – das reservas do Pré-sal brasileiro. O CEPR-SP, em grande parte, está também situado entre unidades de conservação, como no caso fluminense. A interligação entre os circuitos se dá por terra e pelo mar. Antes, uma parte significativa do petróleo da Bacia de Campos era processada em refinarias paulistas. Em 2017, uma parte significativa do gás da Bacia de Santos já está sendo processada pela Unidade de Processamento de Gás Natural de Cabiúnas, a maior do país, instalada no município de Macaé, no CEPR-RJ.

A análise ainda preliminar feita no mês de maio (2017), numa pesquisa de campo, e por várias análises documentais das instalações da Petrobras no Estado de São Paulo, traz uma outra importante hipótese a ser investigada: a interligação entre esses circuitos espaciais do petróleo (CEPR-RJ e CEPR-SP) seriam fortes contribuintes para a maior integração e constituição da megarregião SP-RJ levantada por Lencioni (2015) no artigo: “Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de SP-RJ”.

Além do CEPR-RJ e CEPR-SP as investigações estão avançando para outros circuitos espaciais do petróleo no Brasil. Sempre vinculados aos sistemas portuários e, em alguns casos, também à indústria naval, na lógica da tríade petróleo/porto/indústria naval (PES-SANHA, 2017, p. 355-357). Em novembro de 2017, foi realizada uma primeira visita para compreender a organização socioespacial do Circuito Espacial do Petróleo, no Estado da Bahia, com as bases operacionais da exploração de petróleo em terra (*onshore*), refinaria, terminais portuários, polo petroquímico de Camaçari, usinas terme-

létricas (UTEs), parque de reservatórios de óleo, gás e derivados, malha de pipelines (oleodutos e gasodutos) etc. Com o arcabouço empírico-metodológico desenvolvido sob a forma de rede de pesquisas (e pesquisadores), está sendo programado o avanço para a análise de circuitos espaciais do petróleo no estados do Espírito Santo, Ceará, Pernambuco e Rio Grande do Sul. Sempre vinculados aos terminais portuários. A análise das características desses circuitos têm oferecido enorme potência para uma melhor compreensão do processo de urbanização a partir da base da produção material e construção do espaço social, mesmo diante das duas diferentes fases do ciclo petroeconômico (PESSANHA, 2017, p. 95-147).

Considerações finais

A ampla investigação empírica, ainda em curso, trata do uso corporativo do território desenvolvido a partir da fração do capital estabelecida pela relação petróleo/porto, mas considera que esse tema exige um olhar mais totalizante sobre a dinâmica do Circuito Espacial do Petróleo no ERJ. Por isso, a análise transescalar e multidimensional, o movimento dessas frações do capital são indispensáveis na interpretação da materialidade desse fenômeno. Essa análise busca captar os movimentos do capital em seus processos e contextos que envolvem a economia política e a produção do território. Esses movimentos também iluminam a compreensão do espaço, nas diferentes fases e ciclos da economia.

A observação da materialidade do fenômeno real, seus movimentos e relações por setores – como método interpretativo – ajuda na compreensão do padrão de reprodução do capital em suas diferentes frações. Assim é possível, ainda de forma preliminar, levantar princípios que estão presentes no movimento de outras frações do capital para além da relação petróleo/porto. Como exemplos citamos os setores de produção imobiliária, agronegócios, eventos etc.

Ainda de forma inicial e exploratória, é possível afirmar que o padrão de reprodução do capital no setor de petróleo, aliada à sua relação biunívoca com os sistemas portuários e navais, podem oferecer princípios metodológicos de investigação que ajudam a explicar os movimentos do capital, em seu ciclo de acumulação sistêmica,

através da composição do capital fictício (movimento vertical) e da busca de rentabilidades em outras frações do capital e em espaços globais (movimento horizontal) que têm nos fundos financeiros o elo que interliga os vários setores da economia em diferentes regiões e/ou Estados-nação. Assim, o aprofundamento da pesquisa sobre a financeirização, os setores econômicos e as corporações, nos campos espaço-economia, geografia econômica e economia regional podem oferecer uma potente metodologia de investigação sobre a relação entre os movimentos das frações do capital em seu processo de produção do espaço.

Figura 4 – A relação e os movimentos das frações do capital no processo de construção do espaço.



Diante disto, é oportuno lembrar Lipietz (1988, p. 13): o “capitalismo” não é uma entidade dotada de razão, mas a estrutura que domina e reproduz a prática de agentes privados, que são os capitalistas. Portanto, compreender as pessoas dentro das estruturas e em sua movimentação qualifica os dados e indicadores e permite aprofundar as análises e as interpretações. É preciso ir além da interpretação de pessoas, fatos, processos, estruturas e sistemas. Assim, é necessário, interpretar os movimentos, considerando a realidade com a lógica dialética dentro de uma totalidade aberta. Assim, ficam mais evidentes as articulações das corporações com os

poderes políticos e com o Estado, como se estabelecem as disputas intercapitalistas setoriais e como as corporações atuam sobre o território, aí compreendido o seu uso, os impactos sociais e a interação durante o ciclo de reprodução social em circuitos espaciais de acumulação, mais ou menos regionais.

No caso analisado neste artigo das frações do capital presente na relação petróleo/porto no ERJ, a ampla investigação empírica, ainda em curso, tratou também do uso corporativo do território, compreendendo, entre diversas outras interpretações, que ela tende a reforçar a ideia da transição pós-metropolitana (SOJA, 2013, p. 144) na economia global contemporânea. Essa característica pós-metropolitana vista nos circuitos espaciais do petróleo através de rede de cidades, com núcleos (polos) bem definidos, entre espaços menos adensados, também robustece a hipótese de uma urbanização regional mais difusa, dispersa, mas ao mesmo tempo integrada e coesa, em termos espaciais.

Há várias questões a serem ainda analisadas. A profunda relação petróleo/porto, sustentada por esta pesquisa, vem se mantendo e ampliando, mesmo com o avanço das tipologias portuárias. Os portos tipo MIDAs (ZIP- Zona Industrial Portuária) abrem espaços para refinarias, indústrias petroquímicas e usinas de geração de energia elétrica. Porém, até então era mais comum que a localização das refinarias e terminais de derivados estivessem mais próximos ao consumo do que nesses entroncamentos de variados modais logísticos. Assim, antes elas se situavam mais próximas das metrópoles, enquanto as bases de apoio à exploração de petróleo e as bases de processamento de gás natural e origem das dutovias estavam nos extremos opostos desses circuitos espaciais. Hoje, esses empreendimentos estão se transferindo para os distritos industriais, junto aos portos (tipo MIDAs), que se localizam fora de zonas urbanas em busca de fluidez. Ainda não estão claros os próximos passos, embora se confirme a tendência de uma urbanização mais regional, que propicia o surgimento de cidades regional-policêntricas, que articulariam, segundo Soja (2013, p. 154), uma ampla rede de aglomerações de variados tamanhos.

É certo ainda que a crise e a fase de colapso do ciclo petroeconômico não inibem o desenvolvimento desses circuitos es-

paciais; apenas reduzem a velocidade das instalações de capital fixo sobre o território. Isso tende a durar até que a energia do carbono, originária do petróleo e do gás, deixe de ser a principal em nossa matriz de consumo. Ao contrário dos nossos desejos, nada indica que isso ocorrerá antes da virada da metade deste século. Assim, os estudos e as pesquisas sobre os processos de urbanização que estão sendo influenciados por esta imensa e forte cadeia produtiva, tem o dever de prosseguir levantando hipóteses a serem questionadas.

Referências

Livros:

ALTVATER, Elmar. *O fim do capitalismo como o conhecemos*. 1 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010. 364p.

BARRIOS, Sonia. *A construção do espaço*. São Paulo: Editora Nobel, 1986. 149p.

LENCIONI, Sandra. *Metrópole, metropolização e regionalização*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2017.

LIPIETZ, Alain. *O capital e seu espaço*. São Paulo: Editora Nobel, 1988.

SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *Território, globalização e fragmentação*. São Paulo, Editora Hucitec, 1998.

SANTOS, Milton; SILVEIRA, Maria Laura (Orgs). *O Brasil – Território e sociedade no início do século XXI*. Rio de Janeiro: Editora Record, 2014. (1ª edição: 2001).

Capítulo de Livro:

LENCIONI, Sandra. Metropolização do espaço e a constituição de megarregiões. In: FERREIRA, Alvaro; RUA, João; MATTOS, Regina C. *Desafios da metropolização do espaço*. Rio de Janeiro: Editora Consequência, 2015, p. 35-68.

Instituições Públicas:

IBGE. Cidades@. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/>>. Acesso em: 30 jul. 2016.

Artigos em Periódicos:

LENCIONI, Sandra. Urbanização difusa e a constituição de megarregiões: o caso de São Paulo-Rio de Janeiro. *Revista Eletrônica de Estudos Urbanos e Regionais: Metrópolis*, nº 22, ano 6, setembro de 2015. p. 6-15. Observatório da Metrópole. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://emetropolis.net/edicao/n22>>. Acesso em: 19 out. 2016.

PESSANHA, Roberto M. A ampliação da fronteira de exploração petrolífera no Brasil é parte da geopolítica da energia. *Revista Espaço e Economia* (online).

Rio de Janeiro, ano III, n. 6, 2015. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/1511>>.

SOJA, Edward W. Para além de postmetropolis. *Revista UFMG*, v. 20, n. 1, p. 136-137, jan./jun. 2013.

Tese/dissertações/monografias:

MORAES, Antonio Carlos Robert. Os circuitos espaciais de produção e os círculos de cooperação no espaço. Pós-Graduação em Geografia. São Paulo: USP, 1984 (mimeo).

PESSANHA, R.M. A relação transescalar e multidimensional “Petróleo-Porto” como produtora de novas territorialidades. 560 f. 2017. Tese (Doutorado) – Programa de Políticas Públicas e Formação Humana, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2017.

Anais:

ANUÁRIO FINANÇAS DOS MUNICÍPIOS FLUMINENSES 2015. Ano 8. Aequs. Frente Nacional de Prefeitos. Vitória. Disponível em: <http://www.aequs.com.br/anuarios/fluminense_2015.pdf>. Acesso em: 27 out. 2016.

BP Annual Report – 2015. Houston, Texas, EUA. 20-F-2015. Disponível em: <<http://www.bp.com/content/dam/bp/pdf/investors/bp-annual-report-and-form-20f-2015.pdf>>. Acesso em: 2 nov. 2016.

As crises do Estado do Rio de Janeiro e do Brasil, relações econômicas e políticas

HEITOR NEY MATHIAS DA SILVA¹
CARLOS EDUARDO DA ROSA MARTINS²

Apresentamos e analisamos os determinantes das crises econômica/sociopolítica do Estado do Rio de Janeiro e a nacional. Quando tratamos do estado apresentamos os fatores determinantes para a crise fiscal, apontamos seus reflexos nas políticas públicas e na renda dos servidores públicos estaduais; apontamos também os erros em termos de mau dimensionamento dos gastos do estado e as relações entre esses erros e a corrupção no governo estadual. Com relação à crise nacional aludimos ao processo de desgaste e descrédito dos agentes que ocupam as instituições políticas, no Executivo, que levaram ao golpe de Estado, mostrando sua origem e evolução.

O ano de 2017 no Estado do Rio de Janeiro foi marcado por dificuldades que tiveram início em 2016. A economia do estado teve um retrocesso, como mostra a Pesquisa Nacional de Domicílios (PNAD), em fevereiro de 2017. São mais de 960 mil pessoas à procura de emprego em todo o estado. A pesquisa apontou que em 2016 a taxa de desemprego chegou a 13,4%, a maior desde que o instituto começou a fazer esse tipo de levantamento em 2012. Em 2015, a taxa de desemprego era de 8,5%, quase 5% a menos em relação ao ano passado. O Rio de Janeiro teve o terceiro maior salto entre todos os estados pesquisados pelo IBGE. Na Região Metropolitana do Rio, a taxa de desemprego saltou de 7,7% para 13,2%. Na capital, o índice dobrou em um ano passando de 5,2% para 10,4%.

¹ Dr. IPPUR-UFRJ, pós-doutorando pela REGGEN. Cátedra e rede da UNESCO/ONU. Pesquisador associado ao Labespaço.

² Dr. Sociologia USP. Professor de Ciência Política do Instituto de Filosofia e Ciências Sociais (IFCS) e do Programa de Pós-graduação em Economia Política Internacional (PEPI) na UFRJ.

Tivemos também a crise dos pagamentos do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), que incluiu fornecedores, com o fechamento de hospitais, precariedade no funcionamento da UERJ e os atrasos no pagamento do funcionalismo público estadual que, com exceção das polícias civil e militar não receberam o 13º salário referente ao ano anterior e em alguns meses só receberam 300 reais, e os pagamentos não tiveram datas fixas.

A metodologia aplicada no artigo cumpre o papel fundamental de clarear o espaço social em que atuamos e, por outro lado, exerce um papel pedagógico. Em primeiro lugar, temos a nossa filiação ao materialismo devido ao entendimento de que nossos pensamentos e sentimentos decorrem de como vivemos. Partimos de nossa vivência mais imediata que, no caso da população em geral, irá determinar nosso modo de ver o mundo; no caso dos intelectuais, as camadas acumuladas de conhecimentos; e no caso do militantes, as vivências os afastam dessa visão “impressionista” do mundo, mas é a partir dela que se iniciam as pesquisas e questionamentos. No caso dos intelectuais e militantes contra-hegemônicos estamos também disputando a ideologia, através da construção de um novo “bloco histórico”, e para isso precisamos lutar por avanços na percepção e concomitante/posterior superação da ordem; para chegar a esse ponto precisamos partir do entendimento médio e ir avançando. Como diria Boaventura Santos (1999), partir do senso comum para o senso comum esclarecido. Diante da opção metodológica de partir do senso comum as perguntas que norteiam o texto são as do “homem da rua” buscando construir novas formas de entendimento do processo em curso.

Quais os efeitos da crise do ERJ na vida cotidiana

O Estado do Rio de Janeiro vive hoje a sua mais grave crise desde, pelo menos, os anos 80 do século XX. Os servidores públicos estão sem receber o 13º salário referente a 2015, com quase dois meses de atrasos de salários e recebendo parcelado e serviços essenciais têm deixado de ser disponibilizados à população. Abaixo uma relação não completa de serviços afetados pela crise.

1. SAÚDE: todos os 180 funcionários do Rio Imagem, maior centro de diagnósticos do estado, com capacidade para fazer 20 mil exa-

mes por mês – e inaugurado há pouco mais de cinco anos –, foram demitidos em fevereiro de 2017 sem receber dois meses de salário e 13º.

2. BILHETE ÚNICO INTERMUNICIPAL: estava previsto o reajuste de 15% na tarifa, que passaria de R\$ 6,50 para R\$ 7,50. Para sorte dos usuários, ao longo de 2017, emergiram as relações de corrupção entre a Federação das Empresas de Transportes de Passageiros do Estado do Rio de Janeiro (FETRANSPOR), o Tribunal de Contas do Estado do RJ (TCE-RJ) e autoridades estaduais da área de transporte, o que levou a um recuo no aumento.

3. OBRAS PARADAS: são elas:

- Divisão de Homicídios da Baixada Fluminense (DHBF).
- Delegacia Especial de Atendimento à Mulher Oeste (Deam - Oeste).
- Reforma dos Postos Regionais de Polícia Técnica Científica de Duque de Caxias, Nova Iguaçu e Campo Grande, 73ª DP (Neves), 77ª DP (Icaraí) e 78ª DP (Fonseca).
- Obras de contenção de encosta no bairro Vilage, em Friburgo.
- Complementação de obras de encostas no bairro Caleme, em Teresópolis.
- Reabilitação do pavimento e melhorias operacionais da RJ-186, no trecho compreendido entre a divisa dos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais.
- Obra do Contorno de Aparecida, em Sapucaia.
- Contenção com drenagem, terraplenagem e pavimentação na RJ-160, no km 4, entre os municípios de Cordeiro e Cantagalo.
- Pavimentação da RJ-100.
- Recuperação da pavimentação da RJ-105 - Estrada de Madureira.
- Duplicação de pistas, pavimentação, drenagem e construção de pontes na RJ-101 - Avenida Presidente Kennedy.
- Complementação da urbanização do Complexo da Rocinha II (Mercado Popular) - PAC I.

4. DEFESA CIVIL: 12 municípios do estado aguardam o fim do processo de licitação para contratação de empresa para manutenção do sistema de alerta por sirenes utilizado em casos de emergência provocada por chuvas; esse serviço é que evitava que os desabamentos atingissem os moradores.

5. RESTAURANTES POPULARES: oito restaurantes populares localizados na capital acabaram fechados por conta de dívidas do governo do estado com fornecedores – o débito é de cerca de R\$ 25 milhões. A Prefeitura do Rio deverá assumir sete unidades, mas ainda não há uma data definida. A Secretaria Municipal de Desenvolvimento, Emprego e Inovação (SMDEI) informou apenas que os restaurantes estão em processo de municipalização. Em Niterói já houve a municipalização;

6. RIO POUPA TEMPO: serviço de emissão de documentos; as cinco unidades do Rio Poupa Tempo foram fechadas.

7. EDUCAÇÃO E PESQUISA: a Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) adiou por cinco vezes a volta às aulas em 2017. A instituição ficou sem aulas durante todo o primeiro semestre de 2016 e acumulou dívidas que beiram os R\$ 400 milhões. A Fundação Carlos Chagas Filho de Amparo à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj) não investiu um centavo sequer no fomento às pesquisas científicas em 2016. Como se não bastasse, o governador Luiz Fernando Pezão assinou decreto que reduz em 30% os repasses à instituição.

8. DEFENSORIA PÚBLICA: os serviços prestados pela Defensoria Pública nas instalações das unidades do Rio Poupa Tempo agora são oferecidos apenas nos Núcleos de Primeiro Atendimento e em outros órgãos da instituição próximos aos locais fechados pelo governo do estado.

9. DETRAN: precisou reduzir o número de atendimento à população, diminuindo, dessa forma, a emissão de carteiras de habilitação, identidade e Certificados de Registro e Licenciamento de Veículos (CRLV).

10. BIBLIOTECAS: as três bibliotecas-parque deixaram de funcionar. A unidade de Niterói voltou a funcionar após a assinatura de um contrato com a Prefeitura de Niterói. A Secretaria de Cultura ainda negocia com a Prefeitura do Rio um acordo no mesmo sentido, para garantir a manutenção e reabertura das bibliotecas-parque de Mangueiras e da Rocinha, que estão fechadas desde 30 de dezembro.

11. ESPORTES: segundo a Secretaria de Estado de Esporte, Lazer e Juventude, nenhum projeto esportivo foi paralisado, mas reduções precisaram ser feitas: o número de núcleos do programa Esporte RJ – projeto de incentivo à prática de atividades esportivas

entre crianças, jovens e terceira idade – caiu de 200 para 87, sendo 53 distribuídos na capital e Baixada Fluminense e 34 no interior do estado. Fonte: BRITO, 2017.

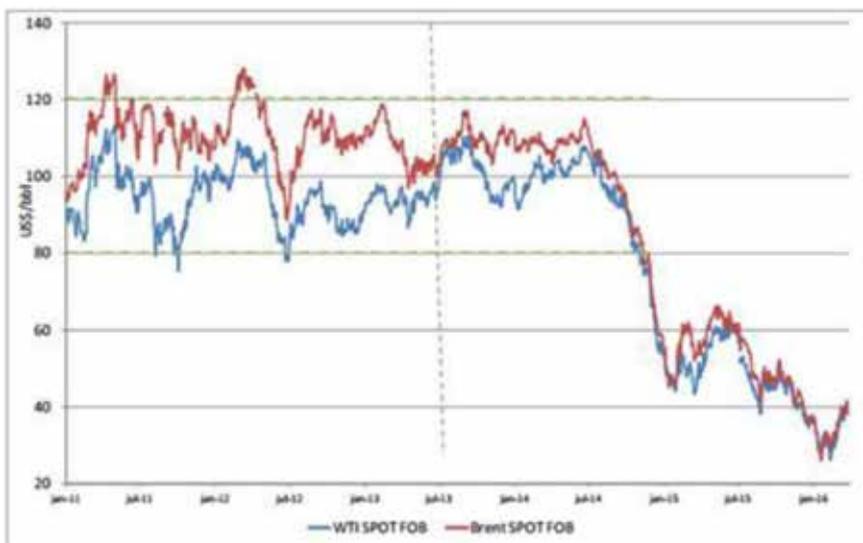
12. ALUGUEL SOCIAL: beneficiava as pessoas que foram retiradas de suas casas por intervenções urbanísticas do estado, em geral moradores de baixa renda que vivem em áreas de risco. O fim do pagamento para 10 mil beneficiários, provavelmente 40 mil atingidos.

Diante desse quadro, a pergunta inicial que o texto tenta esclarecer é a origem da crise do ERJ.

Determinantes da crise do Estado do Rio de Janeiro

Uma das principais atividades do estado, a extração de petróleo e gás, teve uma queda no preço de aproximadamente 120 dólares americanos em 2011 para aproximadamente 40 dólares americanos em 2016, ou seja, uma perda no período de aproximadamente 67%, como podemos ver no Gráfico 1, a seguir.

Gráfico 1 - Comportamento dos preços do petróleo dos tipos Brent e WTI modalidade *spot* no mercado internacional (janeiro 2011-março 2016)

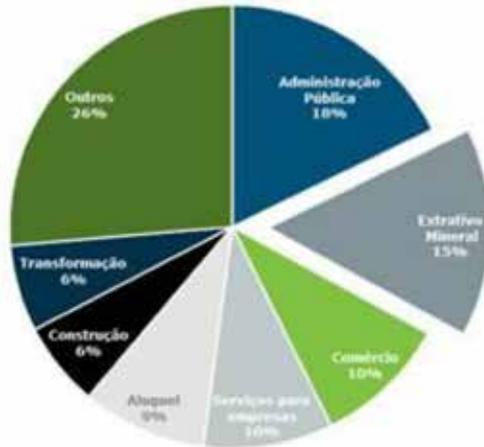


Fonte: ANP, Boletim de preços, 2016.

Para dar uma noção da participação desse setor na economia do estado, apontamos no Gráfico 2, a seguir, que a participação da

indústria extrativista mineral no Produto Interno Bruto (PIB) do estado no ano de 2014 foi de 15%.

Gráfico 2 - Composição do PIB do Estado do Rio de Janeiro em 2014.



Fonte: IBP (Instituto Brasileiro de Petróleo), jan. 2017.

A importância do setor para o estado está para além dos impostos gerados porque a extração mineral – devido aos seus efeitos ecológicos, socioeconômicos e ao fato de ser um recurso finito – tem uma contribuição específica para estados e municípios (em que) nos quais se desenvolvem a atividade: os *royalties*. A Tabela 1, a seguir, mostra a evolução deles entre 2006-2015, ressaltando que de 2014 para 2015 a redução destes foi de, aproximadamente, 46%.

Tabela 1 - Distribuição da participação especial sobre a produção de petróleo e gás natural, segundo beneficiários – 2006-2015

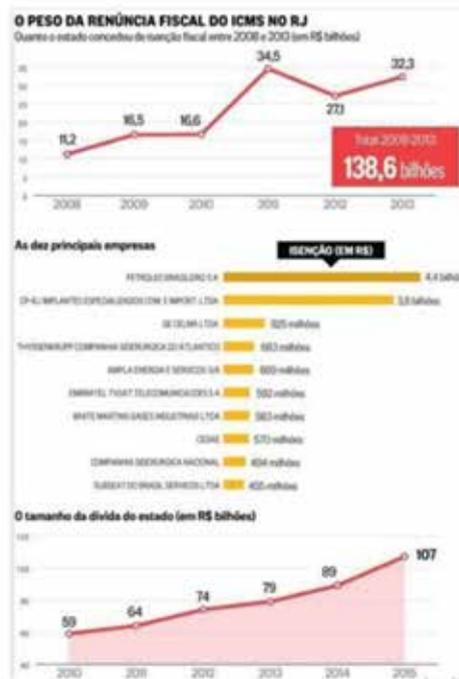
BENEFICIÁRIOS	PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DISTRIBUÍDA (MIL R\$)										15/14 %
	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	2015	
TOTAL	8.839.891	7.577.533	11.710.795	8.452.870	11.670.071	12.641.524	15.853.173	15.497.185	16.888.758	11.406.267	-32,46
Unidades da Federação	3.535.996	2.871.013	4.684.316	3.381.124	4.668.004	5.059.643	6.342.069	6.199.874	6.731.010	4.262.540	-36,67
Alagoas	1380	60	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Amazonas	29.248	24.650	31.481	22.434	30.032	47.708	61.005	67.362	69.976	36.571	-47,82
Bahia	3.342	2.272	1.271	236	5.066	1.700	7.270	8.974	10.328	7.802	-24,46
Espírito Santo	15.885	21.059	161.261	168.716	215.935	509.241	974.969	825.668	936.945	713.796	-21,68
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-	2.178	1.142	44,26
Rio de Janeiro	1.453.867	2.798.618	4.454.354	3.175.451	4.380.338	4.480.236	5.268.453	5.240.361	5.492.212	2.081.881	-45,63
Rio Grande do Norte	21.720	14.151	21.299	9.366	8.691	10.647	16.085	21.242	19.978	4.567	-77,14
São Paulo	-	-	-	-	-	-	-	24.208	187.434	481.870	161,30
Sergipe	10.553	10.203	14.670	5.121	7.942	10.712	11.067	11.569	11.920	979	-91,79
Municípios	883.899	717.753	1.171.079	845.281	1.167.001	1.257.527	1.585.517	1.549.718	1.682.752	1.065.635	-36,67

Fonte: ANP, Anuário Estatístico, 2016.

Os funcionários públicos aposentados recebem suas pensões do Rio Previdência. Desde 2007, boa parte do fluxo de caixa do fundo vem dos *royalties* da exploração de petróleo e gás natural. Com a queda do preço do barril (chave para o cálculo das compensações), porém, o rombo disparou. A previsão é que em 2017 o fundo, cuja folha de pagamento ascenderá a 17,8 bilhões, também apresente déficit. Calcula-se que a diferença entre a receita e as despesas vai ser de 4,7 bilhões que deverão obrigatoriamente, ser pagos, por lei, pelo combalido Tesouro do Estado.

Diante do acima exposto é inegável que um dos componentes da crise do Estado do Rio de Janeiro seja a queda das receitas, que também foi agravada por renúncias fiscais e aumentos das despesas. A seguir, na Imagem 1, vemos a evolução das renúncias, que foram os maiores beneficiários, e como o endividamento do estado cresce no período em que eram concedidas as isenções.

Imagem 1 - Isenções entre 2008 e 2013, principais beneficiários e dívida do estado no período



Fonte: PEDLOWSKI, 2016.

Em 2015, quando as contas fluminenses já ruíam, o estado ofereceu às empresas incentivos da ordem de R\$ 36 bilhões, valor que equivale a 71,6% da receita corrente líquida do Rio, de aproximadamente R\$ 50,3 bilhões. Fonte: ADEPOL, 28/11/2016.

Com relação às renúncias fiscais, apresentamos a seguir a Tabela 2 que mostra o montante de isenções criadas pelo ex-governador Sérgio Cabral. Devido às várias irregularidades que levaram a sua prisão, questionamos a legitimidade das mesmas e, como hipótese, apontamos, na mesma Tabela, a relação entre doações para campanha do ex-governador e as isenções. Não consta na Tabela – devido ao valor relativamente baixo – mas as “termas” Solarium, na Lagoa, e Monte Carlo, em Copacabana, entre 2008 e 2013 receberam isenções de R\$ 1,8 milhão.

Tabela 2 - Doações para as campanhas do ex-governador Sérgio Cabral e isenções durante seus mandatos.

EMPRESA	DOAÇÃO (R\$)	ISENÇÕES (R\$)
ESTALEIRO BRASFELS LTDA	200.000,00	1.461.504.853,37
CERVEJARIA PETROPOLIS S/A	11.700.000,00	627.171.760,22
LONDRINA BEBIDAS LTDA (AMBEV)	1.280.000,00	242.007.074,35
CIFERAL INDUSTRIA DE ONIBUS LTDA	25.000,00	212.034.909,64
RIO DE JANEIRO REFRESCOS LTDA	7.781.278,00	198.116.915,83
IFE ENGENHARIA LTDA	1.500.000,00	122.974.694,27
CONSTRUTORA OAS AS	5.900.000,00	109.815.272,54
EXPRESSO ANDRESSA LOGISTICA LTDA	5.000,00	89.161.855,92
SCALA COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMOVEIS LTDA	10.000,00	71.838.972,68
SAN DIEGO VEICULOS LTDA	20.000,00	68.950.291,62
ABOLICAO CAMINHOS E ONIBUS LTDA	120.000,00	54.330.229,99
ANTARES BRASIL INDUSTRIA E COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	5.000,00	53.434.926,26
CELLES CORDEIRO ALIMENTOS LTDA	25.000,00	43.362.936,95
MITSUMAR VEICULOS LTDA	9.000,00	32.301.640,28
GOTLAND VEICULOS LTDA	25.000,00	25.541.279,44
ASPEN COMERCIO E SERVICOS DE AUTOMOVEIS LTDA	20.000,00	24.492.493,26
RIGOTEX INDUSTRIA TEXTIL LTDA	258,65	22.587.103,83
COR E SABOR DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS LTDA	250.000,00	18.489.711,48
MOBARA VEICULOS LTDA	35.000,00	15.347.272,53
NÓVA A3 INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	200	15.576.246,14
CBI INDUSTRIA E COMERCIO LTDA	40.000,00	14.043.163,91
GRAFICA EDITORA STAMPPA LTDA	4.019,00	12.892.847,42
LATICINIO GRUPIARA LTDA	25.000,00	10.565.425,80
TRANSPORTES TONIATO LTDA	5.000,00	9.668.242,66
SENTINELLI COMERCIO DE ALIMENTOS LTDA	8.000,00	7.097.189,53
ABATEDOURO ANDRIAVES LTDA	2.549,05	5.227.476,41
ARMAZEM E BARRIL FLOR DA POSSE LTDA	50.000,00	5.086.826,07
SHV GAS BRASIL LTDA	300.000,00	4.300.298,48
EPICAZ COMERCIO DE GAS LTDA	90.000,00	1.766.413,99
TRANSPORTADORA TRANSRIOCLARO LTDA	74.770,00	1.263.498,92
VALLÉ SUL CONSTRUTORA E MINERADORA LTDA	225.000,00	2.875.679,10
METALURGICA VULCANO LTDA	5.000,00	2.276.089,00
JBS S/A	22.310.000,00	1.500.203,19
GRAFICA MEC EDITORA LTDA	650	998.960,38
CONSTRUTORA QUEIROZ GALVAO S/A	1.900.100,00	835.726,38
BOC CONSTRUTORA LTDA	200.000,00	737.194,48
UTC ENGENHARIA AS	1.000.000,00	525.406,21
SOL GRAFICA LTDA	2.700,90	116.935,16
BALLERUP INSTRUMENTOS CIENTIFICOS LTDA	66.000,00	33.510,46

Como efeito do decréscimo da atividade e das rendas do estado e dos servidores tivemos de janeiro a setembro de 2015 no ERJ a perda de 114.191 empregos (OSORIO, 04/09/2017). “(...) 17,35% das vagas perdidas no país foram aqui no Rio. As áreas de construção e manutenção da indústria naval e a indústria extrativa mineral no Rio perderam no total 8.711 trabalhadores”. (MARTÍN, 2015).

Fechando a questão estadual apontamos que a ilusão do petróleo levou a aumentos dos gastos muito acima dos aumentos da arrecadação; vejam a comparação RJ com SP e MG. Para custear o Legislativo e o Tribunal de Contas do Estado, o governo do Rio de Janeiro gastou, em 2015, 76,88 reais por habitante. No caso paulista, o poder público desembolsou 29,40. Já em Minas Gerais, gastou-se 55,64. Em 2014, a Alerj e o TCE foram responsáveis por consumir 1,61% do total gasto. No ano seguinte, gastou-se mais, 1,93%. Já o Tribunal de Justiça é responsável por consumir 4,61% das receitas em 2014. Em 2015, consumiu-se 6%. Aqui também cabe supor que um governo tão envolvido em corrupção estava, com esses gastos, senão comprando silêncio, pelo menos boa-vontade.

A crise nacional

A inserção do Brasil na divisão internacional do trabalho estabelecida na parte final do fordismo garantiu a complexificação do nosso parque produtivo e, por consequência, a criação de uma classe trabalhadora mais organizada e consciente. Cabe lembrar que o operariado mais dinâmico no final do século XX, o ABC paulista, é fruto dessa fase do capitalismo. Pelo lado do capital, houve a criação de condições para que parcelas do grande capital brasileiro tivessem enfrentamentos periferia *versus* centro devido ao aumento da participação daquela nos fluxos mundiais de mercadoria. Nesse sentido é que apontamos nove pontos que ajudam a entender a crise brasileira.

1. O golpe de Estado de 2016 foi preventivo e dirigido contra a crescente capacidade de organização dos trabalhadores e o protagonismo dos movimentos sociais. Esse protagonismo se expressou em várias dimensões: na forte elevação da atividade sindical que em 2013 atingiu recorde em números de greves, sendo apenas su-

perada em número de horas paradas pelos anos de 1989 e 1990; nas explosões sociais de junho de 2013, impulsionadas pela classe trabalhadora jovem, de renda baixa ou média, que reivindicava a ampliação de direitos sociais como o transporte público gratuito e a garantia de direitos constitucionais, como o acesso público à saúde e educação de qualidade; e nas políticas sociais que elevaram a participação da população de baixa renda nos rendimentos do trabalho, principalmente através da elevação do salário mínimo, mas também por programas de renda mínimas e cotas sociais de acesso à educação superior. Na base do fortalecimento das lutas populares esteve a forte redução da taxa de desemprego provocada pelo mais longo período de crescimento econômico desde a década de 1980, que ocorreu entre 2004 e 2013, impulsionado pelo *boom* das *commodities* e que se articulou com as políticas de expansão da demanda interna e de aumento da formação de capital fixo. Tudo isso ao largo do petismo que em unidade dialética tinha uma tendência de desmobilizar a classe trabalhadora.

2. O golpe de Estado de 2016 apresenta economia política radicalmente distinta do de 1964. Enquanto o golpe de 1964 foi modernizador e industrialista, ainda que fortemente baseado no endividamento externo, o de 2016 é fortemente desindustrializador, centrado no protagonismo do capital financeiro fictício e do capital estrangeiro, e limita o desenvolvimento das cadeias produtivas a nichos agroindustriais fortemente voltados à exportação e aos segmentos direcionados ao maior poder aquisitivo do mercado interno, cada vez mais pressionados pela competição internacional. A principal razão para isto é a necessidade estrutural de alto nível de desemprego para manter, sob elevados níveis de superexploração necessários ao capitalismo dependente, uma força de trabalho cada vez mais qualificada pelas novas tecnologias e conhecimentos ligados à revolução científico-técnica. Diferentemente do golpe de 1964, que contou com uma oposição sindical oriunda principalmente de trabalhadores de segmentos menos dinâmicos do ponto de vista tecnológico, abrindo o espaço para a modernização industrial e criação de uma nova classe trabalhadora que rompesse com a herança trabalhista, os movimentos sociais e de trabalhadores que se colocam contra a economia política do golpe de 2016 estão fortemente

vinculados aos segmentos intensivos em conhecimento e tecnologia, o que dá a este golpe fortes tendências regressivas.

3. Precedeu ao golpe de 2016, a forte adesão das principais entidades patronais brasileiras (FIESP, FIRJAN, CNI, ABIMAQ, FEBRABAN e Sociedade Rural Brasileira), e seu principal braço midiático de organização ideológica (Rede Globo), a implementação de um programa de austeridade fiscal e monetária num contexto de queda dos preços das *commodities* e do investimento privado, o que obrigatoriamente levaria à forte depressão econômica, com drástica queda da arrecadação fiscal e exponencialização dos pagamentos de juros, implicando em forte crise financeira do Estado. A adoção desse programa pelo governo Dilma, após as eleições de 2014, derubou drasticamente a sua popularidade e abriu o espaço para o golpe de Estado que permitiu ao grande capital pôr em marcha um plano radical de reestruturação do Estado brasileiro, tornando as políticas recessivas um instrumento estrutural e não conjuntural e cíclico como queria o governo Dilma.

4. O golpe de 2016 baseou-se numa importante coalizão que articulou as frações estrangeiras, financeiras, industrial, agrária e midiática do grande capital, a sua representação política majoritária no Parlamento e na tecnoburocracia do Poder Judiciário, e um movimento de massas com fortes conotações fascistas, representado principalmente pelas camadas médias e superiores da pequena burguesia. Todavia essa coalizão apresenta importantes contradições: se de um lado, o que garantiu a unidade das diversas frações do grande capital foi sua oposição ao aumento do poder material e simbólico dos trabalhadores, que elevou os custos da intermediação política e estabeleceu forte monopolização da representação e das estruturas partidárias em razão da necessidade de elevar gastos eleitorais para conter o fortalecimento das esquerdas; de outro lado, a necessidade de implementar um programa recessivo, de destruir as articulações do embrionário capitalismo de Estado petista com frações do empresariado industrial, e de atingir os anéis burocráticos que elevaram os custos da gestão do Estado para o grande capital, colocam os diversos segmentos que articularam o golpe em confronto.

5. A destruição do bloco histórico de centro-esquerda exige

atingir suas articulações com as cadeias produtivas vinculadas aos segmentos de petróleo e gás, tecnologia nuclear, construção civil, carnes, processamento de alimentos, papel e celulose, objetos seja da política de conteúdo nacional ou de campeões nacionais dos governos petistas. Para isso, além da política recessiva que reduziu dramaticamente as taxas de investimento no país, do desmonte da política de financiamento subsidiado do BNDES em favor da subordinação à taxa SELIC e à dívida pública, direcionou-se seletivamente a atuação moralizadora e de combate à corrupção do Ministério Público, da Polícia Federal e do Poder Judiciário para essas redes e articulações buscando criminalizar a política industrial do embrionário capitalismo de Estado petista, que, se bem moderou, nunca chegou a predominar sobre a política de financeirização, eixo central de seus governos. Assim, as operações policiais, investigações e sentenças judiciais, mediadas pelo uso abusivo da prisão preventiva para estabelecer delação premiada com vistas a alcançar alvos políticos, foram aplicadas principalmente contra esses segmentos para atingir a Petrobras, a Eletronuclear, o BNDES, a Odebrecht, a Andrade Gutierrez, a JBS, e os fundos de pensão de empresas públicas como Petrobras, Banco do Brasil, Caixa Econômica e Correios. Todavia, a amplitude da vinculação no espectro político das organizações empresariais privadas atingidas, muitas delas parte da coalizão golpista, cujas frações competem pelo controle do Estado, torna essa tentativa de criminalização seletiva e de eliminação da competição interburguesa de alto risco e explosiva, porque suscetível a contra-ataques. Assim em reação à Operação Greenfield, à Operação Carne Fraca e às diversas ações da Polícia Federal e do Ministério Público – que derrubaram em 46% o valor das ações de suas empresas, entre janeiro a maio de 2016 –, os irmãos Joesley e Wesley Batista fecharam acordo de delação premiada atingindo centralmente o Presidente da República, Michel Temer, e o Presidente do PSDB, Aécio Neves, com gravação de conversas que constituem provas contundentes da delação que formulam a respeito da participação desses em esquemas de corrupção passiva, lavagem de dinheiro e/ou formação de organização criminosa.

6. O projeto mais dinâmico é o representado pelos segmentos mais agressivos do grande capital, vinculados ao capital financeiro

fictício, ao capital estrangeiro e ao monopólio midiático, que associam-se a frações expressivas do Ministério Público e da Magistratura, buscando o apoio de importantes segmentos da pequena burguesia para desorganizar os esquemas patrimonialistas presentes nos partidos políticos e baixar os custos das campanhas e da intermediação política. Esse consórcio de poder apoia a queda do governo Temer, a escolha do novo presidente por eleição indireta, a reforma política desde o Congresso para impor o parlamentarismo, o voto distrital e a permissão de candidaturas avulsas independentes dos partidos políticos para aumentar o nível de competitividade do sistema, onde celebridades midiáticas possam se projetar, restringindo a autonomia do político para aproximar governo e Parlamento de instituições sob comando direto do grande capital. Entretanto, esse projeto apresenta importantes contradições, como a que se estabelece entre o uso do Judiciário pelo grande capital para diminuir os custos da intermediação política e a tendência expansiva do Poder Judiciário que, respaldado no corporativismo, nas disputas interburguesas e no respaldo midiático para sua atuação fora dos marcos constitucionais, alimenta as pretensões de reestabelecer um capitalismo de Estado, ainda que muito distinto, sob comando tecnoburocrático do aparato jurídico-repressivo, supostamente legalista. A outra importante contradição é a que se estabelece entre a institucionalização de uma economia política recessiva e a base de apoio de massas nas camadas médias.

O outro projeto sob ataque centra-se sobretudo na preservação, com mínimas modificações, das estruturas patrimonialistas representadas pelos partidos políticos de centro-direita e de direita; defende uma reforma política baseada em modelo eleitoral de listas fechadas com prioridade aos deputados e senadores eleitos; e apoia o estabelecimento de controles sociais à atuação do Poder Judiciário. As confrontações entre os dois projetos, apesar de produzir crises significativas, como a que afeta o governo Temer, tendem a levar a fórmulas de composição, uma vez que o setor mais internacionalizado do capital não pode prescindir do Parlamento e necessita colocar limites ao capitalismo de Estado, venha ele da tecnoburocracia jurídico-repressiva, da centro-esquerda petista, como entre 2003-2016, ou dos militares, como nos anos 1964-85.

7. A Magistratura e a Procuradoria possuem capacidade extremamente limitada de enfrentar as estruturas corporativas do capitalismo dependente brasileiro, em razão de sua posição estratégica na estrutura de classes, o que lhe compromete fortemente a autonomia e a independência. Os altos salários diretos e indiretos auferidos por seus membros, que em sua grande maioria recebe salários acima do teto constitucional, o intenso grau de corporativismo, o caráter autocrático de sua atuação e o precário controle democrático a que estão submetidos tornam-no um segmento propenso a articulações políticas conservadoras e reacionárias, incapaz de jogar um papel independente frente às classes dominantes para sanear as instituições públicas e privadas brasileiras. A sua intervenção no sistema político brasileiro tem aprofundado assimetrias através da seletividade dos seus alvos; da falta de critérios legais, de proporcionalidade e de impessoalidade no estabelecimento de sentenças; e do uso casuístico, abusivo e normativo de métodos excepcionais de investigação, como a condução coercitiva e a prisão preventiva. Entre os alvos preferenciais da Procuradoria e da Magistratura destacam-se as lideranças políticas de centro-esquerda e de esquerda, as lideranças empresariais vinculadas ao adensamento das cadeias de valor produtivas e as lideranças de movimentos sociais e universidades públicas. Enquanto selecionam esses alvos, ignoram amplamente a corrupção do Estado na articulação dos grandes negócios da burguesia brasileira que são a dívida pública e a especulação cambial, regulados por uma política monetária que abre carteiras de investimento para os bancos, das quais usufruem os responsáveis por essa política pública ao aplicarem seus recursos através deles. Aparentemente, a Magistratura e a Procuradoria envolvidas na Operação Lava-Jato tendem a considerar a indução de políticas públicas setoriais criminosas e suspeitas, enquanto olham com benevolência para a fabricação de capital fictício contra o erário público que abre oportunidades de lucros sem contrapartida produtiva às diversas frações burguesas por meio da expansão da dívida pública, sintetizando seus interesses particulares nessa forma abstrata e geral do capital.

Uma análise sumária e exemplar dos acordos de delação premiada e das sentenças proferidas pelo Judiciário indica sua despro-

porcionalidade e falta de amparo legal. Enquanto, de um lado, a Procuradoria Geral da República estabelece acordo de delação premiada chancelado pelo STF com os irmãos Joesley e Wesley Batista, estendendo a eles o perdão judicial que viola a Lei 12.850/2013, uma vez que são chefes de organização criminosa e não são os primeiros a delatar, e Moro absolve Claudia Cruz, que na hipótese mais branda teria cometido crime de peculato por não devolver dinheiro reconhecidamente ilícito de suas contas; do outro lado, o vice-almirante Othon Pinheiro da Silva, um dos responsáveis pelo êxito do programa nuclear brasileiro é condenado a 42 anos de detenção por supostos desvios de recursos públicos na Eletronuclear. Enquanto a Operação Lava-Jato avança principalmente contra esse perfil de políticos e lideranças empresariais da cadeia produtiva, a Operação Zelotes, que investiga compras de sentenças no CARF para legalizar a sonegação de tributos de grandes empresas e bancos, caminha a ritmo muito mais lento, protegendo a RBS, filiada da Globo, uma das acusadas, e Augusto Nardes, um dos pivôs dessa articulação, relator no TCU das “pedaladas” fiscais do governo Dilma, peça-chave do golpe de Estado.

Nem a Magistratura, nem o Ministério Público têm a capacidade de estender muito sua atuação autocrática e corporativa contra os segmentos mais amplos da burguesia e da estrutura partidária oligárquica brasileira, seja pela reação através dos monopólios midiático ou do Parlamento alvejando suas grandes vulnerabilidades. A aprovação no Senado da lei que criminaliza o abuso de autoridade por agentes públicos, coloca limites mais precisos contra a atual tendência expansiva do poder autocrático do Judiciário, e revoga a legislação vigente cuja origem é a ditadura militar de 1964.

Conclusão

A economia política do ERJ deste período é fortemente marcada por erros de condução da política fiscal estadual. No caso da crise política e seus reflexos na arrecadação do ERJ há uma relação entre a capacidade de saquear os cofres públicos nos governos Cabral/Pezão/Paes com a política adotada no período. Claramente tivemos uma política de “porteira fechada”, ou seja, o PMDB dava

apoio ao governo federal e em troca fazia o que achasse conveniente com os recursos do estado e os que vinham da União, no entanto esse pacto se rompeu com a crise política que levou à cassação de Dilma Rousseff.

Quanto à responsabilidade do governo federal pela crise fiscal do ERJ, há uma nítida discriminação com esse ente da Federação – que é o terceiro estado em repasses de impostos à União e quarto ao receber o dinheiro de volta –, e que em 2016 mandou R\$ 130 bilhões e teve de volta apenas R\$ 7 bilhões. Além disso foi criado um mecanismo (Lei Kandir) que tornou petróleo, derivados e minérios mercadorias cuja arrecadação de ICMS não se dá na fonte, mas sim no local de consumo, lembrando que o RJ produz, por volta de 80% do petróleo nacional. Temos com isso perdas anuais em torno de 7 a 8 bilhões de reais (SOBRAL, 2017). Essa medida transferiu a nossa principal fonte de arrecadação para São Paulo. A revogação dessa lei é um dos caminhos para a resolução da crise do Estado.

Quanto a crise política nacional, as disputas interburguesas e a desorganização da coalizão de poder golpista abrem às esquerdas uma janela de oportunidade de mobilização e projeção política. Todavia para aproveitá-la é preciso ultrapassar muitos obstáculos. O mais importante é o da mobilização popular, que está profundamente decepcionada e desconfiada com os processos eleitorais.

Referências

ABRANTES, Raquel; QUADROS, Vasconcelos. Perda com ICMS é de R\$ 8 bi, maior que a com *royalties*. *Jornal do Brasil*, 19/03/2010. Disponível em: <http://www.jb.com.br/pais/noticias/2010/03/19/perda-com-icms-e-de-r-8-bi-maior-que-a-com-royalties/>

ADEPOL. APENAS 23% DOS BENEFÍCIOS TIVERAM APROVAÇÃO DE CONSELHO. 28/11/2016. Disponível em: http://www.adepolrj.com.br/ade-pol/noticia_dinamica.asp?id=19651 Consulta em: set. 2017.

ANP. *Anuário Estatístico 2016*. Agência Nacional de Petróleo, 2016. Disponível em: http://www.anp.gov.br/wwwanp/images/publicacoes/Anuario_Estatistico_ANP_2016.pdf Consulta em: set. 2017.

_____. *Boletim de preços 2016*. Agência Nacional de Petróleo, 2016. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/publicacoes> Consulta em: set. 2017.

_____. *Boletim Petróleo e P&D*. Edição nº 40, jan. 2017. Disponível em: <http://www.anp.gov.br/wwwanp/publicacoes> Consulta em: set. 2017.

BRITO, Carlos. Levantamento mostra serviços do RJ impactados pela crise financeira. *GI*, 16/02/2017. Disponível em: <http://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/levantamento-mostra-servicos-do-rj-impactados-pela-crise-financeira.ghtml>

IBP. Composição do PIB do Estado do Rio de Janeiro. Janeiro, 2017. Disponível em: <https://www.ibp.org.br/observatorio-do-setor/pib-do-estado-do-rio-de-janeiro/> Consulta em: set. 2017.

MARTÍN, María. A maldição do petróleo atropela o Rio. *El País*, Rio de Janeiro 10/11/2015. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2015/11/08/economia/1447020429_844713.html

MARTINS, Carlos Eduardo. *Globalização, dependência e neoliberalismo na América Latina*. São Paulo: Boitempo Editorial, 2015.

MARTINS, Carlos Eduardo. Nove teses sobre a crise política brasileira. *Blog da Boitempo*, 29/05/2017. Disponível em: <https://blogdaboitempo.com.br/2017/05/29/notas-sobre-a-crise-politica-brasileira/> Consulta em: julho de 2017.

OLIVEIRA, Raphael Lima de. A recuperação econômica do Rio de Janeiro e os projetos de investimento no século XXI. Monografia UFRJ, 2016.

OSORIO, Mauro. O desconhecido Rio de Janeiro. *O Globo. Blog do Noblat*. 04/09/2017. Disponível em: <http://noblat.oglobo.globo.com/geral/noticia/2017/09/o-desconhecido-rio-de-janeiro.html> Consulta em: set. 2017.

_____. A crise e o desafio no estado. *O Globo*. 24/12/2016. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/rio/artigo-crise-o-desafio-no-estado-18361924> Consulta em: set. 2017.

_____. Entenda a crise e as razões da revolta de servidores no Rio de Janeiro. *Carta Capital*, 21/11/2016. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-a-crise-e-a-revolta-dos-servidores-no-rio-de-janeiro>

PEDLOWSKI, Marcos. TCE desnuda isenções fiscais bilionárias do (des) governo Cabral/Pezão. *Blog do Pedlowski*, 9/03/2016. Disponível em: <https://blogdopedlowski.com/2016/03/09/tce-desnuda-isencoes-fiscais-bilionarias-do-des-governo-cabralpezao/> Consulta em: set. 2017.

ROCHA, Luiz Paulo Corrêa da. Rio de Janeiro amarga prejuízo em virtude da Lei Kandir. 14/03/2017. Disponível em: <http://www.luizpaulo.com.br/2017/03/14/rj-e-seu-municipios-deixam-de-arrecadar-r-492-bi-devido-a-lei-kandir/>

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Um discurso sobre as ciências*. Porto (Portugal): Afrontamento, 1999.

SANTOS, Teotônio dos. A revolução científico-técnica: nova divisão do trabalho e o sistema econômico. Disponível em <http://www.reggen.org.br/discussion/index.html> Acesso em: 31 de janeiro de 2008. 56 p.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. As responsabilidades federais na crise do Rio de Janeiro. *Carta Capital*. 15 set. 2017. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/2017/09/15/so-bral-bruno-leonardo-barth-as-responsabilidades-federais-na-crise-do-rio-de-janeiro/>

capital.com.br/blogs/brasil-debate/as-responsabilidades-federais-na-crise-do-rio-de-janeiro Consulta em: set. 2017.

SOUZA, Jessé. A elite do atraso, da escravidão até hoje em dia. *Brasil Debate*. Disponível em: <http://brasildebate.com.br/a-elite-do-atraso-da-escravidao-ate-hoje-em-dia/> Consulta em: set. 2017.

ZÃO, Adriano. *Rio de Janeiro: decadência econômica, crise política e colapso dos serviços públicos (Parte II)*. Esquerda online, 03/07/2017. Disponível em: <http://esquerdaonline.com.br/2017/07/03/rio-de-janeiro-decadencia-economica-crise-politica-e-colapso-dos-servicos-publicos-parte-ii/>

Território, desenvolvimento e meio ambiente: reflexões sobre o oeste metropolitano do Rio de Janeiro

LEANDRO DIAS DE OLIVEIRA¹

Historicamente centralizadora no que se refere, acima de tudo, às questões econômico-produtivas, a cidade metropolitana do Rio de Janeiro e sua região de influência direta assiste a um duplo processo: [1] à consolidação da capital como centro de negócios, serviços e lazer, e [2] o espraiamento dos empreendimentos produtivos em suas bordas. É por meio desse processo de reestruturação produtiva, numa espécie de “acumulação flexível à brasileira”, que o Oeste metropolitano fluminense vem se consolidando como um polo logístico-industrial de grande importância. Este trabalho versa sobre o Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro – que engloba as cidades de Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica, numa espécie de macrorregião da Baía de Sepetiba – que a partir da implementação de novos empreendimentos dos ramos industrial e logístico tem se firmado como área de expansão, influência e propagação política, econômica, social, cultural e ambiental da própria metrópole.

A redinamização da região metropolitana do Rio de Janeiro

A Região Metropolitana do Rio de Janeiro assistiu nos últimos anos a tempos de redinamização econômica (Floriano OLIVEIRA, 2006 e 2007; SILVA, 2012; SOBRAL, 2013), com relações mais complexas e integradas com o interior do estado. A Baixada Fluminense também assistiu ao espraiamento dos serviços em suas diversas for-

¹ Professor do PPGGEO – Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). ldiasufrj@gmail.com.

mas – hotéis, shoppings, supermercados etc. (SIMÕES, 2007; OLIVEIRA & RODRIGUES, 2009; ROCHA, 2014 e 2015; OLIVEIRA, 2014) – e viveu um processo de requalificação urbana que combinou a constituição de áreas revitalizadas para a nova classe média com a manutenção dos problemas sociais. As cidades de Itaguaí, Japeri, Paracambi, Queimados e Seropédica – entendendo o município de Queimados como área de transição entre o núcleo duro da Baixada Fluminense, composto por Belford Roxo, Duque de Caxias, Mesquita, Nilópolis, Nova Iguaçu e São João de Meriti – também viveu um processo de industrialização com características bastante peculiares da borda metropolitana.

A implantação de indústrias em suas diversas formas, como em diferentes ramos da construção civil, galpões, silos e outros empreendimentos logísticos e condominiais, permitem alentar a concretização de um duplo e complementar modelo: nas bordas da metrópole novas economias de aglomeração urbana espocam, reconstituindo os novos empreendimentos produtivos como centralidades urbanas e requalificando a indústria – esse modelo supostamente fadado a esconderijos espaciais – como vetor de progresso em áreas mais pobres, enquanto a capital fluminense se qualifica cada vez mais como “cidade-espetáculo”, imbricada de estratégias de valorização do solo urbano a qualquer custo e foco na mercadificação da vida humana em todas as suas expressões. Ocorrem assim tanto a migração dos empreendimentos fabris em fase de instalação para as “fronteiras” da metrópole como são implementados condomínios logísticos, que reverberam tanto na comercialização de áreas com fins de loteamento habitacional como na emersão de condomínios residenciais voltados para os altos extratos da classe média quanto para a venda de grandes espaços para implementação de áreas que sirvam ao setor secundário.

Nesse sentido, a parte Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro tem vivido uma série de novas circulações de mercadorias por meio de seus entroncamentos rodoviários e ferroviários, e explorando seus corredores industrial-logísticos nas margens da Via Dutra; da mesma maneira, se consolida o eixo Itaguaí-Santa-Cruz, onde há uma grande mancha industrial que aproxima Itaguaí da zona oeste carioca.

O Porto de Itaguaí tem importância nevrálgica na região, que também poderia [e por vezes o é] denominada Região da Baía de Sepetiba. A rigor, trata-se de um complexo portuário que agrega a Sepetiba Tecon (terminal de contêineres), a Companhia Siderúrgica Nacional (terminal de granéis sólidos), a Companhia Portuária Baía de Sepetiba (terminal de minério) e a Valesul Alumínio no maior *hubport* da América Latina, além do [Super] Porto Sudeste, o que acaba por implicar em um *linkage* portuário para além das fronteiras terrestres.

Igualmente, essa região está conectada a outras por diversas e importantíssimas vias expressas, como a Rodovia Presidente Dutra (BR-116), o Arco Metropolitano Fluminense (BR-493), a Avenida Brasil/Rio-Santos (BR-101) e a antiga estrada Rio-São Paulo (BR-465), permitindo contatos diretos com o Médio Vale Paraíba, Baixada Fluminense e com a metrópole carioca, além de São Paulo, Minas Gerais, Norte Fluminense e todo o entorno. Além dessas vias, importantes rodovias secundárias – como a RJ-099, conhecida como Reta de Piranema e que liga Seropédica a Itaguaí; a Rodovia Ary Schiavo (RJ-125), que nasce na Via Dutra na altura de Seropédica, corta Japeri e atinge Vassouras; a RJ-127 (acesso a Paracambi e que também termina em Vassouras); e a RJ-093, que liga Paracambi a Japeri e é cortada pelo arco –, de diferentes formas, têm recebido importantes insumos produtivos em suas margens e correspondem às artérias do desenvolvimento econômico da região.

Da mesma forma, as linhas ferroviárias da MRS Logística S.A, concessionária que opera a chamada Malha Regional Sudeste da Rede Ferroviária Federal S. A. agregam Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais e promovem o transporte de *commodities* entre as regiões produtoras, grandes centros de consumo e cinco dos maiores portos do país (Rio de Janeiro, Itaguaí, Porto Sudeste, Guaiúba e Santos).

A reestruturação econômico/ecológico/espacial do oeste metropolitano do Rio de Janeiro

A indústria que emerge no Oeste Metropolitano Fluminense é fruto do processo de reestruturação produtiva, em suas múltiplas formas e escalas, por meio da transição do modelo fordista para a acumulação flexível. Ainda que preemptoriamente forjada em ex-

cessivas generalizações e estereótipos (MARTIN, 1996), é a partir da obra de David Harvey (2004 [1989]) que podemos apontar que não há espaço para dúvidas: o fordismo em sua forma clássica e austera viveu seu declínio no último quartel do século XX, com a diminuição das plantas industriais, arrefecimento dos gigantescos estoques em prol da produção *just-in-time*, composição de nichos de mercado, ascensão de um mercado consumidor profundamente individualista e consolidação de um exército de trabalhadores que não fossem visceralmente vinculados à empresa. A hegemonia do neoliberalismo econômico e as necessidades crescentes de adequação energético-ambiental completam o quadro de estrangulamento do fordismo então vigente.

Não é por outro motivo que as empresas que atualmente se instalam nas bordas metropolitanas [em especial, aquelas concernentes à parte Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro] não possuem vilas operário-industriais, apresentam grande volatilidade de emprego, com sistemas de subcontratação e terceirização são eminentemente empregados no “chão da fábrica”; da mesma maneira, adotam práticas de liofilização e *downsizing* combinadas com a intensificação do trabalho e redução do tempo perdido (porosidade do dia de trabalho) são sempre bem-vindas (ANTUNES, 2001).

Se as mercadorias agora recebem cuidados de controle de qualidade, com severos sistemas de *tryouts* [testes] e certificações ambientais em suas diversas formas, os trabalhadores são remetidos a um *intermezzo* fordismo / acumulação flexível. Isso porque os empreendimentos mantêm as típicas características fordistas, como a abertura de vagas em sua maioria voltadas para cargos rígidos e formação industrial típica, com realização de uma única tarefa por trabalhador. Aliás, o empregador aguarda um trabalhador com formação básica que requeira pouco treinamento no trabalho, que é organizado verticalmente, com tarefas demarcadas. A força de trabalho é “fordisticamente” disciplinarizada, onde a corresponsabilidade ainda é uma realidade distante em meio à desconfiança da capacidade cognitiva dos empregados, que permanecem sendo vistos como incapazes de incorporar as novas demandas de gestão do mundo industrial atual.

Torna-se possível apontar a emergência de uma espécie de “acu-

mulação flexível à brasileira”: adequando o arcaico e o moderno, vigilância e multifunção, controle e distanciamento urbano – os novos condomínios-clubes de classe média emergentes nessa região são retratos dessa conjugação vigilância e afastamento das áreas industriais – infere no trabalhador as características mais duras de ambos os regimes de acumulação.

As empresas, evidentemente, se tornam partes integrantes do território – quando não entendidas como verdadeiros territórios [vide o caso de empresas instaladas na Ilha da Madeira, em Itaguaí, que materializaram verdadeiros *bunkers* industriais] – e ficam calçadas na integração horizontal, especialização e autonomia, onde as vantagens comparativas incorrem nas atuais redes de subcontratação e adequação da mão de obra local. Tais empresas não se tornaram completamente alheias aos laços da sociedade em que está inserida (GRANOVETTER, 1985). E entre vantagens comparativas e possíveis potencialidades de economias de escala e de escopo, esses novos distritos industriais continuam sendo instrumentos promotores da industrialização.

No lugar de relações casuísticas e de baixa intensidade entre as firmas que caracterizam um distrito industrial, essas empresas usufruem do *endomarketing*, das benesses oferecidas pelo poder público municipal e do *outsourcing*, cortando custos com mecanismos de terceirização, uma vez que os trabalhadores migram facilmente entre as empresas e permanecem na comunidade vizinha; da mesma maneira, os empresários são recompensados com a prática do *housekeeping* – uma rotinização do trabalho, com aplicação de princípios de produtividade e poupança de energia – e com o combate à porosidade, entendida como perda de tempo na preparação das máquinas e demora nas recargas e manutenções.

As cidades da parte Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro oferecem trabalhadores que permitem esse duplo processo: a ideologização do processo de implantação das indústrias como signo de progresso combinada com uma mão de obra com diferentes níveis de qualificação [e não somente de conhecimentos elementares, como tornou-se praxe argumentar], na constituição de um ambiente produtivo que permita o contato face a face – um “burburinho”, para usar o termo de Storper e Venables

(2005) – tão importante para a difusão de conhecimentos produtivos variados.

Assim, os aportes produtivos na parte Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro têm combinado as ações do poder público com a iniciativa privada: as cidades que compõem essa região têm recebido importantes insumos industriais em seus territórios, particularmente por meio da instituição de distritos e condomínios industriais.

O quadro-síntese abaixo objetiva elencar os principais investimentos produtivos na região:

Investimentos produtivos no oeste metropolitano fluminense

Cidade	Investimentos Produtivos
Japeri	<ul style="list-style-type: none"> • Condomínios Industriais I, II e III, no bairro Marajoara [distrito de Engenheiro Pedreira]. • Empresas principais: Granado, a INCOPRE [pré-fabricados de concreto], a Embelmar [empresa de envazamento da EMBEL-LEZE] e a Poly Rio Polímeros Ltda.
Paracambi	<ul style="list-style-type: none"> • Condomínios Industriais I e II, com uma área industrial de 2.500.000 m², na Zona Estritamente Industrial (ZEI) e na Zona Mista (ZM); • Empresas principais: Lansa Ferro e Aço, Botafogo Lar e Lazer; Nave City do Brasil; A. C. Atlantic Compósitos; Resinox Indústria Ltda; Vick Mix; EASYTEC – Indústria e Comércio Ltda; K-LAST Comércio de Produtos Ópticos Ltda; Cia Rock; Ocrá Cacau; E. S. Coelho Artefatos de Cimentos; POLO Paracambi Empreendimentos Turísticos Ltda; e Prob Lub Lubrificantes.
Queimados	<ul style="list-style-type: none"> • Distrito Industrial instituído em 1976, mas atualmente redinamizado, que ocupa uma área de aproximadamente 2.326.000 m² • Principais empresas: são 23 empresas ativas, com destaque para Arfrio; Citycol; Tangará Foods/Sanes; Quartzolit; Power Boats; Burn; Grupo Euronete; VIFRIO; Raft; Henamar; Pactual; DER; P&G; a NKS; MK3; e AJE.
Itaguaí	<ul style="list-style-type: none"> • Consolidou-se uma verdadeira “capitania industrial”, com “empresas-<i>bunkers</i>” delimitando seus territórios e reconstruindo a paisagem local. • Grandes investimentos: Tyssen Krupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) – na verdade, em Santa Cruz (bairro do Rio de Janeiro), mas no limite com Itaguaí –; Gerdau; Usiminas; Petrobras; e LLX, do ramo logístico e que pertence à <i>holding</i> EBX. Assiste um profundo desinvestimento.

Seropédica	<ul style="list-style-type: none"> • Polo Industrial de Seropédica, onde já estão presentes a Eletrobolt, a alimentícia Panco, a Mefertec Engates Rápidos e a Eletrobolt; além da Procter & Gamble no limite com Paracambi; proposta de criação do Parque Tecnológico da UFRRJ. • Principais empresas: galpões de transitório de mercadorias Pavi do Brasil Pré-Fabricação, Tecnologia e Serviços Ltda. e Vallourec & Sumitomo Tubos do Brasil; condomínios logísticos Golgi Seropédica, na RJ-125, e VBI LOG Seropédica, próximo à Rodovia Presidente Dutra; além do Condomínio Logístico Seropédica I e Condomínio Logístico Seropédica II Multimodal Seropédica, CCP Seropédica, Seropédica Park e Galpão da Capital Brasileiro de Empreendimentos Imobiliários Ltda. (Casas Bahia), todos em fase de instalação.
-------------------	--

Organização: *Leandro Dias de Oliveira (2017), com base em Oliveira (2015), Chagas (2015), Marques (2015), Moraes (2014a e 2014b).*

Essas mudanças em curso expressam algumas características territorial-produtivas que podem ser assim sintetizadas: [i] a reabilitação da fábrica como esperança de desenvolvimento, algo perceptível ao se acessar as páginas das Prefeituras de Paracambi, Seropédica, Japeri, Queimados e Itaguaí para perceber que, à revelia dos péssimos indicadores sociais dessas cidades, a chegada de novos empreendimentos fabris e logísticos associados e um processo, em diferentes graus, de reestruturação urbana redinamizou a crença no defasado modelo de desenvolvimento em moldes “fordistas”; [ii] a consolidação da ideologia do desenvolvimento sustentável como opção produtiva, algo concomitante ao atual processo de industrialização em curso, onde tanto do poder público local quanto das empresas em fase de implantação exploram o uso do desenvolvimento sustentável como modelo de adequação sociedade-natureza²; [iii] a

² Não é por outro motivo que a Prefeitura Municipal de Seropédica, por exemplo, passou a adotar uma série de medidas de adequação ao modelo de “cidade sustentável”, atual *slogan* da municipalidade, e dessa maneira tem, ainda que de forma embrionária, anunciado esforços na execução de medidas ambientalmente adequadas ao modelo, de difícil mensuração imediata, como projetos de coleta seletiva, educação ambiental e planejamento urbano sustentável (OLIVEIRA, 2015). Da mesma maneira, em Japeri, associa a criação de condomínios industriais com estratégias de “poluição zero” e propõe um “Cinturão Verde” com largura de 30-metros no entorno imediato dos mesmos. Bastou que cidades como Seropédica e Japeri iniciassem um movimento de industrialização, com um processo ainda preliminar de reordenamento logístico do território, para que a questão ambiental emergisse nas políticas públicas da prefeitura municipal e nos setores de marketing das empresas

progressiva substituição da fábrica-centralidade para a “empresa-bunker”. Uma característica importante do processo de implantação das novas empresas nessa região econômica é o distanciamento do centro urbano local. Essas fábricas, por vezes estão situadas em verdadeiros esconderijos espaciais – ruas de menor movimento, protegidas por áreas verdes –, em outras com muros elevados que sequer revelam o conteúdo interno; já os condomínios logísticos estão, evidentemente, nas margens de importantes rodovias e apresentam visual “condomínio-shopping”, oferecendo ao empresário-usuário o isolamento dos problemas do entorno. As novas empresas são símbolos do desenvolvimento, ocultos na paisagem urbana, em locais fortificados de proteção integral; por fim, [iv] o álibi logístico como trunfo territorial do modelo “*foot-loose*” do desenvolvimento industrial. O advento do Arco Rodoviário Metropolitano – um projeto da década de 1970, mas que somente no ano de 2008, após ser incluído no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), começou a ser construído – aproximou realidades industriais na borda metropolitana fluminense, sendo idealizada como facilitadora do acesso ao Porto de Itaguaí, com o intuito também de diminuir os gastos referentes ao escoamento da produção (GOMES FILHO, 2013). Trata-se do símbolo maior do território local: o Oeste da Região Metropolitana do Rio de Janeiro emerge fundamentado na mobilidade, na fluidez e nos desenraizamentos de cada unidade (HAESBAERT, 2002). Um território sem barreiras, marcas, signos, viscosidades; de preferência, sem muitas espessuras da sociedade local.

Considerações finais

O Estado do Rio de Janeiro assiste à expansão da metrópole por meio de novas centralidades econômico/industrial/logísticas

recém-chegadas. Em comum entre os casos citados há não somente o fato de que todas as empresas emergentes adotarem o desenvolvimento sustentável como proposta e propaganda, mas a vizinhança – ou mesmo a inserção na área delimitada! – de áreas verdes: em Seropédica, na FLONA Mário Xavier; em Japeri [e em Paracambi] na APA do Rio Guandu. Trata-se de um caso emblemático: são cidades que há poucos anos apresentava feições majoritariamente “rurais” e não tinham o meio ambiente como “propaganda”, e no exato momento que rompem progressivamente o estatuto da ruralidade, a “proteção do meio ambiente” se torna alvo político.

situadas em suas bordas, que têm se caracterizado pela expansão urbana, política, econômica, cultural e ambiental da metrópole. Ainda que assistamos o desmoronamento do modelo “aceleração do crescimento”, há de fato a consolidação das bordas metropolitanas como novos polos produtivos. O dismantelamento do modelo de desenvolvimento nacional, a contração do mercado imobiliário, o arrefecimento dos investimentos industriais, a subutilização de alguns empreendimentos – o Porto Sudeste opera atualmente com capacidade reduzida – e o próprio alastramento da crise política, econômica e social que o Brasil vive implicaram numa abordagem geral bastante pessimista sobre o crescimento produtivo da região aqui destacada, bem como de toda a área metropolitana do estado e, atualmente, de todo o país.

Todavia, vale asseverar que para o morador local, que viveu esse período de desenvolvimentismo econômico com grande esperança de melhoria em seu cotidiano e assiste seu ocaso com preocupações ainda mais profundas, os investimentos sonhados são bem mais simples: postos de saúde que forneçam a mínima tranquilidade em caso de quaisquer necessidades médicas; escolas melhor equipadas com professores suficientemente remunerados para exercer sua profissão; praças públicas que subsidiem o encontro de famílias; asfaltamento, saneamento básico, coleta de lixo regular e outros investimentos estruturais plenamente factíveis pelo porte da cidade; mobilidade espacial minimamente capaz de aproximar a realidade local da vizinhança; segurança para além dos condomínios-*bunkers* em formato “medievalesco” que espocam pelo sítio urbano amplificando a violência na paisagem. As densidades técnicas colocadas em xeque, pela desconfiança sobre um desenvolvimento que insistia em não ser devidamente dividido com a população local, abrem espaço para uma esperança bem mais simplória e de ingenuidade inaudita – *mesmo numa atmosfera de crise, sempre piorada pela miopia das ações econômicas nas escalas municipal, estadual e nacional*: um desenvolvimento mais democrático e justo, em cidades cujas riquezas naturais ainda resistem – apesar da implantação dos pressupostos da sustentabilidade, construídos no bojo do desenvolvimento modernizador e excludente, insistirem em destruí-las. Esse desenvolvimento sonhado envolve certamente a revalorização, reconstrução e radi-

calização, em todos os níveis políticos, dos significados de termos como “democracia”, “república”, “direitos” e “justiça”.

Referências

ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo Editorial, 1999. 258 p.

CHAGAS, Guilherme Mapelli. *O processo de reestruturação territorial-produtiva no Extremo Oeste Metropolitano Fluminense: o caso de Itaguaí*. 2015. 74p. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geociências da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), 2015.

GOMES FILHO, Júlio César. O Arco Rodoviário Metropolitano como Elemento de Reestruturação do Espaço Fluminense. *Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ*. Seropédica/RJ, ano 2, n.º 2, 2013. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/revistaconti/pdfs/2/ART7.pdf>>, acesso em: 10 de nov. de 2015.

GRANOVETTER, Mark. Economic action and social structure: the problem of embeddedness. *The American Journal of Sociology*. Vol. 91, n. 3, November, 1985, pp. 481-510.

HAESBAERT, Rogério. *Territórios alternativos*. São Paulo/Rio de Janeiro: Contexto/EdUFF, 2002. 186 p.

HARVEY, David. *Condição Pós-Moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural*. 13. ed. São Paulo: Loyola, 2004 [1989]. 349 p.

MARQUES, Barbara da Conceição. Análise dos conflitos socioambientais em Paracambi/RJ decorrentes da implantação dos condomínios industriais no município. 2015. 114 f. Monografia (Graduação em Geografia), Instituto Multidisciplinar, UFRRJ, Nova Iguaçu/RJ, fevereiro de 2015.

MARTIN, Ron. Teoria econômica e geografia humana. In: GREGORY, Derek; MARTIN, Ron; SMITH, Gregory (Orgs.). *Geografia humana: sociedade, espaço e ciência social*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1996, p. 31-64.

MORAIS, Marcelo Loura de. A Baixada Fluminense “respira os ares do progresso”. *Continentes: Revista de Geografia do Departamento de Geociências da UFRRJ*. Seropédica/RJ, ano 3, n.º 4, 2014a. Disponível em: <<http://r1.ufrrj.br/revistaconti/pdfs/4/REL1.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

MORAIS, Marcelo Loura de. A Baixada Fluminense respira os ares do progresso: um estudo do Distrito Industrial de Queimados. 2014. 74 f. Monografia (Graduação em Geografia), Departamento de Geociências, UFRRJ, 2014b.

OLIVEIRA, Alberto; RODRIGUES, Adrianno O. Industrialização na periferia da região metropolitana do Rio de Janeiro: novos paradigmas para velhos problemas. *Semestre Econômico*, v. 12, n. 24, p. 127-143, 2009. Disponível em: <<http://www.scielo.org.co/pdf/seec/v12nspe24/v12nspe24a8.pdf>>. Acesso em: 05 dez. 2015.

OLIVEIRA, Floriano J. Godinho de. Mudanças no espaço metropolitano: novas

centralidades e dinâmicas espaciais na metrópole. In: OLIVEIRA, Floriano J. Godinho de; SILVA, Cátia Antônia; FREIRE, Desirée Guichard. *Metrópole: governo, sociedade e território*. Rio de Janeiro: DP&A, 2006, p. 79-97.

OLIVEIRA, Floriano J. Godinho. *Reestruturação produtiva, território e poder no Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Editora Garamond/Faperj, 2008. 302 p.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Geografia econômica e reestruturação espacial contemporânea: passado e presente, desenvolvimento e utopística. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, ano 2, n.º 4, jan./jun. 2014. Disponível em: <<http://espacoeconomia.revues.org/855>>. Acesso em: 05 jun. 2017.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A construção do desenvolvimento sustentável na cidade de Seropédica. In: ROCHA, André Santos da; OLIVEIRA, Leandro Dias de; BARROS, Regina Cohen. *A geografia de Seropédica: reflexões teóricas e práticas educativas no PIBID*. Nova Iguaçu/RJ: Editora Entorno, 2015a. 154 p.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. Seropédica sustentável: uma análise sobre a reestruturação econômico-ecológico espacial da cidade. In: Simpósio Nacional de Geografia Urbana (SIMPURB), 2015, Fortaleza. Perspectivas e Abordagens da Geografia Urbana no Século XXI. *Anais...* Fortaleza: UFC, 2015b. v. 1. p. 1-20.

OLIVEIRA, Leandro Dias de. A emersão da região logístico-industrial do Extremo Oeste Metropolitano Fluminense: reflexões sobre o processo contemporâneo de reestruturação territorial-produtiva. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, ano 2, n.º 4, jan./jun. 2014. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1814>. Acesso em: 18 jun. 2017.

ROCHA, André Santos da. As representações ideais de um território: dinâmica econômica e política, agentes e a produção de novos sentidos na apropriação territorial da Baixada Fluminense pós 1990. 2014. 242 f. Tese (doutorado em Geografia). Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (PPGG-UFRJ), 2014.

ROCHA, André Santos da. Os efeitos da reestruturação econômica metropolitana na Baixada Fluminense: apontamentos sobre o “novo” mercado imobiliário da região. *Espaço e Economia: Revista Brasileira de Geografia Econômica*, ano III, n.º 6, jan./jun. 2015. Disponível em: <http://espacoeconomia.revues.org/1677>. Acesso em: 18 jun. 2017.

SILVA, Robson Dias da. *Indústria e desenvolvimento regional no Rio de Janeiro (1990-2008)*. Rio de Janeiro: Editora FGV [Faperj], 2012. 258 p.

SIMÕES, Manoel Ricardo. *A cidade estilhada - reestruturação econômica e emancipações municipais na Baixada Fluminense*. Mesquita/RJ: Entorno, 2007. 358 p.

SOBRAL, Bruno Leonardo Barth. *Metrópole do Rio e projeto nacional: uma estratégia de desenvolvimento a partir de complexos e centralidades no território*. Rio de Janeiro: Garamond Universitária [Faperj], 2013. 347 p.

STORPER, Michael; VENABLES, Anthony. O Burburinho: a força econômica da cidade. In: CAMPOLINA DINIZ, Clélio; LEMOS, Mauro Borges. (Orgs.). *Economia e Território*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2005. p. 21-56.

Eixo 3

Resistência e cultura no espaço em crise

A crise e impasse democrático: pesquisas recentes

HERNÁN ARMANDO MAMANI

Introdução

O Seminário Política, Técnica, Território na Crise pôs-nos diante do desafio de refletir sobre a crise em que vivemos. Tal exercício apresenta um desafio duplo, dado que exige posicionar-se sobre uma conjuntura sem o auxílio pleno de instrumentos sociológicos e, ao mesmo tempo, permanece impreciso quanto à definição da situação analisada. O primeiro obstáculo contorna-se recorrendo à contextualização e à presentificação propostas por Ana Clara Torres Ribeiro (2003) para produzir leituras de conjunturas e microconjunturas, capazes de confrontar os sentidos hegemônicos da ação. Quanto ao segundo desafio, tratar da crise, a dificuldade começa pela pluralidade de questões que o termo evoca.

De fato, a noção de crise é polissêmica. Em termo médicos indica agravamento ou mudança do quadro do paciente e tanto pode levar à cura quanto à morte. Já em Ciências Sociais aponta para mudanças e, principalmente, para os obstáculos cognitivos que elas ocasionam. Nesse sentido, vale lembrar da noção de crise de paradigmas (KHUN, 1999), segundo a qual uma vez explicitados os limites explicativos dos quadros teóricos hegemônicos, inicia-se a disputa por encontrar uma nova síntese que permita o retorno à ciência normal e à organização rotineira da pesquisa do ensino e das técnicas.

Já Ana Clara Torres Ribeiro (2013) refere-se à crise, como crise societária, “esgotamento das formas institucionais e das crenças coletivas” (RIBEIRO, 2013, p. 86) e não se delimita um único aspecto. Não se trata de uma crise da modernidade, da crise do capitalismo, da crise da civilização ocidental. É tudo isso, mas não é bem isso. A

crise aparece aqui como uma sorte de *gap* entre forma e conteúdo, e seu próprio sentido encontra-se em disputa.

Mas os comentários permanecem vagos, faltam dados e fatos, elementos que permitam compreender a natureza da crise que vivemos e como impacta em nossa capacidade de produção de conhecimento e explicação de fenômenos e fatos. Ciente dessa dificuldade, gostaria de tratar das mudanças – as que denominamos crise – considerando três pesquisas apresentadas e discutidas na Rede de Políticas Públicas (RPP) a partir de 2013.

1. Transporte e hegemonização: das jornadas de junho

O primeiro e mais antigo diálogo que tivemos com a RPP se deu em torno do trabalho intitulado “Cartografia do movimento pelo ‘passe livre’”, que apresentei no encontro de novembro de 2013. Nele esbocei uma interpretação das chamadas Jornadas de Junho de 2013 como arena pública. Experimentava ali um instrumento de pesquisa: a cartografia de notícias de jornal que

...envolve a contextualização dos momentos prévios à eclosão do conflito, seu desenrolar e seu desfecho. Implica em identificar os atores, os repertórios utilizados e suas mudanças na ação, os momentos e a permanência na ‘cena’ descrita. Interessa, por último, identificar termos e enquadramentos realizados pela própria imprensa, buscando reconhecer aqueles que predominaram, de forma durável, na definição da situação (MAMANI e FREIRE, 2013).

Esse instrumento metodológico é inspirado na cartografia da ação de Ana Clara Torres Ribeiro (2003), que valoriza como “mutações no tecido urbano, manifestas nos conflitos sociais, nas alterações em representações coletivas das conjunturas econômica e política e em disputas por oportunidades de integração social”. Busca, também, relacionar “estrutura e ação, aos determinantes culturais da experiência urbana e à apropriação social (RIBEIRO, 2003, p. 1)”, e como esta se justificava pela

... necessidade de disputar os sentidos de protestos e reivindica-

ções das classes populares, tantas vezes lidos de forma simplificada e estereotipada na grande imprensa. [...] A necessidade de desconstruir leituras correntes dos sujeitos e práticas sociais, que efetivamente prejudicam a integração social e ampliam a violência, inclusive simbólica, nas metrópoles brasileiras (RIBEIRO, 2003, p. 2).

Em suma, a cartografia proposta por mim compartilhava o suposto de que a experiências urbanas diárias e as ações geradas nelas, em microconjunturas, tendem a ser ocultas e silenciadas pelo tratamento da grande imprensa. Acreditava ainda que as leituras dos problemas das cidades – problemas públicos – são, por vezes, também, objeto de grandes disputas pela própria definição da natureza do problema –em arenas extensas –num processo de hegemonização (CEFAI, 2009).

Como ela, acredito que a grande imprensa proporciona meios para identificar as leituras hegemônicas e, ao menos parcialmente, os atores e os momentos de uma disputa. Fornece também elementos para criticá-las e disputar um outro sentido. O acompanhamento de notícias sobre temas da agenda urbana, bem como daqueles que emergem no debate público, são esclarecedores da ação, do agenciamento e da hegemonização. Isto é, da definição de quadros interpretativos que uma vez definidos permitem recusar qualquer interpretação alternativa (GUSFIELD,2009).

O transporte público urbano constitui um bom caso para pensar o silenciamento dos principais atores da mobilidade urbana: os usuários. Boa parte dos estudos urbanos dão pouca importância ao transporte e ao trânsito, e quando o fazem permanecem restritos à dimensão técnica e microeconômica (MAMANI, 2004). Nesse sentido, a abordagem do conflito no transporte tem privilegiado, desde os anos 1970, o “quebra-quebra” como expressão sintomática do mal-estar provocado pela experiência diária da mobilidade urbana.

Assim, por exemplo, Silva (1992) lembra que os “quebra-quebras” no Rio de Janeiro constituem uma forma de manifestação muito anterior à periferização, não se restringindo aos pobres e remontando ao século XIX e a alguns momentos das décadas de 1940 e 1950. Para o autor os transportes representam um ponto sensível da vida metropolitana; dada a importância do transporte haveria tolerância com “o desconforto físico da locomoção; porém, apenas,

até certo ponto” (SILVA, 1992, p.136). Quando superado esse ponto, ocorreriam os “quebra-quebras”¹. De todo modo, os mesmos estudos apontam para o fato de esses movimentos de multidão serem incapazes de pautar uma agenda política.

Essa convicção foi abalada com a irrupção de conflitos em São Paulo, Rio de Janeiro, Natal e Goiânia no dia 6 de junho (*O GLOBO*, 7 jan. 2013, p. 1) que originaram, nas semanas seguintes, uma vaga de protestos massivos em todo o território brasileiro. Sendo saudados como um reavivamento da democracia.

De fato, nesse momento, pela primeira vez, o transporte e a experiência do transporte foi capaz de alimentar o protesto de forma sustentada, associada, inicialmente a uma liderança e a uma organização que deu-lhe corpo e voz: o “Movimento pelo Passe Livre” (MPL), que reivindicava, ao tratar da gratuidade, uma sorte de direito à cidade expresso na consigna do direito de ir e vir. Qual era o diferencial, com conflitos anteriormente tematizados? Certamente, não a relação com a experiência vivida e a reação, mas a reflexividade² – a presença de argumentos e discursos construídos com base nessa experiência – a presença de uma organização – o MPL – e de uma liderança, elementos que segundo Gramsci (1991), permitem afirmar a existência de um partido.

Mas esses elementos não foram suficientes para garantir-lhes visibilidade nacional de imediato. Quando acompanhados pelas notícias, os protestos são citados apenas em quatro oportunidades antes de 18 de junho de 2013³, quando o jornal *O Globo* dedicou-lhes a manchete inteira e quase toda a edição. Antes disso, os protestos ocuparam um lugar na manchete no dia 6 de junho, e nos demais dias permaneceram restritos às páginas que tratavam de notícias do Brasil – quando tratavam de São Paulo – ou do Rio, quando noticiavam-se protestos locais. É certo que a partir de 16 de junho o jornal aumentou a cobertura e iniciou um tipo de rotulação⁴ específica na

¹ Ver Pires (2005).

² Uso o termo no sentido dado por Giddens (1989).

³ Nos dias 7, 12, 15 e 17 de junho.

⁴ Chamo rótulo, nesse caso, aos termos que caracterizam um tipo de notícia, durante um certo tempo, sem corresponder às sessões do jornal ou aos títulos, denotam o modo em que o jornal enquadra o problema. Tende a se localizar no alto da

qual as notícias, além da sessão e do título, recebem um termo adicional que as identificam com a forma em que o jornal as interpreta e mudam com a conjuntura. Esse trabalho começou com o termo “tensão urbana” – entre 13 a 16 de junho. Já no dia 18, sob o rótulo “Um país que se mexe”, as notícias sobre os protestos ocuparam 18 páginas do jornal e chegaram aos editoriais. No dia seguinte, 22 páginas foram ocupadas com notícias sobre o tema, atingindo, também, os editoriais e a manchete, que informava que as capitais baixaram os preços das passagens. Já no dia 20, sob o rótulo “O Brasil nas ruas”, o jornal dedicou 24 páginas aos protestos e publicitava as manifestações que ocorreriam durante aquele dia.

No dia 21 de junho o jornal realiza um giro, ainda sob o rótulo “O Brasil nas ruas”, e a manchete rezava: “Sem controle: o vandalismo toma a cena”. Nas 17 páginas que se seguiram inventariaram-se os protestos, ao longo do Brasil, e os atos de “vandalismo”. Enquanto a presidente, Dilma Rousseff, convocou uma reunião, cujos resultados – publicados na manchete de 22 de junho – foram propor um pacto político e chamar líderes de protestos. A retomada da iniciativa do governo federal era também apontada pelo jornal ao informar que o MPL não promoveria mais atos de rua, sob o título “O MPL sai de protestos e não levanta bandeira” (*O GLOBO*, 21 jun. 2003, p.10) e alega, para tanto, um giro conservador nos protestos.

A partir daí o conflito passou a ser administrado, mais ou menos, institucionalmente. Pouco a pouco a rotina política se restabeleceu e os antigos debates retornaram às páginas do jornal. Os protestos continuavam, mas a pauta transforma-se em luta contra a corrupção e os transportes e a experiência cotidiana ficaram em segundo plano. Por outro lado, as formas mais violentas de protesto foram desconhecidas como tal e consideradas atos de vandalismo, portanto criminosas. Finalmente, a partir de fevereiro de 2014, os protestos contra o preço e a qualidade do transporte perderam completamente a legitimidade quando o cinegrafista da TV Bandeirantes, Santiago Ilídio Andrade, morreu após ser atingido na cabeça por um rojão durante um protesto contra o preço das passagens, no Centro do Rio de Janeiro em 6 de fevereiro.

página, debaixo da nome da sessão ou no alto de um artigo antes do título escrito de forma destacada.

Como se vê, na onda de protestos detonadas a partir de conflitos contra o preço do transporte coletivo em algumas metrópoles brasileiras, a grande imprensa do Rio de Janeiro atuou como ator e como instrumento.

Num primeiro momento, atuou como caixa de ressonância, multiplicador e alimentador de temas; em seguida, passou a atuar como difusor de um repertório que reenquadrou os conflitos num esquema rotineiro, centrado na condenação de protestos ilegítimos e seus excessos, no qual o transporte e a mobilidade urbanas não estavam mais presentes (MAMANI & FREIRE, 2013).

Desse modo, o movimento foi saudado e festejado como um despertar cívico do povo e em pouquíssimo tempo tomou outro sentido. Sua crítica deslocou-se de um questionamento à relação entre Estado, empresas e cidadãos expresso no preço e qualidade dos serviços, experimentada cotidianamente – apresentada numa sorte de direito à cidade –, para uma crítica moral aos políticos em geral e à corrupção em particular. Falhou nesse movimento a capacidade de hegemonizar o conflito e torná-lo algo mais que o passe livre, coisa que a grande imprensa foi capaz de fazer, dominando os tempos do conflito (Timing). Por outro lado, no campo da esquerda os efeitos a curto prazo dessa crise não alteram a forma de fazer política – que exige organização, interpretações alternativas e ação para além da retórica da luta pela luta.

2. Tolerância e intolerância com ambulantes

Nos anos que se seguiram às “jornadas de junho” a luta contra a corrupção e a defesa da moral e o legalismo explicam uma sucessão de escândalos envolvendo grandes empresários e a elite política nacional, e legitimam uma escalada sem precedentes de acusações sem provas. Os fatos sugerem se tratar de uma grande arena cujos atores e objetivos não aparecem com nitidez; o sentido da disputa permanece oculto. Na prática, há ameaças às conquistas democráticas – mesmo às anteriores à década de 1980. No caso da política urbana, essa mudança pode ser acompanhada seguindo o sentido

que adquirem os comércios ambulantes, ou camelôs, no debate público. Nos últimos dez anos, ao menos na cidade do Rio de Janeiro, passou-se da tolerância e, em nome do trabalho e da cidadania, para a defesa da ordem como forma cotidiana de combater uma cultura da ilegalidade, conivente e causadora da insegurança e do esvaziamento econômico da cidade.

Essa mudança pode ser acompanhada por uma cartografia do jornal *O Globo* sobre a “questão dos camelôs” entre 1983 e 2009. Durante esse período debateu-se com maior intensidade em dois momentos o comércio informal: no primeiro, entre 1983 e 1984, o conflito e o debate concentraram-se sobre se os ambulantes deviam ser tratados como trabalhadores ou como concorrentes desleais; já no segundo, entre 2005 e 2009, quando os ambulantes foram vistos como responsáveis pela desordem urbana e da insegurança pública (MAMANI, 2014).

O primeiro momento da escalada de debates teve início em abril de 1993, quando a Secretaria Municipal de Fazenda tornou pública a intenção de legalizar o comércio ambulante da Cidade do Rio de Janeiro e conceder novas licenças segundo critérios sociais – por orientação do governador do estado, Leonel Brizola (1983-1987) (MAMANI, 2014). A medida fazia referência ao repertório democrático da cidadania regulada (SANTOS, 1987), dado que se justificava por reconhecer a profissão de ambulante, oferecer uma distribuição mais igualitária de recursos econômicos e recusar-se a repressão.

Essas medidas foram imediatamente repudiadas por organizações de lojistas – o Clube de Lojistas (CDL) e a Associação Comercial do Rio de Janeiro – que as consideraram como um estímulo à concorrência desleal, e defenderam a preservação das normas até então vigentes que permitiam apenas que deficientes físicos atuassem como ambulantes.

Em termos discursivos contrapunham-se a uma crítica cívica e uma crítica econômico-administrativa sem que se estabelecesse uma síntese ou acordo entre ambas. Enquanto no dia a dia o conflito envolvia uma disputa acirrada pelos lugares rentáveis da cidade ao negociar a possível localização dos “camelódromos”. O problema de fundo não era a legalização em si, mas a recusa dos lojistas à

presença de ambulantes nas imediações e à venda de produtos concorrentes.

O conflito que se seguiu, e teve muitos episódios violentos, ganhou as ruas, a Câmara de Vereadores, a Assembleia Legislativa, dividiu os partidos democráticos⁵, e levou quatro gestões municipais para encontrar um arranjo consistente. Assim, somente com as Leis 1.222/88 e 1.876/92 consolidou-se uma sorte de acordo entre os partidários dos princípios democráticos e os econômicos. Predominaram os critérios restritivos defendidos pelo comércio – como critério de admissão de novos camelôs. Contudo, os camelôs autorizados até 1985 permaneceram. Esse arranjo, que abandonou qualquer menção à justiça distributiva ou à democracia dos primeiros momentos do governo PDT, protegeu os camelôs “estabelecidos” e excluiu os *outsiders*⁶. Por último, o Camelódromo da Uruguaiana, criado em 1994, mitigou os constantes conflitos do Centro.

O segundo momento em que os camelôs foram objeto de debate público no Rio de Janeiro corresponde a sua vinculação com as ilegalidades, à desordem urbana e à segurança pública. De fato, se a inauguração do Camelódromo da Uruguaiana aliviou as tensões do Centro a partir de 1994, de 1999 em diante, o local passou a ser relacionado à pirataria: desrespeito aos direitos autorais, contrabando e pagamento de propinas. O debate não envolveu mais os lojistas da cidade, senão que grandes empresas e associações de produtores preocupados com o contrabando e o desrespeito aos direitos autorais.

A partir de 2005, os camelôs, passaram a ser vinculados ao problema da segurança pública do Rio de Janeiro. Nessa mudança, o jornal *O Globo*, e, em particular, a coluna “Ilegal. E daí?”, ocupou um lugar de destaque na medida em que definiu quais práticas e atores eram ilegais, e que estimulou e publicizou as denúncias. Sua ação política ganhou corpo e programa numa Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) e definiu a plataforma vencedora nas eleições municipais de 2008, definida pela defesa da ordem, da legalidade e do choque de ordem.

⁵ Nesse período, e envolvendo, entre outros conflitos, a política de transporte e os ambulantes, ocorreu um racha entre o Partido Democrático Trabalhista (PDT) e o Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB).

⁶ Numa apropriação livre de Elias e Scotson (2000).

No quadro interpretativo construído, a desordem não é responsabilidade dos pobres, mas de uma “cultura” instalada a partir do governo Brizola – tolerante com a desordem e a falta de fiscalização e repressão –, que levava à instalação do crime e da violência e esvaziou economicamente a cidade. Abandona-se aqui qualquer menção à igualdade ou à democracia. A luta contra a violência torna-se uma causa cívica na qual os cidadãos e governantes são corresponsáveis, e a ilegalidade transforma-se na “substância moral” da violência, que deve ser erradicada por contínuos “choques de ordem” e pelo convencimento. E se justifica por criar um clima propício aos investimentos na cidade. A relação estado/sociedade, que esse quadro define como adequada, pauta-se em critérios administrativos e promove uma moral cidadã legalista, destinada a maximizar os resultados entre parceiros econômicos, segundo critérios do que Weber (1991, p. 420) chamou ética do mercado, que se resume à máxima “ser ou parecer honesto”.

3. Municipalismo, desenvolvimento e vigência do coronelismo

O terceiro trabalho que comentarei não usa mais cartografias nem enfoca a cidade do Rio de Janeiro, como os anteriores: trata da questão do desenvolvimento regional como tema de debate e ação na cidade de Itaperuna, num contexto em que as cidades disputam a atração de investimentos como principal bem a ser realizado politicamente. Nesse sentido, na pesquisa que realizamos com Thiara Mourão – cujos resultados apresentamos no “Seminário: Crise, política pública e território” realizado em São Paulo em maio de 2017 – perguntávamos sobre as causas que diferenciavam o regionalismo em duas cidades fluminenses: Itaperuna e Campos dos Goytacazes⁷. Na primeira, o regionalismo, antes que construir-se discursivamen-

⁷ A noção de fechamento ou de região fechada, desenvolvida por Francisco de Oliveira (1976, p. 33) para descrever o Nordeste, tal como o faz Vianna da Cruz. Naquele caso, o fechamento aduz à preservação da primazia econômica, política e social da região por uma pequena “elite” local, mediante o controle sobre os casamentos e o patrimônio, sobre a política e sobre economia, quer dizer, a reprodução de um “baronato açucareiro”.

te como uma demanda política, evidenciava-se pela diferenciação econômica privada que tornou a cidade um centro de serviços médicos, ensino superior e de consumo. Pensávamos, inicialmente, que encontraríamos um empresariado modernizante e dinâmico e um regionalismo, também, dinâmico. Mas o campo demonstrou, ao contrário do que esperávamos, não existir uma questão regional e muito menos uma arena local em torno dessa questão. Existia sim, um seleto grupo de empresários e políticos – aos quais tivemos acesso – autodenominado “o grupo”, que não estavam ligados a um partido, mas mantinham-se alinhados com a situação municipal e estadual. E entre estes, a representação do comércio e serviços era amais expressiva, dado que o presidente do Sindicato do Comércio era, há muitas gestões, secretário municipal de Desenvolvimento.

Esse empresariado não cultivava uma identidade regional particular, se não que enumera – ao falar da economia local – uma saga de sucessos econômicos seguidos de fracassos – ciclo do café, do leite, do charque – cuja fase ascendente era sempre associada às qualidades especiais de empresários. Nesse sentido, o atual dinamismo econômico não fugiria a essa regra: dever-se-ia ao crescimento dos serviços de saúde e educacionais que estimularam o comércio, outros serviços e a indústria de construção. Esse crescimento teria como atores exemplares o diretor do hospital e dono da maior faculdade privada da região.

Esses empresários demonstraram um fino conhecimento de seus negócios e dos riscos e oportunidades, mas não faziam referência ao desenvolvimento, de forma espontânea. Quando se referiam a tal noção, usavam o termo melhorar, que assumia sentidos variados segundo a área de atuação do interlocutor. Pode significar melhorias urbanas que aumentem a habitabilidade da cidade para setores médios ou que fomentem a modernização de atividades econômicas, a criação de infraestrutura regional capaz de dinamizar os negócios provados ou, ainda, gerar empregos – mesmo de baixo rendimento – dado que fazem circular um dinheiro na cidade. Contudo, não há uma proposta mais ampla dos empresários.

Nesse aspecto, os atores públicos locais tratam das questões referente à noção de desenvolvimento com maior naturalidade. Para esses atores, o problema da ausência de desenvolvimento é decor-

rente da falta da política do Estado do Rio de Janeiro para o interior e se traduz na completa deficiência de qualquer política que equipare e equalize as condições sociais, culturais e econômicas do interior aos da capital. Nesse sentido, o interior esvazia-se de pessoas e de recursos econômicos e culturais.

O desenvolvimento é, sim, um tema tratado pelas autoridades municipais, bem como as organizações patronais. Consideram, nesse caso, a necessidade de investimento em recursos coletivos capazes de dinamizar a economia: infraestrutura viária e políticas de incentivo empresarial. Trata-se de equipar a região para gerar empregos, contudo, como não há recursos locais suficientes é preciso buscar apoio (ajuda) do governo federal e estadual. A problemática do desenvolvimento justifica-se na crítica da concentração de recursos na cidade do Rio de Janeiro e reivindica uma sorte de “justiça territorial” apresentada segundo critérios domésticos: a ajuda. Nesse sentido, reencontramos o que pensamos não existir em Itaperuna: o fechamento de região. Mas o fechamento não se associa a um discurso regionalista mas a práticas próximas do coronelismo (LEAL, 2012).

De fato, tivemos a possibilidade de observar a relação entre autoridades e empresariado local por ocasião da visita do vice-governador do estado em novembro de 2015. Naquele momento a retórica da ajuda mútua e da amizade entre autoridades estaduais e municipais demarca uma aliança entre aquelas autoridades e o “partido regional”. Todos os envolvidos se ajudam, mas nessa ajuda a causa da região traduz-se – para cima – em política institucional. Naquele momento de acordos preparava-se a máquina eleitoral para as eleições municipais de 2016 e pactuava-se apoio para boicotar e derrubar o governo de Dilma Rousseff.

Utilizamos aqui a noção de coronelismo (LEAL, 2012) e não de clientelismo pelo fato de que a penúria econômica municipal – num sistema político em que estes são autônomos – parece só ter alívio mediante o alinhamento político com a situação estadual e ou federal, sem que haja, pelo menos nesse ponto, troca direta de votos por mercadorias, por bens: clientelismo (CARVALHO, 1997).

O problema do desenvolvimento se apresenta, aqui, como uma injustiça territorial que cabe aos atores políticos corrigir, mas tal causa não se expressa, localmente, mediante uma gramática cívica,

senão numa gramática doméstica. Na cena estadual e federal os representantes políticos da região, e “seus amigos”, jogam com outras regras e a organização local e regional atua como máquina política orientada de cima. Esse coronelismo basear-se-ia na existência de políticos profissionais articulados ao empresariado local de um modo diferente que o proposto por Leal.

Conclusão: qual crise?

Os trabalhos discutidos com a RPP leem as mudanças com um recorte interacional no qual se valorizam situações, atores, quadros disputados e quadros hegemônicos. Tratadas desse modo – as pesquisas sobre as jornadas de junho de 2013, as políticas para ambulantes na cidade do Rio de Janeiro, e a questão do desenvolvimento regional numa cidade do interior fluminense – permitem arriscar alguma leitura sobre a crise – que Ana Clara Torres Ribeiro chamou societária. Focamo-nos, de forma privilegiada, sobre a relação entre Estado e Sociedade e os quadros que hegemonomizam.

O primeiro trabalho leva-nos a pensar num ponto da tradição sociológica e filosófica que chama a atenção sobre a distância entre o sentido da experiência cotidiana e o sentido mais amplo da vida urbana e social, referida por termos como alienação, consciência para si, para falar da tradição marxista, ou da distância entre justiça formal e adequada na perspectiva weberiana. A formação de uma arena pública envolvendo o transporte coletivo urbano ratifica as potencialidades conflitivas da experiência da mobilidade urbana, que, com um mínimo de organização e trabalho de construção, deu discurso, consistência e durabilidade ao movimento.

Certamente, os resultados foram além do que o MPL podia e queria conduzir, de modo que abdicou da disputa hegemônica. Como resultado, o sentido do conflito foi dado a partir de outros repertórios, e não o do direito à cidade, que compunha o referente inicial do movimento. A luta contra a corrupção e a defesa da honestidade e o legalismo formal tornaram-se, ao final, o único fim político a se alcançar. O resumo da análise esboçado aqui permite perceber, ainda, que para além da hegemonia e da organização necessária para disputá-la, o controle da temporalidade da ação (*ti-*

ming) numa arena pública radicalizada é essencial na definição do sentido do movimento. Nesse sentido, o MPL não foi capaz de dar resposta, a tempo, à extensão do conflito e à pluralidade de causas levantadas. De todo modo, uma vez definido, o quadro da corrupção é de difícil reversão.

Certamente a diminuição do conteúdo da democracia possível manifestada nesse episódio, dá a impressão de continuar diretamente de movimentos ocorridos antes e durante a Constituinte de 1988. Marcus André de Melo (1993) chamou àquele momento de fracasso, da institucionalização das conquistas democráticas ficou em mãos de seus opositores e a inviabilizaram institucionalmente. Nesse sentido, as tentativas de formalizar o trabalho de ambulantes, realizadas durante o primeiro governo Brizola (1983-1987), demarcam o limite do máximo de extensão alcançado pela noção de cidadania – pelo menos no Rio de Janeiro –, e a oposição ferrenha e cotidiana que os lojistas e os partidos políticos (que hoje estão na situação) lhes opuseram.

Mas, 20 anos depois, outro é o arranjo político e social fluminense, é muito diferente. Assim, o comércio local não aparece mais como um ator destacado, senão grandes empresas nacionais alheias à cidade, articuladas ao mesmo jornal, *O Globo*, e às instituições municipais na construção e hegemonização do “paradigma” da ordem. Não se disputa aqui a expansão democrática, senão a rentabilidade da cidade, e responsabiliza-se a cada cidadão pela manutenção do clima de negócios.

O que os trabalhos apresentados permitem inferir é que as mudanças políticas que vivemos, em particular o solapamento da democracia e sua redução ao mero formalismo legal, podem ser lidos como a conclusão de um processo simultâneo às lutas democráticas dos anos 80, de boicote e limite institucional. Nesse sentido, a vigência do coronelismo urbano com a penúria econômica municipal, sua busca incessante de desenvolvimento advindo de recursos públicos, obriga ao alinhamento político quase imediato com a situação estadual e federal. Garante-se assim uma sorte de partido da ordem capaz de resistir e driblar institucionalmente toda mudança democrática.

As mudanças às quais nos referimos como crise mostram-se

muito aquém do que imaginávamos inicialmente. Trata-se de uma ofensiva antidemocrática, contínua e coerente, com atores e grupos que resistiram às lutas democráticas dos anos 80. Os elementos, antes fragmentados ou ocultos, ganham novas formas e voz e colocam-nos velhas questões: a) como construir contra-hegemonia sem abandonar a experiência?; b) como organizar e articular conflitos fragmentados pelo moralismo imperante?; c) e finalmente qual será o quadro capaz de unificá-los?

Referências

CEFAÍ, Daniel. Como nos mobilizamos? A contribuição de uma abordagem pragmatista para a sociologia da ação coletiva. Tradução: Bruno Cardoso. *Dilemas*. Rio de Janeiro, nº 4, vol. 2, p. 11-48, abr./maio/jun. 2009.

CARVALHO, José. M. Mandonismo, coronelismo, clientelismo: uma discussão conceitual. *Dados*, vol.40, n.2, 1997.

CRUZ, José Luiz Vianna. *Projetos nacionais, elites locais e regionalismo: desenvolvimento e dinâmica territorial no Norte Fluminense nas décadas de 1970 a 2000*. Rio de Janeiro. (Tese de doutorado) Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2003.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. *Os estabelecidos e os outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade*. Tradução: Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

GIDDENS, Antony. *A constituição da sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GRAMSCI, Antonio. *Maquiavel, a política e o Estado moderno*. 8. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1991.

GUSFIELD, Joseph. *La culture des problèmes publics. L'alcool au volant: la production d'un ordre symbolique*. Paris: Econômica, 2009.

KHUN, Thomas. *A estrutura das revoluções científicas*. 3. ed. São Paulo: Perspectiva, 1994.

LEAL, Victor Nunes. *Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil*. 4.ed., São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

MAMANI, Hernán. "Ordem urbana e conflitos de 'ambulantes' em cidades fluminenses". Relatório de Pesquisa, 2014.

MAMANI, Hernán; FREIRE, Jussara. Cartografia do movimento pelo "passe livre". In: EGLER, T. T. C. *Reinvenção da democracia na América Latina*. Rio de Janeiro: LetraCapital, 2013, p. 207-212.

MAMANI, Hernán; MOURAO, Thiara. *Ajuda, amizade, família e gestão: elementos morais do coronelismo contemporâneo em Itaperuna/RJ*. São Paulo, 2017 (mimeo).

MELO, Marcus A. C. Anatomia do fracasso: intermediação de interesses e a reforma das políticas sociais na Nova República. *Dados – Revista de Ciências Sociais*, 36 (1), 1993, p.119-163.

O GLOBO. Protestos contra passagens de ônibus em quatro capitais. *O Globo*, 7 de janeiro de 2013, p. 1.

O GLOBO. “Movimento Passe Livre anuncia que não vai mais convocar protestos: representante do Movimento Passe Livre condena hostilidade contra partidos e afirma que ‘pautas conservadoras’ ganharam espaço”. *O Globo*, 21 de junho de 2013, p. 18.

O GLOBO. Movimento Passe Livre sai de protesto e não levanta bandeiras. *O Globo*, 21 de junho de 2013, p. 10.

OLIVEIRA, Francisco de. *Elegia para uma re(li)gião*: SUDENE, Nordeste. Planejamento e conflito de classes. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PIRES, Lenin. Um relato sobre os usos dos trens urbanos da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, enfatizando as práticas de comerciantes ambulantes e conflitos existentes entre estes e outros atores, naquele espaço social. Dissertação (Mestrado em Antropologia). Universidade Federal Fluminense (UFF), 2005.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. “Cartografia da ação e análise de conjuntura: reivindicações e protestos em contextos metropolitanos”. Projeto de Pesquisa. Rio de Janeiro: IPPUR, 2004.

RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Por uma sociologia do presente*: ação, técnica, espaço. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2013.

SANTOS, Wanderley G. *Cidadania e justiça*. Rio de Janeiro: Campus, 1987.

SILVA, Maria Luíza Pereira da. *Os transportes coletivos na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Turismo e Esporte, 1992.

WEBER, Max. O mercado. In: _____. *Economia e sociedade*: fundamentos da sociologia compreensiva (V1); Brasília:UNB, 1991.

Cidade: o território da crise

DR. ELSON MANOEL PEREIRA¹

Introdução

A produção da cidade brasileira é marcada por uma profunda desigualdade territorial. O resultado é a existência de espaços de exclusão não reconhecidos durante muito tempo pela própria administração pública e seus órgãos de planejamento. Há uma cidade formal, onde se aplicam os planos e as leis urbanísticas, onde funciona o mercado formal, e uma cidade ilegal (embora real), excluída mesmo do reconhecimento de seu espaço como cidade. Por muito tempo, o próprio pensamento urbanístico tinha respostas apenas para essa parte formal da cidade. A partir de um pensamento crítico surgido já na década de 1960, que ganhou força principalmente após a Constituição de 1988, a política pública de desenvolvimento urbano no Brasil mudou radicalmente, pelo menos em sua concepção e premissas. O chamado Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU) chamou a atenção para a existência da realidade dual e a modernização incompleta da cidade brasileira. Milton Santos (1979), para explicar a urbanização brasileira, vai falar da existência de dois circuitos da economia: um circuito superior que constitui o resultado direto das modernizações que atingem o território e que acompanha e participa da aceleração contemporânea global, e um circuito inferior composto pelas formas de fabricação do capital não intensivo, os serviços não modernos e o pequeno comércio do varejo, voltados, sobretudo ao consumo da população pobre. O pensamento urbanístico crítico brasileiro vai então afirmar que seria necessário uma mudança nas políticas públicas de forma a colocar como elemento central o acesso à terra urbana para toda a popu-

¹ Bolsista pesquisador Pq2 do CNPq; professor do Departamento de Geociências da UFSC.

lação brasileira; vai defender a necessidade de equilibrar a disputa territorial nas cidades dando o direito da população fazer parte do processo de tomada de decisão sobre o seu espaço de vida. Uma conjuntura política nacional favorável no início do século XXI vai propiciar a constituição de novas institucionalidades e de processos participativos na definição de políticas públicas urbanas brasileiras que não encontram similares na história do país. No entanto, uma quinzena de anos depois, vemos uma situação urbana não muito diferente e a conjuntura favorável é substituída por um cenário político que aponta para perdas importantes de elementos institucionais conseguidos com muita luta e dificuldades.

Este artigo procura trazer elementos de reflexão sobre os limites da implantação de políticas reformistas e de garantias de direito, como o da habitação, saneamento e mobilidade, numa conjuntura econômica mundial desfavorável e uma conjuntura política brasileira de desconstrução de direitos.

O lugar da cidade no capitalismo financeiro

Uma análise da conjuntura da crise e seu rebatimento na cidade brasileira não podem prescindir de uma visão da relação da urbanização contemporânea com o sistema capitalista. Segundo Massiah, “a cada modelo de desenvolvimento corresponde a um modelo urbano; a cada política de desenvolvimento corresponde uma política urbana. A política urbana é uma aplicação relativamente direta, no campo urbano, da política de desenvolvimento” (MASSIAH, 2013, p. 48)². Assim, afirma o autor, nos anos 60 do século passado, nas cidades dos países centrais predominava o modelo fordista: “O modelo urbano do movimento moderno corresponde ao modelo fordista. O movimento moderno traduz, na arquitetura e no urbanismo, a racionalidade da transformação social” (MASSIAH, 2013, p. 49)³.

² Original em francês (tradução do autor): “à chaque modèle de développement correspond un modèle urbain; à chaque politique de développement correspond une politique urbaine. La politique urbaine est une application relativement directe, dans le champ urbain, de la politique de développement ” .

³ Original em francês (tradução do autor): “Le modèle urbain du mouvement moderne correspond au modèle fordiste. Le mouvement moderne traduit, dans l’architecture et l’urbanisme, la rationalité de la transformation sociale”.

Segundo o autor, a cidade (dos países centrais) foi produzida a partir de três características principais: criação de novas áreas urbanas, a imposição de normas às “*habitações insalubres*” e a melhoria das casas a partir da ação governamental. Por sua vez, nas sociedades do capitalismo periférico (principalmente no continente africano) prevaleceu o modelo das independências nacionais, que

[...] se inscreve num contexto da descolonização; após a libertação política, tratava-se de construir a libertação econômica. Este modelo foi pensado durante as lutas de independência, ele emprega ao mesmo tempo o modelo fordista e o modelo soviético; ele é completado na América Latina pelos debates sobre a dependência (MASSIAH, 2013, p. 50)⁴

Nesses países prevaleceram os grandes equipamentos de soberania como aeroportos, sedes de governo, avenidas e palácios; as políticas públicas habitacionais privilegiaram a classe média e as camadas da população mais pobres instalaram-se nos interstícios da urbanização e na periferia, em bairros chamados “espontâneos”.

A partir dos anos 1980 inaugurou-se nova fase, denominada neoliberal:

o novo centro das cidades é destinado às multinacionais, aos grandes hotéis e aos grandes centros comerciais. Em inúmeras cidades dos países periféricos, as grandes multinacionais instalam suas sedes em grandes hotéis. Os centros são pedaços de cidade ligados diretamente ao mundo com seus sistemas de comunicação, e eles se organizam em torno dos modos de consumo diretamente ligados a uma fração da burguesia mundial (MASSIAH, 2013, p. 51)⁵.

⁴ Original em francês (tradução do autor): “[...] s’inscrit dans le contexte de la décolonisation ; après la libération politique, il s’agit de construire la libération économique. Ce modèle a été pensé pendant les luttes de libération, il emprunte à la fois au modèle fordiste et au modèle soviétique. ”

⁵ Original em francês (tradução do autor): “Un nouveau centre-ville vient concurrencer les centres villes précédents, ceux de l’État et de la municipalité. Le nouveau est celui des sièges des multinationales, des grands hôtels et des grands centres commerciaux. Dans de nombreuses villes du Sud, les grandes multinationales installent leur siège dans les grands hôtels. Ces centres sont des morceaux de ville reliés directement au monde avec leurs systèmes de communications, et autour des modes de consommation directement liés à une fraction de la bourgeoisie mondiale”.

A questão habitacional se degradou nos países centrais pela precarização do assalariado pelo desengajamento do Estado. O problema da extensão das cidades, resultado em grande parte da pressão fundiária, foi considerável.

A partir do fim dos anos 1990 passou-se a falar da crise da mundialização capitalista:

A crise urbana combina as diferentes dimensões da crise estrutural. A questão da habitação, da cidade e do espaço está presente em cada uma dessas dimensões. A crise financeira explode com os subprimes e a explosão da bolha imobiliária. [...] a gestão das cidades é confrontada à segregação espacial e social. A crise urbana consolida e exacerba esta segregação e a torna insuportável. Ela prolonga o longo movimento de conquista urbana pelas classes favorecidas que expulsou os pobres dos centros das cidades e dos espaços urbanos qualificados. [...] a ideologia da segurança marca a governança urbana e se traduz no aumento das discriminações, da xenofobia e do racismo. A crise urbana fragiliza e precariza as camadas populares; ela coloca em xeque os direitos dos cidadãos e cidadãs. Ela concretiza a crise estrutural na vida cotidiana dos habitantes (MASSIAH, 2013, p. 53)⁶.

Portanto, como afirma Harvey (2012, p. 74), “a urbanização sempre foi um fenômeno de classe, já que o excedente é extraído de algum lugar e de alguém, enquanto o controle sobre a distribuição repousa em umas poucas mãos”. Para o autor, na fase do capitalismo atual, a “expansão do processo urbano trouxe com ela incríveis transformações no estilo de vida” (p. 81). A própria cidade tornou-se mercadoria.

⁶ Original em francês (tradução do autor): La crise urbaine combine les différentes dimensions de la crise structurelle. La question du logement, de la ville et de l'espace est présente dans chacune de ces dimensions. La crise financière éclate avec les subprimes et l'explosion de la bulle immobilière.[...] La gestion des villes est confrontée à la ségrégation spatiale et sociale. La crise urbaine consolide et exacerbe cette ségrégation et la rend insupportable. Elle prolonge le long mouvement de conquête urbaine par les classes aisées qui a chassé les pauvres des centres villes et des espaces urbanisés qualifiés. [...] L'idéologie sécuritaire marque la gouvernance urbaine et se traduit dans la montée des discriminations, de la xénophobie et du racisme. La crise urbaine fragilise et précarise les couches populaires ; elle remet en cause les droits des citoyens. Elle concrétise la crise structurelle dans la vie quotidienne des habitants.

Para os autores supracitados, a urbanização sempre foi de par com a necessidade de absorção do capital excedente, sempre com custos sociais crescentes. Nesse sentido, faz-se necessário cada vez mais a ação de organizações sociais contra esse movimento, mas “por certo, a tarefa de organizar tal confronto é difícil, se não assustadora” (HARVEY, 2012, p. 88).

As reações à cidade do capital

O binômio modelo de desenvolvimento/modelo urbano não acontecem sem reações, sem resistências. Como aponta Orlando Santos Jr. (2007), assistimos hoje nas cidades brasileiras uma clara disputa entre aqueles que as querem como espaço de vida, colocando em relevo seu valor de uso, e aqueles que as querem como mercadoria e que se utilizam das políticas e os recursos públicos para preparar as cidades para receber o excedente do capital. Santos Jr. (2007) assim define os paradigmas da cidade-mercado e da cidade-direito. No primeiro

a política urbana é transformada em relações de mercado, nas quais ganha quem tem maior poder os lucros e os custos da ação do Poder Público [...]. No nível do planejamento esse paradigma busca sua legitimação por meio de estratégias discursivas fundadas nos modelos do planejamento estratégico, em experiências bem sucedidas e na referência de cidades-modelos, difundidas pela ação de atores hegemônicos que articulam agências multilaterais, capitais financeiros, governos nacionais e locais (SANTOS JR., 2007, p. 306).

O paradigma da cidade-mercado alinha a política urbana à política de desenvolvimento do estágio do capitalismo em nível mundial, não obstante as especificidades locais. O paradigma da cidade-direito estaria, segundo o autor, ainda em construção, e

afirma o papel central do poder público no planejamento urbano e o seu compromisso com o enfrentamento dos mecanismos de produção de desigualdades e exclusão decorrentes da vigência da dinâmica do mercado no uso e ocupação do solo urbano e do controle do poder político pelos históricos interesses patrimonialistas (SANTOS JR., 2007, p. 307).

Os dois paradigmas olham para a cidade, evidentemente, de maneira não apenas diferente, mas conflitante. A cidade é por isto um território em disputa não apenas entre os diferentes capitais, mas igualmente entre os capitais e aqueles que veem o território da cidade como lugar de uso.

As forças sociais que agem no interior das cidades e nas políticas supramunicipais atuam como um processo de frenagem do simples alinhamento das políticas urbanas com as políticas de desenvolvimento capitalista, por partirem de paradigmas diferentes e antagônicos. No nível municipal isso pode ser exemplificado nos inúmeros movimentos sociais como “Ocupa Estelita”, no Recife, ou pelo Movimento “Ponta do Coral 100% Pública”, em Florianópolis; mas existem igualmente contratendências em escala nacional, como foi o Movimento Nacional pela Reforma Urbana, sobre o qual falaremos no item seguinte.

A construção de uma base institucional crítica

Desde o advento do Estatuto da Cidade, instituíram-se novos elementos para a gestão de uma nova política urbana brasileira como o Ministério das Cidades, os Conselhos da Cidade e de Gestão do Fundo da Habitação de Interesse Social e as cinco Conferências das Cidades realizadas em nível nacional. Essa nova política urbana continuou precisando de um instrumento municipal para tentar se viabilizar: o Plano Diretor. Após a aprovação da Lei 10.257/2001, autodenominada de Estatuto da Cidade, mais de 1.600 municípios brasileiros elaboraram seus planos diretores municipais de forma mais ou menos participativa. Muitas dessas experiências tiveram, no entanto, dificuldades de se desenvolverem; isso se deu exatamente pelos conflitos que foram evidenciados em seus processos, conflitos esses que tinham essencialmente um caráter territorial, em suas dimensões políticas, econômicas e simbólicas. A possibilidade de participação no desenvolvimento de políticas urbanas municipais trouxe muita esperança para aqueles que acreditavam que a solução para os problemas de nossas cidades poderiam sair do debate público, que enriqueceriam as abordagens técnicas.

O urbanismo, como campo de conhecimento específico, tem

pouco tempo de existência, se forem considerados outros campos científicos; no entanto, dada a proximidade de seu objeto com o cotidiano das pessoas, ele está na moda (como afirmou Lefebvre, já em 1968). Nascido como resposta aos problemas gigantescos trazidos pela Revolução Industrial na Europa, depois dos debates iniciais que colocaram os chamados culturalistas diante dos progressistas (CHOAY, 2011), o urbanismo tendeu com muita força para soluções funcionalistas a partir do início do século XX. Esse debate e essa tendência funcionalista também teve grande repercussão no Brasil. O debate nacional só vai assumir certa autonomia em relação ao debate internacional a partir dos anos 1960 quando surgiu o chamado Movimento Nacional pela Reforma Urbana (MNRU).

Esse movimento reconheceu que os problemas fundamentais da cidade brasileira teriam suas soluções se enfrentados a partir do reconhecimento da necessidade de democratização do acesso à terra urbana. Apesar de ter sua pré-história no início dos anos 1960, é apenas a partir do processo de redemocratização do país que o MNRU pôde dar uma contribuição decisiva para a política urbana brasileira através da proposta da inserção de um capítulo na Constituição Federal promulgada em 1988, por meio de uma emenda popular. Resumido aos artigos 182 e 183, o capítulo da Política Urbana Brasileira foi regulamentado pela Lei 10.257/2001. Esta, por sua vez, pretendeu transformar o ideal da Reforma Urbana em instrumentos urbanísticos; uma espécie de baú de ferramentas (como falou Raquel Rolnik) que possibilitaria aos “homens de boa vontade” transformar nossas cidades a partir da ideia de uma transformação radical baseada na democratização de acesso à terra urbana e urbanizada. Entre essas ferramentas estava o Plano Diretor Participativo. No entanto, para que ele se apresentasse com um caráter diferente dos planos diretores elaborados até então no Brasil, eram necessárias mudanças não apenas no conteúdo dos planos, mas igualmente no processo de sua elaboração. Era preciso trazer ao processo de elaboração atores sociais historicamente alijados dos processos decisórios. Era preciso mudar a cultura de como pensar e produzir a cidade brasileira.

É nesse contexto que o Ministério das Cidades promoveu uma grande campanha nacional de elaboração de Planos Diretores para

todo o país. A lei obrigava que todo município brasileiro com mais de 20 mil habitantes tivesse um plano de desenvolvimento urbano; tivesse regras de ocupação de seu espaço; dava o prazo de cinco anos para a elaboração desses planos, e mais: exigia que esses planos fossem participativos. O próprio Ministério das Cidades propôs uma metodologia participativa, que se materializou de forma diferente nos diversos municípios que se propuseram a construir seus Planos Diretores.

Um balanço necessário

No encontro da Associação Nacional de Planejamento Urbano realizado no Rio de Janeiro em 2011, foi organizada uma mesa para avaliar os primeiros dez anos do Estatuto da Cidade. Dela fizeram parte profissionais ligados à Reforma Urbana, militantes e pesquisadores. Era um momento político muito diverso deste que estamos vivendo e igualmente diverso dos primeiros anos de implementação do Estatuto da Cidade.

Os primeiros anos de vigência da Lei 10.257 misturaram sentimentos diversos: certo entusiasmo daqueles que pensaram instrumentos legais necessários para construir outra forma de planejar as cidades brasileiras, descolada de um pensamento puramente tecnocrático. Aqueles que idealizaram e lutaram pelo MNRU procuraram mostrar que era necessário, em nosso território, desvelar, retirar os véus, das estruturas, processos e dinâmicas de um crescimento urbano onde conviviam (e convivem), nas palavras de Milton Santos (1979), os dois circuitos da economia, frutos de uma segmentação encontrada em países periféricos; uma segmentação que cria diferenças quantitativas e qualitativas no consumo. Essa realidade das economias do capitalismo periférico seria, então, a causa e o efeito da existência de um circuito superior, que constitui o resultado direto das modernizações que atingem o território. Representado por uma cidade formal regulada por planos e que acompanha e participa da aceleração contemporânea global e um circuito inferior da economia, articulado ao primeiro, mas composto pelas formas de fabricação do capital não intensivo, de serviços não modernos e o pequeno comércio do varejo, voltados,

sobretudo ao consumo da população pobre. Esse circuito constitui uma cidade informal fora das leis urbanísticas e dos direitos fundamentais, localizada onde as leis proíbem a ocupação: morros, manguezais, dunas, áreas alagáveis próximas a rios etc. Conhecer em profundidade essa cidade dual e articulada se fazia necessário para nela intervir e atuar sobre os mecanismos geradores de desigualdade e de segregação socioespacial.

Mas, nesse primeiro período de vigência do Estatuto da Cidade também existiam aqueles que o percebiam como uma ameaça ao modelo de cidade que reservava a certos grupos privilégios históricos dentro da cidade brasileira; aqueles que, já na elaboração da Constituição Federal, perceberam que transferir para os municípios a função de realizar a Reforma Urbana, enfraqueceria a intenção de transformar a cidade brasileira, pois nos municípios a ação das elites conservadoras se daria de maneira mais fácil e alinhada com os interesses do capital. É preciso lembrar, como disse Carlos Vainer (2000), que “os liberais também fazem planejamento urbano”.

Em 2011, no encontro da ANPUR, foi feita uma avaliação. Que balanço se fazia dos dez primeiros anos do Estatuto da Cidade? O que hoje permanece válido e que novos elementos se apresentam? Não vou aqui resumir as várias contribuições feitas na ocasião, nem trazer todos os autores, mas resgatar alguns elementos de reflexão importantes ainda hoje.

Rolnik (2012) destacou a hipótese que todo o processo ligado ao Estatuto da Cidade teria sido uma história de disputa entre projetos distintos. Esses projetos distintos foram (e continuam sendo) representados por atores que produzem as cidades brasileiras. Por outro lado, a autora também afirmou que os dez anos de Estatuto da Cidade apontaram realidades não pensadas por ele, que centralizou sua reflexão nas grandes cidades industriais e portuária herdeiras do fordismo. Portanto, muitas realidades urbanas ficaram fora da reflexão do MNRU, que precisa ser constantemente atualizada.

Schvarsberg (2012), por sua vez, propôs uma análise dos avanços e dos dilemas da aplicação do Estatuto da Cidade. Dizia ele que

no campo dos avanços, sem dúvida localizamos a disponibilidade de um novo marco jurídico urbanístico fundado no princípio

da função social da cidade e da propriedade urbana, e não mais nas garantias à propriedade privada da antiga tradição jurídica brasileira desde a Lei de Terras do século XIX e do Código Civil de 1916 (p. 105).

Ele valoriza também a disponibilidade de ferramentas para os municípios e cidadãos para promover processos de reforma urbana, como indica a contribuição de outras leis federais, como a Lei 11.977/09, que vieram ao encontro dos princípios da reforma urbana.

Schvartsberg (2012) reafirmou igualmente a dificuldade de fazer reforma urbana sem enfrentar a questão do acesso à terra urbana, urbanizada e bem localizada. Mas, segundo ele, isso é tão difícil quanto aprender japonês em *braille*. Por outro lado, dizia que a existência da lei, mesmo que necessária, não é condição suficiente para mudar a realidade que exige uma grande vontade política de mudança social.

Por sua vez, Lira (2012) apontou três elementos que seriam responsáveis pela ineficácia social do Estatuto da Cidade:

- “A falta de vontade política das classes dirigentes, desinteressadas efetivamente em mudar o estado de coisas” (p. 151).
- A pouca relevância que os prefeitos e as Câmaras Municipais deram à elaboração dos Planos Diretores.
- “A resistência que respeitável número de operadores do Direito oferecem em aceitar o Direito Urbanístico como um segmento autônomo, com objetivos e princípios peculiares, a serem considerados distintivamente do Direito Civil e do Direito Administrativo” (p. 152).

Em minha fala, naquela ocasião (PEREIRA, 2012), afirmei que o planejamento urbano pós-Estatuto da Cidade tinha um caráter distinto daquele que até então era praticado no Brasil, e essa distinção tinha na participação um de seus elementos principais. A democracia participativa, basilar no processo de reforma urbana, levaria os atores envolvidos com o planejamento urbano (o Poder Público, os Técnicos de Urbanismo e a Sociedade Civil) a atuarem de maneira diferente na elaboração de planos e projetos para a cidade brasilei-

ra. O planejamento urbano pós-Estatuto da Cidade precisaria ser um planejamento negociado, como menos certezas certamente, e onde os atores teriam uma relação menos hierarquizada entre eles; estariam eles em concorrência e até mesmo em conflito.

Também enfatizava naquela ocasião a necessidade de vontade política de promover processos participativos de qualidade, que se traduziriam na construção/oferecimento de condições institucionais para a participação. Por outro lado, sublinhava a necessidade dos quadros técnicos estarem convencidos e mesmo convertidos para o processo participativo na construção de políticas públicas críticas e comprometidas com a mudança do quadro urbano de nossas cidades.

Por fim, naquela ocasião, afirmei que qualquer processo de construção de políticas urbanas não poderia prescindir da compreensão do território onde elas seriam implantadas, aliando assim, as estratégias do conhecimento e da ação sociopolítica lefebvriana, necessárias para a mudança e construção de outra realidade urbana brasileira.

Seis anos se passaram dessa avaliação; que elementos permanecem? O que temos de singular na conjuntura?

Os projetos distintos de cidade apontados por Rolnik (2012) permanecem e poderíamos mesmo dizer que a cidade-mercado apresenta-se hoje com muita força e utilizando-se de instrumentos do próprio Estatuto da Cidade como as Operações Urbanas Consorciadas e emissão de Certificados de Potencial Construtivo com pouco ou nenhum resultado em investimentos em áreas de carências urbanísticas. Em sua prática, reforçam investimentos regressivos: a Operação Porto Maravilha, no Rio de Janeiro; Água Espreada e Faria Lima, em São Paulo; e Linha Verde em Curitiba são exemplos disso. A cidade-mercado continua afirmando o “valor de troca” do solo urbano em detrimento do “valor de uso” da cidade-direito.

A disponibilidade de um novo marco jurídico como elemento positivo apontado por Schvarsberg em 2011, encontra-se hoje, a nosso ver, em perigo. Mais do que nunca é preciso defender o marco jurídico que apresenta as bases da Reforma Urbana. A necessária vontade política para promover tal reforma parece estar cada vez mais ausente na classe dirigente. As administrações mu-

nicipais parecem estar mais comprometidas com a cidade formal, com o circuito superior da economia do que com a solução dos problemas da cidade alijada dos planos e de infraestrutura, mas que constituem muitas vezes mais de 30% do território urbano. Os Planos Diretores, mesmo que numerosos no período pós-Estatuto da Cidade, ainda permanecem como planos discursos. E o nó da terra, continua atado.

A conjuntura, seis anos depois do Encontro da ANPUR de 2011, parece mais preocupante: o governo federal que se instalou a partir de 2015 apresenta um claro e articulado projeto de contrarreformas em praticamente todos os setores e no setor urbano não é diferente: o próprio Sistema Nacional de Desenvolvimento Urbano está sendo desmontado antes mesmo de ser implementado. Um dos elementos basilares da Reforma Urbana, as instituições de controle social estão sendo enfraquecidas em nível nacional: a sexta Conferência das Cidades prevista para este ano, não foi realizada e o próprio Conselho das Cidades está sendo esvaziado em suas atribuições e composição. O Conselho Nacional de Habitação de Interesse Social não se reúne desde março de 2016 e seus conselheiros encontram-se com seus mandatos vencidos. Nos últimos dois anos, a política Nacional de Desenvolvimento Urbano tem ficado à mercê de decisões autocráticas, sem a validação do Conselho das Cidades, mesmo que sua principal função seja “estudar e propor as diretrizes para a formulação e implementação” dessa política, conforme o art. 1º do Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006.

Quando olhamos a necessidade de nossas cidades hoje percebemos que o Estatuto da Cidade está mais atual do que nunca, embora precise ser redescoberto em suas premissas.

Territórios da crise

As cidades brasileiras da segunda década do século XXI, não obstante os avanços institucionais promovidos após o advento do Estatuto da Cidade, apresentam paisagens urbanas desoladoras. Florianópolis, cidade de 420 mil habitantes, capital do Estado de Santa Catarina, normalmente apresentada como exemplo de qualidade de

vida, não é exceção; ela não é uma ilha no contexto de exclusão social brasileiro; a magia do bem estar que querem lhe conferir não é para todos. Os índices de violência urbana são superiores à média nacional. A solução do problema habitacional baseia-se ainda nos modelos pré-Estatuto da Cidade, caracterizando-se pela segregação socioespacial; a análise da localização dos empreendimentos do Programa Minha Casa Minha Vida na Região Metropolitana de Florianópolis apresentava em 2012, em seus 52 empreendimentos, um alto grau de periferação; eles estavam localizados, em sua grande maioria, nas franjas da urbanização da chamada área conurbada de Florianópolis, Biguaçu, São José e Palhoça; nenhum empreendimento MCMV faixa de menor renda encontra-se na ilha de Santa Catarina, (PEREIRA, 2015), pois ela parece estar reservada para “usos mais rentáveis”.

Ainda no campo habitacional, Florianópolis, apesar de apresentar um déficit de moradias de cerca de 10 mil unidades, apresentava em 2010, segundo o IBGE, mais de 21 mil unidades habitacionais fechadas, esperando valorização, como estoque imobiliário; ressalta-se que esse número não engloba residências ocasionais, como casas ou apartamentos de praia, que eram naquele ano outras 25 mil unidades.

O processo de elaboração do Plano Diretor Municipal, que dura 11 anos, testemunha uma clara disputa territorial entre aqueles que querem a cidade como lugar de vida e de direitos e aqueles que veem a cidade de forma especulativa. Aliás, o processo participativo em Florianópolis mostra que o MNRU estava correto ao afirmar que seria necessário dar voz aos conflitos próprios do território urbano, pois apenas assim as forças populares, organizadas, poderiam fazer frente ao modelo de cidade excludente; as conquistas comunitárias conseguidas em Florianópolis aconteceram onde a população exerceu com força sua territorialidade (PEREIRA, 2017); por outro lado, o contrário também ocorreu: onde não houve organização ou mobilização, o Plano Diretor preparou o território para a materialização da cidade-mercado, para receber o investimento do capital excedente, como aponta Harvey (2012).

Considerações Finais

É verdade que os primeiros entraves da implantação dos objetivos da Reforma Urbana no Brasil já se apresentaram em 2005, quando o Ministério das Cidades foi colocado como moeda de troca no processo de busca de base parlamentar de um governo que apenas se iniciava. Esse ministério teria papel fundamental no processo de mudança da política urbana brasileira; a mudança de sua direção e de seus principais técnicos, comprometidos com o MNRU, foi um duro golpe. Também foi um duro golpe para a Reforma Urbana as opções da política habitacional materializada com o programa Minha Casa Minha Vida, que optou mais uma vez, assim como no período do Banco Nacional da Habitação (BNH), pela periferação, standardização e produção em larga escala da habitação, em detrimento de soluções mais inseridas no espaço urbano e identificadas com as famílias alvo da política.

Mas, não podemos deixar de admitir que o governo Temer parece inaugurar uma nova fase em relação ao Estatuto da Cidade e a política urbana brasileira em geral. Parece haver uma clara intencionalidade de desmonte das condições institucionais defendidas pelos atores do MNRU e de alinhamento da política urbana brasileira com o capitalismo financeiro. Isso está materializado por ações do governo federal como a emissão de decretos-lei que enfraquecem os Conselhos da Cidade e Gestor do Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social; a não realização das Conferências da Cidade em seus diversos níveis de governo e a própria diminuição das exigências democráticas nos processos de construção de políticas urbanas.

E mais: a conjuntura política em nível federal não tem apenas repercussão nesse nível de governo; ela também parece autorizar as elites dirigentes locais, não comprometidas com Reforma Urbana no Brasil, a voltar sua atenção exclusivamente à cidade formal, a prepará-la para receber investimentos, a vendê-la como mercadoria, a administrá-la numa lógica empresarialista, assumindo seu habitante não como um cidadão portador de direitos, mas como um cliente consumidor. A cidade é sem dúvida o território privilegiado da crise.

O Estatuto da Cidade e tudo o que veio com ele são conquistas concretas, mas como afirmou Marx, na modernidade, tudo que é sólido, desmancha no ar.

Referências

BRASIL. Lei 10.257/2001.

BRASIL. Decreto nº 5.790, de 25 de maio de 2006.

BRASIL. Lei 11.977/2009.

CHOAY, F. *O urbanismo*. São Paulo: Perspectiva (sétima edição), 2011.

HARVEY, D. *O direito à cidade*. Lutas Sociais. São Paulo, n. 29, jul./dez. 2012, pp. 73-89

LIRA, R. Entre o legal e o ilegal: direito à cidade. In: RIBEIRO, A.; VAZ, L. et SILVA, M. *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR. 2012, pp. 144-156.

MASSIAH, G. *La crise urbaine face aux nouvelles politiques urbaines*. Nouveaux Cahiers Du Socialisme: Occupons La villen n.10, 2013, pp. 48-60.

PEREIRA, E. Planejamento urbano no Brasil: (in)definições do papel dos atores e condições para uma participação efetiva. In: In: RIBEIRO, A.; VAZ, L. et SILVA, M. *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR. 2012, pp. 118-134

PEREIRA, E. Relatório de Pesquisa CNPq: Indicadores de urbanidade como parâmetro de aprimoramento do Programa Minha Casa Minha Vida. Digitalizado, 2015.

PEREIRA, E. Como anda a participação? As condições para a elaboração de planos diretores participativos. *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, v. 19, n. 2, 2017, pp.235-250.

ROLNIK, R. Dez anos do Estatuto da Cidade. In: RIBEIRO, A.; VAZ, L. et SILVA, M. *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR. 2012, pp.87-104.

SANTOS JR., O. Cidade, cidadania e planejamento urbano: desafios na perspectivada reforma urbana. In: FELDMANN, S. et FERNANDES, A. (orgs). *O urbano e o regional no Brasil contemporâneo: mutações, tensões, desafios*. Salvador: EDUFBA, 2007. pp. 293-314.

SANTOS, M. *O espaço dividido: os dois Circuitos da Economia Urbana nos países subdesenvolvidos*. Tradução de Myrna T. Rego Viana. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

SCHVARSBURG, B. Quem disse que ia ser fácil: dez anos do Estatuto da Cidade, avanços e dilemas, mais moradias e menos cidades: pontos para uma agenda de Política Urbana comprometida com o direito à cidade. In: RIBEIRO, A.; VAZ, L. et SILVA, M. *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR. 2012, pp.105-117.

VAINER, C. Os liberais também fazem planejamento urbano? Glosas ao “Plano Estratégico da Cidade do Rio de Janeiro”. In: RIBEIRO, A.; VAZ, L. et SILVA, M. *Leituras da cidade*. Rio de Janeiro: Letra Capital: ANPUR. 2012, pp. 105-119.

Arte nos muros da cidade: resistência e experiência no espaço urbano

ELIS DE ARAÚJO MIRANDA¹

1. Introdução

As pesquisas do Laboratório de Pesquisa Cultura, Planejamento e Representações Espaciais (LabCult) partem das leituras das paisagens e representações imagéticas. Aqui trataremos das formas de produção das paisagens por aqueles sujeitos que seriam considerados por Jacques (2014; p.19) como os errantes, e fotografadas por mim na medida em que os artistas trabalhavam. Importa estudar os sujeitos potentes, capazes de gerar destabilizações de algumas partilhas hegemônicas do sensível.

A técnica ou o suporte da arte urbana não é o ponto central, mas o registro de expressões artísticas pintadas ou instaladas nas ruas. Inscrições que desviam o olhar e proporcionavam uma experiência distinta daquela que estávamos acostumados a estabelecer com a cidade. A rua é lugar da ação, das resistências daqueles que pensam a cidade e marcam as temporalidades dos contextos socioeconômicos/culturais/políticos a partir de expressões artísticas.

Antes de apresentarmos a leitura de obras de Campos dos Goytacazes, faremos uma breve consideração das técnicas de arte urbana, sem, no entanto, comparar ou qualificar as diferentes expressões. Apresentar a diversidade de arte urbana que transforma a cidade em um livro que pode ser lido, analisado e interpretado, segundo nos ensinou James Duncan (1990).

Estruturamos o artigo em três sessões: 1) apresentação das diferentes expressões de arte urbana com tinta; 2) a leitura dos

¹ Docente dos Programas de Pós-Graduação em Geografia e em Desenvolvimento Regional, Ambiente e Políticas Públicas (UFF/Campos), elismiranda10@gmail.com

graffitis do Festival de Campos dos Goytacazes em 2016; e 3) considerações finais.

2. Artes de rua: as tintas e as ruas

De acordo com o que já foi anunciado, esta sessão será dedicada a apresentar uma síntese da distinção existente entre as expressões artísticas expostas em ruas de cidades do mundo inteiro, mas ainda hoje são tratadas como “a mesma coisa” por aqueles que ainda não compreenderam a ação de artistas como sujeitos políticos nas cidades, e, de acordo com Ribeiro (2012; 2014) estamos tratando da atuação consciente de sujeitos que reivindicam o direito à cidade e que “as forças políticas assumam as suas responsabilidades” (LEFEBVRE, 2001, p. 113).

1.1 Ação com o spray: pixo, graffiti e estêncil

Ganz (2010) não faz distinção entre *graffiti*, pichação e estêncil. Trata as pichações como sendo as primeiras formas de expressões artísticas que foram pouco a pouco sendo aperfeiçoadas, coloridas e ampliadas, e seus usos estão associados às formas de apropriação das técnicas de desenho com o bico da lata de tinta *spray*. As distinções vieram a ser feitas em meados do século XX após reivindicações de descriminalização das artes de rua, onde o pixo foi descolado do *graffiti* e do estêncil e continuou sendo tratado como ação criminosa, e o *graffiti* e o estêncil receberam o selo da arte. O *graffiti* adentrou as galerias, enquanto o *pixo* foi mantido como arte marginal

Segundo Ganz (2010), o *graffiti* tem origem na palavra italiana *sgraffito*². O autor considera que as origens do *graffiti* datam das primeiras inscrições em cavernas com uso de ossos e pedras, passando pela Grécia Antiga, com artes feitas em argila, e por Pompeia, onde foram encontradas nas suas ruínas desenhos feitos de cenas obscenas a *slogans* políticos. Essas origens não se constituem uma unanimidade, pois (para) os arqueólogos denominam essas pinturas, ou ranhuras em cavernas, como “inscrições ou artes rupestres”

² Rabisco, ranhura.

(PEREIRA, 2010) e compõem um outro tipo de acervo de expressões humanas que não caberá discutir neste artigo.

Ainda segundo Ganz (2010), a revista *Antropophyteia*, lançada na Alemanha em 1904, foi a primeira a lançar um artigo sobre o *graffiti*, com atenção aos escritos em banheiros, tão criticados na atualidade como vandalismos ou sujeiras, mas em 1904 foi reconhecida como expressão de arte com a finalidade de expressão política. Durante a II Guerra Mundial os nazistas utilizaram os muros das cidades com expressões discriminatórias contra judeus ou para demarcar os lugares sob controle do exército alemão, pichando a suástica, símbolo do nazismo.

Da mesma forma que o *graffiti* serviu aos nazistas, os movimentos de resistência expressaram sua indignação com o uso do *pixo* ou do estêncil. Ganz (2010) retrata o movimento “Rosa Branca”, grupo de inconformistas alemães que se manifestavam contra Hitler e o nazismo em 1942, pintaram muros e distribuíram panfletos até serem capturados em 1943. Outro movimento que utilizou o *graffiti* e o estêncil como forma de disseminar suas ideias foi o movimento estudantil de maio de 1968 em Paris, e de lá para outras cidades do mundo que organizaram movimentos contra os avanços das ditaduras militares na América Latina ou contra os governos de direita em cidades americanas ou europeias; além dos movimentos feministas que se organizaram pelo mundo e deixaram suas marcas dos muros e paredes de grandes cidades.

Para Ganz (2010) o *graffiti* que conhecemos hoje: iniciais dos nomes em tamanhos grandes em letras denominadas *bolds* ou desenhos mais elaborados, teve origem em Nova York e Filadélfia no final da década de 1970, onde artistas pintavam seus nomes em muros ou nas estações de metrô ao redor de Manhattan.

Em concomitância ao *graffiti*, outras expressões artísticas tomavam conta das ruas e áreas do Harlem no denominado movimento *hip-hop*, por meio de quatro elementos: o (BREAK) *break*, que representa o corpo através da dança; o MC, uma espécie de mestre de cerimônia, que expressa a realidade por meio de poesias em rimas cantadas; o *deejay* (DJ) ou *disc jockey*, o operador das mesas de som, é considerado como a essência e a raiz do movimento; além do (GRAFFITI) *graffiti*, a expressão da arte com tinta, o meio de comunica-

ção e disseminação de pensamentos por meio de poesias escritas nos muros. Por ser um movimento integrador, com o tempo o *skate* foi integrado, como uma vertente esportiva do *hip-hop*, aqui tratado como um movimento social.

O *graffiti* pode ser aceito como uma experiência concreta das condições subjetivas de existência de jovens de periferias, de constituição das identidades individuais e de grupo. As *tags* nada mais são que as assinaturas desses sujeitos, e aos poucos essas *tags* tomaram dimensões maiores, ocuparam espaços cada vez mais visíveis nas cidades, sendo os trens os melhores lugares para pintá-las.

Muitos artistas buscavam o reconhecimento, quer por pintar com o spray o maior número de trens, quer por serem autores das melhores *pieces* (abreviação de *masterpiece*, obra-prima). Enquanto isso, os artistas de rua e os que usavam os estênceis queriam interagir com os transeuntes ou dar forma ao seu ambiente sem nenhuma restrição.

A princípio, os artistas costumavam ter os trens como alvos porque esses geralmente passavam pela cidade inteira, sendo vistos por milhões de pessoas. Em meados da década de 1980, afirma-se, não havia um único trem que não tivesse sido pintado por *sprays*, de cima a baixo, pelo menos uma vez (GANZ, 2010; p. 9).

A cada momento os artistas desenvolviam novas técnicas de pinturas com uso de *spray* e criavam desenhos ou painéis mais coloridos e retratavam os temas mais variados. À medida que divulgavam suas artes, os grafiteiros ganhavam o mundo. Cidades como Berlim, Amsterdam, Antuérpia, Paris, Madri recebiam muito bem os grafiteiros, além de cidades sul-americanas como São Paulo, Cidade do México, Rio de Janeiro, Bogotá que viram os espaços ermos dos centros urbanos sendo ocupados por pinturas coloridas que davam vida aos lugares (BOGOTÁ STREET ART, 2012).

Segundo Vaz (2015), no Brasil o *graffiti* e o *pixo* tomaram rumos distintos. Ocasionalmente a formação de movimentos próprios, apesar de terem tido as mesmas origens. O questionamento político e o desafio às leis por meio da consciente ocupação desautorizada de espaços urbanos marca essa distinção. Até este momento o *pixo*

é considerado crime³, enquanto o *graffiti* ganhou o *status* de arte urbana. Mesmo que os sujeitos da ação sejam os mesmos – ora se apresentam como grafiteiros, ora se apresentam como pichadores – a depender da forma com que se expressam são considerados artistas ou criminosos.

A forma (com que) pela qual se organizam também é bem (semelhando) assemelhada. Ambos os grupos se organizam em galeiras, *crews*, grifes ou famílias, mas as formas de agir se distinguem. Os pichadores se encontram em *points* para organizar os *bombardeios* durante a madrugada e agem como fantasmas noturnos deixando suas *tags* em lugares altos e de difícil acesso, para demonstrar coragem e habilidade em ultrapassar as barreiras impostas por grades, muros e prédios. Suas obras são efêmeras, por se tratar de pinturas indesejadas, logo são apagadas (Vaz, 2015).

Por outro lado, os grafiteiros preferem a luz do dia e agem de forma organizada e autorizada pelos proprietários de imóveis ou por agentes públicos e suas obras tendem a permanecer e muitas passam a compor a paisagem urbana. Os grafiteiros usam andaimes, escadas, bancos para alcançar os pontos mais altos e se protegem das tintas usando luvas e máscaras.

No Brasil há distinção de *pixo*, *graffiti* e estêncil. Este último caracteriza-se pela elaboração de um molde em material flexível, porém resistente, com desenho, palavras de ordem, frases. Esses moldes proporcionam a repetição de uma dada mensagem na urbe e se faz de forma rápida para burlar a segurança policial, além de demarcar os lugares das vivências identitárias ou dos conflitos.

Com a técnica do estêncil o artista não perde tempo para marcar a cidade com a sua mensagem. Entretanto, o estêncil é também um artifício utilizado pelos grafiteiros para criar os detalhes e dão volume nas grandes obras, como aquelas pintadas pelos Gêmeos quando querem criar as estampas dos tecidos.

³ LEI Nº 12.408, DE 25 DE MAIO DE 2011. Altera o art. 65 da Lei no 9.605, de 12 de fevereiro de 1998, para descriminalizar o ato de grafitar, e dispõe sobre a proibição de comercialização de tintas em embalagens do tipo aerossol a menores de 18 (dezoito) anos.

1.2 Lambes, stickers e outras técnicas de arte em muros

Os lambes e os *stickers* (adesivos) se constituem em técnicas de arte urbana e podem ou não utilizar tintas *sprays*. Os lambes podem ser feitos com tintas, à mão livre ou impressões, depois são recortados e pregados e colados em paredes e muros com uso de cola sobre a figura, compondo com outras expressões artísticas. Outra forma de apresentação de lambes são os cartazes com chamadas de cunho político e muitos marcam períodos históricos.

Por outro lado, os *stickers* ou adesivos são impressos em papel ou plástico autoadesivos e facilmente pregados sobre superfícies lisas pela cidade. Não há regras sobre o que colar pela cidade e nem onde colar. Assim como as demais artes urbanas, essa modalidade pode ou não conter mensagens explicitamente políticas ou podem, a partir de uma referência artística, provocar o senso crítico do observador.

Para Benk (2015), há artistas urbanos iniciados na arte urbana com o adesivo, talvez por não haver, ainda, nenhum tipo de restrição a essa modalidade de intervenção. Mas vale ressaltar que não há simplicidade nos adesivos. Por se tratar de um adesivo em formato de 10cm, aproximadamente, o artista tem que se expressar de forma sintética e rápida. Assim, forma e conteúdo são experimentados constantemente.

E por falar em ausência de limites, o artista plástico português Alexandre Farto Aka Vhils, iniciado nas artes com o *graffiti*, descasca superfícies e cria figuras sem usar nenhuma tinta ou papel impresso. Farto apenas retira a tinta e o revestimento da parede e cria suas imagens enigmáticas em uma espécie de arqueologia urbana, desnuda a cidade e revela as entranhas – as vísceras das cidades – o que há de mais podre ou o que pode ser mais belo no seu interior – é apenas a revelação da história profunda daquele lugar em choque com o momento em que o artista se encontra.

No Brasil, esse artista criou os rostos dos moradores do Morro da Providência em 2012⁴. Esses moradores estavam sendo despejados de suas casas, na área central no Rio de Janeiro, para dar lugar a uma cidade moderna. Nesse momento o artista se torna um ativista

⁴ Vídeo sobre a intervenção do artista Alexandre Farto Aka Vhils no Morro da Providência, no Centro do Rio de Janeiro, em 2012 (.obras de <https://w.w.w.youtube.com/watch?v=PVATJR-eriQ>).

político. Pretendia expor aos moradores e turistas a violência dos remanejamentos compulsórios durante as reformas urbanísticas no Centro da cidade que dariam lugar aos equipamentos turísticos dos Jogos Olímpicos do Rio de 2016. Em Aveiro, a imagem de um rosto feminino chama a atenção de quem desembarca na estação de trens da pequena cidade portuguesa.

Feitas as distinções entre as técnicas de expressão artísticas de arte urbana, passamos à análise dos conteúdos impressos nas obras dos grafiteiros de Campos dos Goytacazes durante o I Festival de *Graffiti* de Campos, realizado em setembro de 2016.

3. Imagens do I Festival de *Graffiti* de Campos em 2016

O I Festival de *Graffiti* de Campos ocorreu em dois finais de semana do mês de setembro de 2016. No primeiro fim de semana (16 e 17/09/2016) aconteceu a abertura do evento em um palco de alvenaria montado em baixo da Ponte Leonel Brizola, no centro de Campos, com a presença de 20 grafiteiros selecionados a partir de croquis enviados à organização do evento, que atendiam aos critérios estabelecidos no edital de seleção que definiam temas a serem tratados. Os espaços destinados aos grafiteiros também foram definidos pelos organizadores: a murada do dique do Rio Paraíba do Sul⁵, com extensão de um quilometro e cada participante teve 50 metros do dique para desenvolver sua arte.

Os temas definidos pelos organizadores do evento foram: Paz e a História de Campos. Temas considerados polêmicos deveriam ficar de fora das pinturas. Assim, política, questões de gênero e religião não poderiam ser representados, o que foi parcialmente respeitado pelos artistas que encontraram meios de tratar esses temas em mensagens subliminares. Importa ressaltar que ao longo do I Festival do *Graffiti* de Campos aconteceram, no palco do viaduto, apresentações de outros movimentos culturais da cidade, deixando a quadra livre para a prática de *skate*. Destacamos que todas as imagens foram feitas pela autora, buscando experienciar as vivências artístico-políticas desses agentes sociais.

⁵ Entre as pontes Barcelos Martins e General Dutra, ao longo da Avenida XV de Novembro (Beira Rio).



Imagem 1 – Graffiti de Andinho Ide – A Lenda do Ururau.

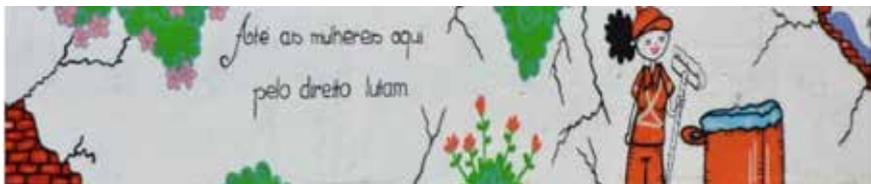
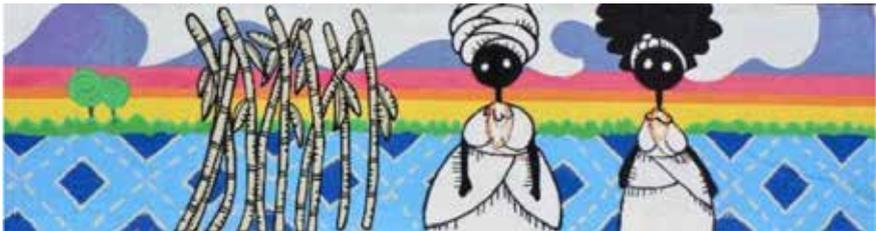


Imagem 2 – A lenda do Ururau – Graffiti de Pablo

Andinho Ide e Pablo Malafaia fizeram a opção em divulgar uma das lendas fundadoras da cidade de Campos dos Goytacazes, a Lenda do Ururau, quando um negro, escravo liberto, se apaixona pela filha do usineiro. Por vingança, o usineiro manda jogar o rapaz no rio Paraíba do Sul para que seu corpo nunca seja encontrado. Mas ao ser jogado, o rapaz é salvo por um ser encantado e é transformado em um imenso crocodilo que passa a habitar as águas do rio Paraíba, sobre(?????) a Igreja da Lapa. Com esses *graffitis*, os artistas divulgam uma história sobre a cidade, aguçam a curiosidade de quem circula pela área central e passam a difundir a cultura do lugar. Os dois artistas chamam a atenção também para o domínio das técnicas em *graffiti*. Andinho Ide apresenta um *graffiti* associado às técnicas de desenho em quadrinho, enquanto Pablo Malafaia explora o designer gráfico para criar seu desenho, que irá ser pintado nos muros das cidades.

O Coletivo Teta-a-Toa, formado por três artistas mulheres, fez a opção pela discussão sobre o trabalho das mulheres em Campos. Nesses dois *graffitis* destacam o papel das mulheres negras que atuaram nas lavouras de cana-de-açúcar, e atualmente as mulheres ne-

gras atuam em atividades de baixa remuneração, em sua maioria. Importa ressaltar que a questão de gênero estava entre os temas que não deveriam ser retratados nesse festival, no entanto, as artistas, cumprindo o papel de ativistas sociais, o fizeram mesmo assim.



Imagens 3 e 4 – As histórias das trabalhadoras de Campos dos Goytacazes – Crew feminino – Teta-a-Toa.

A atividades nos canaviais fizeram parte também das pinturas de outros dois artistas. MV e Maycon retrataram as dinâmicas econômicas, da cana ao petróleo, demonstrando conhecimento sobre a história econômica regional, o que contribui para que esse tema passe a fazer parte do repertório do cidadão comum que trafega pela Avenida XV de Novembro. Tanto Maycon quanto MV possuem vínculos com universidades públicas de Campos. O primeiro possui curso de Designer gráfico e o segundo é estudante de Engenharia de produção, desmistificando que *graffiti* é atividade restrita a quem não possui formação.



Imagem 5 – Maycon retrata o trabalho nos canaviais.



Imagem 6 – MV expressa a produção do petróleo das plataformas continentais.

Os índios goitacás foram representados pelos artistas Jhony e Maycon. O primeiro apresenta uma representação do índio quando criança e o segundo representa as habilidades desses índios no manuseio do arco e flecha. Dos índios goitacás restam apenas referências toponímicas, peças de cerâmicas guardadas em acervos de reservas técnicas de museus locais e estudos realizados por historiadores, arqueólogos, antropólogos, além de citações em obras literárias de ficção que imaginam como seriam esses indígenas, que foram extinguidos pelos colonizadores portugueses desde o século XVII.



Imagem 6 – Jhony: o índio goitacá criança

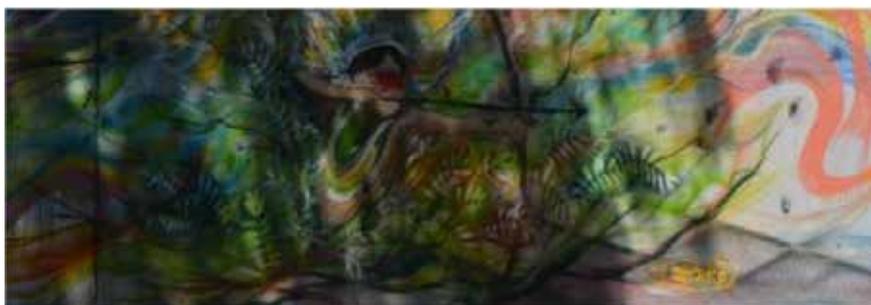


Imagem 7 – Maycon – as habilidades dos índios goitacás com o arco e a flecha.

Os clubes de futebol são as paixões dos brasileiros e não poderia ser diferente em Campos dos Goytacazes. O graffiteiro Artur, que assina como ART, homenageou os tradicionais clubes de futebol de Campos dos Goytacazes – Roxinho, Americano, o Leão da Coroa e Goytacaz – como as maiores paixões dos campistas.



Imagem 8 – ART: torcedores dos clubes de futebol de Campos dos Goytacazes.



Imagem 9 – Murilo Desi: questiona os valores advindos do Brasil Colonial.



Imagem 10 – Kane Ks: representa o Museu Histórico de Campos.



Imagem 11 – Sweet: imprime o Mercado Municipal de Campos

4 Considerações Finais

A arte urbana não se restringe a essas citadas neste texto: há ainda as instalações, a serigrafia, o aerógrafo, a jardinagem de guerrilha, *graffiti* de musgo, a *performance*. Mas apenas o pixo é criminalizado? O que justifica essa discriminação? Que argumentos são usados para proibir a pichação? Outro ponto importante a ser discutido é a relação entre política e arte – a arte urbana é uma arte como outra qualquer e toda arte é política. E por serem sujeitos políticos, os artistas de rua são sujeitos de ação direta na rua. São sujeitos que recriam os espaços urbanos, que questionam as ordens impostas e transformam a cidade em sujeito e objeto de produção do conhecimento de forma consciente. Ocupar a cidade com ações artísticas e culturais se constituem em ações de resistência de sujeitos que vivem nas periferias urbanas e que não possuem acesso aos equipamentos tradicionais, como teatro, cinema, biblioteca. E os artistas que vivem, moram ou atuam em periferias, que não possuem formação em instituições formais, também não se sentem contemplados em relação ao direito à cidade. E as ações em espaços públicos em áreas centrais consistem em ações conscientes para discutir o acesso aos equipamentos públicos de cultura, aos espaços públicos, às ruas, além de iluminar o sujeito das ações: o artista de rua, sujeito subalterno, lento e errante.

Referências

- BENKE, Carlson. *Street art: técnicas e materiais para arte urbana: graffiti, pôsteres, adusting, estêncil, jardinagem de guerrilha, mosaicos, adesivos, instalações, serigrafia, perler beads*. São Paulo: Gustavo Gil, 2015.
- BOGOTA STREET ART. *Calle esos ojos*. Bogotá: s/editor, 2012.
- DUNCAN, J. *The city as text: the politics of landscape interpretation in the Kandy Kingdom*. Cambridge: Cambridge University Press, 1990.
- GANZ, Nicholas. *O mundo do graffiti: arte urbana dos cinco continentes*. São Paulo: Martins Fontes, 2010 (Organizado por Tristan Manco).
- JACQUES, Paola Berenstein. *Elogio aos errantes*. Salvador: EDUFBA, 2014.
- PEREIRA, Edith. *Arte Rupestre na Amazônia – Pará*. Belém: MPEG, 2010.
- RIBEIRO, Ana Clara Torres. *Teorias da ação*. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2014.
- VAZ, Adriana. As políticas do subterrâneo. IN: FERRARA, Lucrécia D’Aléssio (org). *Cidade: entre mediações e interações*. São Paulo: Paulus, 2015.

Eixo 4

Ética e política na cidade em crise

O déficit ético territorial no Rio de Janeiro: a ontologia política da favela em foco

PROF. DR.IVALDO LIMA¹

Introdução

Neste trabalho o objetivo é discutir discricionariamente a ontologia política que preside a inserção do território no fractiverso. Cunhada por John Law, a expressão ontologia política se remete ao campo de reflexão que trata a realidade em sua condição plural, por conseguinte, tratando as realidades como efeitos de conjuntos de relações, aprovações ou performances contingentes e heterogêneas. Nesse sentido, surge um fractiverso formado pela multiplicidade de realidades imbricadas entre si, que, em decorrência, configuram práticas sociais híbridas, incluindo aí as práticas sociopolíticas.

A questão que norteia nossa reflexão gira em torno da descolonização construtiva da imaginação político-geográfica. Em meio ao recrudescimento da geografia política e da geopolítica, com forte ênfase nos estudos apoiados no conceito de território, consideramos justificada uma revisão crítica das circunstâncias epistêmicas e ontológicas sob as quais tal recrudescimento vem se desenlaçando na última vintena de anos. O que está em jogo nesse norteamto é a ampliação dos horizontes ontoepistêmicos da geografia política. Nomeadamente, indaga-se: na geografia política contemporânea, a qual território estamos nos reportando, afinal?

Para tanto, estruturamos este texto em duas partes principais. Na primeira parte, dedicamos esforços no sentido de esclarecer as definições e implicações de ontologia política e de território. Na segunda, tratamos de sinalizar uma aplicação possível de tais implicações, tendo como referência empírica as realidades verificadas

¹ Programa de Pós-Graduação em Ordenamento Territorial e Ambiental. Universidade Federal Fluminense. ivaldogeo@ig.com.br.

nas favelas do Complexo da Maré, localizado na cidade do Rio de Janeiro. Essa última parte encerra uma reflexão sobre a geopolítica crítica da cidade.

1. A ontologia política e o território: o perspectivismo aplicado

O debate sobre a epistemologia crítica do conhecimento geográfico e o caráter ontológico de sua fundamentação está bastante bem sinalizado na obra de Ruy Moreira (MOREIRA, 2006, 2007, 2016), o que nos exime de proceder a sua recuperação detalhada. Contudo, nos predispomos a sugerir um aditamento a esse debate, enfatizando uma aporia na relação formada entre epistemologia e ontologia. Nesse inciso, nos apoiamos em Ricoeur (1988, p. 30), pois vislumbramos

a tentativa de cavar por debaixo do próprio empreendimento epistemológico, a fim de elucidar as suas condições propriamente ontológicas. (...) [A]o invés de nos perguntarmos como sabemos, perguntaremos qual o modo de ser desse ser que só existe compreendendo.

Entendemos que a problemática forjada pela relação entre território e poder – com suas resistências e resiliências – se pode inserir nesse fractiverso libertando as análises da geografia política de sua prisão ontológica unidimensional. Essa libertação tem a ver, então, com o reconhecimento de territórios híbridos e fractais, de natureza ineludivelmente conflituosa. No rastro do pensamento de John Law (2011, p. 2) reforçam-se as questões sobre o que é o real: “As pessoas acreditam em diferentes coisas sobre a realidade? Ou existem diferentes realidades sendo produzidas de diferentes maneiras?”. Vivemos num mundo múltiplo de atuações distintas, um fractiverso que se impõe por sua construção ontológica. Daí a importância de estudos feministas, como os aportados por Donna Haraway e a teoria do ator-rede difundida por Bruno Latour, para citar poucos, que têm em comum a assunção de que relações heterogêneas produzem realidades e que, portanto, práticas diferentes autorizam diferentes realidades, para além da concepção de um “mundo único”, herdada de abordagens metafísicas.

Para Law (2011, p. 4), realidade não é destino e, antes disso, afirma que “as realidades são negociadas” uma vez que dependem das práticas particulares das quais emergem. A conclusão do autor é categórica: diferentes realidades são forjadas em diferentes práticas; as realidades são feitas nas práticas. Citando o trabalho de H. M. Collins sobre os corpos e os “sete sexos”, Law recupera que “não existem ‘corpos múltiplos’ porque não existe um conjunto de corpos desconectados, mas o que existe é ‘o corpo múltiplo’ porque eles também se sobrepõem” (LAW, 2011, p. 5). Para o autor, Collins deveria ter empregado a expressão “corpo fracionário”. Entendemos que essa recuperação se aproxima estreitamente daquilo que Edgar Morin denominará de unidade múltipla ou *unitas multiplex*.

Por conseguinte, ao sabor das distintas práticas e da criação de autoridade delas oriunda, é possível desqualificar pessoas e práticas específicas. Diríamos, inclusive, os lugares onde essas pessoas e práticas se inscrevem socialmente. Insinua-se a tensão do que deve ser incluído ou excluído. Em outras palavras: do que deve ser legitimado ou desaprovado. Contamos com a contribuição da repercussão que Annemarie Mol faz do perspectivismo de Law quando ela ressalta que a realidade é manipulada por meio de vários instrumentos no decurso de uma diversidade de práticas e que a ontologia política sugere o vínculo entre o real, as condições de possibilidade em meio às quais vivemos e a política. Ela nos adverte que não se trata meramente de “multiplicar a realidade”, mas do reconhecimento de múltiplos olhares de observadores sobre o real e da valorização desses olhares (MOL, 1999, p. 76). São essas “condições de possibilidade” e esses “olhares” que intentamos perscrutar desde um ponto de vista territorial.

Acompanhando a sugestão de Mario Blaser (2013, p. 551) de que a ontologia deve funcionar como “uma ferramenta heurística, um instrumento para repensarmos nossos conceitos analíticos”, advogamos o reconhecimento das diferentes práticas sociais e suas legitimidades possíveis; o reconhecimento dos lugares legítimos e de suas práticas genéticas; enfim, o reconhecimento de realidades que se expressam territorialmente. De fato, defendemos um manifesto pelo reconhecimento da diferença do mundo. Entendemos, junto com John Law, que não se deve evacuar a realidade dos “reais não

dominantes”, o que equivale a reconhecer a legitimidade das realidades forjadas em fractiverso, incluindo as contra-hegemônicas invisibilizadas pelas realidades hegemônicas. Desse modo, encontramos no pensamento do geógrafo francês Jacques Lévy (1994) uma possível repercussão interpretativa dessa ontologia política aplicada ao território. Acatamos que a distinção teórico-conceitual estabelecida por Lévy corrobora os apontamentos de Law e Mol na precisa medida em que ele distingue três tipos de espaços políticos: i) espaço político da ordem; ii) espaço político da guerra; e iii) espaço político da legitimidade. Esses tipos de espaços entrecruzados compõem o fractiverso geopolítico da favela no Rio de Janeiro, como sugeriremos na próxima seção.

2. As realidades políticas da favela: por uma geopolítica crítica

Nossa questão principal gira em torno das condições sociopolíticas sob as quais as realidades territoriais são criadas e recriadas dentro de um complexo jogo de atores, escalas e interesses. O contexto sociopolítico atual do Rio de Janeiro é nossa área de referência geral, tomando-se a referência territorial da favela como área específica. Empiricamente, tomamos o exemplo do Complexo da Maré, composto por 16 comunidades e por mais de 140 mil moradores, na zona norte da cidade, situado entre a Avenida Brasil e a Linha Vermelha, num eixo territorial dotado de elevado potencial geoestratégico.

Assim, retomamos análises nossas (LIMA, 2015, 2017) já reveladas sobre o processo de desreterritorialização e seus desdobramentos em algumas favelas cariocas resultante da política pública de segurança denominada Unidade de Polícia Pacificadora (UPP). Consideramos que ocorrem mudanças significativas na paisagem política urbana carioca devido à hibridização de realidades forjadas por uma ontologia política insidiosa. Em outras palavras, consideramos tanto urgente quanto necessário o debate crítico do papel da ontologia política, nos termos aqui definidos, para o melhor entendimento dos processos de territorialização e seus constrangimentos.

Apontamos que nas favelas ocupadas por UPP, o espaço políti-

co da ordem – capitaneado pelos agentes do Estado –, o espaço político da guerra – configurado pelo embate entre narcotraficantes, milicianos e forças policiais –, e o espaço político da legitimidade – almejado pelos moradores comuns da favela – implicam a formação de territórios fractais geneticamente coimplicados. Esses territórios dinamizam-se em meio a uma guerra civil de novo tipo, definida como simétrica não convencional por Eduardo Calleja.

Na opinião de Calleja (2013):

A guerra simétrica não convencional ocorre nas guerras civis ‘primitivas’ ou ‘criminosas’ que acompanham processos de implosão do Estado, em que grupos contenciosos se degeneram em milícias rivais, onde a violência gratuita flui através dos alinhamentos ideológicos ou étnicos e onde se busca a expulsão das populações consideradas inimigas.

Foto 1. O ambiente cotidiano de guerra no Complexo da Maré.



Então, parece-nos lícito concluir preliminarmente que a injustiça provocada pela violência praticada por grupos armados em suas múltiplas combinações de pares – sejam narcotraficantes, em especial, mas também militares da polícia estadual, da Marinha e do Exército, sejam milicianos – afeta o cotidiano vivido nos espaços populares cujos moradores dispõem de restrita ou nenhuma margem de manobra para evitar a exposição da própria vida a

esse tipo de confronto de artilharias. Esses moradores, de acordo com a pesquisa coordenada por Eliana Sousa Silva, diretora da ONG Redes da Maré, em parceria com a instituição People's Palace Projects, da Queen Mary University of London, cerca de 75% dos moradores do Complexo da Maré consideram regular, ruim ou péssima a ocupação do Exército no complexo, durante 15 meses, entre 2014 e 2015.

Segundo Eliana Sousa Silva (*apud* GOUVEIA, 2017, p. 4), para quem em circunstâncias recorrentes, a favela é tratada como “território de exceção”, onde direitos não precisam ser efetivamente obedecidos,

[n]ão há como não considerar a ocupação um fracasso, tendo em vista as expectativas da sociedade – e dos próprios moradores – frente a um investimento tão vultoso do ponto de vista econômico, logístico, militar, político e social. O preço que se pagou foi muito alto para que nenhum avanço estrutural tenha ocorrido.

A justiça territorial no Complexo da Maré encontra-se em estado potencial, mas efetivamente bloqueada devido às ações guerrilheiras dos grupos armados que lá atuam. A espacialidade da injustiça se afirma cotidianamente no comportamento assustado, amedrontado e desconfiado dos moradores em seus deslocamentos de casa para o trabalho, para o estudo ou para o lazer e, até mesmo, nos momentos em que estão simplesmente em suas casas, na escola ou no bar da esquina. No contexto de intensa injustiça territorial, quem ganha e quem perde com esse tipo de guerra civil? Como situar eticamente nossa análise sem nos colocarmos no lugar do Outro? Quem são esses Outros tantos que não operam com o negócio do narcotráfico, tampouco são milicianos, mas vivem no Complexo da Maré? Acerca desses Outros e suas realidades políticas é que nos propomos a tecer alguns comentários. Trata-se de pessoas comuns que mantêm suas vidas à base de trabalho honesto, ou seja, que prezam por uma vida decente (LIMA, 2015, 2017).

Reconhecemos, pois, uma representação social fundamental para a ação das polícias que é a preservação e/ou restituição da ordem pública em espaços e para indivíduos em desacordo com uma

dada noção de ordem (Que tipo de ordem? Ordem padrão? Ordem natural? Ordem hegemônica? Ordem conservadora? Ordem vanguardista? Ordem rebelde? Ordem jurídica? Ordem institucional? Ordem racional? Ordem emocional?). Os espaços e os indivíduos moradores de espaços nos quais é reconhecida oficialmente a marca da desordem são alvo prioritário para essa ação policial que reforça a representação social da periculosidade de tais espaços e, conseqüentemente, de tais indivíduos.

Consideramos que as realidades políticas no Complexo da Maré estão diretamente relacionadas às relações sociais opressoras e que essas assumem, pelo menos, cinco faces da opressão: exploração, marginalização, carência de recursos de poder, imperialismo cultural e violência, conforme aponta Young (1988). O Outro é subjugado cotidianamente nos termos dessas opressões. Retomamos a indagação: quem é esse outro? Neste trabalho, a justiça territorial se insere como a perspectiva de reconhecimento da legitimidade do Outro, simultaneamente como o combate aos espaços opressores. O psicólogo Milton Sabbag Jr. nos lembra que a casa, como representação simbólica da alma é um espaço íntimo que não deve ser violentado, correndo-se o risco de gerar tensões e agressividades. Pode passar algo similar com outros espaços físicos que ocupamos e nos apropriamos simbolicamente.

O mesmo acontece com o espaço físico. Quando adequado às necessidades a que está destinado, possibilita o desenvolvimento equilibrado das relações familiares e um bom nível de interação com a realidade. Se for inadequado, este espaço propiciará o aparecimento de neuroses e psicoses, tornando-se assim opressor e repressor (SABBAG Jr., 2008, p. 31).

Retornando a Jacques Lévy (1994, p. 133), ressaltamos que a “geografia do político se concentra sobre os problemas da legitimidade”. Então, nos questionamos: qual é o lugar legítimo da favela? Às estratégias e táticas próprias dos espaços políticos da guerra e da ordem contrapõe-se a complexidade da sociedade civil, com suas aspirações, incluindo nelas, o desejo de viver longe de espaços opressores. O lugar legítimo da favela é, pois, o espaço da justiça territorial: o espaço justo. Legitimidade e justiça traçam o caminho

de uma geografia política acolhedora ao rechaçar a opressão como um dado naturalizado das ações e das realidades políticas.

Como pensar as realidades territoriais do Complexo da Maré à luz dos apontamentos até aqui expostos? Para Margalit (2010, p. 13), o problema mais crucial não versa, restritamente, sobre a sociedade justa, mas sobre a sociedade decente, sendo esta última “entendida como aquela que não humilha seus integrantes”. Segundo esse autor: “A ideia de uma sociedade civilizada é um conceito microético que diz respeito às relações entre os indivíduos, enquanto que a ideia de uma sociedade decente é um conceito macroético vinculado à organização em seu conjunto.” Concordamos com esse autor que a justiça não deve ser o horizonte exclusivo de uma sociedade ou de um território, posto que a decência é *vis-à-vis* uma condição socioespacial irrenunciável.

O que está em jogo, além da injustiça de se viver em clima de guerra no dia a dia, é a usurpação da dignidade humana. Por conseguinte, esse tipo de guerra civil intrametropolitana é revelador do déficit ético no qual uma sociedade pode incorrer. A dignidade humana assim usurpada passa a alimentar uma vida socialmente indecente. Destarte, o déficit ético se concretiza como déficit de decência, entendendo-se por sociedade decente aquela na qual os atores sociais não passam por humilhações. Qual é a ordem territorial desejada? Ontologicamente, deveríamos considerar ordens como consideramos realidades de um território fractal, o território (re) situado conceitualmente no fractiverso de uma ontologia política.

Para citarmos Michel Maffesoli:

Se é verdade que o ‘território é o *topos* do mito’ (G. Durand), não é menos verdade que toda sociedade tem necessidade de um não lugar (*u-topos*), utopia que, curiosamente, lhe serve de fundamento. (...) A ordem estabelecida, qualquer que seja, só pode perdurar se alguma coisa ou alguém vem desestabilizá-la (...) (MAFFESOLI, 2001, p. 87).

Conclusão

Defendemos, convictamente, que essas realidades geográficas devem ser contempladas com reflexões comprometidas com o horizonte

de uma sociedade eticamente situada, conforme os esclarecimentos de Avishai Margalit acerca da imperiosa decência e de Iris Marion Young acerca da abjeta opressão. Destarte, fazemos confluír nossos esforços científicos no encaminhamento de uma geografia política atualizada e renovada que descortine a possibilidade de uma sociedade que habita um território legítimo, justo e decente. Pelo exposto, sumarizamos que nossa proposta trata de uma reflexão sobre a premência de uma justiça territorial alicerçada numa ontologia política.

Referências

BLASER, Mario. Ontological conflicts and the stories of peoples in spite of Europe toward a conversation on political ontology. *Current Anthropology*, vol. 4, n. 5, 2013, pp. 547-568.

GOUVEIA, Julianne. 75% da Maré desaprovam ocupação do Exército de 2014. *A Voz da Favela*, ano 7, junho de 2017.

LAW, John. What's wrong with a one-world world. *Heterogeneities.net*. Connecticut: Wesleyan University, 2011.

LÉVY, Jacques. *L'espace légitime*. Paris: PFNSP, 1994.

LIMA,IVALDO. Justiça territorial no Rio de Janeiro: dos espaços opressores ao lugar legítimo da favela. *Anais do XV Encuentro de Geógrafos de América Latina*, (EGAL). Havana: Universidad Nacional de La Havana, 2015.

_____. *Just city or decent society? Political discourses and spatial realities in Rio de Janeiro*. Paper apresentado no 7th Nordic Geographers Meeting. Estocolmo: Stockholm University, 2017.

MAFFESOLI, Michel. *Sobre o nomadismo*. Vagabundagens pós-modernas. São Paulo: Record, 2001.

MARGALIT, Avishai. *La sociedad decente*. Barcelona: Paidós, 2010.

MOL, Annemarie. Ontological politics. A word and some questions. In: Law, John; Hassard, John (Ed.). *Actor network theory and after*. Boston: Blackwell, 1999.

MOREIRA, Ruy. *Para onde vai o pensamento geográfico?* Por uma epistemologia crítica. São Paulo: Contexto, 2006

_____. *Pensar e ser em geografia*. São Paulo: Contexto, 2007.

_____. *A geografia do espaço-mundo*. Conflitos e superações no espaço o capital. Rio de Janeiro: Consequência, 2016.

RICOEUR, Paul. *Interpretação e ideologias*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1988.

SABBAG JR., Milton. O espaço opressor. In: Ab'Saber, A. (Org.). *Leituras indispensáveis*. São Paulo: Ateliê, 2008.

YOUNG, Iris. Five faces of oppression. *Journal of Political Philosophy*, 1988.

Favela é cidade: a emergência imagética da cidade periférica

ADAIR ROCHA¹

“Morte afeta imagem da cidade”, dizem especialistas após o assassinato da turista espanhola, cometido pela polícia do Rio de Janeiro, na favela da Rocinha (capa de O Globo, 23.10.17). “Tiroteio na Maré assusta motoristas nas Linhas Amarela e Vermelha”, ou “tiroteio na Rocinha assusta estudantes da PUC”, e ainda “tiroteio no Cantagalo assusta moradores de Copacabana” (citações de Ana Paula Lisboa, em 14.02.18, no Segundo Caderno de O Globo).

O “asfalto” seria a “Cidade Assustada”?

No entanto, o Sambódromo indica a “Cidade da Festa”, num dos grandes espetáculos da Terra, retrato do cerzimento favela/asfalto. E não é preciso muito esforço para se entender e participar da festa na cidade. É também o melhor momento para se entender que favela é cidade. Por que, apesar da crise, econômica e política, o carnaval acontece de forma criativa e protestante das razões da crise?! Do contrário, jamais haveria festa na favela. Ela é, ao mesmo tempo, o retrato constante da crise, que se torna razão para festa.

O Carnaval, portanto, sintetiza a festa e exhibe a favela como protagonista da cidade.

A explicitação desse debate na Avenida, significa, possivelmente, o novo reconhecimento político que ressignifique a cidade nas malhas de suas contradições, conflitos e potências, onde as pessoas que habitam os diferentes lugares e se encontram, diariamente, em sua construção, sejam tratadas, de fato, em sua acepção cidadã.

Beija-Flor, Paraíso do Tuiuti, Mangueira, Salgueiro, Portela, trataram diretamente a pluralidade e diversidade dessa questão.

Em última análise, disseram que violência e corrupção são sintomas de uma ferida político-social, econômica e cultural, de um

¹ Professor associado de Comunicação da PUC-Rio e UERJ, autor de *Cidade cerzida*

fenômeno estrutural chamado escravidão e desigualdade, também evidenciados na Sapucaí. E se esses últimos não forem eliminados ou atacados, de fato, os primeiros aumentam sempre.

Na verdade, a existência da favela está na origem do projeto urbano que é, por sua vez, sintoma do modelo de desigualdade que rege a sociedade.

Pode-se dizer que surge, há mais de cem anos, no Rio, no contexto da Revolução Industrial atrasada e da influência cultural ainda da escravidão que marca a passagem do Brasil rural para o urbano, na formação do “exército industrial de reserva”, para os polos industriais, especialmente, dos maiores centros urbanos, sobretudo a região sudeste.

E a cidade está assim formada. Dos seis milhões e quatrocentos mil habitantes do Rio de Janeiro, perto de dois milhões estão nas favelas, aguardando a “legalidade” que lhes garanta o mesmo acesso à cidade, não mais precarizada.

Voltando ao início, os tiroteios da cidade são, portanto, provocados pela disputa dessa força acampada no território da ilegalidade, onde está, aliás, o alibi de seu lucro, na agenda do proibido. Ou há outra razão armada?

No mais, samba, religião, política e futebol atravessando a avenida, a rua, a praça e o espetáculo.

A singularidade da cidade do Rio de Janeiro pode ser identificada com a imagem invertida do espelho (ROCHA, 2012), que tem como identidade a sua diversidade.

Assim, Leblon tem Vidigal, Cantagalo tem Ipanema, Copacabana tem Cabritos e tem Guararapes, com a Babilônia e o “Chapéu”, enquanto Borel, Formiga e Salgueiro formam o anel da Tijuca, e Gávea e São Conrado enquadram a Rocinha, que também expande seu território.

Situação modificada já nos anos setenta, com o fenômeno das remoções, como nos mostram Pilar e Quack em *Remoção*, documentário de 2105, quando Catacumba e Praia do Pinto deixam forçadamente a Lagoa Rodrigo de Freitas para as “soluções” dos Conjuntos Habitacionais da Cidade de Deus, o Cessarão em Santa Cruz e outros.

A proximidade favela/asfalto gera, sem dúvida, a intensidade

da tensão da cidade, que desafia, sobretudo, o desempenho de seus papéis institucionais, que precisam cuidar da postura diante das diferenças e das desigualdades.

Diante disso evidenciam-se algumas posturas contraditórias: de um lado, o reconhecimento e o respeito da diferença. De outro, as manifestações e práticas, cada vez mais preconceituosas de racismo, homofobia, machismo, bem como a quebra da liberdade e autonomia no campo religioso, de gênero e na desqualificação da política. Portanto, torna-se necessário, isso sim, o rompimento com a normalidade da desigualdade.

Isso gera impasses que a mídia de massas chama de “guerra”. Qual o modelo de Estado e de regime econômico entra em cena?

O alinhamento hegemônico hoje vai na direção da conformação do estado mínimo, que atribui ao mercado e ao poder econômico, portanto, o papel de consumo que privatiza o acesso da população às necessidades básicas de saúde, educação, moradia, transporte e cultura. Tem na privatização seu objetivo central. O que se contrapõe, naturalmente, ao modelo de Estado ampliado, que prioriza o acesso da população, especialmente a empobrecida, às políticas públicas básicas citadas.

O processo democrático é intrinsecamente inconcluso, onde cada conquista chama novas. Quanto ao Estado, pode-se falar da “incompletude” (SILVA, 2017), na medida em que não dá conta de suprir a necessidade da população empobrecida. Muitas vezes, comumente se diz, prioriza a repressão como forma de controle, e as políticas sociais sempre ficam incompletas, como no caso da implantação das Unidades de Polícia Pacificadora (UPPs).

A cidade do Rio de Janeiro e o seu entorno padecem da fragilidade da gestão territorial que define município, estado e união na mesma tendência de rompimento com as políticas públicas e conquistas, especialmente dos setores empobrecidos. Situe-se como um dos exemplos mais evidentes e gritantes o tratamento de desmonte que vem sendo dado à Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ) e ao Hospital Universitário Pedro Ernesto (HUPE), sem condições do seu exercício acadêmico pela falta de pagamento aos professores, funcionários e alunos bolsistas, bem como as verbas de pesquisa e de manutenção.

Entre os papéis institucionais, vou me deter em um deles, realizado na PUC-Rio, mais especificamente, no Projeto Comunicar, do Núcleo de Comunicação Comunitária.

Trata-se de um curso que se realiza nos últimos sete anos, e que coincide com a criação das UPPs: Cinema, Criação e Pensamento, dirigido especialmente para moradores das favelas. Iniciado com professores do Curso de Cinema da universidade, já há hoje a incorporação de ex-aluno como professor, como é o caso de Itamar Silva, morador do Morro Santa Marta, e que participou ativamente da primeira edição do curso.

Que cidade é essa que o cinema e os meios de comunicação vão mostrar? A contribuição a partir de cineastas, produtores, pensadores, no lugar da radicalidade chamada *favela*.

O caminho da Comunicação Comunitária

Tal núcleo ou projeto nasce em função das perguntas e questões que a favela e a periferia traziam para a universidade, ou que possibilitava a universalização dos encontros com a pesquisa e com a diversidade dos saberes, que, por sua vez, passam longe das mídias ditas de massa.

Assim, o Projeto Comunicar e seu núcleo de comunicação comunitária vão assessorando e co-criando formas de informação e comunicação que expressam o “local” em sua múltipla significação. Isto é, o resultado intenso e tenso das contradições econômicas, políticas e culturais do universo urbano, no *campus* representado, invertendo papéis de objetos submissos de produção de conhecimento e de mercado, para sujeitos que conquistam sua autonomia e independência. Aproxima-se do que Agamben afirma da Cidade de Deus e seus anticristos. Toda cidade é de Deus, inversão simbólica de sua afirmação e significação.

As duas e meia décadas recentes se caracterizam pelo fenômeno do acesso de setores das favelas e das periferias às universidades. Destacam-se no Rio de Janeiro duas importantes experiências: a política de cotas da UERJ, que recebe 49,5% de seus alunos das escolas públicas; a prática da PUC-Rio com o estabelecimento de convênios com os pré-vestibulares comunitários, da Baixada inicialmente, mas que rapidamente se espalhou para todo o Brasil. Isso vai inspirar

a criação de outra política pública: o Prouni, para o acesso às universidades particulares. Isso tem mudado a cara das universidades, com a tez muito mais parecida com a da cidade e com o país. O que muda significativamente o modo acadêmico e intelectual de ver e de atuar. Agora se pode falar da cidade desde ela mesma a partir de diferentes protagonistas.

Dito isso, é possível explicitar o que está em curso no Projeto Cinema, Criação e Pensamento, dirigido especialmente aos moradores de favela.

Qual é a imagem de cidade que as telas devem revelar. A partir do Santa Marta, do Chapéu Mangueira e da Babilônia e ainda da Rocinha, da Cidade de Deus e do Vidigal, acostando-se também no Alemão e suas favelas, bem como as da Maré. Uma série de documentários, ficções e espaços de produção vão sendo criados e fortalecidos, potencializando a cidade nas fraldas do seu infinito.

Pode-se dizer que, da mesma forma que as manifestações de 2013 no Brasil espelharam, entre outras novidades, o confronto dos noticiários das mídias de massa e seus métodos - grande parte das vezes, posicionados politicamente com o disfarce da neutralidade e da independência -, com a atuação da chamada “mídia ninja”, de dentro de cada movimento do evento, evidenciava, através de celulares e de pequenas câmeras, outra versão dos acontecimentos.

Assim, os próprios negros e empobrecidos, tendo à mão o poder ou a disposição da direção, do roteiro, da fotografia, enfim, poderão aproximar a imagem e sua leitura, cada vez mais, da realidade, cujo caos e contradição evidenciam a situação da cidade e da sociedade.

Poder-se-ia propor como exercício acadêmico a análise do que está em curso nas favelas e periferias, em termos de suas rotinas, cultura, sistema de trocas etc. Possivelmente haveria uma “disputa de imagens” a partir desses resultados que certamente confrontariam os discursos das mídias de massa.

Os ecos da liberdade e da escravidão

Alguns sintomas podem ser verificados, a olho nu, do efeito de políticas públicas existentes em favelas e em expressões marginais da cidade, particularmente com a presença do Programa Cultura

Viva ou os Pontos de Cultura, criado pelo Ministério da Cultura, em 2005, no governo Lula, com Gilberto Gil, e posteriormente, com algumas parcerias locais, tanto em âmbito estadual como municipal, como se deu na capital do Rio, por exemplo.

Inicialmente, como assessor do ministro Gil, pude participar da criação do programa e, posteriormente, como chefe da Representação do MinC, no Rio e no Espírito Santo, cuidei da efetivação dos convênios, na consolidação da gestão territorial.

Partindo do pressuposto de que quem faz cultura é a população, em sua expressão diversa, plural, étnica, religiosa, política, de classe e em todo ar, o papel do Estado e dos governos, portanto, é o de proporcionar e garantir as possibilidades de acesso aos que têm direito e à potencialidade emergente das sociedades urbanas, mas também do campo ou da “roça”.

Nessa condição, pude acompanhar a evolução e a mudança que o acesso possibilita. Apenas citando alguns exemplos, o bloco carnavalesco do “Loucura Suburbana”, que se organiza a partir do Hospital Nise da Silveira, que trabalha a experiência da “loucura fora dos muros dos manicômios”, mostrou uma diferença considerável, por exemplo, na qualidade das letras dos sambas concorrentes aos desfiles do bloco pelas ruas do Engenho de Dentro. Diferença notada pelos componentes do júri nas escolhas dos sambas do “Loucura”, do qual faço parte, desde bem antes da transformação em Ponto de Cultura; assim como Noca da Portela; Luis Carlos Magalhães (atual presidente da Escola de Samba Portela); Marisa, filha de Zé Kétti, e outros(as) que acompanhamos a eficácia das oficinas que os Pontos proporcionaram.

Pode-se dizer o mesmo dos Pontos ligados ao jongo, da Serriinha aos demais, cujas exigências de qualificação levaram à criação do Pontão de Cultura, parceria do Centro de Estudos Sociais da UFF com o IPHAN.

Também as Folias de Reis adquirem novo ar de existência e criação, como diria Deleuze. As Folias, de fato, são pontos seculares de cultura e que, na maioria das vezes, não sobrevive à concorrência urbana, do trabalho e do consumo de cultura descartável, vendidos pela lógica do espetáculo.

A existência dos Pontos de Cultura como política pública vo-

cacionada para o fortalecimento da diversidade cultural, que identifica favelas e periferias, chega também à zona rural e se inclui na perspectiva da redistribuição de renda e de equipamentos. Sua realização só se torna possível, como dito anteriormente, dentro de um modelo de Estado ampliado. Pode se dizer que a criação e a produção na área de cultura interferem na perspectiva política e cidadã dos processos de natureza democrática.

Saliente-se aqui que a experiência inédita na formação acadêmica do audiovisual para moradores de favela, descrita antes, torna-se também um Ponto de Cultura, exatamente em homenagem a um dos “padrinhos originários” e inspirador desse projeto: o já saudoso cineasta e mestre documentarista Eduardo Coutinho, que participou de longa conversa com os componentes de Cinema, Criação e Pensamento poucos dias antes de sua trágica morte.

O debate em torno do acesso e da autonomia e independência da palavra e da imagem reviram a significação da cidade. Assim, a potência e a fragilidade da cidade estão em todo seu território.

Portanto, o cuidado com essa interação palavra/imagem é estratégia política nesse tempo de destruição arquitetada pela naturalização das formas de dominação com apoio e projeto das mídias de massa.

Referências

AGAMBEN, Giorgio. *Infância e história: destruição da experiência e origem da história*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2005.

CARVALHO, Cynthia Paes de (Org.). *Favelas e organizações comunitárias*. Petrópolis: Ed. Vozes, 1994.

DELEUZE, Gilles. *Conversações*. São Paulo: Editora Escuta, 2002.

ROCHA, Adair. *Cidade cerzida: a costura da cidadania no Morro Santa Marta*. Rio de Janeiro: Ed. Puc-Rio, Pallas, 2012.

SILVA, Jailson de Souza e; BARBOSA, Jorge Luiz; FAUSTINI, Marcus Vinicius. *O novo carioca*. Rio de Janeiro: Mórula Editora, 2012.

*Programa de Urbanização de Favelas
em Osasco – SP (2005-2016)
Ajustes da política pública para atuação
frente à crise*

PROF.^a DR.^a VIVIANE MANZIONE RUBIO¹
PROF.^a DR.^a ANGÉLICA TANUS BENATTI ALVIM²

Introdução

O cumprimento da função social da propriedade preconizado pela Constituição Federal brasileira de 1988, também pode ser aplicado às favelas, uma vez que a irregularidade e a precariedade do território ocupado desequilibram o uso do solo e da infraestrutura urbana, sem retorno de recursos para a cidade, que poderiam ser investidos na manutenção e na implantação de novos projetos.

Com a promulgação do Estatuto da Cidade em 2001, novos instrumentos para a regulação do uso e ocupação do solo foram apresentados, que possibilitaram a formatação de demais outros, como os programas de urbanização de favelas, instrumentos que garantem o cumprimento da função social da propriedade, uma vez que proporcionam o reequilíbrio do uso e da ocupação do solo, dotando-o de infraestrutura, bens e serviços públicos, reconhecendo e possibilitando a consolidação do lugar de moradia da população pobre, inserindo-a inclusive na agenda de planejamento e assim promovendo o direito à cidade.

Esse programa possui um conjunto complexo de relações,

¹ Mestre e doutora (Universidade Presbiteriana Mackenzie – FAU/UPM, 2011; 2017); professora do curso de graduação da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie.

² Mestre e doutora em Arquitetura e Urbanismo (Universidade de São Paulo – FAU/USP, 1996; 2003); professora adjunta da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo da Universidade Presbiteriana Mackenzie, onde hoje é diretora.

ações e documentos que necessitam ser identificadas, realizadas e elaborados, respectivamente, para que todos os objetivos – como a regularização urbanística, ambiental e fundiária dos assentamentos precários – sejam alcançados.

A urbanização integral considera a implantação da infraestrutura de saneamento ambiental, como as redes de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, dispositivos de contenção de encostas, a construção de unidades habitacionais para o reassentamento das famílias removidas para a execução das obras, bem como a construção de equipamentos públicos de educação, saúde e esportes, inclusive a implantação de áreas verdes e permeáveis de acordo com a especificidade de cada área objeto da intervenção, bem como a oficialização dos endereços e a implementação do plano de regularização fundiária.

No Brasil a favela é identificada na história do país desde o final do século XIX, cuja origem pode estar relacionada com os modelos de urbanização implantados nas cidades ao longo dos últimos dois séculos, que foram responsáveis pela fragmentação do tecido urbano e da precariedade, bem como as principais carências urbanas que caracterizam essa tipologia de ocupação do solo (RUBIO, 2017).

Ainda segundo a autora, a ocupação precária do solo é encontrada ao redor do mundo com diferentes formas e denominações.³ Em cada país, as especificidades da ocupação, das tradições e cultura de seu povo trazem informações e obrigam a construção de um olhar mais atento e cuidadoso para as diferenças étnicas e culturais na elaboração de programas e na realização de ações sobre estes territórios, sem generalizar e definir uma única forma de atuação.

Aliam-se a essas considerações as mudanças no panorama observadas a partir de 2008 ao redor do mundo, dadas não só pela crise econômica que produziu um movimento da população dentro e fora dos países, mas também pelos novos conflitos ocorridos, espalhando uma horda de refugiados que chegaram e ainda permanecem sem moradia e tão pouco trabalho em diversos lugares, inclusive no Brasil.

No Brasil, a crise econômica lança 14 milhões de desemprega-

³ Em Lisboa, os bairros de lata; em Maputo, os *slums*; os tugúrios em Medellín, e os *Musseques* em Luanda, dentre outros.

dos na luta pelo trabalho e, conseqüentemente, pela moradia. No Rio de Janeiro já se observa um contingente de pessoas em situação de rua, uma vez que não conseguem mais pagar os aluguéis nem mesmo nas favelas.

Osasco, até 1962 distrito industrial de São Paulo, dependia da capital paulista para o atendimento por todos os serviços públicos. Apesar da arrecadação de impostos de grande monta, uma vez que grandes empresas do setor industrial haviam instalado ali suas sedes, o atendimento por infraestrutura era precário, tendo como um dos exemplos da desigualdade de investimentos nos distritos da cidade de São Paulo, o sistema de iluminação pública de Osasco, implantado pela SÃO PAULO TRAMWAY, LIGHT AND POWER COMPANY em 1923, que continuava o mesmo na década de 1950 (WERNER, 1981 in RUBIO, 2017).

Durante a década de 1950, Osasco se desenvolveu como centro industrial, tornando-se, com a emancipação, a quarta cidade do estado. No entanto, como distrito de São Paulo, cresceu territorialmente de modo desordenado, uma vez que o planejamento, a fiscalização e os investimentos tinham como prioridade os bairros mais próximos do centro da capital (RUBIO, 2017).

Após um processo político conturbado, a cidade se emancipou em 1962, e até o ano de 2016 teve (09) nove prefeitos, dos quais (04) quatro tiveram dois mandatos e um deles não completou a gestão.⁴ Em sua maioria as gestões que seguiram até o ano de 2005 atuaram de modo inadequado do ponto de vista do planejamento urbano, não acompanhando a velocidade da ocupação do território, que, a partir de década de 1970, passa a ser alternativa de moradia para os operários das indústrias, tanto daquelas localizadas na cidade quanto daquelas instaladas na Região Metropolitana de São Paulo (RUBIO, 2017).

O ano de 2005 se estabeleceu como marco no desenvolvimento urbano e social da cidade de Osasco, uma vez que a prefeitura

⁴ Hirant Sanazar (1962-1964), Antônio Guaçu Dinaer Piteri (1967-1970; 1977-1982), José Liberatti (1970-1973), Francisco Rossi (1973-1977; 1989-1992), Humberto Parro (1983-1988) e Celso Giglio (1993-1996; 2000-2004), Silas Bortolosso (1997-2000), Emídio de Souza, (2005-2008; 2009-2012), e Antônio Jorge Lapas (2013-2016) que disputou o segundo mandato em 2016.

elaborou e implementou as políticas públicas de desenvolvimento urbano e habitacional, e direcionou investimentos para vários setores da cidade, com ênfase para a regularização física e fundiária dos assentamentos precários encontrados na cidade.⁵

O Programa Bairro Novo em Osasco: uma política pública integrada

Na década de 2000, a cidade de Osasco se desenvolvia economicamente de um lado, e de outro, assentamentos precários cresciam em número e em precariedade, abrigando a população de baixa renda, onde ampliavam-se os problemas de ordem social, urbanística e ambiental.

O panorama da ocupação do território da cidade que se apresentava naquele momento era reflexo inclusive da inepta atuação do poder público municipal. Se observada a legislação aprovada nesse período, o poder público incentivava, inclusive, a ocupação de áreas públicas, parcelando e doando lotes para organizações sociais e para o assentamento de famílias. No que diz respeito aos assentamentos precários, por quase uma década (1994-2004), as ações se concentraram basicamente na implantação parcial e precária da infraestrutura de saneamento ambiental, para atender tanto as áreas irregulares quanto aos loteamentos sociais implantados pelo poder público.

Levantamentos da Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHDU) em 2005 indicaram que a cidade possuía cerca de 170⁶ assentamentos precários, nos quais viviam aproximadamente 200 mil habitantes em 45 mil domicílios, repre-

⁵ Em 2007 o Ministério das Cidades estabeleceu critérios para a definição das tipologias das ocupações precárias no Brasil, denominando-as de Assentamentos Precários de modo geral (RUBIO, 2017).

⁶ É importante informar que havia uma diferença na contagem de assentamentos precários mesmo dentro da SEHDU, onde a Coordenação de Regularização Fundiária levantara o número de 158 e o DHIS e o DPO afirmavam a existência de 170 com 45 mil domicílios, sendo este o número utilizado tanto para o planejamento quanto para as publicações, pois era o identificado na documentação da gestão do prefeito Celso Giglio em 2004. Esse número só seria retificado em 2012 quando da elaboração do PLHIS, publicado em 2012 (RUBIO, 2017).

sentando, naquela ocasião, 32,5 % do total da população do município, ou seja, reforçando que a inadequação habitacional era um dos assuntos que demandavam maior atenção, bem como ações do poder público em diversos níveis.

Os níveis de consolidação da precariedade eram bastante diversos na cidade, o que demandava um olhar igualmente diverso e abrangente (CONSORCIO HAGAPLAN/GERIS, 2015. IN: RUBIO, 2017).

O prefeito Emídio Pereira de Souza (2005-2008; 2009-2012) e sua equipe, quando assumiram em 2005 a administração da cidade, reconheceram o contraste incômodo que a cidade apresentava, onde uma das prioridades era atender às carências relativas ao setor habitacional.

Nesse contexto, a Prefeitura Municipal de Osasco (PMO) estabeleceu princípios para nortear a implementação da política municipal de habitação e de desenvolvimento urbano, a saber:

- a intervenção no processo de uso, ocupação e valorização do solo para garantir o acesso democrático à cidade e evitar a exclusão social;
- o reconhecimento à moradia digna como direito social;
- a participação da sociedade civil na definição, gestão e controle da política habitacional e urbana;
- a articulação da política de habitação com as políticas urbanas e sociais, considerando a qualidade de moradia (infraestrutura, equipamentos sociais e serviços coletivos);
- a oferta de programas e projetos habitacionais condizentes com as diferentes realidades socioeconômicas da demanda;
- o respeito ao meio ambiente, e
- ações de inclusão social e fortalecimento do patrimônio social da comunidade (SEH DU, 2012).

As diretrizes decorrentes dos princípios estabelecidos pela SEH DU para a implementação da Política Municipal de Habitação (PMH) e seus programas correlatos são:

- garantir a permanência das famílias nas áreas ocupadas sempre que isto não implicar em risco de vida para os moradores e o comprometimento do meio ambiente;

- promover a erradicação da ocupação das áreas de risco ocupadas;
- viabilizar a aplicação de subsídios para o acesso à moradia à população de baixa renda; • promover a produção de unidades habitacionais com recursos próprios e o incentivo à formação de cooperativas e mutirões;
- promover parcerias com a iniciativa privada;
- estabelecer acordos com outros órgãos públicos municipais, estaduais e federais;
- promover a urbanização de favelas e sua inserção na malha urbana e de serviços;
- estabelecer o processo de gestão democrática nas áreas de intervenção, participação de representantes da população (SEH DU, 2012).

Em Osasco, entre os anos de 2005 e 2016, a PMO elaborou e implementou a Política Municipal de Habitação (PMH), na qual estavam incluídas as ações para a regularização urbanística e fundiária de assentamentos precários identificados na cidade, com ações de forma integrada e organizadas dentro do **Programa Bairro Novo**. Naquele momento o grande desafio que se apresentava para a gestão municipal era tratar a precariedade do setor habitacional, que estabelecia um grande contraste com a centralidade principal da cidade.

Uma das metas da política a ser perseguida pela SEH DU era a inclusão dos assentamentos precários no território formal da cidade. Com o lançamento do Programa Bairro Novo a SEH DU definiu (04) quatro eixos, traduzidos em subprogramas para a atuação frente à problemática habitacional na cidade, a saber:

Programa de Urbanização Integral de Favelas;
Programa de Urbanização Gradual de Favelas;
Programa de Provisão Habitacional, e
Programa de Regularização Fundiária (RUBIO, 2017).

Estes quatro subprogramas atuavam independentemente uns dos outros, mas poderiam ser aplicados concomitantemente em um mesmo assentamento. Além disso, para a aplicação dos subprogramas deveria ser observada a condição do assentamento quanto a sua relação com a cidade formal.

O Programa de Urbanização Integral foi implementado em assentamentos com alto nível de precariedade, em diversos aspectos, seja na infraestrutura urbana, bem como nas condições de implantação e construtivas das moradias.

O Programa de Urbanização Gradual se aplicava a assentamentos onde a regularização fundiária estava condicionada à implantação parcial de infraestrutura urbana, além da oficialização das vias de acesso e, conseqüentemente, os endereços respectivos.

Esse programa poderia ser associado ao Programa de Urbanização Integral para a complementação de serviços para a implantação de infraestrutura específicos ou de maior complexidade, que não puderam ser concluídos por dificuldades diversas, sejam técnicas e/ou financeiras.

O Programa de Provisão Habitacional promovia a produção de unidades habitacionais novas para atender o déficit habitacional na cidade, podendo ser aplicado dentro do Programa de Urbanização Integral, bem como na Urbanização Gradual.

Na Urbanização Integral a produção de unidades habitacionais se dava quando da necessidade de remoção de moradias para a implantação das intervenções. Na Urbanização Gradual a produção de unidades habitacionais novas atendia a moradias identificadas com alto nível de precariedade, instaladas em lote urbanizado do conjunto da área beneficiada, sendo então construído um embrião.⁷

O Programa de Regularização Fundiária era direcionado à regularização dos loteamentos irregulares e informais identificados na cidade, devendo ser aplicado de modo proporcional junto aos demais programas, uma vez que, no processo de urbanização, a regularização era considerada a atividade fim. Esse programa foi aplicado dentro do Programa de Urbanização Integral.

Dessa forma, pode se inferir que os programas definidos dentro do Programa Bairro Novo eram complementares e determinados ao atendimento dos assentamentos precários conforme a dimensão da

⁷ Em Osasco, o embrião é uma unidade habitacional com 24 m² de área, aproximadamente, que possui um dormitório, sala/cozinha e um banheiro. O embrião tem projeto específico para o lote onde será implantado, podendo o morador ampliar a construção em até (01) um pavimento. Essa tipologia foi usada inclusive para a reocupação de lotes remanescentes nas áreas beneficiadas pelo Programa de Urbanização Integral.

área e do nível de precariedade encontrado, tanto do ponto de vista urbano quanto fundiário (RUBIO, 2017).

Para a implementação de cada um dos subprogramas do Bairro Novo foram utilizados instrumentos urbanísticos previstos no Estatuto da Cidade e na legislação municipal de Osasco. Segundo Rubio (2017), os instrumentos urbanísticos são a base legal para a implantação das políticas, dos planos e projetos desenvolvidos e para a legitimação das ações realizadas em cada uma das áreas atendidas em Osasco.

Além disso, em Osasco a implementação dos subprogramas estava apoiada no conceito da gestão democrática, portanto, a SEH-DU, por meio de sua equipe de trabalho social, organizou e implementou o acompanhamento social de todo o processo, desde a identificação das lideranças, da capacitação para a organização comunitária e o acompanhamento de toda a população beneficiada nos assentamentos beneficiados durante o processo de implementação do programa.

O Programa de Urbanização Integral de Favelas em Osasco

Esse programa tinha como prioridade a melhoria de aspectos físicos, socioambientais e econômicos, e como objetivo final a integração das favelas à cidade formal. Cabe mais uma vez ressaltar que a construção e aplicação da política habitacional de Osasco considerou a utilização dos instrumentos preconizados na CF de 1988 e demais outros regulamentados pelo Estatuto da Cidade em 2001, especialmente para os assentamentos precários da cidade em seus diversos níveis de complexidade e de precariedade.

Com a pesquisa do período entre os anos de 2005 e 2016⁸, pode-se verificar a complexidade dos desafios na configuração do

⁸ Cabe informar ao leitor que a pesquisa desenvolvida para a obtenção do doutoramento fecha um ciclo ao final de 2016, no encerramento da gestão de Jorge Lapas. Em 2017, com a nova gestão municipal, o Programa Bairro Novo naturalmente sofrerá modificações, das condições de investimento federal em assentamentos precários não fazerem parte das prioridades de governo, fato que traz muita inquietação à autora, que inclusive não faz mais parte da equipe técnica do DPO e não mais poderá contribuir diretamente para os ajustes no programa.

programa, da aplicação dos instrumentos e da atuação dos agentes, bem como os resultados, avanços e descompasso ainda encontrados nesse campo.

Em Osasco, a atuação do poder público municipal, que em três gestões consecutivas reestruturou, modernizou a administração e implementou a PMH, possibilitou de maneira ampla o enfrentamento da precariedade, dentro do complexo contexto físico, fundiário e social dos assentamentos encontrados na cidade.

Os dados levantados pelo Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), (SEH DU, 2012b) confirmam esse panorama, pois aos 170 assentamentos identificados foram acrescidos aproximadamente 23%, totalizando 210 em 2012. Dentre esses, figuram favelas, algumas muito densas, loteamentos irregulares e conjuntos habitacionais não registrados. Das 166 favelas apresentadas na Tabela 1, 13 estão instaladas à beira de cursos d'água, sendo uma delas a ocupação das margens do Braço Morto do Rio Tietê, no Jardim Rochdale.

Tabela 1: Tipologias de assentamentos precários em Osasco.

ASSENTAMENTOS PRECÁRIOS POR TIPO SEGUNDO AS REGIÕES					
Região	Favelas	Loteamentos irregulares	Conjuntos habitacionais	Total	%
Zona norte	86	9	9	104	49,5
Zona sul	80	17	9	106	50,5
Total	166	26	18	210	100

Fonte: PLHIS (SEH DU, 2012).

Verifica-se, no entanto, que apesar do número de assentamentos ter aumentado, em aproximadamente 10 anos o número de domicílios neles instalados se mantém o mesmo. Os mesmos 45 mil domicílios instalados nos 210 assentamentos levantados no PLHIS em 2012, já haviam sido estimados pela SEH DU em 2005, mas em 170 existentes, segundo o DHIS da SEH DU.

A diferença entre o número de assentamentos estimados em 2005 e em 2012 parece estar relacionado às metodologias utilizadas para o levantamento e a totalização dos dados nos dois períodos. Melhor dizendo, em 2005 os dados da SEH DU baseavam-se em uma delimitação imprecisa e no arrolamento das famílias realizado até

2004, bem como em informações levantadas junto à população moradora.

As favelas em Osasco, são os assentamentos precários que possuem o maior índice de precariedade, bem como uma maior densidade habitacional, sendo destacadas as inúmeras situações de risco e as especificidades quanto à situação fundiária (SEHDU, 2012b). Durante a elaboração do PLHIS, a SEHDU, com a colaboração da DEMACAMP definiu que, para a atuação nos assentamentos, seria necessária a identificação do nível de consolidação, melhor dizendo, sobre a viabilidade de consolidação ou não. Uma vez definido o nível de consolidação de cada assentamento, seria possível estabelecer a prioridade de atendimento pelos programas municipais. Para tanto, foram estabelecidos critérios para identificar o nível de consolidação dos assentamentos, considerando que os assentamentos:

Consolidados:

São assentamentos que já estão integrados urbanisticamente e dotados de infraestrutura básica, onde não são necessárias intervenções físicas que alterem sua morfologia (reparcelamento de lotes, redefinição do sistema viário), assim como a execução de obras de infraestrutura básica. Os assentamentos podem, porém, não estarem regularizados e sua população pode apresentar demandas específicas por programas de pós-ocupação, sociais e equipamentos e serviços públicos.

Consolidáveis:

O núcleo consolidável é aquele que apresenta condições favoráveis de recuperação urbanística, ambiental e de reordenamento urbano (abertura ou readequação do sistema viário, implantação de infraestrutura básica, regularização urbanística parcelamento do solo) com ou sem necessidade de remoção (reassentamento) de parte das famílias moradoras.

A remoção pode ser necessária para eliminar situações de risco, promover o desadensamento, para a execução de intervenções urbanas, ou ainda, em função de restrições legais a ocupação de determinado trecho, e

Não-Consolidáveis:

Aquele que não apresenta condições de recuperação urbanística, ambiental ou de reordenamento urbano. Trata-se de núcleos

comprometidos por situações de risco e insalubridade não solucionáveis, como, por exemplo, os que se localizam sob o aterro sanitário, oleoduto, viário estrutural da cidade, áreas de risco, de preservação ambiental e *non aedificandi*. Os núcleos 'não consolidáveis' serão objetos de intervenção do tipo remoção e reassentamento em novas áreas (SEH DU, 2012b).

Entre os anos de 2006 e 2015, das 86 favelas da zona norte, três (Colinas D'Oeste, Portais e Morro do Sabão) foram objeto de intervenção do Programa de Urbanização Integral de Favelas; e das 80 da zona sul, duas (Jardim Vicentina e BK-Jardim Veloso) foram atendidas com obras financiadas pelo PAC em sua primeira etapa.

Identifica-se após esse período a descaracterização, o adensamento e a ampliação da ocupação em áreas inadequadas à urbanização. O grande desafio dentro do processo de urbanização integral é evitar a descaracterização das áreas readequadas e a ocupação de Áreas de Proteção Permanente (APP), o que denota a necessidade de fiscalização e monitoramento constantes dos órgãos da municipalidade, como a Secretaria de Controle Urbano (SECONTRU).

Com a crise econômica que se instalou no país nos últimos anos, a aplicação de recursos tanto municipais e federais foram reduzidos e, com isso, a ampliação e a precarização do território das favelas no Brasil, inclusive as urbanizadas, se intensificou.

Avaliação de políticas públicas

O objetivo principal da avaliação de políticas é melhorar sua formulação e aplicação, sendo essa uma tarefa árdua e complexa, uma vez que elas incorporam as mudanças nas políticas graduais e desconexas que podem, inclusive, ampliar a problemática.

Grandes mudanças e a descontinuidade na aplicação e na atuação frente à precariedade resultam de conflitos que são exógenos ao processo de elaboração de políticas e cuja influência é relativamente marginal às análises conduzidas no processo.

A avaliação de políticas multidisciplinares é importante, uma vez que podem se tornar importantes instrumentos para a melhoria da formulação e aplicação destas (DUNN, 2007, tradução RUBIO 2017).

Cabe aqui uma consideração importante: se a crise econômica e política se instala e dificulta a formatação e a aplicação das políticas – uma vez que dependem dos recursos que ora apresentam-se escassos – o que se deve fazer é modificar o formato e os limites da atuação frente à precariedade, trazendo a população para dentro do processo de modo mais efetivo.

Algumas recomendações se fazem necessárias para ajustes no processo de implementação e nas ações do Programa de Urbanização Integral de Favelas em Osasco, sendo resultado da análise dos dados, acrescida da observação empírica de Rubio (2017) no acompanhamento das ações do programa.

O principal desafio é a erradicação das condições de precariedade, insalubridade e de risco encontradas nas favelas. Mas não se deve esquecer que avanços foram alcançados na implementação do programa, o enfrentamento efetivo do problema, com a identificação das condições da área, da população moradora e suas demandas, bem como a elaboração do projeto e a execução das obras, com o devido respeito às preexistências e à manutenção da maior parte das famílias na área.

Os descompassos observados foram a ausência de investigação mais aprofundada das condições reais da favela em fase anterior ao projeto, dificultando a definição dos limites da intervenção, além dos prazos reduzidos que a PMO definiu para a elaboração dos projetos e respectivos orçamentos para a realização da concorrência pública para a contratação das obras, o que não permitiu que fossem reavaliados e realinhados os custos com os projetos e com os limites da intervenção.

Além disso, os prazos entre a elaboração do plano de regularização e sua efetiva implementação não menores que 36 meses, dificultando a regularização edilícia e a implementação da cobrança do IPTU, que seria usado para a manutenção da urbanização conquistada, propiciando inclusive a apropriação indevida dos espaços públicos e a alteração das unidades, com a possível precarização das moradias.

Considerações finais

Se existe uma dificuldade dada pela crise econômica que ampliou o número de famílias de baixa renda e, além disso, reduziu o investimento bem como enfraqueceu a atuação frente à precariedade, é necessário aproveitar esse tempo de desaceleração nas ações para aprofundar o conhecimento sobre a ocupação irregular do território da cidade, de modo a identificar novas formas de atuação. De certo, é preciso diminuir a necessidade de investimentos financeiros vultosos e modificar as linhas de atuação.

Acrescenta-se a essa discussão os argumentos trazidos por Queiroz Filho (2015) sobre a necessidade de aprofundar a conceitualização teórica sobre os assentamentos precários, de modo a corrigir possíveis distorções trazidas pela metodologia utilizada tanto pelo IBGE (2010) quanto pelo MCidades (2007) para o levantamento do número de ocupações precárias no Brasil, que podem causar inclusive seu subdimensionamento.

Para finalizar, apresenta-se como a principal recomendação o conhecimento aprofundado das especificidades físicas, sociais e fundiárias dos assentamentos, bem como as dimensões da intervenção, estabelecendo limites factíveis para a aplicação dos recursos, com a inserção da população no processo tanto de obtenção dos benefícios quanto na atuação para a manutenção das intervenções. Desse modo, a integração física e social pode ser alcançada de modo efetivo e a situação de descontrole posterior à implantação dos projetos, minimizada.

Referências bibliográficas

CONDE, Luiz Paulo; MAGALHÃES, Sérgio Ferraz. **Favela Bairro**: outra história da cidade do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: ViverCidades, 2004.

CONSORCIO HAGAPLAN/GERIS. **Proposta Técnica de Prestação de Serviços Técnicos Especializados de Gerenciamento e Assessoria na Execução dos Planos de Regularização Fundiária, Implantação dos Planos de Trabalho Social, Acompanhamento, Elaboração de Projetos e Fiscalização de Obras no Âmbito dos Programas e Empreendimentos da Secretaria de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEH DU), de acordo com o objeto do RDC Presencial nº 004/2016**. Osasco: CONSORCIO HAGAPLAN/GERIS, 2015

DUNN, Willian N. **Public Policy Analysis. An Introduction**. 4ª edição. New Jersey: Pearson Education Ltd.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). **CENSO, 2010.**

MINISTÉRIO DAS CIDADES (MCidades). **Assentamentos precários no Brasil urbano.** Brasília: Secretaria Nacional de Habitação / MCidades / Centro de Estudos da Metrópole - CEBRAP, 2007. Disponível em: www.fflch.usp.br/centrodametropole/antigo/v1/mc/assets/pdfs/assentamentos_web.pdf

QUEIROZ FILHO, Alfredo Pereira de. As definições de assentamentos precários e favelas e suas implicações nos dados populacionais: abordagem da análise de conteúdo. Artigo. **Revista Brasileira de Gestão Urbana** (Brazilian Journal of Urban Management), 2015 set./dez., 7(3), 340-353.

Secretaria Municipal de Habitação e Desenvolvimento Urbano (SEHDU). **SEHDU, 2009-2012. Realizações Perspectivas 2. Uma cidade cada dia melhor.** Osasco: PMO/SEHDU, 2012.

_____. **Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS).** Osasco: SEHDU / PMO, 2012b.

SOUZA, Celina. **Políticas Públicas:** uma revisão da literatura. Porto Alegre: Sociologias, ano 8, nº 16, jul/dez 2006, p. 20-45. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/soc/n16/a03n16>

RUBIO, Viviane Manzione. **Programa de Urbanização e os desafios para a integração da favela á cidade.** Avanços e descompassos de uma política pública em Osasco/SP (2005-2016). Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) – Universidade Presbiteriana Mackenzie, São Paulo, 2017.

WERNER, Helena Pignatari. **Raízes do movimento operário em Osasco.** São Paulo: Cortez Editora, 1981.

A formação e as transformações da metrópole: o Jardim Ângela, zona sul de São Paulo, SP

AFONSO C. CASTRO¹
IVANA AP. BEDENDO²
ANGÉLICA A. BENATTI³

Introdução

Esse artigo aborda questões da formação e da transformação do território metropolitano na cidade de São Paulo a partir de uma leitura das pressões demográficas associada ao processo de espraiamento da mancha urbana, feitas no contexto de pesquisa acadêmica. Considera como princípio indutor a mobilidade e a acessibilidade urbanas e analisa, na região do Jardim Ângela, zona sul de São Paulo – região selecionada pelo projeto de pesquisa promovido pelo Institut pour la Ville em Mouvement (IVM) e a Universidade Presbiteriana Mackenzie através da Faculdade de Arquitetura e Urbanismo (FAUMACK) – como a implantação de complexos sistemas de infraestrutura de transporte coletivo em áreas de urbanização precária não possui força suficiente para concluir a tarefa de inserir essas periferias metropolitanas nas dinâmicas urbanas da cidade moderna e rica, persistindo o processo da “modernização precária” conforme exposto por Meyer (2004).

A metropolização e a periferização

Determinado historicamente pelo vigor de sua economia – a partir de meados do século XIX com a produção cafeeira e nos primórdios do século XX pela industrialização – e a consequente

¹ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

² Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

³ Faculdade de Arquitetura e Urbanismo. Faculdade de Arquitetura e Urbanismo.

atratividade exercida, a população da cidade de São Paulo cresceu em surtos demográficos ao longo dos dois últimos séculos. Esse crescimento ocorreu por fluxos migratórios e imigratórios e tiveram como ápices o período pré-republicano brasileiro, logo após o advento da abolição do trabalho escravo em fins do século XIX, e ao longo das décadas até meados do século XX quando São Paulo consolidou o papel de cidade industrial, percebendo altíssimos padrões de crescimento demográfico (Figura 1). O fenômeno da interiorização das indústrias se inicia a partir dos anos 1960, com a transferência dos grandes parques industriais para municípios vizinhos situados a sudeste de São Paulo, na região do ABC Paulista⁴, assim como para cidades próximas situadas ao longo das linhas férreas e de grandes eixos rodoviários. Esse fenômeno instala ao mesmo tempo um padrão de urbanização e novas dinâmicas quanto às formas de se viver e se deslocar na região com características metropolitanas.

Figura 1 - Evolução demográfica de São Paulo – 1554-2010

Anos	População	TGCA (%)
1554	100	1,57
1580	150	2,70
1765	20.873	0,40
1803	24.311	-0,31
1836	21.933	1,00
1872	31.385	4,12
1890	64.934	13,96
1900	239.820	4,51
1920	579.033	4,23
1940	1.326.261	5,18
1950	2.198.096	5,58
1960	3.781.446	4,59
1970	5.924.615	3,67
1980	8.493.226	1,16
1991	9.646.185	0,88
2000	10.434.252	0,51
2010	11.253.503	0,76

Fonte: Emplasa - Por dentro da RMSP (modificado pelos autores).

⁴ Santo André, São Bernardo do Campo, São Caetano e Diadema.

A esse crescimento populacional correspondeu uma expansão de seu território, concentrado em dois extremos – com o adensamento das áreas centrais e a expansão física de sua periferia – e em parte orientado por ações de políticas públicas de gestão do solo urbano e de planejamento, como também à margem desses mecanismos de controle. Segundo Meyer (2004), ao analisarmos as transformações pelas quais passa a metrópole paulista, podemos identificar dois padrões de ocupação do solo urbano em São Paulo: um padrão que por suas características é pelos autores chamado de “modernizado”, em contrapartida a outro chamado de “precário”, que, todavia, convivem de forma conflituosa dentro de permanente “processo de reestruturação urbana”. Essas transformações são perceptíveis através da análise de dados concretos, mas, sobretudo, na vida cotidiana de seus moradores.

[...] o penoso deslocamento diário dos que moram longe do trabalho ou da escola; a presença diária de estudantes e trabalhadores atendendo a compromissos em todos os quadrantes da metrópole: (...) as avenidas que pelas mesmas razões são equipadas a assumir o papel das rodovias: os gigantescos emaranhados de alças viárias e túneis onde o pedestre não encontra nenhum amparo físico: enfim tudo remete a novas formas de ocupar e de se deslocar na dimensão social, espacial e temporal do território metropolitano (MEYER et al, 2004, p. 10).

Por outro lado a ampliação de favelas e cortiços, a degradação ambiental decorrente das ocupações de áreas protegidas de mananciais, a acumulação de lixo e detritos nas ruas de áreas centrais onde vemos “pequenas multidões aguardando, sob sol e chuva, o parco e irregular transporte público” testemunham “a permanência de formas de se ocupar e locomover” precárias que coexistem com o modelo modernizador das grandes obras viárias de transporte que tantos impactos e transformações causam no território urbano.

Porém, ainda que novas configurações espaciais sejam implantadas, mesmo em bairros periféricos onde prevalecem as características de um processo de urbanização precária, o que

observamos é que a presença desse novo padrão urbano, longe de definir uma ruptura e uma descontinuidade dos padrões de ocupação precários dessas regiões, estabelece com eles uma relação de coexistência determinando o que Meyer (2004) chama de “modernização precária”.

Interessa-nos demonstrar nessa introdução o caráter linear e permanente dos padrões de urbanização modernizado e precário, mesmo quando certas regiões da metrópole são objeto de implantação de grandes obras e estruturas urbanas como as de obras de transporte público de massa, através da expansão das redes do sistema metroviário.

E também como esse processo de interiorização da industrialização fez prevalecerem as atividades mercantilistas como vetor predominante da economia da cidade de São Paulo redefinindo-a como polo de serviços avançados e comércio que oferecem sustentação às demandas de um mercado globalizado. Associado a essa transformação, o processo de metropolização das atividades da economia determinou a expansão periférica de sua população, sujeitando-a a deslocamentos e fluxos apoiados nos mais variados modais de transporte, para regiões cada vez mais distantes do seu centro. Os eixos de expansão da urbanização se deslocaram das regiões Leste e Oeste para a região Sul, em direção às áreas dos mananciais e do Parque Estadual da Serra do Mar, área protegida situada no extremo sul do município, em especial nas áreas das subprefeituras de M' Boi Mirim, Cidade Ademar, Capela do Socorro e Parelheiros (Figuras 2 e 3).

O processo de expansão urbana do vetor Sul porém se caracterizou pela ocupação por uma população com perfil de renda baixa e um padrão de urbanização precária, com o crescimento de loteamentos clandestinos ou carentes de infraestutura e de favelas ocupando áreas ambientalmente frágeis, de encostas com grandes declividades, assim como as áreas de proteção dos mananciais situadas às margens das represas Billings e Guarapiranga, responsáveis por parte do suprimento de água do município (Figuras 4 e 5).

Figura 4 – Mapa de localização das favelas.

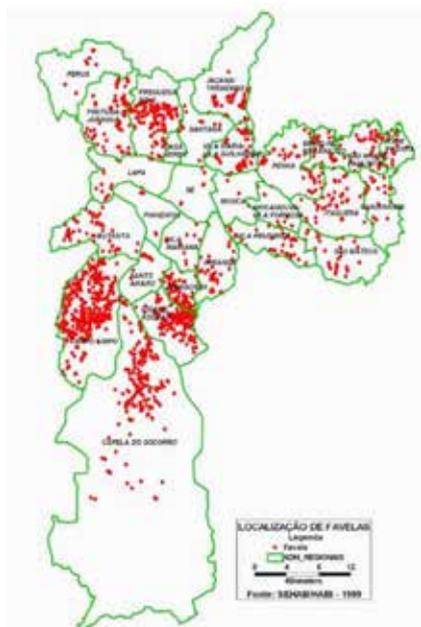
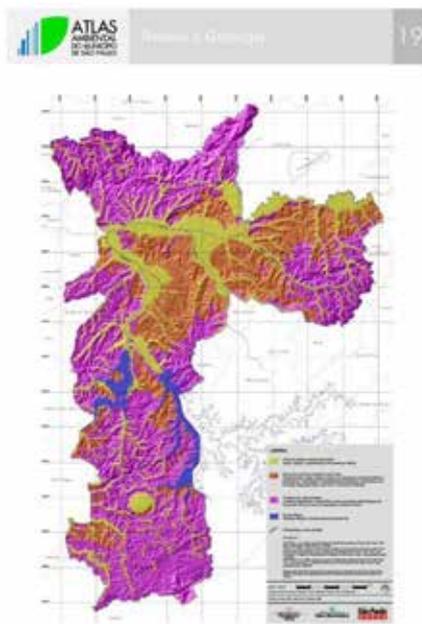


Figura 5 – Relevo e Geologia (em azul as represas Billings e Guarapiranga).



Fonte: Atlas ambiental do município de São Paulo.

Nesse contexto, mobilidade e acessibilidade são elementos importantes em nossas análises. Os deslocamentos e as possibilidades físicas de sua realização que caracterizam esses conceitos são reflexos das relações da população com o território metropolitano e colocam em evidência o tempo e o espaço. Manuel Castells (1989, apud MEYER, 2004) nos aponta hipótese interessante para a compreensão dessas questões urbanas contemporâneas onde, *o espaço organiza o tempo*. Essas duas funções urbanas têm como base três elementos notáveis: o sistema viário, os percursos urbanos e o meio de transporte. Os deslocamentos e os percursos feitos através de sistemas viários muito heterogêneos nos levam a avaliar que não se trata apenas de alcançar pontos distantes, mas, sobretudo de unir lugares distantes, centrais ou periféricos. O tempo de deslocamento, por exemplo, através de ônibus entre o Terminal do Jardim Ângela ao Terminal Rodoviário Tietê, na Vila Guilherme próximo ao centro de São Paulo, será determinado pelas características de seu percurso

e não pela sua distância, considerando os sistemas viários, a quantidade de veículos que transitam por esse sistema simultaneamente, a quantidade de paradas necessárias para o embarque ou desembarque de passageiros. O tempo estimado desse deslocamento será de aproximadamente duas horas para um percurso de pouco mais de 30 quilômetros; enquanto que tempo semelhante será gasto por um ônibus interurbano para se deslocar à cidade de Campinas através da rodovia dos Bandeirantes, sendo que a distância é de 98 km.

Meyer (2004) apresenta um postulado interessante. Analisando desde as origens o processo de metropolização de São Paulo, observa que mobilidade e acessibilidade são princípios e não resultantes desse processo urbano, dado comprovado por análises de séries históricas que relacionam a mancha urbana com a estruturação viária. Isso confere à mobilidade, nesse contexto, participação fundamental como indutor da expansão e da metropolização no início desse processo e, como agente de fortalecimento dessas relações posteriormente.

Afirma ainda que, o modelo de expansão horizontal da cidade de São Paulo foi determinado pelo automóvel, quando da conjugação de:

(...) abundância de terras disponíveis para a ação especulativa associada a ausência de uma política de ocupação e de uso do solo gerou uma ‘deseconomia urbana’ (...) uma promessa de mobilidade e acessibilidade, um ciclo de subvenção do sistema viário e a criação de novas fronteiras (Ibid., p. 31).

Tendo como consequência o uso desequilibrado dos recursos: espacial, econômico e energético, provocando desajustes como as desigualdades dos cidadãos e a constante “destruição dos tecidos internos das cidades e das metrópoles” com altos custos ambientais acrescidos pela permanente pressão dos avanços da mancha urbana em seus limites.

A região de estudo: Jardim Ângela

Conforme exposto, a força da economia industrial de São Paulo, em especial a partir dos anos 1950 até 1970, atraiu grande número de migrantes do campo para a cidade. A estagnação

das economias agrárias locais, em especial na região Nordeste do país, em decorrência de longos períodos de seca, provocou intenso crescimento populacional no município. Essa população composta por segmentos de baixa renda e escolaridade chegava despreparada para a inserção no mercado de trabalho, mas acabava por integrar-se a atividades da cidade que não exigiam maior preparo.

Desse modo, considerando-se a ‘eficiência’ do Estado de São Paulo na retenção da migração, observa-se que, nos anos 70, este figurava no contexto interestadual como área de média absorção migratória (IEM de 0,43), com um ganho líquido populacional de quase 2 milhões de pessoas. Já no período 1981-1991, passava para área de baixa absorção migratória (IEM de 0,28), decrescendo seu saldo migratório para 1,2 milhão de pessoas (BAENINGER, 2005).

Essa população exerce grande pressão sobre a pequena quantidade de moradias ofertadas pelos poderes públicos, então restrita às ações das políticas federais do Sistema Financeiro da Habitação (SFH) através do Banco Nacional da Habitação (BNH). O padrão de moradias ofertadas por esse sistema era o de unidades inseridas em conjuntos gigantescos localizados em bairros periféricos do município, em especial nos vetores Leste, Sul e Sudeste, contribuindo ainda mais para o espraiamento da mancha urbana.

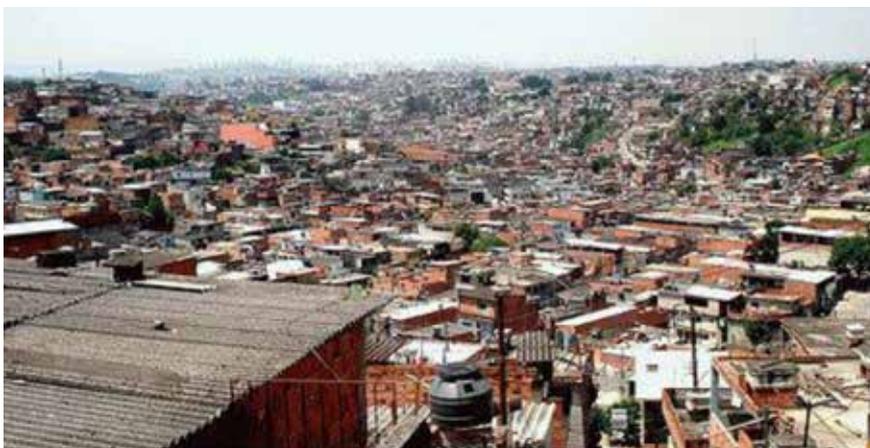
O mercado privado, detentor de estoques de terras, por sua vez, também colocava à venda terrenos em loteamentos residenciais que se beneficiavam da extensão das redes de infraestrutura promovida pela implantação desses grandes empreendimentos habitacionais. Essa rede compunha-se da implantação de redes de fornecimento de energia elétrica, água potável e transporte, através da abertura de grandes avenidas ou da incorporação de estradas vicinais à rede viária urbana, como no caso da SP-214 – Estrada de M’ Boi Mirim.

Muitos desses loteamentos, porém, foram entregues aos seus compradores sem documentação fundiária e com implantação parcial de infraestrutura, configurando-se ação especulativa criminosa e criando um imenso passivo ao poder público, obrigado a arcar

com o ônus dessas regularizações e suprimento de infraestruturas e serviços públicos de saúde, educação e transporte.

Porém camadas ainda mais vulneráveis dessa população migrante não sendo atendidas nem pelo poder público e nem pelo mercado privado, sem alternativa que os provesse de uma moradia, passaram a ocupar áreas livres existentes nesses novos loteamentos, grande parte dessas áreas ambientalmente vulneráveis ou destinadas à futura implantação de equipamentos públicos como praças, ou áreas de proteção às margens de cursos d'água ou de encostas, constituindo uma rede emaranhada de favelas (Figura 6).

Figura 6 - Morro do Índio, Favela Caiçara, Jardim Ângela.

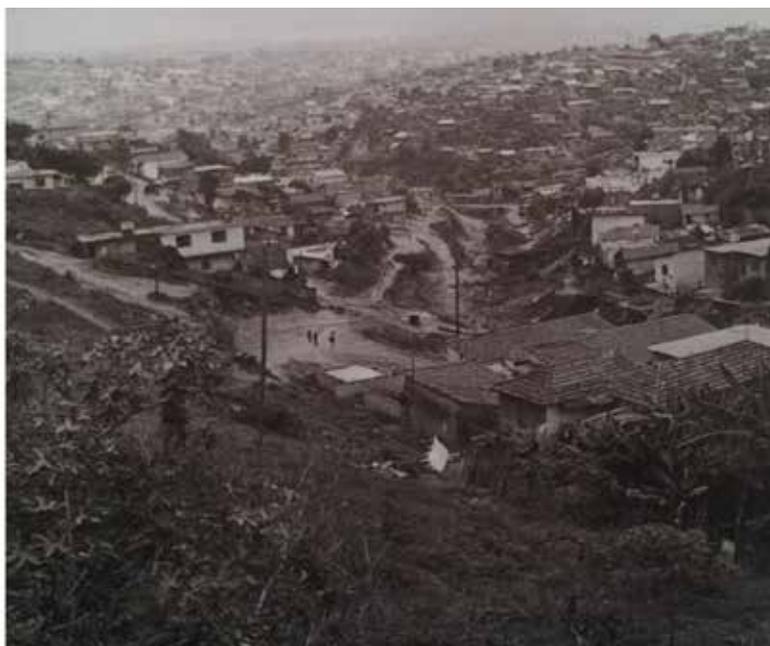


Autoria – Newton Junior

Fonte: Flickr.

As regiões Leste, Sul e Sudeste de São Paulo sofreram sobremaneira os efeitos da interação da ação especulativa de loteadores associada à inexistência de políticas públicas eficientes e adequadas, da atuação inepta e fraca dos poderes públicos e do forte controle dos movimentos sociais ocorridos durante o período da ditadura militar. Esses impactos deixaram suas marcas e seus efeitos perversos são visíveis ainda hoje nas tristes paisagens que observamos quando visitamos essas regiões (Figuras 7 e 8).

Figura 7 – Periferia de São Paulo nos anos 1970.



Fonte: BONDUKI, 2014.

Figura 8 – Loteamento irregular na Vila Prudente, São Paulo.



Fonte: BONDUKI, 2014.

Os investimentos públicos na região

Na região será construído um Terminal Intermodal do Sistema Metropolitano de Transportes, conforme previsto no Plano Integrado de Transportes Urbanos (PITU) 2025⁵. O eixo de expansão do vetor Sul do município contempla estratégias de transporte de cargas até os Terminais Portuários da Baixada Santista e integram sistemas de transporte de passageiros da rede metroviária da cidade de São Paulo (Figura 9).

Figura 9 – Novo Terminal do Jardim Ângela – extraído do EIA do Sistema Monotrilho, vol. 1.



Fonte: SPTrans.

Segundo informações constantes do Estudo de Impacto Ambiental do Sistema Monotrilho, o Terminal Intermodal Jardim Ângela reunirá em sua estrutura física uma estação do Monotrilho (Estação 14); duas estações de ônibus, sendo uma destinada ao atendi-

⁵ O Plano Integrado de Transportes Urbanos (PITU) é um processo permanente de planejamento. Junto com o Sistema de Transporte de Passageiros, o projeto envolve diretrizes de política de uso do solo, política habitacional, de logística urbana de cargas, de financiamento expandido e de base fundiária e, por fim, de desenvolvimento. O transporte focaliza as dimensões econômica, social e ambiental e está dividido em questões de infraestrutura, medidas de gestão e políticas de preços e financiamento do projeto. Na prática, o PITU 2025 visa remodelar a logística urbana de cargas, expandir a rede de Metrô.

mento das linhas locais municipais e intermunicipais e outra para as linhas municipais estruturais; promoverá a interligação com o Terminal Santo Amaro e com a Estação Capão Redondo do Metrô (Linha 5 – Lilás). Constituirá um sistema alimentador e distribuidor de caráter regional, além de representar uma centralidade importante da região com concentração de comércio, serviços e lazer.

O estudo traz uma imagem aérea que mostra a localização da referida estação intermodal. Através dela pode-se identificar o entroncamento da Estrada do M' Boi Mirim esquina com a Rua Agamenon Pereira da Silva, no Jardim Nakamura. Esse local conhecido como “Menininha” é formado por um complexo encontro das duas pistas da estrada do M' Boi Mirim (Rodovia SP-214) com seis ruas⁶, por onde transitam ônibus, carros, motocicletas e bicicletas e muitos pedestres. Trata-se de um importante centro de comércio e serviços da região. Essa área é também reconhecida pelo grande número de acidentes e atropelamentos (Figuras 10 e 11).

Figura 10 - Localização do Terminal Intermodal Jardim Ângela.



Fonte: EIA Sistema Monotrilho, vol. 1, SP Trans.

⁶ Rua Simão Caetano Nunes, rua Hélio da Costa Manso, rua Pietro da Milano, rua Álvaro Ferreira (essas situadas a oeste da estrada) e as ruas Manoel da Costa Dantas e rua Agamenon Pereira da Silva (a leste da estrada).

O EIA descreve com detalhes as estruturas do referido terminal e apresenta plantas e perspectivas da estação, mas não analisa e não apresenta soluções para esse complexo entroncamento de vias, veículos e pessoas que se encontra exatamente na área de implantação, detendo-se tão somente a mostrar os acessos dos ônibus e dos trens, não obstante esse projeto fazer parte do PITU 2025 que agrega mobilidade e reestruturação urbana como premissa conceitual.

Figura 11 - Imagem aérea da área da implantação no novo terminal



Fonte: Google Earth.

A região recebeu no último decênio dois importantes equipamentos urbanos: o terminal de ônibus inaugurado em 2003 e o Hospital do M' Boi Mirim, inaugurado em abril de 2008. Com previsão de atendimento por nove linhas de ônibus, o terminal, não conseguindo atender à demanda crescente de usuários e a ampliação das linhas de ônibus, teve que adaptar uma nova área de embarque e desembarque num terreno ao lado do hospital. Quando de sua implantação, aproximadamente 1 km do terminal, sentido Centro (nordeste), existia um centro comercial que agregava pontos de ônibus, bancos, comércio de médio porte e um posto policial; e a aproximadamente 750 m sentido bairro (noroeste) fica a região do

“Menininha”, polo de comércio que conta com um entroncamento de sete ruas e intenso fluxo de pedestres e veículos em permanente conflito (Figura 12).

Figura 12 - Vista do Menininha.



Fonte: Google Earth.

Também previstas no Plano de Mobilidade de São Paulo de 2015⁷, foram executadas na região obras de requalificação e ampliação das faixas do corredor de ônibus da Estrada M' Boi Mirim. As obras, previstas em duas etapas, a primeira implantada no ano de 2016 em um trecho com 8 km ao longo dos eixos viários da Estrada do M' Boi Mirim e Av. Guarapiranga, desde o Terminal Jardim Ângela até a Estação de Transferência Vitor Manzini, localizada no bairro Santo Amaro, com um investimento de aproximadamente R\$ 99 milhões de reais segundo informações levantadas em Relatório de Auditoria do Tribunal de Contas da União de 2015.

⁷ O Plano de Mobilidade de São Paulo (PlanMob/SP 2015) é o instrumento de planejamento e gestão do Sistema Municipal de Mobilidade Urbana, ou seja, dos meios e da infraestrutura de transporte de bens e pessoas no município, para os próximos 15 anos. O plano foi elaborado pela Prefeitura do Município de São Paulo (PMSP) com apoio técnico da Secretaria Municipal de Transporte e das empresas públicas SPTrans e CET, em parceria com as demais secretarias municipais afeitas aos temas da mobilidade urbana, do desenvolvimento urbano e do parcelamento e uso do solo, notadamente a Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano. (Fonte: http://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/upload/chamadas/planmobsp_v072__1455546429.pdf).

Os impactos sociais dos investimentos

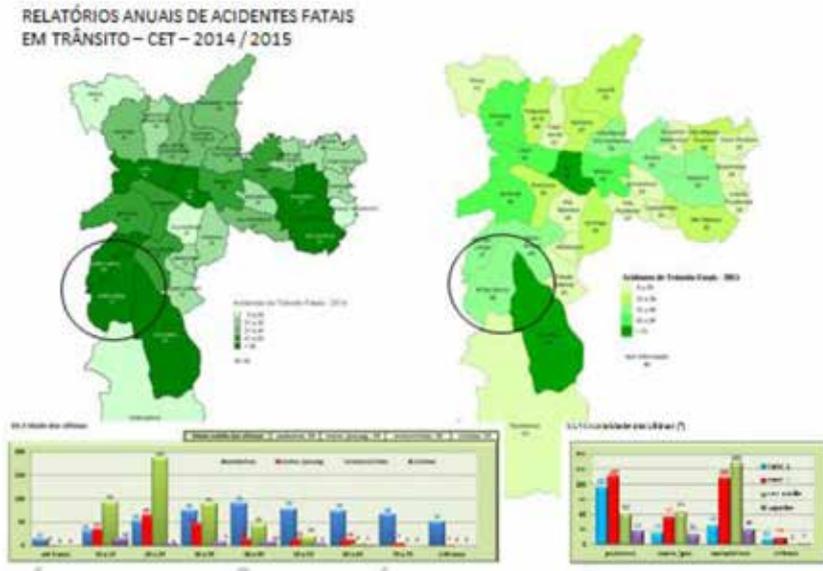
Mesmo com o aumento de ônibus e de usuários como consequência da implantação desses dois equipamentos, das obras de melhorias do PlanMob/SP 2015 e a ampliação de linhas de ônibus, poucas melhorias aconteceram no entorno próximo. Nenhum espaço público de encontro ou fruição, praça ou jardim foram implantados; a ausência de calçadas, faixas de pedestres, sinalização e acesso a cadeirantes persiste; nem mesmo a abertura de mais estabelecimentos comerciais pôde registrar algum impacto “urbanizador” desses equipamentos no cotidiano dos moradores dessa região. O cenário da região permanece árido e confuso. Seus jovens continuam sem opções de entretenimento e lazer que não uns poucos campos de futebol ou bares. Cinemas, bibliotecas, livrarias, continuam distantes, na cidade rica. Resta-lhes tomarem um ônibus, ou no futuro, um metrô, para poderem usufruir as delícias dessa fascinante metrópole, distante deles ao custo apenas de duas passagens e uma hora e meia de viagem de ida e uma hora e meia de viagem de volta.

Segundo dados dos relatórios anuais de acidentes fatais de trânsito elaborados pela Companhia de Engenharia de Tráfego (CET) – autarquia da Secretaria Municipal de Transportes Públicos da Prefeitura Municipal de São Paulo – os números registrados mantiveram-se nos mesmos parâmetros durante os anos de 2014, 2015 (Figura 13).

O relatório mais recente, do ano de 2016, mostra que a subprefeitura de M’ Boi Mirim apresentou o maior número de acidentes fatais ao longo desse ano, num total de 56 sinistros, tendo a Estrada M’ Boi Mirim sido a quinta das vias da cidade com maior número de acidentes com morte (Figura 14).

Dados dos indicadores da Rede Social de Cidades, plataforma cooperativa do Programa Cidades Sustentáveis, coletados pelos autores, mostram através de gráficos a evolução de indicadores sociais nas áreas de cultura e esportes na região do Jardim Ângela, dos anos de 2009 a 2016. Durante esse período o número de equipamentos culturais e esportivos teve um decréscimo tanto em face do crescimento populacional, como também em consequência do fechamento ou extinção de programas públicos nessas áreas (Figura 15).

Figura 13 - Dados dos relatórios anuais de acidentes fatais da CET dos anos de 2014 e 2015 (modificado pelos autores).



Fonte: CET (<http://www.cetsp.com.br/media/468500/acidentesdetransitofataisannual2015.pdf>)

Figura 14. Dados dos relatórios anuais de acidentes fatais da CET dos anos de 2014 e 2015 (modificado pelos autores).

Relatório anual de acidentes de trânsito - 2016

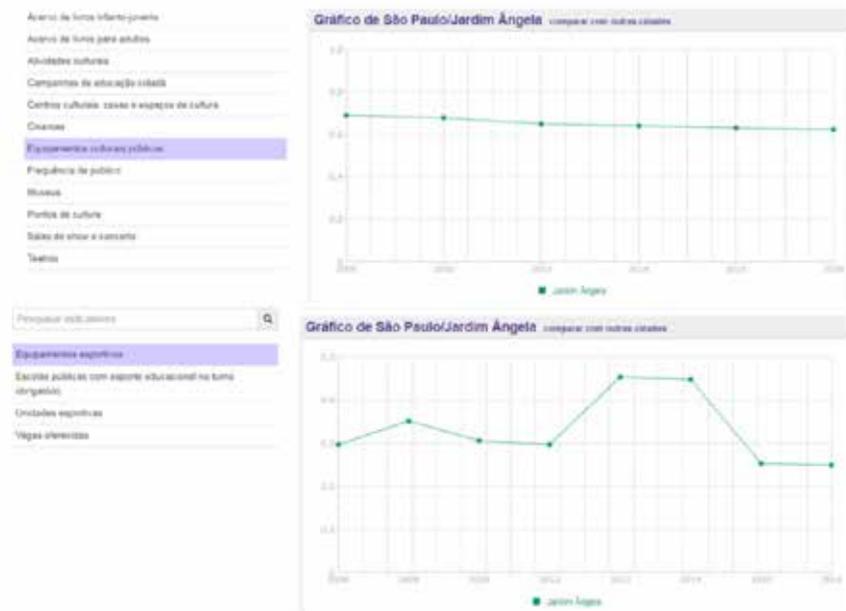
Acidentes de trânsito com vítimas em São Paulo - 2016

Tabela 7 - Vias com mais acidentes, por tipo de acidente e de vítima (%)

Nº	Avenida / Rua	Atropelamentos			Acid. com vítimas nos veículos			Total		
		Acid.	Feridos	Mortes	Acid.	Feridos	Mortes	Acid.	Feridos	Mortes
1	Marginal Pinheiros	10	9	4	344	272	7	254	281	11
2	Marginal Tietê	9	10	0	209	249	15	218	259	15
3	Av. Sen. Teotônio Vilela	21	17	6	122	152	6	143	169	12
4	Estr. de Itapeerica	19	19	1	124	148	8	140	167	9
5	Estr. do M'Boi Mirim	37	38	4	97	143	18	154	181	22
6	Av. Dona Belmira Marin	27	24	6	97	128	3	124	152	9
7	Av. Aricanduva	12	15	0	109	136	5	121	151	5
8	Av. Alcântara Machado	21	24	3	87	105	3	108	129	6
9	Av. Sapopemba	33	38	1	70	91	4	103	129	5
10	Av. do Estado	26	25	1	77	82	3	103	107	4
11	Av. Interlagos	22	21	6	70	85	4	92	106	10
12	Av. Jacu-Pêssego/Nova Tr.	16	13	3	75	102	4	91	115	7
13	Av. Washington Luis	10	8	2	79	102	3	89	110	3
14	Av. Atlântica	10	12	0	74	89	4	84	101	4
15	Av. Luiz I. de Anhaia Melo	10	12	1	72	85	3	82	97	4
16	Av. Cel. Saldado Fagundes	10	11	0	69	91	3	79	102	3
17	Av. Vinte e Três de Maio	12	10	2	64	74	1	76	84	3
18	Av. São Miguel	19	21	0	56	71	3	75	92	3

Fonte: CET (<http://www.cetsp.com.br/media/468500/acidentesdetransitofataisannual2015.pdf>)

Figura 15 - Dados dos relatórios anuais de acidentes fatais da CET dos anos de 2014 e 2015 (modificado pelos autores).



Fonte: CET (<http://www.cetsp.com.br/media/468500/acidentesdetransitofataisamual2015.pdf>)

Conclusões

De acordo com o postulado de Meyer (2004) que aponta para os efeitos de uma “modernização precária” resistente a mudanças no contexto da metrópole paulistana, podemos afirmar que a implantação de estruturas urbanas, equipamentos e sistemas de transporte coletivo em áreas de urbanização precárias não promoveram mudanças expansivas além de suas faixas de uso. A construção do terminal e do hospital na Estrada do M’ Boi Mirim não configurou *per se* elemento de transformação com poder de modernizar suas áreas vizinhas e não penetrou nas áreas de urbanização densa e caótica das ruas e vielas que se conectam com a estrada.

As obras de requalificação e melhorias do corredor de ônibus da Estrada M’ Boi Mirim, não obstante os expressivos valores investidos, além de não ampliar seus efeitos para além dos tecidos urbanos de suas bordas, não trouxeram melhorias profundas na

oferta de opções de transporte público para essa população, e muito menos reduziu o número de acidentes fatais ao longo de sua extensão.

A ausência de planos e ações que articulem investimentos públicos e/ou privados na melhoria das estruturas urbanas do entorno desses equipamentos, como pudemos observar na análise dos Estudos de Impacto Ambiental (EIA) do futuro Terminal Intermodal, apenas reforçam a constatação que mesmo que adotadas e implantadas, com alguns benefícios aos seus usuários, esses grandes planos setoriais tem em seu cerne a concepção de ações destinadas estritamente a valorizar investimentos e investidores, sustentando a segregação espacial e social dessas populações, acentuando as diferenças e promovendo a valorização da terra e dos meios de produção de riqueza.

Referências

BAENINGER, S. São Paulo e suas migrações no final do século 20. In: *São Paulo em perspectiva*, v. 19, n. 3, p. 84-96, jul./set. 2005. Disponível pelo sítio: <http://www.scielo.br/pdf/spp/v19n3/v19n3a08.pdf>

BONDUKI, Nabil. *Os pioneiros da habitação social no Brasil*. Volume 1, 1ª edição. São Paulo: Editora UNESP: Edições SESC, 2014.

COMIN, Álvaro; FREIRE, Carlos Eduardo Torres; KNEIP, Silvia Anette; WISENBACH, Tomás Cortez (Orgs.) *Metamorfozes paulistanas: Atlas geoeconômico da cidade*. SMDU, Cebrap, Editora Unesp, Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, São Paulo, 2012.

MEYER, R.; GROSTEIN M.; BIDERMAN C. *São Paulo Metrópole*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2004.

MARCONDES, M. J. *Cidade e natureza, proteção dos mananciais e exclusão Social*. São Paulo: Livros Studio Nobel, 1999.

VILLAÇA, F. *Reflexões sobre as cidades brasileiras*. São Paulo: Livros Studio Nobel, 2012.

WILHEIM, J. *São Paulo, uma interpretação*. São Paulo: Editora SENAC, 2011.

Crise, o que a favela ensina?
Território, comunicação e educação no morro
Babilônia – Rio de Janeiro

NATALIA ANDREA URBINA CASTELLÓN¹

Entre os anos 2012 e 2015, tive a experiência de morar no morro do Jorge Turco, na área de Coelho Neto, na zona norte do Rio de Janeiro, e lá tive a comprovação empírica da diferença entre zona sul e zona norte da cidade, ou seja, da importância dos conceitos aplicados: território, lugar e identidade. A particularidade quanto ao investimento público, manifestações locais de discurso, acirramento da violência urbana cotidiana (guerras e invasões de facções criminosas e violência policial). Dali se fortalece a necessidade de analisar cada lugar com suas próprias particularidades. É urgente elaborar novas propostas teóricas para a observação e intervenção na cidade.

Observando Acari, Jorge Turco, Complexo do Alemão, Pedreira, Costa Barros, Maré, desde perto, lugares que quase nem são conhecidos no resto da cidade, ou bem lugares de onde se tem uma imagem bastante deformada, fui juntado uma rica base de dados e documentação de campo permanente (vídeos, fotos, textos escritos) que nos mostram que estamos ante novas formas de participação política que demandam outra proposta de políticas públicas na cidade, de reconhecimento das juventudes e de novas práticas pedagógicas, mais apropriadas, todas no marco da necessidade de valorizar a comunicação e os discursos do lugar.

Essa documentação não foi guardada de forma privativa; foi socializada através de páginas de Educação e Comunicação que não se limitam à realidade acadêmica. No aspecto acadêmico, a Rede de

¹ Historiadora (PUCV -Chile), professora de Ensino Meio (UNAB-Chile). Especialista em Planejamento Urbano (IPPUR/UFRJ, Brasil). Mestre em Geografia (UFRJ-Brasil). Doutoranda (IPPUR/UFRJ). Pesquisadora do Laboratório Espaço (IPPUR-UFRJ). <https://nataliaurbinapesquisa.wordpress.com/>. <https://ufrj.academia.edu/nataliaurbina>

Políticas Públicas da Educação e a Plataforma de Trabalho Coletivo em Rede, sempre foram de uso do Laboratório Espaço do IPPUR/UFRJ coordenado pela professora Tamara Tania Cohen Egler, minha orientadora. Portanto, faz parte de nosso método.

Por outra parte, a participação em diferentes veículos de comunicação tais como Rádio Santa Marta, Fundação e Co. – coordenação do Núcleo Autônomo Girasol Comunicações², e a participação em algumas redes formadas durante os megaeventos esportivos, além da convivência em favelas, tem me sugerido inúmeras possibilidades para aplicar todo tipo de dinâmicas pedagógicas abrangentes na realidade educativa e cidadã dos espaços populares, e dessa forma fazer, enunciar e construir cidade. Ou seja, nos mostra que a favela nos oferece soluções para os momentos de crise.

Os campos de Geografia, Planejamento Urbano, Comunicação e Educação têm tudo a ver com isso, e precisamos refletir nossa realidade através dos conceitos nessas áreas, para poder buscar soluções a nossos desafios urbanos hoje, de forma interdisciplinar.

Observamos que na cidade de Rio de Janeiro se desenvolvem processos de enunciação, análise e formação de redes de comunicação que a gente observou, e que foram formadas durante os megaeventos esportivos – e alguns têm desdobramentos até os dias atuais. Observamos três tipos de redes diferentes: Redes de Resistência, Redes de Informação e Educomunicação, e, por último, Redes Territoriais.

São Redes de Comunicação que se sustentam através de produção, difusão e debate de cinema, rádios, tvs e *blogs*. Todas iniciativas fortalecidas com o uso das novas tecnologias. Nessas instâncias vemos diferentes linguagens surgindo: uma imagem, uma poesia, uma coluna, um programa radial, uma música, um filme, entre outros.

Qual é o discurso emergente de cidade? Quais são os atores, processos e fatos dessas redes? Gostaríamos de compreender as formas, conteúdos e significados dessas ações de comunicação, como elas constroem cidade no atual meio científico informacional e mostram novas formas de organização política, além de trazerem grandes contribuições para os processos de educação. O que nos ensina a favela em tempos de crise?

² Nome em espanhol, por causa da intenção de abarcar o público de fala hispana e portuguesa

Comunicação Popular e Possibilidades para o ensino Cotidiano na Favela.

Autores: Marlon Silva Da Costa & Natalia Urbina Casseñón

Orientador: Prof. Tamara Egler



La necesidad comunicativa surge del descontento con el discurso oficial imperante y sus formatos, opuesto al levantamiento de la propia voz y del testimonio popular del ejercicio del cotidiano y colectivo de subversión de sentidos que hacemos frente a las grandes pantallas y construcción de la hegemonía del relato (ECO, Comunicación y Educaciones, 2012, p. 7).

Desse ponto de vista, podemos ver essas redes de comunicação nos espaços populares do Rio de Janeiro como um diálogo necessário, entre diversos atores, para achar um encaminhamento para tantas vozes urbanas emergentes que despertam numa cidade onde escolas são fechadas cotidianamente por causa de tiroteios, onde

³ Cartaz de Natalia Urbina e Marlon Silva, apresentado nas XXI Semanas de Planejamento Urbano IPPUR/UFRJ: “Comunicação Popular e Possibilidades para um Ensino Cotidiano na Favela”.

morre um jovem negro a cada 23 minutos, e onde o abandono escolar atinge mais da metade dos jovens entre 18 e 24 anos pertencentes à fatia mais pobre da população.⁴

Até o dia 21 de agosto de 2014, a Região Metropolitana de Rio de Janeiro contava com 118 veículos de comunicação alternativos, também chamados de populares ou comunitários. O número foi revelado pela publicação *Direito à Comunicação e Justiça Racial*⁵ e, em nossa pesquisa de campo realizada entre os anos 2010 e 2017, foi possível identificar três grandes redes sociotécnicas que nos mostraram importantes discursos urbanos:

A primeira rede foi durante o ano de 2014, na Copa Mundial de Futebol (um dos grandes megaeventos esportivos acontecidos no Rio de Janeiro), rede de comunicação fundada com o discurso “A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas” que organizou dois atos-manifestações.

Posteriormente, em 2016, durante as Olimpíadas, observamos a rede “Mutirão Rio” com um discurso que congregou vários coletivos da América Latina no Rio de Janeiro, uma plataforma coletiva de informação e divulgação de um “outro lado” das Olimpíadas, dando ênfases à realidade de favelas, ruas e periferias.

Por último, a terceira rede foi a Rádio Jambal 105,9 FM. A rádio comunitária de Chapéu Mangueira e Babilônia que estimulou uma rede territorial, forjada e vivida dentro da favela, que oscila entre comunicação, educação, arte, cultura, trabalho comunitário e cidadania. Podemos observar até hoje alguns desdobramentos.

⁴ O IBGE, que analisou dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), mostrou que o percentual de jovens que não havia completado o ensino médio e que não estava estudando passou de 43,8% em 2001 para 32,2% em 2011. Em países como Suíça, Polônia, Áustria, Irlanda, Dinamarca e Bélgica, a taxa de abandono dos estudos é de menos de 10%. Itália, França e Alemanha têm percentuais inferiores a 15%. Ainda de acordo com o IBGE, em 2011 o abandono escolar atingia mais da metade dos jovens entre 18 e 24 anos pertencentes à fatia mais pobre da população, enquanto que no quinto segmento mais rico, essa proporção era de apenas 9,6%. Ver em: <https://noticias.terra.com.br/educacao/ibge-abandono-escolar-no-brasil-e-3-vezes-maior-que-na-europa,9608febb0345b310VgnCLD200000bbccbe0aRCRD.html>

⁵ Observatório de Favelas. *Direito à Comunicação e Justiça Racial*. Ver em: http://observatoriodofavelas.org.br/wp-content/uploads/2014/08/Publica%C3%A7%C3%A3o_Justi%C3%A7a-Racial_VersaoDigital.pdf

Durante os megaeventos esportivos, observamos a formação de redes de comunicação onde existia uma troca permanente que potencializava atividades de formação, produção de conhecimento, colaboração e trocas nos diferentes territórios associados. No transcorrer dos megaeventos e na formação das redes observamos uma articulação entre vários grupos que são influenciados e influenciam o uso cotidiano de novas tecnologias para o aperfeiçoamento do trabalho, da educação e da cultura nos seus territórios:

É importante produzir um conhecimento orientador da formulação de propostas alternativas de políticas urbanas, cujos objetivos sejam a equidade econômica, a liberdade política e a justiça social nas cidades. O exame da história da resistência social na cidade do Rio de Janeiro atesta a importância da organização social para pôr limites aos interesses escusos manifestos na política urbana da globalização (EGLER, 2010).

A construção de um discurso emergente urbano através de redes de comunicação no espaço popular do Rio de Janeiro e suas principais produções – radio, vídeos e atividades de educação – são consideradas nesta pesquisa como uma voz emergente contra-hegemônica, que enuncia, propõe e constrói cidade; é uma das soluções para a construção desde o “que se tem”. E, a seguir, são descritas as redes de comunicação como objetos de observação.

No ano de 2014, participei como comunicadora numa rede intitulada “A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas” durante a Copa Mundial de Futebol, e o objetivo foi organizar e realizar dois atos: um em Copacabana e outro na Praça Saens Peña. A rede

juntou vários grupos que questionavam o investimento em grandes eventos esportivos enquanto ficavam abandonados os serviços básicos em favelas e periferias de Rio de Janeiro; e



Figura 1 – Fotografia de campo. Morro Chapéu Mangueira, 2014: “A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas” (Técnica: pichação em papel - cartaz).

um discurso que chamou a minha atenção nessa rede foi “Abaixo a Ditadura na Favela”.

A importância dessa rede é que ela nos mostrou que a produção de grandes eventos esportivos na cidade é um acelerador na ocupação policial e militar das favelas, aumentando o número de vítimas da violência policial e da violência do Estado (ANISTIA INTERNACIONAL, 2016). Realidades territoriais que se tornam visíveis a partir da troca de informações entre diferentes lugares da cidade; estamos falando principalmente de favelas e periferias.



Figura 2 – Fotografia de campo. Morro do Chapéu Mangueira: “A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas” (Foto: Ronda; policiais da UPP).

Os Jogos Olímpicos, por mobilizarem um grande número de agentes, associados na transversalidade das esferas, unificam, numa mesma totalidade, organizações internacionais, como os Comitês Olímpicos, por exemplo, o COI e o COB, capitais que atuam globalmente, como redes de hotéis, agências de turismo e companhias aéreas. Ao mesmo tempo, oferecem vantagens aos governantes locais e a capitais nacionais, que passam a participar da rede, como empreendedores imobiliários, empresas de construção civil e até mesmo organizações sociais, que se associam a essa rede para participar da grande festa global. Essa política vem sendo implementada, numa escala crescente, em diferentes cidades do mundo, desde a realização das Olimpíadas em Barcelona (1992), passando por Atlanta (1996), Atenas (2004), Pequim (2008), Londres (2012) e Rio de Janeiro (2016) (EGLER, 2015).

“A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas” nos trouxe um belo exemplo de ressignificação da imagem e transformação simbólica da Copa Mundial de Futebol. E quanto ao discurso, a manifestação, além de denunciar os assassinatos de jovens, especialmente negros de favela, questionou a Política de Segurança Nacional representada na instalação de UPPs, e a violência policial, falando-se

sobre gentrificação, racismo e genocídio do povo negro. Isso não é um tema desconhecido no Brasil. Átila Roque, historiador e diretor executivo da Anistia Internacional no Brasil, declara que:

Nos últimos dez anos, a violência letal entre os jovens brancos caiu 32,3% e entre os jovens negros aumentou 32,4%, ou seja, os homicídios de jovens negros são um dos principais pilares que sustentam o aumento das mortes. O mais chocante, na perspectiva do Estado de Direito, é que uma parte significativa da letalidade decorre de ações das polícias. Não é exagero dizer que as polícias no Brasil se encontram entre as que mais matam e morrem no mundo (ROQUE, 2015).⁶

O ato manteve um caráter pacífico e contou com uma difusão ampla pelos meios de comunicação internacionais, e também pelos turistas que se encontravam na área. Podemos dizer que se inaugura, então, uma nova forma de manifestações em Copacabana, que se mostrou como um lugar de visibilidade e que não permite uma repressão muito forte. A visibilidade torna se, então, um mecanismo de denúncia, enunciação de discurso e proteção, da favela e da rede em torno dela formada.

Temos considerado essa como uma rede de resistência, pela capacidade de sobreviver, agir e propor, por ser uma oposição ao discurso hegemônico sobre megaeventos esportivos, e por resistir a todo tipo de opressão vividos historicamente no espaço popular da cidade. Também



Figura 3 - Fotografia de campo. Morro do Chapéu Mangueira: “A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas” (Foto: camisas da Copa no Chapéu Mangueira).



Figura 4 - Fotografia de campo. Morro do Chapéu Mangueira: “A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas” (Foto: descedendo o Chapéu Mangueira).

⁶ Anistia Internacional. Violência: Brasil mata 82 jovens por dia, Ver em <https://anistia.org.br/imprensa/na-midia/violencia-brasil-mata-82-jovens-por-dia/>

por ser uma organização com características de guerrilha no sentido de desafiar a falta de infraestruturas e recursos.

O segundo ato – “A festa nos estádios não vale as lágrimas nas favelas” – realizou-se na Praça Saens Peña (Tijuca), no último dia do campeonato de futebol. Nele, a repressão policial foi perversa; já não estávamos em Copacabana e a presidente Dilma



Figura 5 – Fotografia de Marlon Silva. Praça Saens Peña: “A festa nos estádios não vale as lágrimas das favelas” (Foto: Praça Saens Peña, prisão a céu aberto).

Roussef fez um pronunciamento esclarecendo que “Vai ter Copa sim e os assistentes aos jogos vão ter segurança sim”. Isso significou vários jornalistas com equipamentos e corpos feridos, violentados. Daí conseguimos ver a importância das câmeras nesse contexto: uma verdadeira defesa de direitos humanos.

Em 2016, durante as Olimpíadas, observamos outra rede de comunicação livre em nível de América Latina e Caribe, onde a favela também se fez presente. Se entende a comunicação livre como independente e de múltiplos formatos, onde se articularam vários grupos de comuni-



Figura 6 – Logotipo de apresentação do grupo nas mídias sociais. 2016.

cação em diferentes territórios do continente, com a base física e técnica instalada em Rio de Janeiro. “Mutirão Rio” foi uma cobertura coletiva, de caráter independente, que buscou mostrar “A outra cara do Rio de Janeiro”: realidade de ruas, manifestações e favelas, onde a militarização foi sufocante; participaram grupos de rádio, televisão, Educação e grupos de EduComunicação.

Educomunicação é um campo teórico-prático que propõe uma intervenção a partir de algumas linhas básicas como: Educação para a mídia; uso das mídias na Educação; produção de conteúdos edu-

cativos; gestão democrática das mídias; e prática epistemológica e experimental do conceito.

A presença de comunicadores latino-americanos é dizer, pessoas que fazem diversas práticas de comunicação, educação e arte, em nível de América Latina e Caribe, marcou uma referência que, junto com pesquisadores e ati-



vistas brasileiros, formaram uma plataforma interativa de formação, produção de informações e divulgação de notícias, sempre focando naquelas notícias que não têm espaço nos canais de TV tradicionais e nos *dials* de rádios tradicionais, principalmente desde as favelas do Rio de Janeiro. Esses comunicadores vieram desde a Argentina, Peru, Colômbia, Chile, Estados Unidos, Guatemala, México e trabalharam conteúdos de informação livre, ou seja, independente e diretamente vinculadas aos territórios que informam.

A plenária de comunicadores latino-americanos visitou o morro da Babilônia, realizando uma transmissão de rádio ao vivo e por vídeoTv. A entrevista foi com esta autora, Natalia Urbina, Marlon Silva, de Girasol Comunicações, e André Constantine, presidente da Associação de Moradores do Morro Babilônia. Na ocasião falou-se sobre comunicação popular e comunicação livre, e sobre a Associação de Moradores da favela, sua história, desafios e conquistas.

Entendemos que é de suma importância a criação de meios de comunicação livres na favela, para poder tratar de nossos próprios problemas e para poder confrontar a visão hegemônica que se tem dos jovens negros e favelados. André Constantine explica que:

Vivemos numa sociedade que tem naturalizado o racismo e preconceito com a favela e com os jovens negros, e essa visão se expande perigosamente a partir dos meios de comunicação tradicionais e hegemônicos que sempre vêm e enunciam a favela como um lugar de delinquência, pobreza, miséria e violência. Por isso, é fundamental criar meios de comunicação alternativos, e mais ainda pensando no diálogo entre os países latino-

-americanos e centro-americanos, torna-se fundamental e necessário (Entrevista com Andre Constantine).

Podemos ver que a rede “Mutirão Rio” trabalhou com o conceito de EduComunicação, que é “aprender fazendo”, e da “comunicação livre”, que sugere que cada território crie seus próprios meios de comunicação em livre formato.

Por último, uma Rede de comunicação de caráter territorial é a Associação de Moradores atual da favela Babilônia e a Rádio Jambal FM. Atualmente podemos identificar o que já tínhamos enunciado na pesquisa de mestrado sobre



Redes de Comunicação e Educação na Favela Santa Marta: uma forte ligação existe entre comunicação, educação e trabalho comunitário dentro da favela. A Associação de Moradores Babilônia, atualmente desenvolve os “Mutirões Comunitários”, onde se estimula a manter viva a tradição do trabalho comunitário nos espaços públicos e privados da favela, e também se realiza uma constante resistência ante a companhia de luz/energia Light, que tem executado a troca de relógios medidores, causando altos índices de consumo através de “leitura aproximada”. Com isso, os altos custos nas contas de luz promoveram a realização quinzenal de uma reunião com a intenção de cadastrar aqueles moradores afetados por altas contas de luz e, juntos, de forma coletiva, fazer seguimento dos processos contra a companhia elétrica. Algumas manifestações têm se realizado em torno do tema⁷.

Outra proposta interessante é a comunicação: a rearticulação da Rádio Jambal 105,9 FM (rádio comunitária dos morros Chapéu Mangueira e Babilônia; ex-Rádio Estylo FM) é uma ocupação do espaço público e uma proposta de participação política importante desde a favela, que forja também uma rede, dessa vez de caráter territorial. A

⁷ Ver documentário *Chapéu Mangueira e Babilônia, a favela vai descer/Contra os abusos da Ligth*. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=FJms1roFBLU>

Rádio Jambal é independente da Associação de Moradores, mas até 2017 conta com total apoio e respaldo de dita instituição.

Nesse contexto, em 2016 se concretizou de forma independente como uma parceria entre Associação de Moradores Babilônia, Girasol Comunicações e Rádio Villa Olímpica de Chile, a oficina de Rádio Livre, uma oficina que teve caráter de formação para a fundação de rádio independente, no livre formato, que responde ao território de cada lugar. Essa capacitação foi realizada na Associação de Moradores e na oficina se conversou sobre a história da Rádio Calypso do Cantagalo, da Rádio Poste de Chapéu Mangueira, Rádio Santa Marta, Rádio Jorge Turco Notícias, Rádio Jambal (Morro Babilônia) e Rádio Villa Olímpica de Chile, uma rica experiência que, nesse caso, territorialmente falando, mostrou que a história das favelas da zona sul de Rio de Janeiro está intimamente ligada com a produção radial. Esse é um fenômeno geográfico. Omar Ramirez, de Mutirão Rio, já tinha explicado que a fisionomia geográfica das favelas é favorável à difusão do sinal radial, ao que Mister Zoy (produtor musical) complementa explicando que as ondas do mar ajudam também à expansão do sinal radial. Constantine conta que o sinal da Rádio Jambal da Babilônia ia até São Gonçalo, porque através do mar as ondas radiais se intensificam, e se transportam⁸.



⁸ Girasol Comunicações. Rádio Livre na Babilônia. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=cdWk5Cy7LnQ&t=2s>

⁹ Cartaz explicativo realizado por Natalia Urbina, 2017.

Além da ocupação de espaços públicos, alto-falante e cartazes em postes, observamos uma forte rede ativa de comunicação, educação e território na favela Babilônia, que não nos deixa esquecer a experiência Santa Marta.

Outro motivo de rede no território é a luta contra as remoções, que também é motivo de reunião permanente na Associação de Moradores. Observamos então que através da rede da Rádio Jambal existe uma articulação entre os problemas urbanos e a ação coletiva, e isso é fundamental e importante porque faz parte da organização política e da construção da cidade¹⁰.

Desde o ponto de vista de Milton Santos (2011) na globalização as grandes corporações tendem a homogeneizar o espaço mediante uma tecnologia cegamente usada, porém, isso é impossível, simplesmente pela realidade espacial presente nos diferentes territórios. Se bem que as técnicas influenciam o modo como percebemos o espaço e o tempo, não só pela sua existência física, serão muito mais pelas sensações e imaginários que revivem, criam e recriam, os lugares vão se relacionar de forma diferente com as técnicas e os objetos técnicos de acordo com as condições do meio operacional, de acordo ao acesso às novas tecnologias (SERPA, 2011, p. 20).

Consideramos que os processos de apropriação social são imateriais e intangíveis, e também nos revelam que existe uma terceira dimensão do espaço que se define pela sua dimensão simbólica (EGLER, 2012, p. 27). Essa discussão pode se evidenciar na observação da rede de comunicação popular na cidade do Rio de Janeiro, onde ações planejadas de comunicação visibilizam propostas de enunciação da cidade real, da cidade cotidiana, do discurso local, do território e do lugar. Isso nos ensina a favela: a existir e se posicionar, criar um discurso.

Aqui reconhecemos que:

Existe uma psico-esfera que faz parte do ambiente e estimula o imaginado: ao mesmo tempo em que se instala uma tecnosfera dependente da ciência e tecnologia, cria-se separadamente, e com as mesmas bases, uma psico-esfera. A tecnosfera se adapta

¹⁰ Girasol Comunicações. S.O.S. Babilônia. Ver em: <https://www.youtube.com/watch?v=-q8Yu1pwk20U&t=8s>.

aos mandamentos da produção e do intercâmbio e, desse modo, frequentemente traduz interesses distantes; desde que se instala, substituindo o meio natural ou meio científico que precedeu, constituiu uma unidade local, aderindo ao lugar como uma prótese. A psicosfera, reino das ideias, crenças e paixões e lugar de produção de um sentido, também faz parte desse meio ambiente, desse entorno de vida, fornecendo regras e racionalidade ou estimulando o imaginado (SANTOS, 2001, p. 256).

A tecnologia também tem um papel importante; ela

amplia a capacidade de participação social; cria novas escadas de associação; articula as redes sociais, resultando de uma forma alternativa de constituição o Nós e de sua totalidade. Tem por pressuposto a ação coletiva e direta dos seus membros, ou seja, os atores se unem para potencializar as suas possibilidades de ação para o enfrentamento de problemas urbanos. Essa possibilidade de associação vai além das formas tradicionais de representação política: trata-se, pois, de eliminar a intermediação e possibilitar formas horizontais e diretas de ação e transformação (EGLER, 2007, p. 220).

A tecnologia ajudou a re - começar as transmissões da Rádio Jambal, já que por problemas na antena FM, teve que ser realizada uma série de transmissões via *stream*, que é um sistema de transmissão ao vivo, via Facebook. Às terças e quintas, desde setembro do ano 2017, entre 19 e 21 horas. É interessante ouvir entre músicas, sambas e *funk*, informações sobre as campanhas comunitárias de arrecadação de dinheiro na favela, para várias instituições que enfrentam “a crise”: rifa do Centro “Galpão de Artes”; rifa da Comissão Escola Comunidade (CEC) da creche; chamada para eventos da favela; divulgação da Biblioteca Sankara e Espaço de Acolhimento para o Povo Negro (EAN).

Quando observamos essas redes de comunicação e educação que surgem desde o morro e no espaço popular do Rio de Janeiro, podemos identificar também táticas cotidianas de enunciação e emancipação, porque:

O discurso fabrica o lugar: o lugar da vida cotidiana, da repetição, do trabalho (ou da ausência dele), mas também da criatividade e da subversão. Sim, subversão, pois trata aqui de grupos e iniciativas que produzem espaços na cidade contemporânea, para afirmar ideias alternativas de cultura, para fabricar o lugar a partir de táticas cotidianas de enunciação (SERPA, 2011).

Essas táticas cotidianas de emancipação são um discurso local de enunciação, de proposta de espaço, e de proposta de cidade, e mais uma forma cotidiana de educação que alimenta os referentes sociais, culturais e emocionais do lugar.

Como se vive a atual crise na favela? A construção de redes, que faz parte dos processos observados e relatados entre 2009 e 2017, nos mostram atores, processos e fatos de uma favela, de forma geral, que enfrenta uma “crise” há muito tempo. Na cidade, no atual meio científico informacional, vemos novas formas de organização política, além de trazer grandes contribuições para os processos de enfrentamento à crise atual.

Durante o ano de 2017 a Escolinha Tia Percília – uma escolinha que atendia crianças com programas de reforço escolar, turmas de manhã e de tarde, localizada nas dependências da Associação de Moradores Babilônia – perdeu o financiamento econômico de uma Organização não governamental (ONG) internacional, o que deixou as professoras de tal casa de estudos trabalhando de forma voluntária, porém as aulas continuaram. Em base ao voluntariado se exerce a resistência da escolinha, de reforçamento até a regularização econômica da casa de estudos voltar; e ainda nessa expectativa, as atividades continuam. Às professoras de plantão se somam hoje vários voluntariados, inclusive com as aulas de espanhol, que são uma clara proposta de estimulação e integração. Por outra parte, na creche de Chapéu Mangueira e Babilônia se revitaliza a figura da Comissão Escola Comunidade (CEC) que busca fomentar a participação das famílias na escola e procura várias melhorias para a creche, que, sendo da prefeitura, é reflexo da crise econômica e política nacional.

A Biblioteca Sankara é uma proposta de Biblioteca Afroperspectivista e Ameríndia, e se consolida como um espaço de estudo comunitário num território onde vemos a saída de todo tipo de in-

vestimento em arte, cultura e educação. A favela soluciona, propõe, sugere. Nasceu no ano de 2017, no segundo andar da Associação de Moradores Babilônia, e está associada ao projeto de aulas de percussão africana. Todo no marco do Espaço EAN, um espaço educativo e cultural, independente e autônomo.

Se revitaliza nestes dias do ano 2017 o Pré-Vestibular Comunitário – Babilônia e Chapéu Mangueira –, na quadra de Chapéu Mangueira. O coordenador Anderson Ribeiro, nascido e criado na favela e atual estudante de Pedagogia na Universidade Federal Fluminense (UFF), é conhecido na favela como “Lula”, e nos explica que “a iniciativa de revitalizar um pré-vestibular na Quadra de Chapéu Mangueira é porque acredita no potencial intelectual da favela”¹¹.

A favela nos ensina muitas formas de rearticulação: Rede de Resistência, de EduComunicação, quanto também e mais do que tudo, na articulação territorial que busca um desenvolvimento sustentável desde a valorização do local. Agora é o lugar de – nós: cientistas sociais, professores, educadores e instituições públicas –olhar com respeito, valorizar as iniciativas construídas e avançar na construção de um futuro prevenir, porque, de crise, a favela “tira de letra” e tem muito para nos ensinar. Sem dúvida, atores, processos e fatos que nos obrigam a repensar nas Ciências Sociais, urbanas e educativas do novo tempo.

Referências

BOURDIEU, Pierre. **O poder do simbólico**. Rio de Janeiro: Ed. Bertrand, 1998.

_____. **Contrafogos**. Rio de Janeiro: Ed. Jorge Zahar, 1998.

CASTELLS, Manuel. **La cuestión urbana**. Madri: Editorial Siglo XXI, 1976.

_____. **A sociedade em Rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

EGLER, Tamara (Org.). **Ciberpolis**. Rio de Janeiro: Viveiros de Castro Editora, 2007.

_____. A imagem do espaço numérico. In: *Anais do IV Congresso Ibero-Americano de Gráfica Digital (IV SIGRADI)*, 2000, Rio de Janeiro. Construindo

¹¹ Girasol Comunicações. “Lula na Quadra de Chapéu Mangueira. Educação, Mediação e Território Parte 1” Ver em: https://www.youtube.com/watch?v=eajM3dnJ_as. Acesso em 26/10/2017 às 10:14h.

- o Espaço Digital. Rio de Janeiro: UFRJ/PROURB, 2000, 2000 v. 1. p. 155-159.
- _____. Depois da festa, a máscara cai: jogos esportivos na cidade do Rio de Janeiro. Revista Bibliográfica de Geografía y Ciencias Sociales. Universidad de Barcelona, 2010. [Serie documental de *Geo Crítica. Cuadernos Críticos de Geografía Humana*].
- _____. **Política pública rede social e território**. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, 2013.
- _____. **Política governamental e ação social no espaço**. Rio de Janeiro: Ed. Letra Capital, Anpur, 2012.
- HARVEY, David. O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas. In: **Revista Espaço e Debates**, nº 6. São Paulo, 1982.
- _____. **Condição pós-moderna**. São Paulo: Edições Loyola, 6 ed., 1996.
- _____. **Urbanismo y desigualdad social**, 6ª ed. Madri: Ed. Siglo XXI, 1992.
- _____. **Espacios de esperanza**. Madri: Editorial Três Cantos, 2007.
- _____. **Espacios del capital: hacia una geografía crítica**. Madri: Editorial Siglo XXI, 2007.
- KACTUS, Flavio. **Daqui onde estou dá pra ver o Brasil**. CATAC. Rio Branco/Acre, 2006.
- LEFEBVRE, Henri. **A vida cotidiana no mundo moderno**. São Paulo: Ed. Ática, 1980.
- _____. **O direito à cidade**. São Paulo: Ed. Moraes, 1991.
- LOBATO, Roberto. **Espaço urbano**. Rio de Janeiro: Ed. Ática, 1989.
- _____. **Estudos sobre a rede urbana**. Rio de Janeiro: Ed. Beltrand, 2006.
- LOPEZ de Souza. **Fobopolis**. Rio de Janeiro: Ed. Beltrand, 2008.
- _____. **A prisão e a agora**. Rio de Janeiro: Ed. Beltrand, 2005.
- _____. Território da divergência (e da confusão): em torno das imprecisas fronteiras de um conceito fundamental. In: M. A. Saquet, E. S. Sposito (Org.). **Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos**. São Paulo: Expressão Popular, UNESP, 2009, p. 57-72.
- MACHADO DA SILVA, Luiz Antonio (Org.). **Vida sob cerco: violência e rotina nas favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 2008.
- ROCHA, Adair. **Cidade cerzida: a costura da cidadania no morro Santa Marta**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora Museu da República, 2005.
- RODRIGUEZ, Marcelo & GRONDONA, Gino (Coordenadores). **Juventudes e política**. Cambios sociopoliticos em America del sur. Universidad Politecnica Salesiana. Quito/Ecuador, 2010.
- SANTIAGO, Claudia. **Experiências em comunicação popular no Rio de Janeiro, ontem e hoje: uma história de resistência nas favelas cariocas**. Claudia Santiago Giannotti. Rio de Janeiro: Editora NPC, 2015.

SANTOS, Milton. **A natureza do espaço: técnica e espaço; razão e emoção.** Universidade de São Paulo, EDUSP, 2002; Ed. original, 1996.

_____. **Ensaio sobre a urbanização latino-americana.** São Paulo: Edusp, 1983.

_____. **O espaço dividido.** 2ª edição. São Paulo: Edusp, 1989.

_____. **Técnica, espaço, tempo: globalização e meio técnico-científico-informacional.** São Paulo: Edusp, 1990.

SERPA, Angello. **Lugar e mídia.** Salvador/BA: Ed. Contexto, 2000.

SERRANO, Pascual. **Desinformação.** Como os meios de comunicação ocultam o mundo. Rio de Janeiro: Sindicatos de Engenheiros do Rio de Janeiro, 2010.

SILVA, Marlon & URBINA, Natalia. Comunicação popular e possibilidades para o ensino cotidiano na favela. Cartaz apresentado nas semanas IPPUR/UFRJ. Rio de Janeiro, 2014. Ver em: <https://nataliaurbinaPesquisa.wordpress.com/2017/03/05/comunicacao-popular-e-possibilidades-para-o-ensino-cotidiano-na-favela-2014/>

STOIANOVICH, Martín. Rio de Contrastes. **Revista de Comunicación Popular.** Enredando de Rosário, Argentina, no dia 14 de setembro 2016. Ver em: <http://www.enredando.org.ar/2016/09/14/un-rio-de-contrastes/>

URBINA, Natalia. “Atores e interesses presentes na urbanização da favela Santa Marta”. Monografia para ser especialista em Política e Planejamento Urbano. IPPUR-UFRJ. Rio de Janeiro, Brasil, 2010.

_____. Favela Santa Marta. Territórios e Desafios. **Revista Nuestramerica.** Ministerio de Ciencias y Tecnologías del gobierno bolivariano de Venezuela. Caracas, 2012. Ver em: <https://reflexiontecnologica.files.wordpress.com/2013/01/revista-nuestramerica-edicion-no-2.pdf>

VALLADARES, Licia. “A gênese da favela carioca, a produção anterior às ciências sociais”. Ver em <http://www.scielo.br/pdf/rbcsoc/v15n44/4145.pdf>. Acesso em: 19/02/2010, 16h.

Girasol Comunicações Canal Youtube “Girasol Autonomo” <https://www.youtube.com/watch?v=fySku-4ieII>. 2018.

_____. *Blog* Jorge Turco Notícias. 2013.

_____. Facebook Girasol Comunicações. 2014.

_____. Rádio Livre Girasol Comunicações 2014.

Mutirão Rio 2016: <http://mutiraolibre.org/>

Rádio Mutirão. Facebook @Radio Mutirão. 2016.

NPC. Núcleo Piratininga de Comunicação: “Comunicação Popular no Rio: Quem faz” <https://www.youtube.com/watch?v=sSSFvoZzwdQ>. 2015

Grupo Santa Marta – Curso de Cinema, criação e pensamento: Um território chamado favela: <https://www.youtube.com/watch?v=HZt6XoF5VJg>. 2011.



A publicação desse livro representa um ato de resistência no contexto de uma crise ética e política, que atinge fortemente as condições de existência da população brasileira. Nesse sentido, a essência do ato de resistir é desvendar as relações de poder que provocam, incentivam e perpetuam essa crise. Esse livro representa, assim, um dispositivo de saber, seu desígnio arranca as máscaras e ilumina complexas facetas da crise política e de sua marca no espaço.

Lalita Kraus

